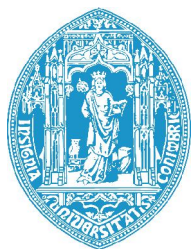


# **COLLAGE IN WASTELAND**

**A HABITAÇÃO SOCIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA DE CHELAS**



**ANA PEDRO COLETA CUNHA MOREIRA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

Sob orientação do Professor Doutor João Paulo Cardielos

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

DEZEMBRO 2010



An aerial photograph of a city's urban layout, showing a complex network of roads, residential blocks, and commercial areas. The image is overlaid with semi-transparent architectural drawings and site plans in various colors, including yellow, green, and red. The text 'COLLAGE IN WASTELAND' is printed in large, white, bold, sans-serif capital letters across the upper right portion of the image.

# COLLAGE IN WASTELAND

CHELAS





## AGRADECIMENTOS

Ao Professor João Paulo Cardielos  
pela sua capacidade de me incutir a vontade pela procura,  
e acima de tudo pela sua visão crítica.

Fundamentalmente aos meus pais, Carlos e Clara, por acreditarem em mim  
e por todo o esforço em concretizar os meus sonhos.

À minha família pela paciência, compreensão e pelos pequenos-almoços.

Aos amigos, que ao meu lado percorreram este caminho.

Os de sempre e os de quem a saudade não vai esquecer,  
em particular pela capacidade de tornarem as noites tão curtas  
e este percurso tão simples.

Um obrigado especial às miúdas quem me esperavam ao fim da tarde no sofá.

Ao Nina, pela perfeição que aplicou em todas as metas que me ajudou a cumprir.

Ao Pedro, simplesmente por existir.

À Mimi, pela companhia.





INTRODUÇÃO (p. 5)

## **O PROBLEMA DA HABITAÇÃO SOCIAL | CAPÍTULO I (p. 11)**

- 1.1. Enquadramento das políticas de habitação em Portugal e a situação urbanística nas décadas de 60 e 70
- 1.2. Planeamento urbano - as várias experiências do Estado Novo até Chelas

## **O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS | CAPÍTULO II (p. 35)**

- 2.1. Análise sócio-geográfica de Chelas
- 2.2. Planos paralelos internacionais de referência para o Plano
- 2.3. Os antecedentes e a elaboração do plano
- 2.4. A arquitectura e o desenho urbano na integração com a cidade
- 2.5. A questão do desfasamento do tempo

## **COLLAGE IN WASTELAND | CAPÍTULO III (p. 103)**

- 3.1. Chelas: laboratório da cidade contemporânea
- 3.2. Cidade Colagem – as influências do “fazer cidade” pós-moderno
- 3.3. CHELAS: EMBRIONÁRIA DA CIDADE COLAGEM, OU CIDADE COLAGEM COMO IMAGEM RESULTANTE?

## **A HABITAÇÃO COMO GERADORA DE CIDADE | CAPÍTULO IV (p. 185)**

- 4.1. É Chelas ainda hoje espaço de Laboratório?
- 4.1. É a habitação (social) ainda objecto de estudo na produção de cidade?

CONCLUSÃO (p.195)

BIBLIOGRAFIA (p. 199)

ANEXOS





"Tocar as reentrâncias das cidades; beijar-lhe com sutileza os caminhos, embriagando-lhes o passo.

Um homem não pode compreender nada fora de si se evita tocar-se.

As mulheres estão mais próximas desse conhecimento essencial porque sabem fazê-lo.

Sabem preencher com mãos internas e externas todo o ímpeto de sua vida.

Os homens distraem-se com uma exuberância fortuita e erguem cidades onde ninguém mais se toca entre si.

Pensemos nas cidades como um aglomerado de casas e ruas conectivas.

Não temos aí senão uma fertilização da solidão.

Os espaços de convivência são ilusórios porque o mercado das almas prevalece em tais sesmarias."

Fernando Freitas Fuão, 2004<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor pela Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, com a tese "Arquitectura como Collage" (1992)



fig. 1| WASTELAND. Bairro do Armador (Zona M)  
fonte: <http://espacointervirmarvila.blogspot.com/>

## INTRODUÇÃO

“The Waste land”, por T.S. Eliot

“We shall not cease from exploration  
and the end of all our exploring  
will be to arrive where we started  
and know the place for the first time.”<sup>1</sup>

1964. É aprovado o Plano de Urbanização para Chelas, expansão da periferia de Lisboa, nascido da vontade política em dar resposta a uma urgente necessidade social.

A cidade cresce e a migração rural do país traz mão-de-obra à expansão económica e industrial de uma cidade que se potencia como uma grande metrópole internacional. Seleccionam-se equipas multidisciplinares cujo esforço se concentra na produção de habitação social para uma classe de baixo poder económico e reduzido nível cultural, que se concentra em guetos sobrepovoados. O movimento é de teor higienista e procura a eliminação das construções de génese ilegal que proliferavam nesta área periurbana.

É necessário elaborar um plano integrado em que a habitação social é suporte de uma rede dependente de serviços, comércio e de mobilidade. Projectado por arquitectos de notoriedade no campo da habitação, eles revelam-se imbuídos do sonho da liberdade arquitectónica, e baseiam-se na potencialidade da experimentação de uma nova edificabilidade de raiz. Chelas potencia-se como uma nova centralidade na cidade, uma cidade dentro de outra.

2010. A cidade de Lisboa inscreveu a sua morfologia numa malha de retalhos, cujos tecidos urbanos entram em confronto com os bairros de habitação social, segregados, e as áreas degradadas que a população do centro de Lisboa vai abandonando em direcção as novas periferias. A cidade cresceu até aos seus limites, as barreiras hídricas e topográficas já não constituem entraves, mas o território de Lisboa bóia em peças soltas e fragmentadas, numa colagem que marca uma tentativa de continuidade espacial e social.

**Chelas.** Wasteland<sup>2</sup>. Uma ilha isolada no território da cidade, suportada por uma habitação social degradada, que a infecta. Um “patchwork” de bairros, zonas residenciais e vazios urbanos, à grande escala: confronta, por um lado, novas áreas de requalificação e, por outro, aglomerados antigos de resíduos espaciais, de relações de exclusão e de resíduos arquitectónicos, da outrora “habitação social de qualidade” do plano de 64.

Cinco décadas volvidas e a cidade que se expandia controladamente foi desmaterializada. A utopia da habitação à escala da microcidade é hoje representação de guetos e de quebras territoriais. A realidade da habitação social sempre tocou de perto na sensibilidade do arquitecto, mas os planos de alojamento social, em Portugal, actualmente imbuídos de décadas de projecto e reflexão, ainda não se integram no tecido urbano, sendo o papel do arquitecto cada vez menos activo nesse campo. A experiência destes planos portugueses é inconclusiva no que diz respeito às suas linhas mestras e transformou as morfologias planeadas do território em cidades informais.

<sup>1</sup> T.S. Eliot -- “Little Gidding” (the last of his Four Quartets)

<sup>2</sup> Terreno Baldio, terrain vague; local de depósito de resíduos; lugar de transição definido pela memória, na sua condição natural mas de evidente intervenção humana.





A presente investigação parte desta realidade para tentar entender quais as razões que configuraram o plano de Chelas, e o seu território, numa cidade fraccionada, numa Cidade Colagem<sup>3</sup> contemporânea. A questão que se pretende clarificar é central: **terá sido o Plano de Chelas embrionário da Cidade Colagem dos anos 80, de Collin Rowe e da cidade Pós-Moderna, ou criou apenas uma imagem de Cidade Colagem consequente dos desvios ao plano e das transformações do tempo?**

De facto, a transformação da cidade, que caminhou, até há poucos anos, num sentido neo-liberalista como cidade dispersa, pode não ser apenas consequência da incompleta execução de planos – este modo de fazer cidade apresenta antecedentes em planos inicialmente delineados e fechados, como é o caso do **Plano de Urbanização de Chelas**. A sua implantação periférica à grande massa central consolidada de Lisboa, traz ao debate a periferia como ambiente ideal de experimentação e de laboratório, onde se puderam afirmar as primeiras formulações pós-modernas da crítica à arquitectura do passado. Estas formulações entendem-se aqui associadas à Cidade Colagem – suporte do desenvolvimento do pensamento pós-moderno nos anos 70 – que fez nascer figuras da Cidade Contemporânea e do Planeamento Urbano nas décadas de 80 e 90, sobre as quais é fundamental ilustrar a resposta às considerações levantadas nesta investigação – **François Ascher, Jordi Borja, Joan Busquets e Ignasi de Solà-Morales** conduzem o processo que esboçamos.

Numa época em que a reconciliação do legado territorial dos planos de implementação de habitação é fundamental para a reabilitação das metrópoles, e em que se reformulam novos modelos internacionais de fazer cidade, reintegrar o problema de Chelas na actualidade do planeamento urbano de Lisboa afigura-se uma necessidade urgente. Após os desvios ao Plano, das propostas iniciais e aprovadas na década de 60, Chelas é ainda um território catalisador de potencialidades. Os estudos previamente efectuados sobre este Plano<sup>4</sup> reflectiram a sua estruturação inicial e as posteriores consequências, na degradação do espaço marginal e físico.

Agora que o plano foi “concluído”, é necessário repensar e refazer a cidade, que se encontra massacrada pela pressão das massas populacionais, edificadas, rodoviárias e devolutas ou expectantes, e regressar ao ponto de partida de Chelas, para entender as suas configurações actuais. Uma Cidade feita da Colagem de elementos não contemporâneos entre si, desenvolvidos à luz de várias interpretações arquitectónicas pessoais e em décadas desfasadas. Esse é o caminho proposto nesta Dissertação, para que o Planeamento Urbano dê continuidade ao desenvolvimento das cidades, com base na experiência passada – em anti tábula-rasa.

A pertinência, desta linha condutora ao planeamento urbano actual, revela-se no desafio da aplicabilidade teórica à prática, através de uma investigação de natureza urbana e de interpretação crítica da paisagem – de uma paisagem particular, neste caso a paisagem que a habitação social oferece à cidade. Sempre se olhou para a cidade no seu todo, numa paisagem global baseada em padrões teóricos do que é a paisagem urbana. Mas na prática, não construirá Chelas, este fragmento, por si só, uma imagem de cidade?

Esta investigação divide-se numa estrutura tripartida, que corresponde ao corpo central dos primeiros três capítulos, onde se expõem os conceitos, exteriores e interiores a Chelas, que permitem dar resposta ao problema levantado. Neste sentido, o ordenamento do processo de análise é fundamental, como metodologia de trabalho. Este processo partiu de um contacto directo com os meios técnicos do Plano de Urbanização de Chelas – uma análise detalhada aos seus conteúdos –, passando por uma investigação intensiva sobre o desenvolvimento, passado e futuro, da cidade e da habitação social (associada a políticas de habitação). A evolução

<sup>3</sup> Cidade pós-moderna de Collin Rowe e Fred Koetter.

<sup>4</sup> Trabalhos de Teresa Valsassina Heitor e Fernando Gonçalves, entre outros, já referidos no ponto anterior.





do território em causa é analisada através de documentação planimétrica, sobre uma base fotográfica de vista aérea e local, desde a data de execução do plano, que garante os dados pré-existentes documentados em estudos anteriores. Assim, a fundamentação faz-se num modelo de comparação: capaz de confrontar os conhecimentos adquiridos, dos dados teóricos fornecidos, com a actuação prática dos sistemas de produção desta cidade, e da cidade no seu conceito pós-moderno, até aos dias actuais – responde-se às interrogações colocadas através de uma análise crítica destas relações.

Assim, a primeira parte, onde se efectua um regresso ao passado, é condensada no capítulo I. É importante traçar um enquadramento ao ambiente urbano, cultural e arquitectónico Lisboa em que surge o contexto do Plano para Chelas, incidindo maioritariamente nas questões da habitação social – desde a passagem da habitação unifamiliar à habitação colectiva, e quais as razões que levaram à criação do Plano de Urbanização de Chelas (PUC). A influência e intensificação dos movimentos migratórios no do Estado Novo, o problema da habitação e a sua transformação nas décadas de 60 e 70, e a habitação social desenvolvida anterior e paralelamente a Chelas, durante os anos em que se foi desenhando o PUC, são conhecimento essencial para a compreensão das influências e do contexto nacional em que se deve analisar este território.

No segundo capítulo, é “desmontado” o plano e analisado nas suas partes, desenvolvidas nas quatro últimas décadas em várias fases. Formulam-se comparações entre as influências paralelas internacionais, o panorama da habitação dos bairros ingleses do pós-guerra – maior incidência, no conceito de Cidade, paralelo ao estudo da Habitação. É analisado, do ponto de vista sócio-geográfico, o território de Chelas, os seus antecedentes físicos, desde as Quintas de Marvila até ao Plano, e define-se o espaço e a estrutura do território proposto – o espaço e a malha de Chelas, as infra-estruturas e redes de mobilidade, e a arquitectura. De encontro ao desenvolvimento do plano surge o factor Tempo, essencial na análise ao território de Chelas, que condicionou todo o crescimento desta ilha: analisando a situação actual e o contexto evolutivo da execução do plano, percebem-se as consequências que levaram à fragmentação arquitectónica e espacial da nova cidade, desde factores económicos, políticos e sociais, e dos condicionalismos das políticas de habitação – no enquadramento da passagem de uma ditadura à democracia actual –, até à própria arquitectura do plano.

A terceira parte da prova forma-se como corpo central, em que é respondida a questão proposta como fio condutor da Dissertação, percebendo como Chelas foi laboratório português da cidade contemporânea, paralelamente ao percurso dos laboratórios italiano e inglês, na habitação do pós-guerra e na revisão crítica ao Movimento Moderno. Sob o ponto de vista do estudo da cidade contemporânea, do discurso teórico de mentalidade como Solà-Morales, Joan Busquets, Jordi Borja e Françoise Ascher, Chelas é definida como Cidade Colagem, e demonstram-se as razões pelas quais tal afirmação é feita nesta investigação.

Num quarto capítulo, referente a um momento de conclusão crítica da colagem de Chelas, são extraídas as referências que este território produz para a presente cidade Lisboa, e apontadas as possibilidades que abre no campo da Habitação e da arquitectura. Propõe-se uma nova visão para a transformação da cidade dispersa, fragmentada e degradada, através de uma nova realidade, que as gerações mais jovens de arquitectos sustentam como regeneradora da cidade, e da implementação de efectivas políticas de Habitação<sup>5</sup>. Chelas é revelada como espaço contínuo de experimentação, de grande vazio urbano, como residual potencial do futuro da cidade de Lisboa, formulando hipóteses de um regresso à habitação como base da produção de cidade.

---

<sup>5</sup> Nunca se deixaram de elaborar políticas de habitação, mas não tem havido uma implantação prática das mesmas.



fig. 2| Planta Geral da Cidade de Lisboa, 1903  
fonte: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1518-95542008000200014&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1518-95542008000200014&script=sci_arttext)

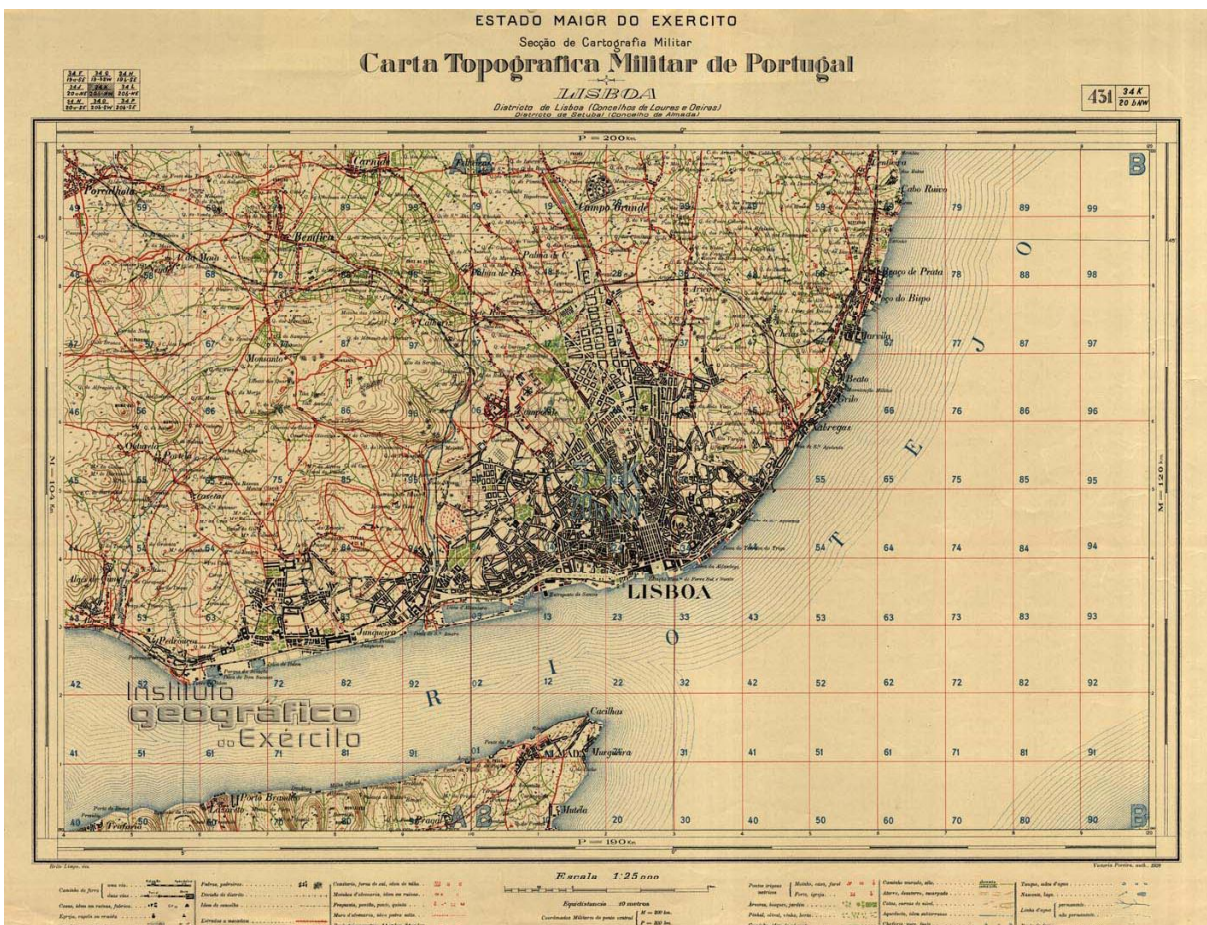


fig. 3| Carta Cidade de Lisboa, 1928  
fonte: <http://mapas.igeo.pt/>

“Toda a cidade, por mais pequena que seja, está com efeito dividida em duas, uma é a cidade dos pobres, a outra é a dos ricos: elas estão em guerra uma contra a outra, e em cada uma delas existem divisões mais pequenas, e passareis completamente ao lado da questão, se as tratares todas como um único Estado.”

Platão, República IV

# O PROBLEMA DA HABITAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

## 1.1. ENQUADRAMENTO DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO EM PORTUGAL E A SITUAÇÃO URBANÍSTICA NAS DÉCADAS DE 60 E 70

A industrialização que se verificou na segunda metade do século XIX levou ao aumento substancial da procura de habitação de baixo custo na cidade de Lisboa. Esta procura obteve resposta, maioritariamente, através do empenho de construtores privados, por sociedades filantrópicas, e ainda, por industriais, que construíram habitação para os seus próprios operários. A provisão de habitação pelo Estado, com desenvolvimentos notórios, apenas se iniciou com a entrada no século XX, entre o período de 1880 a 1940. A tomada de consciência da crise habitacional nas cidades portuguesas, e na maior parte dos países europeus, levou à criação de estratégias para resolver o problema da falta de recursos das famílias e de intensa procura de habitação – embora só no fim da 1ª República se comece a pôr verdadeiramente a questão da Habitação Social.<sup>6</sup>

A este período correspondem então as primeiras transições operacionais, dos mercados privados não regulamentados às intervenções do Estado, ainda muito retraídas e com carácter meramente legislativo, que deram mais tarde lugar ao desenvolvimento de programas de habitação social de maior escala. Seguiram-se períodos da história portuguesa que tiveram, naturalmente, diferentes influências nas estratégias de habitação formuladas. Após as últimas décadas da monarquia constitucional e a Revolução Nacional de 1926, sucederam-se duas conjunturas distintas que afectaram o país económica, política e, acima de tudo, urbanisticamente: a ditadura militar (1926-1932) e os primeiros anos do Estado Novo (1933-1945), representando dois períodos diferentes quanto ao papel atribuído ao Estado na questão da habitação.

<sup>6</sup> Surgia, já em 1865, a figura do Plano Geral de Melhoramentos, que estabelecia pela primeira vez legislação urbanística no planeamento de cidades e veio criar um novo modo de pensar e fazer cidade. Publicado no Diário de Lisboa, a 13 de Maio, “Estipula o seu 34º artigo que cumpriria ao governo mandar ‘imediatamente proceder a um plano geral dos melhoramentos da capital’, um plano que abrangeria tanto as ‘ruas, praças, jardins e edificações existentes’ quanto as que de novo se construíssem, respeitando em ambos os casos as ‘condições de hygiene, decoração, commodo alojamento e livre transito do publico’”,

LEAL, Joana Cunha. “A sanitização do imaginário urbano e a redefinição do quadro legal de intervenção urbanística em Lisboa”, 2008, p. 10





fig.4 | António de Oliveira Salazar, figura do Estado Novo  
fonte: <http://www.flickrriver.com/photos/biblarte/tags/ant%C3%B3nio/>



fig. 5 | Cartaz do Estado Novo  
fonte: [http://meioseculodeaprendizagens.blogspot.com/2010\\_05\\_01\\_archive.html](http://meioseculodeaprendizagens.blogspot.com/2010_05_01_archive.html)



fig. 6 | Selo da Revolução de 1926 "10 anos ditadura"  
fonte: [http://arepublicano.blogspot.com/2007\\_04\\_01\\_archive.html](http://arepublicano.blogspot.com/2007_04_01_archive.html)



fig. 7 | Bairro das Furnas, Programa das Casas Desmontáveis  
fonte: <http://mercadoebemfica.blogspot.com/2009/05/o-bairro-das-furnas.html>



fig. 8 | Bairro das Furnas, Programa das Casas Desmontáveis  
fonte: <http://mercadoebemfica.blogspot.com/2009/05/o-bairro-das-furnas.html>

Durante o instável poder da ditadura militar, “tanto quanto a diversidade e heterogeneidade dos sucessivos governos o permite afirmar, o funcionamento dos mecanismos do mercado eram adequados à resolução do problema da habitação (...) num país ainda predominantemente rural, onde apenas 20% da população era urbana, aquela perspectiva liberal foi também aplicada à questão da habitação, contra o que já se prefigurava em outros países europeus, com áreas industriais e urbanas maiores, onde o livre funcionamento dos mercados não tinha sido capaz de promover habitação correspondente às necessidades dos indivíduos de menores recursos.”<sup>7</sup> Ao contrário deste cenário, a afirmação do regime corporativo ditatorial do Estado Novo ficou marcada por um maior ênfase interventivo do Estado na promoção da habitação no quadro social.

No entanto, em ambos os períodos, a industrialização da economia foi muito reduzida, o que levou a uma baixa taxa de urbanização, e por consequente a um fracasso na promoção directa da habitação, que já vinha sendo enunciado como problema – “Segundo Mata<sup>8</sup>(1909), foram várias as iniciativas do governo e das câmaras municipais, tendo algumas destas aprovado propostas de intervenção directa ou indirecta na promoção de habitação, mas conclui que ‘de todas estas propostas e tentativas o resultado foi inteiramente nulo’.”<sup>9</sup>. No grande centro urbano de Lisboa, esta questão da habitação para agregados familiares assumiu particular gravidade, tentando a Câmara Municipal evitar a proliferação dos bairros clandestinos através de propostas formais a partir de 1928, retomando a ideia das Casas Económicas unifamiliares, para classes menos abastadas<sup>10</sup>, da 1ª República, e definindo as bases de colaboração financeira com os municípios (1932).<sup>11</sup>

Com a política de Ressurgimento Nacional do Estado Novo (Constituição Política de 1933, com Duarte Pacheco a encabeçar a política de obras públicas) e o crescimento da economia portuguesa na década de 30, a política urbana desempenhou uma função essencial, tendo sido promulgado em 1934 o decreto-lei respeitante à elaboração de Planos Gerais de Urbanização<sup>12</sup>. O Urbanismo foi estabelecido como técnica de organização do espaço construído, embora ainda com programas específicos, para municípios onde o problema era superficial, que ainda não satisfiziam as condições dos baixos recursos dos potenciais candidatos. A habitação em si não foi eleita uma prioridade<sup>13</sup>, e a falta de técnicos urbanísticos especializados, em cada município, levou a que as personalidades estrangeiras fossem as que mais contribuíram na época, como Étienne de Gröer e Donat-Alfred Agache.

O Programa das Casas Desmontáveis<sup>14</sup>, aplicado em bairros como o da Quinta da Alçada, Furnas e Boa Vista, que Carlos Nunes Silva (1987) ilustra<sup>15</sup>, foi exemplo destas primeiras intervenções do início do século XX. Com o fim da guerra, outras medidas do Estado foram tomadas sob a forma de novos programas de habitação social dirigidos a estratos diferenciados da população: foi

<sup>7</sup> SILVA, Carlos Nunes, “Mercado e Políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1994, pp.655-676

<sup>8</sup> José Caeiro da Mata, jurista e professor catedrático de Direito, “Habitações Populares. Estudos Económicos e Financeiros”, 1909, Vol. III, Imprensa da Universidade de Coimbra, a quem se refere Carlos Nunes Silva.

<sup>9</sup> SILVA, Carlos Nunes, “Mercado e Políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 1994, pp.655-676

<sup>10</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº16 055, de 22 de Outubro de 1928

<sup>11</sup> O modelo urbanístico e arquitectónico do programa foi o modelo inglês – embora as trocas internacionais de experiências urbanísticas fossem também marcadas pela presença de técnicos italianos e franceses – que definiu os parâmetros fundamentais da intervenção do Estado, neste sector, e na questão da urbanização.

<sup>12</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 24:802 de 31 de Dezembro de 1934, revisto pelo Decreto-Lei nº33:921 de 1944, após a morte de Duarte Pacheco, revisando a sua designação para Planos Gerais de Urbanização e Expansão

<sup>13</sup> Na prática, o único estímulo à construção de novas casas era a redução da carga fiscal que incidia sobre a produção da habitação, desde a aquisição dos terrenos até à venda dos fogos, não implementando as medidas adoptadas arquitectonicamente.

<sup>14</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 28 912/1938, o Decreto-Lei nº 33 728/1943 e o Decreto-Lei nº 34 139/1944

<sup>15</sup> Carlos Nunes Silva, “Planeamento Municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926 – 1974”, 1987, “Estudos para o Planeamento Regional e Urbano”, nº27, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa







criado o programa das Casas Económicas (1945), que levou ao início da habitação privada apoiada<sup>16</sup>.

Este programa era destinado a famílias que possuíssem situação económica favorável para serem proprietárias das suas habitações, cuja iniciativa de construção era feita pelo Ministério das Obras Públicas e o financiamento e gestão patrimonial comandado pelo Ministério das Corporações e Previdência Social (Direcção Geral de Previdência e Habitações Económicas). Para além deste, surgiu também o programa das Casas para Famílias Pobres (1945)<sup>17</sup>, financiado pelas autarquias e pelas misericórdias e não apenas pelo Estado, mas as habitações tinham inicialmente um carácter precário, visto que eram soluções que visavam apenas servir famílias enquanto estas não tivessem acesso a outros programas<sup>18</sup>. A imagem de um regime autoritário e de controlo levou, assim, à instituição do Planeamento Urbano, comprovando a eficácia da política legislativa em vigor, mas levando a um aparato cénico do que seria o ordenamento do território.

No entanto, o fenómeno do urbanismo era conotado negativamente pelo próprio Salazar, que lhe atribuía responsabilidade pelas vicissitudes causadas pelo aumento da população na cidade que, ao abandonar os seus campos agrícolas, se amontoam sem condições em espaços sobrelotados na Área Metropolitana de Lisboa (AML), iniciando actividades pecaminosas como a prostituição e a criminalidade. A visão saudosista do passado agrícola, vigente no Estado Novo, levou a que a produção de habitação social, nesta época, não fosse muito significativa, e se destinasse apenas a famílias de menores recursos, estáveis e indissolúveis<sup>19</sup>. Assim, as casas só eram atribuídas a famílias legitimadas pelo casamento<sup>20</sup>, cujos patriarcas fossem funcionários públicos ou sócios de sindicatos, assim como os que beneficiassem de apoios de Instituições de Previdência Social<sup>21</sup>.

Portugal era, no período de 40-50, um país essencialmente rural (cerca de 50% da população activa trabalhava no sector primário, não indo o secundário muito para além dos 20%) e culturalmente atrasado - em meados do século cerca de metade da população era analfabeta. A harmonia compositiva do desenho urbano era matriz processual na concepção da cidade: com o paradigma da Cidade-Jardim como princípio, o espaço urbano era concebido assente no traçado e no sistema de espaços livres públicos. Porém, a linha organicista introduzida, com novos elementos vegetais como ordenadores de enfiamentos e desprendida da linearidade da Carta de Atenas, não renunciava à hierarquia de traçado e à sua formalidade.

Foi nos finais dos anos 40 que o fenómeno suburbano veio revolucionar verdadeiramente o território, com a explosão demográfica significativa na cidade de Lisboa (uma procura de perspectivas de trabalho fixo e constante pelo fluxo laboral de pessoas que vinham da agricultura), conduzindo assim ao processo de metropolização da região e dando um impulso para o seu crescimento definitivo. Os núcleos periféricos, que eram até então pequenos aglomerados históricos claramente delimitados, sofreram a inevitabilidade da expansão territorial e habitacional, fomentada pelo Plano Director De Urbanização De Lisboa (1959). Esta expansão deu-se sob o sonho suburbano, que não é alheio às imagens futuristas das torres e da estética internacional, que influenciava o

<sup>16</sup> De posse privada mas de controlo público, incidindo este sobre os níveis de renda, regras de distribuição, direito de permanência e despejo.

<sup>17</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 34.486 de 6 de Abril de 1945.

<sup>18</sup> Este programa, contudo, não teve grande expressão pelas dificuldades na desafecção dos terrenos para esses fins, assim como pela falta de capacidade financeira e organizativa das entidades de gestão.

<sup>19</sup> Este conceito da família como célula base da sociedade estava disposto na Constituição política de 1933.

<sup>20</sup> "O lugar das mulheres é no lar, junto da Família, educando os filhos. Não é fomentando a promiscuidade com os homens que estaremos a contribuir para um Portugal melhor, onde as mulheres devem cumprir, obedientes, as grandes directrizes traçadas pelos seus esposos, mais talhados para estas coisas da governação, porque são profundos conhecedores dos interesses do país e das linhas de rumo que ele deve seguir."

SALAZAR, António, fonte directa, disponível em <http://cronicasdorochedo.blogspot.com/search/label/Discursos%20de%20Salazar>

<sup>21</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 34.486 de 6 de Abril de 1945.

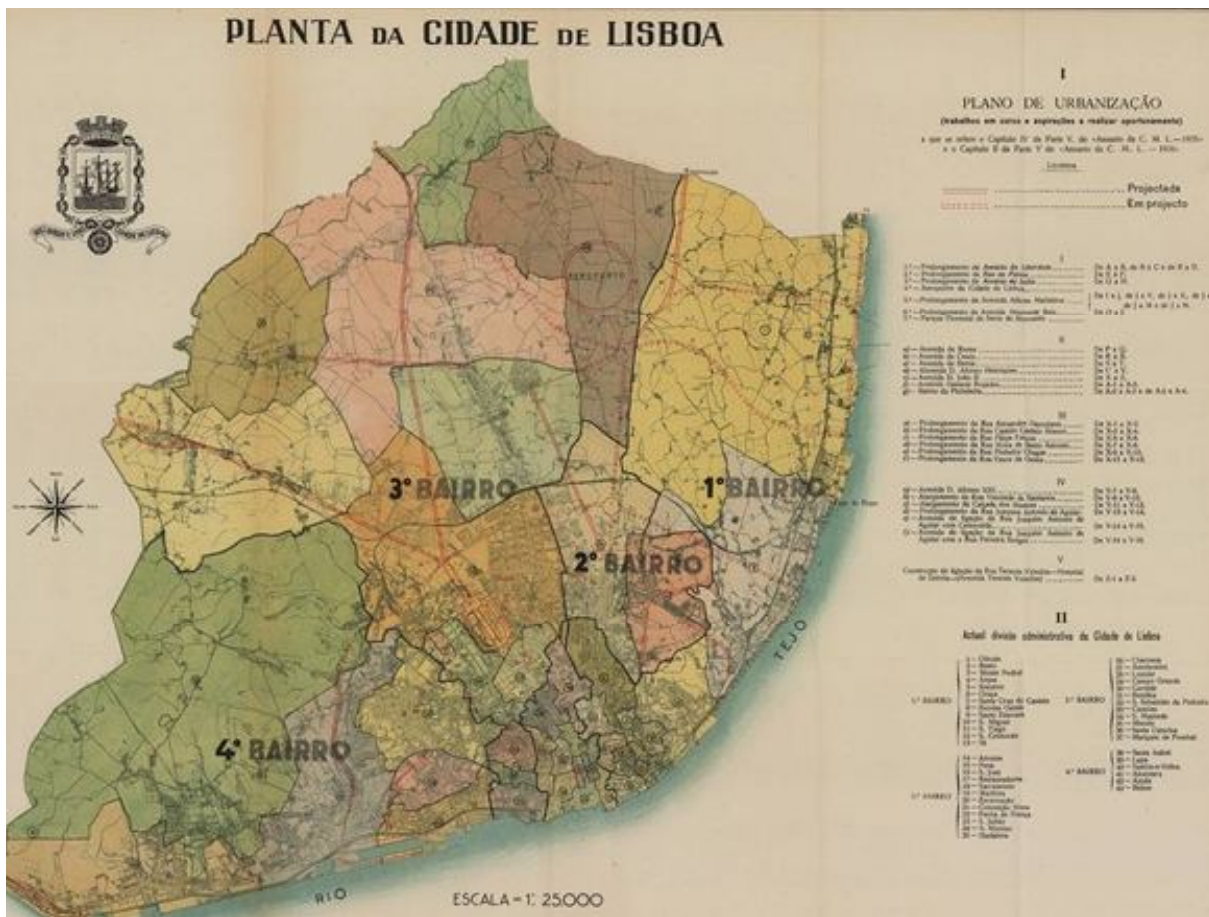


fig. 11| Planta das malhas da Cidade de Lisboa, 1938-1948  
fonte: [http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos\\_28.html](http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html)

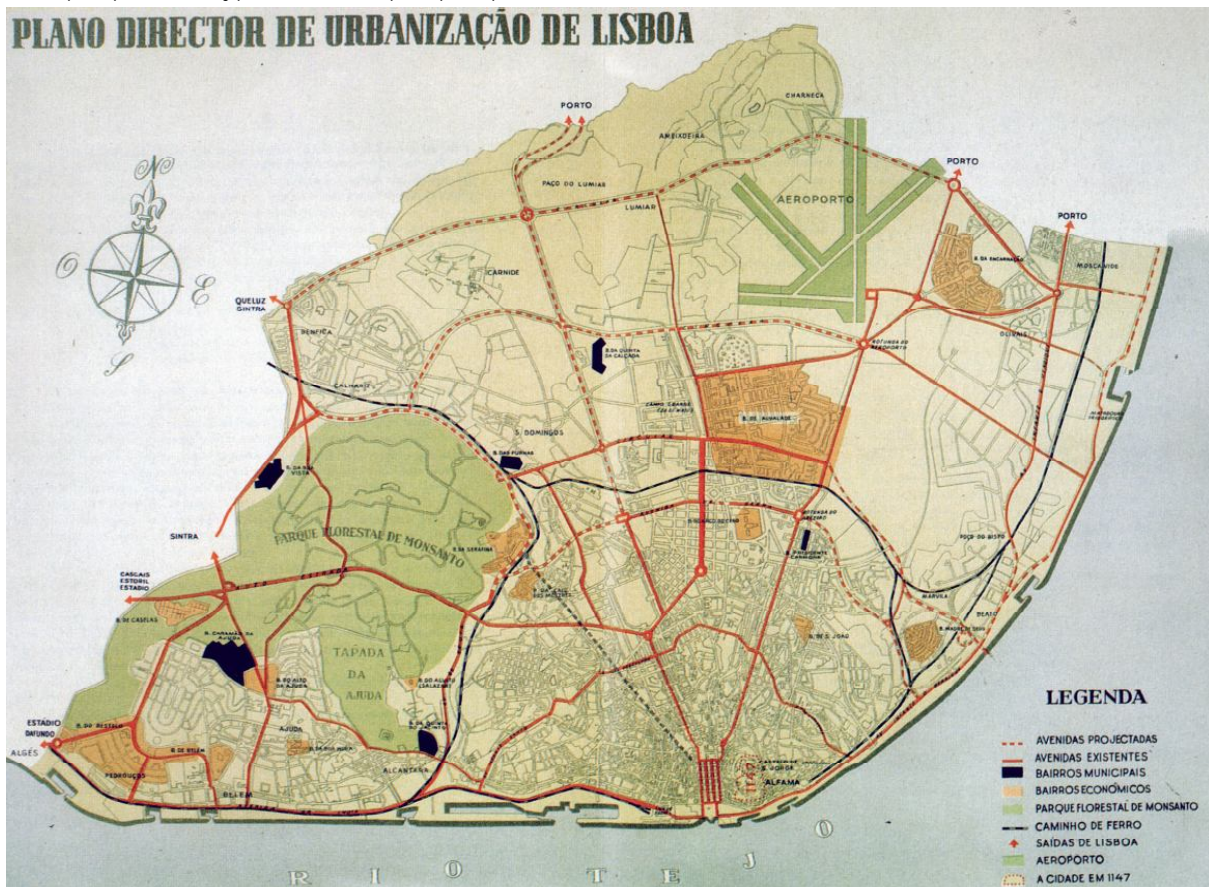


fig. 12| Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948  
fonte: [http://pdm.cdm-lisboa.pt/ap\\_2.html](http://pdm.cdm-lisboa.pt/ap_2.html)

desenho urbano na década de 50, entrando-se nos anos 60 com uma ruptura do espaço canónico linear, apostando-se no planeamento da habitação, numa nova conjuntura do fazer cidade. O primeiro trabalho que permitiu formar uma ideia objectiva sobre os dados do verdadeiro problema da habitação foi o Inquérito às condições de habitação da família, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, como anexo ao IX Recenseamento Geral da População (1950), que forneceu uma boa panorâmica na procura de uma política habitacional que pudesse solucionar os problemas que esta expansão desmesurada acarretava.

Nas décadas de 60-70, das práticas do desenho urbano compositivo passou-se rapidamente para o extremo dos planos-gestão: concebidos a partir de Zonamentos, que se tornavam instrumentos, por excelência, na produção da forma urbana, embora geridos por regulamentos disciplinadores não flexíveis em termos de gestão. Segundo Josep Maria Montaner<sup>22</sup>, este conceito de Zonamento permitia um melhor controlo sobre a cidade e a população pois promovia a fragmentação e a segregação espacial, objectivos do modelo capitalista de desenvolvimento que os ideais modernistas infligiram na política habitacional do Estado Novo.

Como refere Cristina Soares Cavaco: “As funções providenciais do Estado em matéria de infra-estruturação do território, de investimento público em grandes equipamentos colectivos de carácter social e cultural (...), escoam-se para dar lugar a linhas de desenvolvimento mais sustentáveis em termos ambientais e económicos, deixando, contudo, saliente a discrepância entre os territórios urbanizados urgentes de novos modos de regulação pública e os dispositivos e instrumentos financeiros, técnicos e legais (...) disponíveis para os ordenar, gerir e regular”<sup>23</sup>, resultando num somatório de avanços e recuos numa política urbana não formulada através de estratégias claras para os aglomerados urbanos. É neste contexto que surge o Plano de Urbanização de Chelas, em 1964, baseado neste conceito de Zonamento, e que surge, para além de promotor de habitação social, como figura principal na erradicação das barracas clandestinas, que nesta altura ocupavam a maioria dos espaços suburbanos da zona oriental da cidade.

Estes aglomerados periféricos intensificaram o seu crescimento e expandiram-se radicalmente com o grande movimento demográfico populacional (assim como o regresso da população das ex-colónias) destas duas décadas, motivado pela mudança liberalizadora da regulamentação urbanística que legalizava a iniciativa privada na urbanização. Esta mudança legislativa deu-se com o decreto-lei de 1965<sup>24</sup>, cujo regime jurídico vigiava a actividade especulativa e clandestina, que até então a fonte urbanizadora privada propunha, surgindo as figuras do loteamento urbano e dos alvarás, e evidenciando-se o problema da habitação – que já desde a década de 50 se acusava uma força dramática impulsionadora do movimento suburbano. O RGEU (Regulamento Geral Das Edificações Urbanas, de 1951) foi a directriz urbana que colmatava a falta de efectivação dos instrumentos do planeamento após a sucessão de regulamentação para estas obras de urbanização feitas por privados – embora tardia, foi a primeira acção legislativa do código urbanístico português, onde participaram os já referidos urbanistas Étienne de Gröer e Alfred Agache.

A geração dos Planos de Urbanização foi deixando as suas marcas, através da intervenção e desenvolvimento dos estudos urbanísticos de cada município para os seus territórios, lançando-se assim as primeiras fundações da expansão urbanística, que começou descoordenada e sem ordenação global, o que “ (...) não se deveu tanto à falta de planeamento nem à inexistência tout court de estudos de urbanização. Antes foi toda uma incoesão legislativa, e a impreparação técnico-administrativa (...) das Câmaras Municipais (...) e evitaram também que visões mais transversais e prospectivas, veiculadas por alguns desses planos, chegassem efectivamente ao terreno em

<sup>22</sup> Arquitecto, catedrático da Escola de Arquitectura de Barcelona, crítico de arquitectura.

<sup>23</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009

<sup>24</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 46:673 de 29 de Novembro de 1965





fig. 13 | Arquitectura participada, S.A.A.L.  
fonte: [http://www.snpcultura.org/vol\\_operacoes\\_saal\\_um\\_dos\\_mais\\_importantes\\_documentarios\\_portugueses.html](http://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html)



fig. 14 | Cartaz reivindicativo  
fonte: [http://avezdopeao.blogspot.com/2009\\_05\\_01\\_archive.html](http://avezdopeao.blogspot.com/2009_05_01_archive.html)



interesse do ordenamento e da colectividade.<sup>25</sup> . A promoção social de bairros habitacionais resultou assim em conjuntos segregados, heterogéneos e mono-funcionais.

O direito à Habitação é somente consagrado como direito constitucional a partir da Constituição democrática de 1976, resultante de um profundo processo social e reivindicativo – arquitectos, moradores dos bairros pobres e comissões, agentes políticos e institucionais discutiram, associaram-se e reponderam às aspirações fortemente marcadas pelo espírito de Abril de 1974, debatendo a expansão da urbanização clandestina em Lisboa. O planeamento urbano não conseguia diluir a discrepância territorial da região e a sua entidade fragmentada, descontínua e heterogénea que hoje caracteriza ainda este território. Esta configuração advém das práticas urbanísticas, decorrentes de um quadro legislativo rígido, e das operações casuísticas alicerçadas nestas décadas de pouco controlo e grande impreparação, em que os núcleos envolventes mais próximos da capital reforçavam a sua centralidade radiocêntrica, simbólica e funcional.

Em Agosto de 1974 foi criado o Programa SAAL por Nuno Portas, cuja principal missão, além de fazer arrancar programas habitacionais com uma nova metodologia de desenho, entendendo o planeamento, projecto e construção, como síntese de uma actividade multidisciplinar constante entre técnicos e moradores, seria a de promover a sua reintegração nos mesmos locais que habitavam. Objectivava-se produzir uma arquitectura para o povo, no local da sua comunidade, numa associação participada com o próprio cidadão, evitando assim o desenvolvimento das lutas populares mais violentas, na reivindicação por uma habitação para todos. Esta missão atirou no entanto este programa para o interior das lutas urbanas que o aumento da construção clandestina em toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML) criou – este ambiente social de transformação da estrutura urbana é expressado por autores que defendem a arquitectura como instrumento da voz social, como Manuel Catells, Jacinto Rodrigues e ainda Vítor Matias Ferreira, que refere as lutas urbanas de Lisboa como “ (...) interclassistas, senão mesmo intraclassistas, pulverizando as práticas sociais – e os discursos políticos que sobre elas se faziam – e implicando uma multiplicidade de situações sociais, de aparente ou acentuada contraditoriedade conflitual, num processo de inevitável e permanente (re)composição social do respectivo movimento urbano.”<sup>26</sup>.

Este aumento das lutas populares, e do número de associações de moradores que exigiam uma melhoria nas condições sociais da habitação e na sua atribuição, gerou-se pela baixa promoção legal da habitação e pela suspensão do lançamento de novos empreendimentos do sector público e cooperativo. A situação levou a construção civil a oferecer alternativas, às necessidades das famílias mais carenciadas, através da construção de bairros clandestinos, não só para a população que se deslocava do meio rural para o urbano, como também dos retornados, que regressavam das ex-colónias após o 25 de Abril, e que abriam caminho à emigração de cidadãos africanos para Portugal. “Os bairros de barracas aumentaram exponencialmente em tamanho e em número de habitantes no contexto das migrações dos países africanos ex-colonizados por Portugal. Muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram em bairros de habitações precárias, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas ou terrenos a baixos custos aos primeiros ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção ao longo dos anos conforme a disponibilidade para adquirir melhores materiais.”<sup>27</sup>. Não se pensou numa política urbana e de habitação, para os retornados, nem se considerou nunca a situação particular destes emigrantes clandestinos, nos espaços de Lisboa, que adicionou ao problema da reivindicação social pela habitação, um grande número de intervenientes nas lutas urbanas da época. “E não fosse o povo ter chamado bairro dos retornados a alguns conjuntos

<sup>25</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.114

<sup>26</sup> FERREIRA, Vítor Matias, “A Cidade e o Campo: uma leitura comparada do movimento social, 1974-1975”, 1986, p.553

<sup>27</sup> CACHADO, Rita Ávila, Habitação Social Nas Últimas Décadas, artigo para a RevistaVirus, Cidades Invisíveis, Novembro/Dezembro, 2009, p. 13-18



de habitação social, geralmente pré-fabricada, para onde alguns deles foram residir, não se encontraria outra referência no espaço público à sua existência. Até hoje ninguém os homenageou.”<sup>28</sup>

A 27 de Outubro de 1976, um despacho conjunto do Ministro da Administração Interna (Costa Brás) e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção (Eduardo Pereira) encerra um período de cerca de dois anos de duração do programa SAAL, considerando que “algumas brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do Fundo de Fomento de Habitação (FFH) e das próprias autarquias locais (...) às Câmaras Municipais não foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado”.<sup>29</sup> Este despacho – embora travando de maneira abrupta um processo que, antes de poder desenvolver um sistema adequado ao carácter nacional do problema da habitação social, foi prontamente encurralado pelo sistema político – não veio, no entanto, apagar as marcas que surtiu no modo de encarar o processo da habitação para as classes mais baixas, condicionando tanto as políticas de habitação como a arquitectura social dos anos subsequentes.

Em meados dos anos 1980, o crescimento de bairros precários era já intenso em Portugal, os loteamentos urbanos ganharam fôlego mas os planos de ordenamento permaneceram pendentes, oportunamente encostados à urbanização privada. Apenas com o PER (Programa Especial de Realojamento) a importância dos estudos desta realidade se começa a notar, revelando que estes bairros cresceram, em grande parte, na AML em “zonas inicialmente periféricas e tornando-se mais centrais, seguindo o processo de suburbanização da cidade de Lisboa (...) como é o caso do Areeiro, Chelas, Benfica, Lumiar.”<sup>30</sup> As políticas de habitação que se seguiram foram de encontro às exigências de habitação por parte dos agregados familiares, que não eram compatíveis com casas pequenas em centros urbanos degradados, afastando assim os residentes do centro urbano, respeitando necessidades de espaço e privacidade. É em 1982 que se revê e actualiza o regime dos loteamentos urbanos, com a entrada em vigor a figura do Plano Director Municipal (PDM), que concedia aos municípios a autonomia para deliberar sobre as operações privadas, num caminho de maior liberdade na política pública de descentralização de poderes, sendo esta política de ordenamento de território reconfigurada no arranque nos anos 90 com a revisão dos PROT e PMOT (Planos Regionais de Ordenamento do Território e Planos Municipais de Ordenamento do Território).

<sup>28</sup> MATOS, Helena, artigo para o O Público, edição de 4 de Março de 2010

<sup>29</sup> De acordo com o Despacho 27 de Outubro 1976

<sup>30</sup> CACHADO, Rita Ávila, Habitação Social Nas Últimas Décadas, artigo para a RevistaVirus, Cidades Invisíveis, Novembro/Dezembro, 2009, p. 13-18

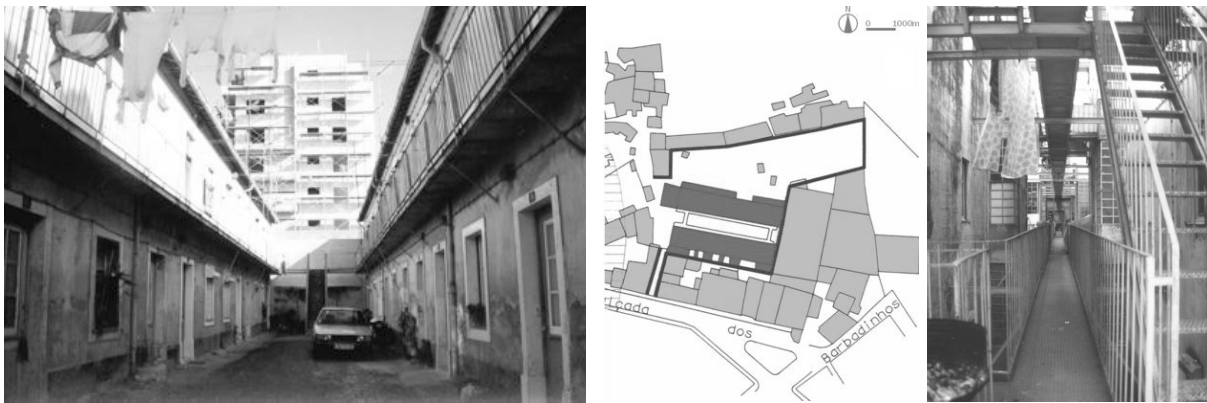


fig. 15| Vilas Operárias de Lisboa: 1.Vila Macieira. 2. Implantação Vila Macieira. 3. Bairro Clemente Vicente  
 fonte: TOMAS, Ana Leonor, "CIDADE OCULTA – A Vila Operária", VAZIOS ÚTEIS – Seminário Estudos Urbanos, 2007

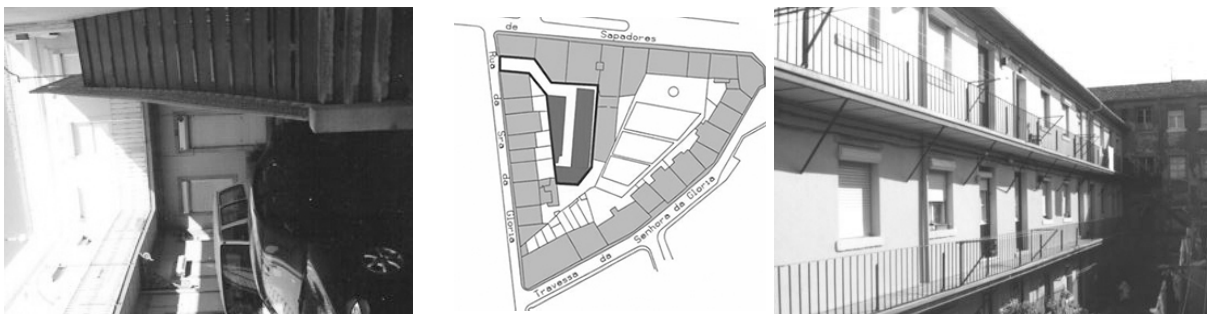


fig. 16| Vilas Operárias de Lisboa: 1.Bairro Estrela D'ouro 2. Implantação Vila Rodrigues. 3. Vila Rodrigues  
 fonte: TOMAS, Ana Leonor, "CIDADE OCULTA – A Vila Operária", VAZIOS ÚTEIS – Seminário Estudos Urbanos, 2007

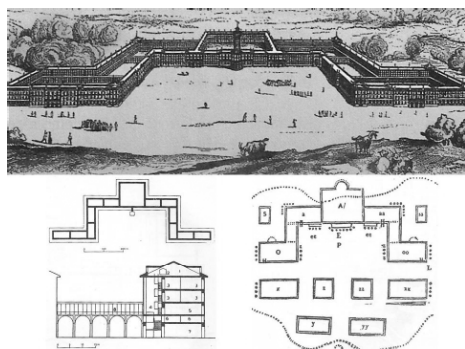


fig. 17| Palácios Societários Charles Fourier  
 fonte: [http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/mais-utopias\\_31.html](http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/mais-utopias_31.html)



fig. 18| Arquitecto Pardo Monteiro  
 fonte: [http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/mais-utopias\\_31.html](http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/mais-utopias_31.html)

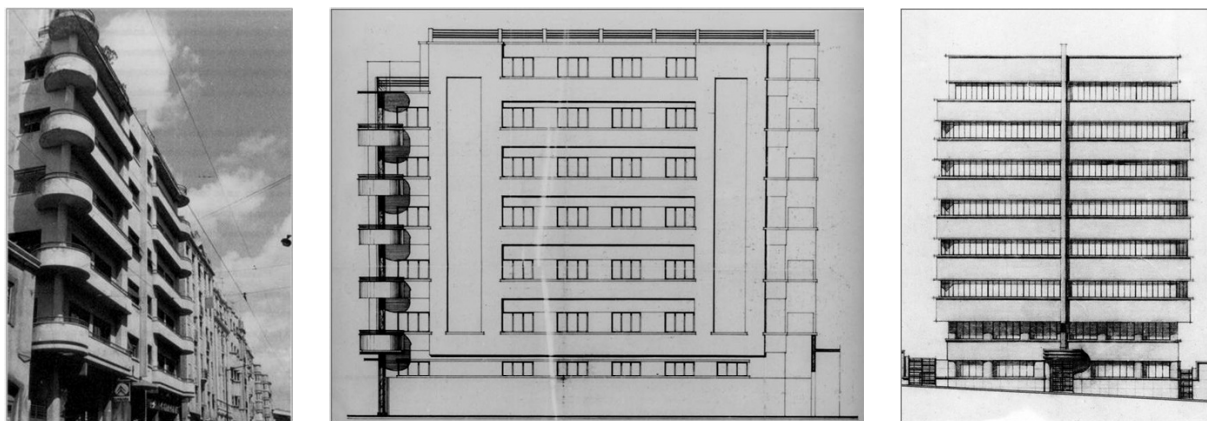


fig. 19| Algumas obras de Cassiano Branco em Lisboa: 1. Edifício na Rua de S. Mamede 2. Alçado Edifício na Rua de S. Mamede 3. Edifício na Av Álvares Cabral  
 fonte: [http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos\\_28.html](http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html)

## 1.2. PLANEAMENTO URBANO - AS VÁRIAS EXPERIÊNCIAS DO ESTADO NOVO ATÉ CHELAS

O processo de produção de habitação foi sempre um problema nacional, assumindo, no início do século XX, uma maior dimensão devido à enorme desumanização da habitabilidade, com o alojamento precário das famílias de operários. A industrialização arrastou camponeses para a cidade que, devido à sobrelocação populacional que então se verificou, eram explorados e engavetados em antigos edifícios, ou alojados em pequenos bairros construídos para famílias pobres, a que se chamou Pátios – recintos irregulares reaproveitados, e sem qualificação para a quantidade sobredimensionada de residentes. “Senhorios dinâmicos fazem construir, eles próprios, nas traseiras dos seus prédios casas abarracadas para alugar a operários; são aproveitadas caves insalubres para o mesmo efeito, sempre com acesso pelas traseiras; conventos das recém-extintas ordens religiosas, adquiridos em hasta pública, ou palácios arruinados são meticulosamente alugados quarto a quarto. E começa a haver quem, com espírito empreendedor, adquira terrenos para aí fazer construir pátios.”<sup>31</sup>

Depressa estes Pátios passaram a Vilas, conjunto de habitações colectivas construídas em torno de um pátio central, que faziam deste um negócio barato e rentável. Estes modelos de habitação seguiam uma estrutura simples, influenciados até pelas imagens arquitectónicas, inglesas e francesas, de Robert Owen e Charles Fourier<sup>32</sup>, de uma rua aberta, num quarteirão, que se transformava em pátio destas casas, e cujo acesso se fazia por galerias e varandas - as Vilas de Lisboa continuaram até à década de 30, às realizações dos Bairros Económicos do Estado Novo, sendo o último bairro construído o Bairro Clemente Vicente.

A acção do Estado Novo nos seus primeiros anos concentrou-se na produção de obras públicas, as quais eram encabeçadas por nomes como Cassiano Branco, Pardal Monteiro, Cristino da Silva, entre outros, exaltando o nacionalismo e a racionalização Salazarista. Esta nova imagem do país foi assumida, acima de tudo, no campo da habitação e do urbanismo – era baseada na política habitacional inserida na Constituição de 1933, e designada por Programa das “Casas Económicas”, que formalizava o protótipo da “Casa Portuguesa”. A promoção da habitação unifamiliar seguia padrões sustentados pelos valores do Estado, assentes na imagem de um modelo social e urbano modesto, com jardim, e inserida numa parcela periférica da cidade. A família era a base de toda a sociedade – tentava-se assim reduzir a proliferação das Vilas, bem incrustadas na cidade.

Contudo, o Movimento Moderno racionalista, que imperava na Europa nos anos 30, começou a contaminar os arquitectos portugueses, que iniciavam um distanciamento do modelo estadista, levando o programa das Casas Económicas a desenvolver-se com uma linguagem mais racional, segundo malhas reticuladas de casas geminadas. O desenho era ainda pitoresco e nacionalista, e a minimização de espaço estava ligada ao conceito do modelo da casa económica: uma casa mínima, otimizada e rentável, seguindo o estilo de alojamento burguês – de facto, a concepção da Casa Portuguesa foi traduzida em plenitude apenas para as classes económicas mais ricas, e personalizada na figura do arquitecto Raul Lino<sup>33</sup>. O Plano Geral do Bairro do Alvíto, de 1938, da autoria de Paulino Motez, tratava-se da excepção no conjunto das Casas Económicas: de inspiração alemã e holandesa, traduzia-se pela modernidade das suas unidades unifamiliares que se desenvolviam segundo um eixo de simetria entre dois equipamentos sociais (centro cultural e jardim), que dividiam o bairro. “A opção do seu desenho urbano e a sua implantação em anfiteatro deveu-se às características morfológicas

<sup>31</sup> PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, 1994, p. 509

<sup>32</sup> Utópicos socialistas do século XIX.

<sup>33</sup> Foi autor de um grande número de textos sobre o problema da arquitectura popular doméstica, em publicações que ilustram a sua personificação quanto aos ensaios da “Casa Portuguesa”, como A casa portuguesa (1929), Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples, (1933), entre outras.





fig. 20| Bairro do Alvito  
 fonte: [http://lisboario200anos.cm-lisboa.pt/index.php?id=4138&tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=995&tx\\_ttnews\[backPid\]=4137&cHash=d0e87cf83a](http://lisboario200anos.cm-lisboa.pt/index.php?id=4138&tx_ttnews[tt_news]=995&tx_ttnews[backPid]=4137&cHash=d0e87cf83a)

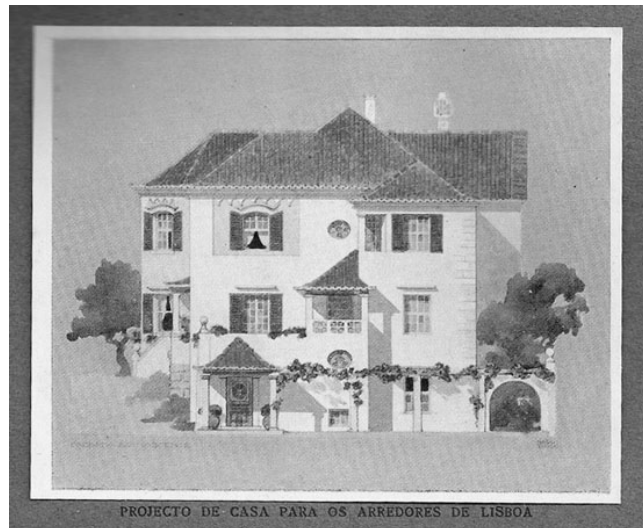


fig. 21| "A Casa Portuguesa", obras de Raúl Lino  
 fonte: [http://diasquevoam.blogspot.com/2006\\_11\\_01\\_archive.html](http://diasquevoam.blogspot.com/2006_11_01_archive.html)

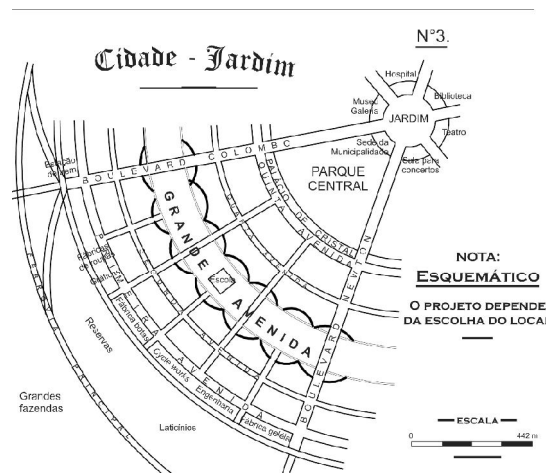
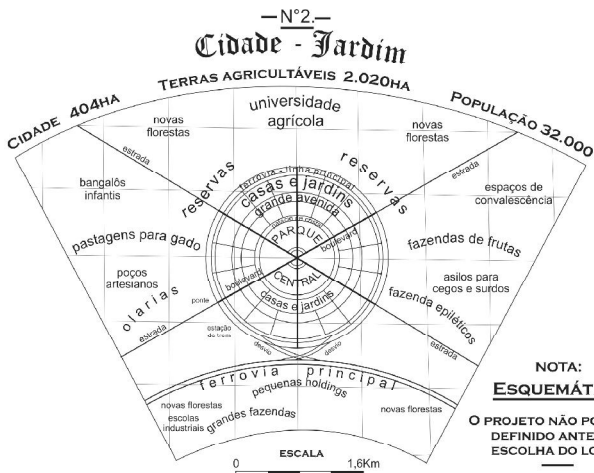


fig. 22| Esquemas das cidades de Ebenezer Howard  
 fonte: <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>

do local em termos de exposição solar, vistas e topografia. Trata-se dum dos exemplos mais marcantes de “Bairro Social” erigido no período salazarista.”<sup>34</sup> A par do processo habitacional, o Estado também desenvolvia o planeamento urbanístico, empenhado no crescimento da cidade, tendo como objectivo o de integrar a nova Casa Portuguesa numa cidade higienista, aberta e segura.

É no fim da década de 40 que é elaborado o Plano Director de Lisboa pela figura de Etienne de Grœier, já influenciado pelas teorias urbanistas inglesas, de Ebenezer Howard, da “cidade policêntrica”, e das “Cidades-Jardim”, ligadas por um sistema viário, que vai delimitar o desenvolvimento da cidade de Lisboa – a cidade amplia-se para as periferias com o crescente desenvolvimento das Casas Económicas, que não obedeciam a qualquer plano director, não havendo até esta altura uma regulação do crescimento da cidade. No entanto, este conceito das Cidades-Jardim, já influenciado pelas escolas europeias do princípio do século, não teve aplicação em Lisboa senão à escala do bairro, normalmente dependente dos programas habitacionais protegidos pelas regulamentações especiais que a política de habitação ia veiculando de forma dispersa.

“A introdução de novos modelos urbanos centrados na cidade-jardim é pois não só natural como inevitável. (...) embora a cidade-jardim seja um modelo importado que não corresponde a um desejo específico de relação com a paisagem, entra e desenvolve-se no país sem qualquer oposição. Ao contrário, a cidade moderna da Carta de Atenas (da unidade de vizinhança à unidade habitacional e à unidade celular) aparecerá apenas depois da guerra em intervenções pontuais, com contextos urbanos tradicionais ou ao longo das Avenidas Novas de Lisboa, procurando um discurso formal inovador a que se associa uma ideia progressista de ser moderno (cosmopolita).”<sup>35</sup> Paralelamente a este desenvolvimento expansivo da cidade para a sua periferia, operava-se um outro dentro do tecido urbano antigo, mas de massificação das áreas edificadas, com uma saturação da capacidade habitacional e da disponibilidade do solo. Esta situação levou a um crescente défice do equipamento social, a uma alteração de algumas funções de certas zonas da cidade, e a um estrangulamento no sistema viário, criando a necessidade de uma melhor solução face à habitação unifamiliar em banda.

Até aos finais dos anos 60, foram aplicados capitais na transformação destes modelos de habitações económicas, que passaram progressivamente a edifícios plurifuncionais: os “Prédios de Arrendamento” são obra da Federação das Caixas de Previdência, criada em 1947, cujo conceito para a resolução do problema da habitação passa pela construção das habitações em altura, que ia contra os princípios Salazaristas. Este modelo da “cidade vertical”, nas tipologias de habitação colectiva, rapidamente ganhou aliados entre os proprietários dos terrenos, e os promotores privados que, passando a encabeçar o processo de urbanização nas periferias de Lisboa, foram transformando o desenvolvimento da metrópole numa desconexa e densa forma de dispersão urbana. “A apologia da Carta de Atenas pelo edifício alto potencia assim um modelo de cidade que se organiza na relação entre unidades de composição com relações interdependentes e espaço verde – as relações formais entre os edifícios definem o conjunto urbano de bairro; por sua vez o modo como se agrupam as «células» (tamanho, distribuição, serviços, infra-estruturas, etc.) define o edifício e a escala da unidade de habitação. Ambos partem do mesmo princípio de composição que a partir da grelha estrutural (infra-estrutural) definida, dos planos de encerramento e da luz articula livremente no espaço os planos ou volumes.”<sup>36</sup>

Nascem assim, do Plano Director Municipal de Lisboa (de 1938-1948) os primeiros planos de urbanização de grande escala em Lisboa, dos quais se destacam o Plano de Urbanização de Alvalade (1945)<sup>37</sup>. O desenho urbano deste plano deu origem aos primeiros

<sup>34</sup> Termos de referência do Plano de Pormenor do Alvito, disponível em <http://ulisses.cm-lisboa.pt/>.

<sup>35</sup> GONÇALVES, José Fernando, “A Miragem da Cidade Moderna na Arquitectura Portuguesa do Pós-Guerra”, 2009, p. 1

<sup>36</sup> GONÇALVES, José Fernando, “A Miragem da Cidade Moderna na Arquitectura Portuguesa do Pós-Guerra”, 2009, p. 6

<sup>37</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 33.921 de 5 de Setembro de 1944



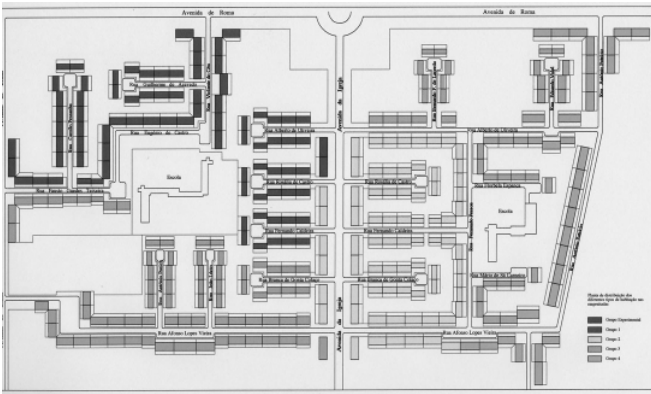


fig. 23| Células I e II do Plano de Alvalade (Rendas Económicas)  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620&page=25>



fig. 24| Vista aérea do Bairro de Alvalade  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=625437&page=6>



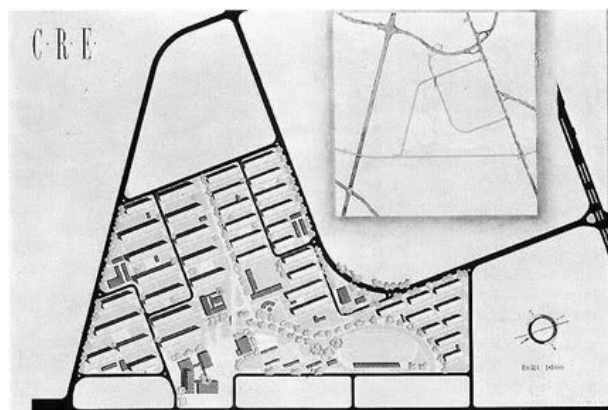
fig. 25 | Entrega de 71 moradias do Bairro de Alvalade às Caixas de Previdência  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620&page=25>



fig. 26| Bairro de Alvalade  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=625437&page=6>



fig. 27 | Bairro do Ramalde e desenho de Implantação  
fonte: <http://infohabitar.blogspot.com/>



prédios de arrendamento financiados pela Caixa de Previdência, da autoria do arquitecto Faria da Costa: paradigma do urbanismo português, os Bairros de Alvalade – cujos 230 hectares que lhe correspondem foram obtidos por expropriação, ocupando uma parte significativa da periferia da área urbana da época – vieram reflectir a influência do pensamento Modernista. Baseado na influência da escola francesa, e na preferência do arquitecto pela concepção das Cidades-Jardim, reflectiu novos pensamentos racionalistas (também influenciado pelas experiências habitacionais holandesas) – as experiências paralelas que aconteciam na Europa, traduziam-se numa influência directa nos arquitectos portugueses.

Com o objectivo de enquadrar as várias práticas urbanas referidas, a malha do plano foi formada por uma quadrícula hierarquizada através da modulação em 8 células habitacionais totalmente livres de atravessamentos rodoviários, segundo quatro eixos viários, com os serviços primários e os quarteirões como elementos urbanos estruturantes. O estilo arquitectónico, ainda um pouco agarrado à estética da Casa Portuguesa<sup>38</sup>, já denotava marcas de realização moderna em alguns volumes, seguindo a linha inglesa dos bairros de habitações unifamiliares geminados, num modelo pioneiro de lotes de quatro pisos, que se expandiu para toda a AML. As diferentes possibilidades tipológicas e regimes habitacionais<sup>39</sup> permitiam o alcance de diferentes extractos sociais, que se serviam ainda de diversos equipamentos sociais, tais como uma igreja, centro cívico e escolas, de forma a conseguir um tecido urbano plurifuncional e socialmente diversificado.

Este Bairro revelou-se um sucesso pioneiro nas experiências de habitação social, pela sua integração espacial na cidade e integração social, garantindo uma integridade comunitária que o espaço publico gerou neste primeiro Plano integrado, cuja morfologia urbana se criou como solução de compromisso. No âmbito da Caixa de Previdência surgiram ainda, em contraposto com o modelo Alvalade dos Bairros Económicos, as Cooperativas de promoção estatal, como a Cooperativa de Habitação Económica Lar para Todos: no porto, o Bairro de Ramalde, do arquitecto Fernando Távora, transformou-se num exercício inovador do Movimento Moderno. Lisboa possuía assim, nas décadas de 50/60, condições para a evolução da habitação colectiva, que se transformou num processo de urbanização, ao conseguir reproduzir objectos singulares capazes de se repetirem em novos bairros de imagem moderna – afasta-se a imagem da arquitectura do regime, a arquitectura é condensador social, e o bloco de habitação plurifamiliar passa a ser a solução do problema nacional da habitação.

Várias foram as propostas de habitação colectiva que surgiram, ainda em Alvalade, desta corrente favorável, como o Bairro das Estacas (1948), do arquitecto Ruy de Athouguia, que substituiu os dois quarteirões tradicionalmente fechados, propostos no Plano, por um só, aberto nos topos, em quatro blocos perpendiculares ao eixo viário principal – garantiu a hierarquia e separação rodoviária/pedonal, assumindo uma continuidade pedonal por toda a área do plano, que desaguava em pátios colectivos e jardins; a primeira proposta verdadeiramente racional de habitação em altura, em blocos colectivos de oito pisos, para a Avenida dos Estados Unidos da América (de uma vasta equipa de arquitectos na década de 50, entre eles Celestino Castro e Hernâni Gandra) – baseada no princípio da Unidade de Habitação Colectiva de Marselha de Le Corbusier – assumiu-se com carácter revolucionário, moderno e anti-burguês, demasiado “inovador”, sendo depois substituídas pela proposta de Filipe Figueiredo de quatro blocos de treze pisos, com habitações mínimas e galerias interiores com comércio no último piso (foram sendo introduzidas novas possibilidades de interligação entre equipamentos, serviços e habitação); o Conjunto habitacional da Avenida Infante Santo, onde a arquitectura

<sup>38</sup> “ (...) as suas ideias estéticas (...) podem ler-se como uma tranquila reflexão sobre os valores do património, do espírito do lugar, da funcionalidade simbólica e da tradição, articulados com os valores do orgânico, do paisagístico, da funcionalidade prática e da modernidade.”,

RIBEIRO, Irene, “Raul Lino Revisitado: memórias de uma Arquitectura “Arte Nova” portuguesa,” 2004, p. 2

<sup>39</sup> Desde Habitações de Renda Económica a Moradias unifamiliares de Renda não limitada.



COLLAGE IN WASTELAND



fig. 28| Bairro das Estacas  
 fonte: <http://abraxas-tipologias.blogspot.com/2009/03/lista-de-edificios-em-lisboa-linguagens.html>

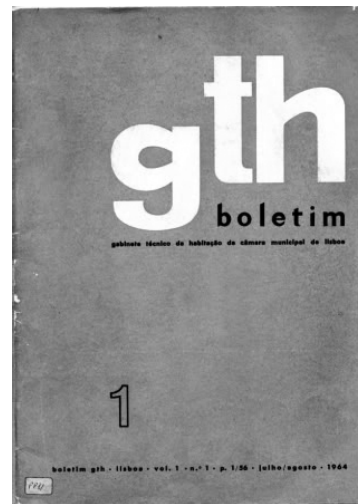


fig. 29| Boletim do GTH, N.º 1  
 fonte: <http://infohabitar.blogspot.com/>



fig. 30 | Edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América  
 fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=339419>



fig. 31 | Edifícios da Avenida dos Estados Unidos da América  
 fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=339419>



fig. 32 | Bairro do Ramalde e desenho de Implantação  
 fonte: Google Maps



fig. 33 | Olivais Norte: I. Quinta do Morgado 2. Edifício de Nuno Teotónio Pereira  
 fonte: <http://premiosvalmor.blogspot.com/>

monumental destes blocos atinge o seu auge, obra de Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta.

Ainda no desenrolar deste período de forte urbanização, onde a arquitectura era vista como instrumento de valorização social da sociedade, estes modelos habitacionais revelaram-se, no entanto, incompatíveis com os extractos mais baixos da população, para o qual estavam direccionados, devido aos valores a pagar pela qualidade da oferta – isto levou o Estado a olhá-los como actos revolucionários contra o poder, ao favorecer a construção privada, que avançou sobre a construção pública nos anos que se seguiram. Rapidamente o Governo apreende o sucesso do modelo Alvalade, e vê-se na urgência de criar um programa de habitação social que possa promover as condições necessárias para a construção destinada a famílias mais carenciadas. Nasce assim o Gabinete Técnico da Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa, formado por uma equipa técnica multidisciplinar – arquitectos, urbanistas, engenheiros, paisagistas, sociólogos. Este laboratório de investigação e projecto teve no Plano de Urbanização dos Olivais Norte o seu primeiro plano definitivo, de introdução da arquitectura moderna em Lisboa, e iniciou-se em 1957. “Entre o Plano de Alvalade e Olivais Norte, a modernização da cidade processa-se a partir de intervenções pontuais de unidades residenciais (isoladas ou em pequenos conjuntos), que lentamente se “emancipam” em «unidades de vizinhança» de maior escala e de implantação livre. Pela circunstância da escala ou da especificidade da intervenção, esse sonho da cidade moderna procurará desde logo uma possibilidade de caminho para a relação com o lugar e com a tradição local.”<sup>40</sup>

Os conceitos urbanísticos em que se baseava o plano evidenciaram a ruptura com a prática formal da época, utilizada em Alvalade, e reflectiram o seu pensamento, fortemente vinculado à Carta de Atenas: o racionalismo (traduzido do neo-racionalismo italiano por Nuno Portas) e a inserção dos edifícios em espaços livres, fluidos e ajardinados, influenciados pelas *new towns* inglesas, que recusaram sistematicamente os anteriores processos de fazer cidade, e marcaram o final dos anos 50. Esta linguagem levou à criação de torres e bandas, que tentavam implementar a ideia de um espaço comum, digno da habitação social, em que os corpos de hall – átrios, acessos e zonas de distribuição – funcionam como espaços de transição, mas também de estar. A dignidade das habitações económicas era procurada pela leveza e largueza dos espaços, assim como pelo seu tratamento artístico. A rede de circulação viária, em Olivais-Norte, funcionava como elemento integrador do plano, ao definir as dimensões dos espaços e o edificado, embora não tenha sido conseguida uma vinculação aos edifícios. A separação é clara entre circulação rodoviária e circulação pedonal, definindo os espaços exteriores de circulação e a localização dos equipamentos, que funcionam como elementos isolados e intencionalmente segregados – constituem pontos edificados que valem por si e não pelo espaço que os envolve, pondo em causa, no entanto, a coerência do modelo urbanístico em questão.

No entanto, no início dos anos 60, a clara contestação da Carta de Atenas (influenciada pela realização do IX CIAM<sup>41</sup> e radicalmente erradicada pelo X CIAM<sup>42</sup>) e da Unidade de Habitação de Corbusier, veio evidenciar-se no Plano de Olivais-Sul, que contrariou todos os princípios experienciados em Olivais-Norte. As linhas do modernismo dos blocos individualizados são substituídas ao conjugarem-se as bandas e as torres, transformando o espaço público em ruas definidas pelo construído. A introdução da criação de áreas centrais (esquecidas pela carta de Atenas), e a experimentação de novas formas de agregação<sup>43</sup>, funcionavam como uma estrutura celular hierarquizada e zonificada funcionalmente – esta solução permitia a interligação directa entre as residências e

<sup>40</sup> GONÇALVES, José Fernando, “A Miragem da Cidade Moderna na Arquitectura Portuguesa do Pós-Guerra”, 2009, p. 3

<sup>41</sup> Em Aix-en-Provence (França), de 19 a 26 de Julho de 1953, sob a temática do Habitat.

<sup>42</sup> Organizado pelo Team X, em Dubrovnik (Croácia), em 1956, de onde se constituiu a Carta do Habitat (relatório histórico sobre as preocupações da habitação iniciadas no pós-guerra).

<sup>43</sup> Que surgiram de modelos urbanos nórdicos, como Roehampton Lane (1952), Vallingby (1953) e a cidade satélite Londrina de Harlow (1947),





fig. 34 | Olivais Sul  
fonte: Google Maps



fig. 35 | Bairro em Olivais Sul  
fonte: <http://premiosvalmor.blogspot.com/>



fig. 36 | Bairros em Olivais Sul  
fonte: <http://www.slideboom.com/presentations/45238/0-Nosso-Bairro-de-Olivais-Sul> | <http://viveraltadelisboa.blogspot.com/2006/03/olivais-sul.html>

os equipamentos, mas falhou na ligação aos equipamentos exteriores, tendo levado este plano a um mero espaço de “dormitório”. Contudo, o diálogo urbano da cidade de Lisboa não se conciliou com estes modelos, levando a uma desordem espacial que derivou das diferentes formas de agregação, tipologias e espaços identificáveis. Foi o produto da revisão do Plano de Olivais Norte para Olivais Sul, que marcou uma ruptura com o modelo tradicional, cabendo a este último (e a Chelas, pouco tempo depois) a atitude inovadora de revisão e contestação dos princípios racionalistas, ortodoxamente impostos numa primeira fase.

O plano de Olivais-Sul criou uma estrutura habitacional que procurava a integração na cidade, articulando-se com a rede viária que era proposta, ligando-a à zona Oriental da AML. A ocupação total das zonas mais aptas para a habitação (com as quatro categorias residenciais previstas no DL. nº 42454) permitiu que não fossem deixados espaços sobranes, de segregação, na malha, libertando as áreas restantes para serviços, comércio, zonas verdes e equipamentos de apoio a estas áreas, ajustados ainda ao número de residentes que serviriam na sua área adjacente. A organização do comércio a retalho na malha de Olivais-Sul baseou-se num esquema de centros comerciais que respondiam às necessidades da procura de bens e serviços para a população, segundo escalões de necessidades diárias, semanais e mensais, que se concentram num núcleo cívico-comercial principal, cujo raio de acção se estende ao resto da malha. O primeiro escalão de comércio de bens diários foi distribuído pelos edifícios de habitação, de modo a garantir a suficiência de bens comerciais das zonas residenciais, enquanto as zonas secundárias não entraram imediatamente em funcionamento (foram programadas à razão de uma loja para cada 100 pessoas).

Esta ruptura, com a carta de Atenas e o modelo tradicional das cidades, levou o Movimento Moderno a iniciar uma crise, que veio suscitar novos modelos e experiências habitacionais. O atelier de Nuno Teotónio Pereira, em associação com Nuno Portas, revelou-se impulsionador na experimentação destes novos modelos, na evolução das formas de encarar o problema da habitação e no desenvolvimento da Arquitectura Portuguesa. O conjunto habitacional cooperativista para a Associação dos Inquilinos Lisboaetas (AIL), em 1956, na Ajuda, constituído por blocos de habitação colectiva com cerca de 100 fogos, modulados em “T”, foi o primeiro projecto de investigação deste atelier, cuja linguagem procurava linhas alternativas ao estilo internacional, onde as tipologias se organizavam sempre, internamente, em torno de uma sala comum central.

Este panorama nacional da arquitectura das décadas de 60/70 marca claramente um ponto de viragem na habitação social, ao procurar uma política habitacional coerente e eficaz que permite assumir esta época como de investigação urbana e de desenho, funcionando como charneira para um novo modo de fazer cidade – é com o Colóquio sobre Política de Habitação (1969) que institucionalmente esta mudança também acontece. “As propostas dos técnicos que participaram nesse colóquio apontavam para a racionalização e industrialização da produção da habitação, criando-se as condições para um rápido crescimento das empresas do sector e o fortalecimento do capital industrial a operar no sector. Também se defendia o direito à habitação, responsabilizando o Estado neste domínio, denunciando-se a especulação e a falta de solos urbanos, a descoordenação dos serviços públicos, a falta de planeamento e o desperdício de recursos financeiros com construções de luxo.”<sup>44</sup> As ilhas e as Barracas multiplicam-se pela AML, e as operações imobiliárias que se concentram no centro da cidade, expulsam as famílias para as periferias em loteamentos clandestinos, levando o governo a atitudes demarcantes das décadas seguintes, como o caso da criação do Fundo Fomento de Habitação (FFH) em 1969.

Este Fundo tinha por base levantar questões sobre as iniciativas habitacionais, com vista ao alojamento de famílias carenciadas, criando iniciativas estratégicas para resolução e promoção imobiliária, assim como para centralizar as diversas execuções de

<sup>44</sup> MATOS, Fátima Loureiro, “A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio”, 2001



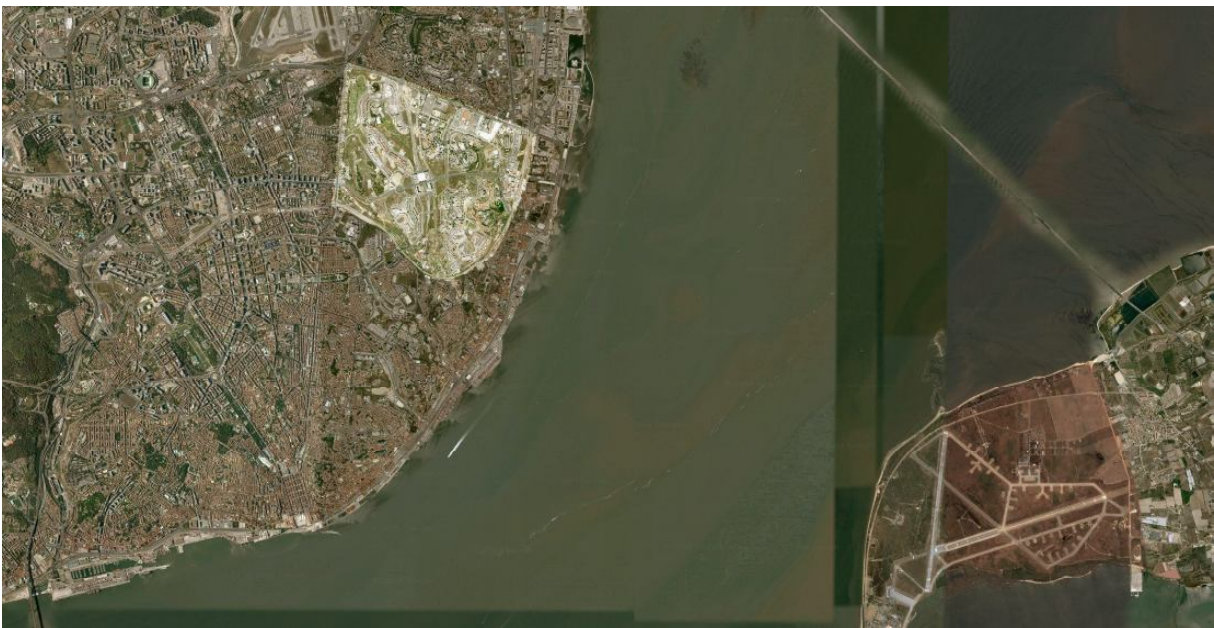


fig. 37| Localização de Chelas na Cidade de Lisboa  
fonte: Google Maps

habitação social dispersas pelos vários departamentos da cidade. Com a entrada em vigor do seu estatuto orgânico, o património das antigas instituições é-lhe atribuído e são transferidos para este fundo todos os empreendimentos das Casas de Renda Económica, passando a promoção de habitações sociais a ter como objectivo principal a resolução do próprio problema da habitação – procurava-se a melhoria das deficientes condições do alojamento social como mote do desenvolvimento da arquitectura da altura.

Contudo, a acção deste plano não foi relevante, e a iniciativa de promoção habitacional passou para as autarquias, para as cooperativas e para o sector privado. Embora se entenda que “no final dos anos 70, era visível o elevado número de cooperativas de habitação, facto que contribuiu para a fundação da Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE), em 1980”<sup>45</sup>, o processo SAAL não foi de todo indiferente a esta situação, e actuou, embora por pouco tempo, num modelo administrativo e político pela mudança e revolução democrática no problema da habitação. Esta resposta, contudo, conheceu diferentes meios arquitectónicos, ao contactar com formas em espaços e tempos diversificados, tendo tido interpretações divergentes no Norte, Centro e Sul do país, e acompanhavam lado a lado decisores políticos, numa ideologia que ia muito para além da resolução dos défices habitacionais. “(...) A grande novidade era o processo SAAL. E, não o era tanto pelos propósitos mais ou menos populistas do ‘diálogo com a população’ como, na minha opinião, pela oportunidade de ter, simultaneamente, vários resultados em todo o país (principalmente em Lisboa e Porto), várias linguagens em confronto, diferentes implantações, um marco aberto – de um dia para o outro – de experiências e modelos para saciar a nossa fome de heróis e de debate.”<sup>46</sup> Deste programa, salientam-se propostas com maior incidência para o Porto e para Setúbal (embora tenha sido uma intervenção ocorrida a nível nacional), como por exemplo o Bairro da Bouça e o bairro Castelo Velho, respectivamente. “Ao SAAL cabia, basicamente, a auto-organização e a experiência do diálogo com os projectistas que devia pôr em prova tipos de casa e de bairros menores (embora mais numerosos) e mais adaptados aos locais. Ou seja, distintos dos antecedentes Planos Integrados, de nome aliás infeliz, já que de integrados tinham pouco.”<sup>47</sup>

Chelas foi encarada como o primeiro programa unitário de planeamento urbano, sendo vasto em extensão e relevante em profundidade, na história do crescimento da cidade de Lisboa, e foi elaborado como Plano Integrado. O Planeamento Integrado envolve não apenas a construção de habitações ou núcleos residenciais, mas também os integra com serviços e equipamentos – o mercado, o liceu, etc. – necessários à subsistência das habitações que lhes são envolventes, subsistindo como “cidade autónoma”. Devem equacionar-se as questões de acessibilidades e promover uma correcta adequação ecológica à paisagem onde se inserem – deste modo, não são apenas fogos de habitação mas sim um habitat urbano, de integração social, ambiental e territorial (é, no entanto, no pós 25 de Abril, que os Planos Integrados encontram uma maior efectivação). O Plano de Chelas surge nesta década integrado nos planos de expansão de Lisboa, que se foi processando ao longo do rio.

<sup>45</sup> REIS, Sofia Borges Simões. “74-86 Arquitectura Em Portugal: Uma Leitura A Partir Da Imprensa”, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, 2007, p. 184

<sup>46</sup> DIAS, Manuel Graça, in A&V, 1994, citado por REIS, Sofia Borges Simões. “74-86 Arquitectura Em Portugal: Uma Leitura A Partir Da Imprensa”, 2007, p. 179

<sup>47</sup> PORTAS, Nuno “Uma bela vista sobre o SAAL”, in Público, 18 de Maio 2009





fig. 38 | Mapa de declives de Lisboa e de Chelas  
 fonte: <http://menoscarro.blogspot.pt/89475.html>



fig. 39 | Topografia do território e limites rodoviários/ferroviários (a vermelho as principais estradas de distribuição, incluindo as vias centrais do PUC, e a cinzento a Linha de Cintura de Caminho de Ferro)  
 fonte: Google Maps

# O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CHELAS

CAPÍTULO II

## 2.1. ANÁLISE SÓCIO-GEOGRÁFICA DE CHELAS

A área de Chelas, situada a norte do Vale de Chelas, abrange 80% do território da freguesia de Marvila, 510 hectares da zona periférica oriental de Lisboa, configurando-se em duas encostas com pendente para o rio. São duas unidades geográficas que, por sua vez, outros vales menores vêm compartimentar, e cujo talvegue possui uma orientação sensivelmente norte-sul, paralelo à margem nascente da cidade, até às cotas mais elevadas da cidade, junto ao aeroporto. Este território é cortado por vales perpendiculares ao rio, que condicionam a continuidade do tecido urbano, constituído por taludes abruptos e ravinas, com declives que variam entre as cotas extremas de 10m e 114m.

Às depressões que se registam nessas encostas correspondem linhas de água que estruturam a mais vasta bacia hidrográfica da cidade, incorporando dois sistemas: um que escoas as bacias hidrográficas do vale central e da linha caminho-de-ferro, e outro, a nascente, que recebe a água do Vale Formoso. É limitada a norte pela via de circulação automóvel (Av. Marechal Gomes da Costa), a nascente pela Av. Infante D. Henrique, pela linha férrea (Linha de Cintura) e respectivas faixas de protecção, a poente pela escarpa que se desenvolve ao longo da Av. Gago Coutinho e, a sul, pela referida Linha de Cintura. A morfologia do solo confere a esta área uma grande riqueza panorâmica, com o Estuário do Tejo a nascente, a margem esquerda do mesmo a sul, o recorte da Serra da Arrábida e ainda os mouchões do Tejo a Norte.

Os dados demográficos disponíveis revelam que a área abrangida pelo plano de urbanização era previamente ocupada, essencialmente, por explorações agrícolas em condições deficientes, existindo, segundo inquérito<sup>48</sup>, 2801 famílias residentes na malha de Chelas<sup>49</sup>. A sua localização e proximidade a zonas de oportunidade, como o caso da sua proximidade à Zona Ribeirinha, favoreceram

<sup>48</sup> Informação detalhada em HEITOR, Teresa Valsassina A vulnerabilidade do espaço em Chelas, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997

<sup>49</sup> O Inquérito Habitacional aos Bairros de Lata e Construções Abarracadas existentes na Área Administrativa de Lisboa, feito pelo GTH em 1960/1961, revelou que 30% da população de Marvila vivia em construções precárias no território, mais 5% que no resto da Cidade de Lisboa, número esse que aumentou devido aos fluxos migratórios e carências habitacionais da época. As actividades industriais eram o sector de emprego mais abrangente, onde trabalhavam 16% da população da zona oriental de Lisboa.





fig. 40 | New Town Harlow, Londres  
 fonte: <http://gallery.e2bn.org/image661129.html>



fig. 41 | New Town Harlow, Londres: esquema de células  
 fonte: <http://gallery.e2bn.org/image661129.html>



fig. 42 | New Town Harlow, Londres  
 fonte: <http://gallery.e2bn.org/image661129.html>

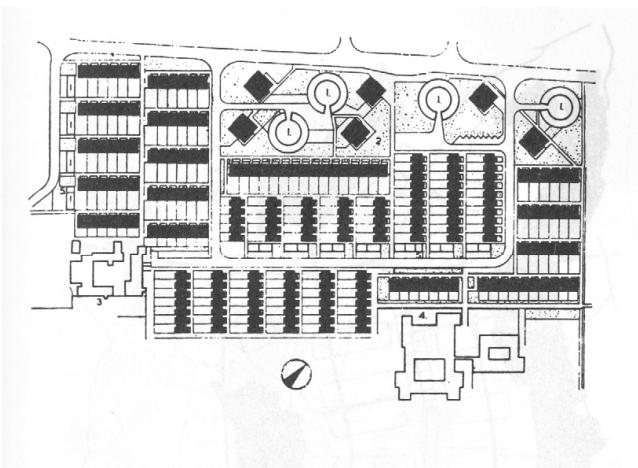


fig. 43 | New Town Cumbernauld: Unidades habitacionais de um Bairro  
 fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, "Projectar a Cidade Moderna", 1987



fig. 44 | New Town Cumbernauld: Unidades habitacionais de um Bairro  
 fonte: <http://www.citiesoftomorrow.de/>



condições privilegiadas para a indústria ai se instalar desde o final do século, levando à fixação neste território de população carenciada, em núcleos de habitação de grande precariedade, assim como pequenas indústrias e armazéns – todo o restante território apresentava apenas pequenas barracas, onde o declive permitia a sua construção. A construção da Linha de Cintura (ferrovia) também favoreceu esta tendência industrial e operária, pela facilidade de acessos e transporte de bens/mão-de-obra. Também a construção da nova Ponte sobre o Tejo, em 1963, teve impacto nesta tendência, mas que de negativo originou, reforçando, os realojamentos da população de Alcântara – zona anteriormente composta por grandes aglomerados habitacionais, aquando da industrialização no início do século 20 em Portugal – e Rego, deslocados para Chelas, em construções de carácter provisório, sob iniciativa do Governo.

## 2.2. PLANOS PARALELOS INTERNACIONAIS DE REFERÊNCIA PARA O PLANO

Com o início da década de 60, período correspondente ao pós-guerra, procuravam-se novos esquemas radicais que garantissem o realojamento e resolvessem o problema da habitação na Europa. Novas perspectivas eram desenvolvidas, justificando a insatisfação e inadequação do Homem à cidade – a relação entre o Homem e a cidade é consciencializada pelos arquitectos europeus desta altura, que reconstruíam cidades pondo em causa modelos antigos que em nada satisfiziam as necessidades das populações. A vertente social ganha preponderância assumindo-se como prioridade no papel da habitação social que integra o Homem na Sociedade, e são desenvolvidos novos conceitos como o de hierarquização de vias urbanas e o de sentido de vizinhança. A ausência de conotações espaciais e formais, que caracterizou o urbanismo desta época, criou uma discrepância entre a prática urbanística e a arquitectura, desvalorizando o conceito de planeamento urbano e empobrecendo a expressão arquitectónica. A cidade passou a ser considerada a fonte de arquitectura.<sup>50</sup>

Aquando dos estudos para o Plano de Chelas, pelo GTH, vários foram os modelos urbanos internacionais que emergiram como soluções experimentalistas da contestação ao funcionalismo/racionalismo, que influenciaram assim a concepção deste plano. Como planos paralelos de referência para o modelo de Chelas surgiram as propostas das primeiras novas cidades do Pós Guerra, as primeiras New Towns inglesas. Estas experiências urbanas nasceram do movimento das Cidades-Jardim, baseando-se no entanto na criação de conjuntos urbanos autónomos e com equipamentos sociais. Deste período, como influência no planeamento de Chelas, destaca-se a experiência de Harlow (1947), uma cidade satélite de Londres cujo plano funcionou como paradigma de uma estrutura celular hierarquizada - as células habitacionais foram desenvolvidas para permitirem uma melhor distribuição dos equipamentos pela população, nas diferentes faixas etárias. Eram unidades com 5.000 habitantes cada, apoiadas nos principais serviços de comércio e ensino, caracterizados estes últimos pela standardização e pré-fabricação dos modelos de equipamentos. Roehampton (1952-55), também em Londres, segue como exemplo na época de articulação entre edificado e paisagem, assim como o Plano de Cumbernauld (1953-68), do qual se destaca a densificação da área habitacional numa cidade em torno de um centro cívico, linear na sua forma e multifuncional no seu conteúdo, mas de abandono do sentido de vizinhança, apenas comutador de tráfego populacional. Este centro assume uma identidade própria como objecto que se destaca na malha baixa como identificável, acompanhando a maior dimensão da proposta da cidade.

<sup>50</sup> VIDLER, Antony, "Terceira Tipologia", in *Oppositions*, nº5, Periódico do Instituto de Arquitectura e Estudos Urbanos, 1978



fig. 45 | Team X  
 fonte: <http://www.arqred.mx/blog/2009/08/14/c-i-a-m-y-team-x/>



fig. 46 | Alison e Peter Smithson  
 fonte: [http://nuances-oslugaresdaarquitectura.blogspot.com/2008\\_05\\_01\\_archive.html](http://nuances-oslugaresdaarquitectura.blogspot.com/2008_05_01_archive.html)

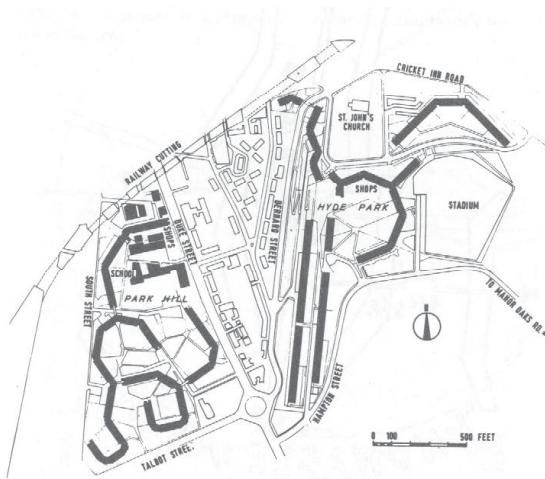


fig. 47 | New Town Sheffield, Hyde Park  
 fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, "Projectar a Cidade Moderna", 1987



fig. 48 | New Town Sheffield Park Hill  
 fonte: <http://www.flickr.com/photos/kristianbirchall/>



fig. 49 | New Town Hook: percursos pedonais  
 fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, "Projectar a Cidade Moderna", 1987

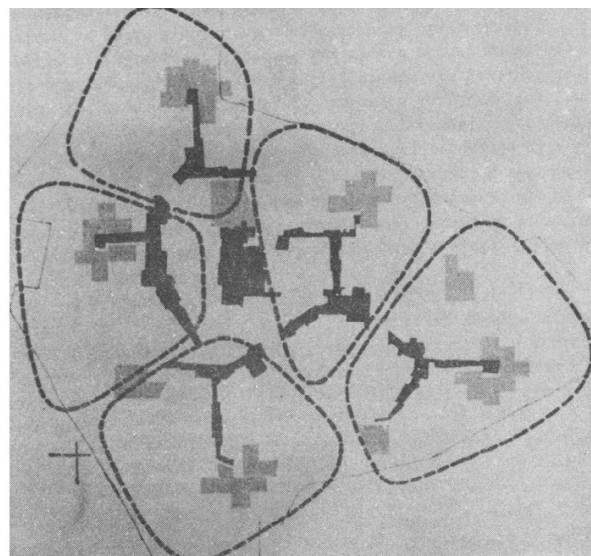


fig. 50 | Cidade francesa de Toulouse-Le-Mirail  
 fonte: Elzbieta Dudzinska, "Subsídios para a localização dos equipamentos de ensino público na cidade de Palmas", 2009

Esta corrente de exploração de novas formas, a sua adaptabilidade aos lugares e os novos padrões de desenvolvimento urbano, e arquitectónico, das cidades planeadas nos anos 60, foram iniciadas já na década de 50 por figuras que internacionalmente abordavam a questão da “veracidade” do Movimento Moderno, tais como Lévi-Strauss, Jacobs, Rudofsky e Lefébvre. Estes trabalhos de investigação chamaram sempre a atenção para a linha racionalista, que levou à ruptura da relação orgânica entre o Homem e o seu Meio e levaram à revisão formal da produção arquitectónica por grupos como o Team X<sup>51</sup>. Este grupo defendia que cada proposta urbanística fosse adequada a cada opção formal tomada, tendo em conta a referência do espaço para o qual eram produzidas, princípios estes defendidos em novos vários modelos dos arquitectos Alison e Peter Smithson no território urbano inglês.

As propostas das new towns baseavam-se na reinterpretação de elementos urbanos tradicionais como o Bairro e a Rua, levando à criação de percursos pedonais dispostos em vários níveis, tanto como de acesso à habitação como espaços de estar – tentava-se recuperar o papel activo do espaço público na concepção do espaço urbano. Com isto, “o desenho do espaço urbano e edificado deveria definir um quadro físico formalmente completo e afirmar-se como um espaço controlado de modo a formar uma unidade de paisagem urbana.”<sup>52</sup> Exemplos destes novos modelos são as cidades de Park Hill e Hyde Park, em Sheffield, de Hook e de Toulouse-Le-Mirail: “ (...) é rejeitado o conceito de estrutura celular e hierarquizada. Em favor de uma organização unitária, é utilizada uma morfologia urbana direccional, é reabilitado o conceito de rua e são propostos centros lineares de equipamento, assim como a completa separação entre tráfego pedonal e tráfego automóvel.”<sup>53</sup> São modelos que seguem uma estrutura de centro cívico como espinha dorsal construída, da qual partem diversas ramificações para toda a malha, com diferentes actividades e usos (comércio, equipamentos) em pólos de interesse diferentes, constituindo-se sem quebra de continuidade, como um gerador de contactos sociais. Surgem como forma de interligar serviços e habitação, cuja lógica de integração se queria demarcada da envolvente, para se afirmarem como novas unidades identificáveis na paisagem urbana, não como edifício mas sim como um lugar contínuo de actividades urbanas, colectivas e individuais.

A cidade de Toulouse-Le-Mirail articulava um conjunto unitário que se interligava pela sobreposição de dois sistemas de mobilidade, o rodoviário e o pedonal, ao longo do qual se encontravam os serviços do bairro e que conseguia também a integração dos equipamentos sociais com as habitações. Este modelo deve-se, acima de tudo, às influências da arquitectura mediterrânica e da sua concepção de “habitat”, que procurava o regresso à tradição popular da habitação mais uma vez como reacção ao racionalismo internacional. Esta influência, em particular da cultura do pós-guerra italiano, traduziu-se em Portugal, no campo da arquitectura, com o movimento populista em torno da habitação social, com bairros italianos paralelos como o Bairro de Tiburtino, dos anos 50<sup>54</sup>.

Os espaços construídos e os vazios apresentavam assim uma relação interdependente, em que é o sistema de circulação e os eixos de movimento que fazem a passagem da escala das habitações dos bairros à escala da cidade - a linearidade dos projectos é dada pelos prolongamentos das suas faixas, reabilitando o conceito de rua. Contudo, esta solução espacial conduziu ao projecto de vários conjuntos edificados em que a morfologia do espaço urbano depende directamente das opções arquitectónicas formais dos edifícios, e revelou uma fraca relação entre o construído e o vazio.

<sup>51</sup> Os membros de maior relevância foram Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eyck, Giancarlo De Carlo, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods. Propunham a continuação do CIAM pela sua revisão crítica.

<sup>52</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p. 140

<sup>53</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, pp. 140-141

<sup>54</sup> Projectado por vários arquitectos, entre os quais Ludovico Quaroni (1911-87), Carlo Chiarini (1925-) e Carlo Aymonino (1926-), na década de 50, à luz da primeira Lei Urbanística geral de Itália que regularizava e hierarquizava planos de várias ordens.





## 2.3. OS ANTECEDENTES E A ELABORAÇÃO DO PLANO

### DAS QUINTAS AO PLANO

Lisboa apresenta-se num sistema de vales, de onde se destacam três pela sua dimensão e morfologia: o Vale de Alcântara, Valverde e o Vale de Chelas. Nos dois primeiros, a área de construído encontra-se hoje estabilizada e em equilíbrio com a sua morfologia, no entanto foi apenas na segunda metade do século XX que o Vale de Chelas foi objecto de intervenção. Pertencente à freguesia de Marvila, este território era composto, até meados do século XIX, por conventos e quintas de áreas de cultivo, locais de férias e de lazer da aristocracia lisboeta (pertencentes a figuras como Duque de Lafões, o Marquês de Marialva e o Marquês de Abrantes). Isolada de pressões urbanísticas e com difíceis condições de acessibilidade, a sua topografia levava ao cultivo de hortas nos terrenos baixos, e culturas de trigo e cevada nos terrenos em declive. Mais tarde, estas quintas foram desmembradas e compradas pela classe ascendente de industriais e comerciantes que, no início do século XX, floresceram na Oriental de Lisboa, com indústrias como a Fábrica Nacional de Sabões, a Fábrica de Borracha e a Fábrica dos Fósforos. Várias foram as barracas clandestinas, construídas pelos operários destes núcleos industriais, em torno destas quintas e dos terrenos apropriados pelos mesmos.

A localização de construção ilegal nesta zona periurbana de Lisboa não foi accidental, estas quintas serviram de suporte à migração rural: as quintas de espaço de lazer burguês iam sendo abandonadas e caindo em desuso, deixando uma área residual potenciadora de ocupações irregulares rápidas, em espaços sem vigilância ou devolutos. A migração que se fez sentir na década de 60 – com grande parte da população rural a abandonar o campo, onde tinham fome e passavam por condições de vida miseráveis, indo em busca de possibilidades que um trabalho rentável, melhores condições de habitação, e oportunidades agrícolas poderiam oferecer – levou à procura de locais particulares para os cidadãos de instalarem. A migração para a cidade de Lisboa manifestava-se como uma deslocação menos arriscada do que a emigração para fora do país, e estes espaços de quinta abandonados, grandes vazios urbanos, reuniam as condições necessárias: os industriais construíam barracas, em grandes aglomerados, e potenciava-se o cultivo de produtos agrícolas, que a população rural produzia tanto como trabalho de subsistência como de lazer.

Um dos casos mais antigos é o caso dos terrenos da antiga Quinta do Marquês de Abrantes (ou dos Condes de Figueiró) que rapidamente se tornaram no designado Bairro Chinês, um dos maiores bairros de barracas da altura na Lisboa Oriental, com mais de cinco mil habitantes<sup>55</sup>. Os seus habitantes, na sua maioria operários de personalidade vincada, pelas suas origens do meio rural da Beira Alta (Castro Daire), usufruíam da Quinta dos Alfinetes (antiga Quinta do Condado) para cultivo das terras, nos tempos livres das suas funções nas fábricas, esta separada da Quinta do Marquês de Abrantes pela Azinhaga dos Alfinetes. É o palácio dos Alfinetes, antigo Palácio do Condado, que ainda hoje marca a presença da aristocracia rural nesta zona Oriental de Lisboa.<sup>56</sup>

Como referido anteriormente, a expansão da cidade para Chelas estava já contemplada no Plano Director Da Cidade de Lisboa, numa primeira resposta racional à preocupação de funcionamento da cidade, e da sua continuidade, com o tecido urbano de Marvila, que desde então estrutura o seu crescimento. Proposto por E.de Groer e elaborado em 1938-1948, definia duas grandes áreas – habitação de baixa densidade a poente, e indústria a Norte, paralela à linha de caminho de ferro – separadas por uma zona verde, e servidas por um sistema viário configurado em vias circulares e radiais.

<sup>55</sup> Informação detalhada disponível em <http://o-meteorologista.blogspot.com/2004/01/alfinetes-e-marqus-de-abrantes-captulo.html>

<sup>56</sup> Informação ilustrada e detalhada das Quintas de Marvila, no anexo I.





fig. 53 | Reunião da equipa do GTH e exposição dos estudos para Olivais-Sul  
fonte: <http://infohabitar.blogspot.com/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html>

É ainda a partir deste conceito que começam a surgir as primeiras, e mais variadas e extensas, ligações em túnel, que foram e ligam as colinas da cidade de Lisboa à zona oriental e ocidental da AML, como o do Cais do Sodré – Restauradores – Martim Moniz – Campo das Cebolas (1948). Mais tarde, em 1967, surge o troço subterrâneo que ressurgiu à superfície na Estrela, S.Bento, Av. Da Liberdade, Rua da Palma e de novo no Vale Escuro – o sistema viário que servia o vale central funcionava como saída oriental de Lisboa e era elemento estruturante de uma malha de azinhagas que percorriam as meias encostas, interligadas por outras perpendiculares às mesmas. Estabeleceu as bases estruturantes das novas unidades urbanas de Lisboa e veio alterar a morfologia do espaço e organização social/funcional da própria cidade, criando um programa de habitações de rendas acessíveis aos agregados familiares com menos rendimentos, através da reserva de terrenos destinados, preferencialmente, a fins habitacionais que suscitassem interesse da população activa da marginal do Tejo.

Este plano previa o uso da estrutura viária pré existente, reduzindo a área industrial e ampliando as áreas habitação, para estabelecer uma ocupação da zona mais densa, sendo ainda criada uma zona verde a poente para ser usada pelo aeroporto, onde se previa a criação de um parque. Foram estabelecidas quatro categorias de habitação, definidas em função do custo do terreno urbanizado, com o objectivo de que “as novas unidades urbanas a construir incluam todas as categorias económicas, evitando segregações sociais inconvenientes”<sup>57</sup>. Competia ao município a preparação dos trabalhos e elaboração dos projectos de arquitectura deste plano, para além da aquisição dos terrenos. Na sequência da necessidade de fiscalização e direcção destes programas e obras, surge o já referido Gabinete Técnico de Habitação (GTH), com a função de estabelecer os fundamentos estratégicos para a concretização dos programas, encarregar-se da concepção das habitações e desenvolver os estudos conducentes à sua optimização funcional e económica.

Os estudos de Chelas foram assim iniciados em 1960, numa revisão ao plano anterior do GEU, e delineado o PlanoBase de Urbanização para Chelas. A equipa era dirigida pelo arquitecto José Rafael Botelho, e dela qual faziam parte os arquitectos Francisco da Silva Dias, João Reis Machado, Alfredo Silva Gomes, Luís Vassalo Rosa e Carlos Worm, e os Engenheiros José Simões Coelho e Gonçalo Malheiro de Araújo.

#### ELABORAÇÃO, METODOLOGIA E POLÍTICA HABITACIONAL DO PLANO

Para a compreensão do território em análise, aquando da concepção do Plano, foi tido em consideração o conceito de Aptidão Ecológica, segundo um planeamento ambiental, sobre o qual os estudos da Carta da Morfologia do Território e a Carta de Aptidão à Edificação são essenciais, para compreender a elaboração do plano: “Considerar os princípios do planeamento biofísico nos processos de decisão relativos à afectação de áreas do território à edificação, é fundamental para se assegurar o desenvolvimento sustentável. A Carta da Morfologia do Território e a Carta de Aptidão à Edificação são dois instrumentos que, de uma forma clara, sintetizam alguma da informação necessária a quem quer compreender a Paisagem e planear em harmonia com os processos ecológicos.”<sup>58</sup>. Depois de analisada a Carta de Declives de Chelas, foram significativos os valores encontrados, que designavam 5% de áreas quase planas, 12% de edificações sem necessidade de terraplanagens, 16% de edificações com recurso a terraplanagens e mais de 16% de zonas com declive demasiado acentuado para edificar.

<sup>57</sup> De acordo com o Decreto-Lei Nº 42 454, (preâmbulo)

<sup>58</sup> Boletim Lisboa Urbanismo, nº9, 2000



A Carta da Morfologia do Território de Chelas foi assim obtida através da sobreposição da Carta de Declives sobre a Carta Hidrográfica, que demarcou as zonas ecológicas fundamentais e sobre as quais são impostos limites à edificação. Ao fazer coincidir esta Carta com a Carta de Exposições (solares) da área, é obtida a Carta de Aptidão à Edificação, que permite a leitura imediata do uso do solo, ou seja, os locais adequados ou não à edificação, dados em dois planos: o negativo, zonas com declives superiores a 16%, e o positivo, referindo as zonas e cabeços com declive inferior a 16%. Este estudo<sup>59</sup> permite perceber que toda a malha do Plano foi assim definida com base numa Planta Síntese, com indicação da distribuição do espaço e as suas dimensões, no que diz respeito à ocupação do solo, desde os espaços de circulação, espaços verdes, áreas a edificar e equipamentos.

No entanto, tradicionalmente, uma análise territorial desta dimensão obriga ao estudo das dimensões parciais, que estabelecerão modelos de interpretação locais da morfologia do território e, de facto, foram ensaiados novos métodos em Chelas, mas os aspectos mencionados na Memória Descritiva do Plano, aspectos físicos e paisagísticos, seguiram análises meramente científicas sem ultrapassarem um nível interpretativo. A toponímia do lugar, onde o Plano de Chelas pretendeu inovar como campo de análise, sofreu da ausência de um instrumento que a orientasse: “Em nosso entender, a toponímia futura, a par do enriquecimento que a transformação que o terreno vai sofrer inspirará, deve manter como raiz de perenidade a toponímia existente. (...) Uma correlação<sup>60</sup> mais profunda tornar-se-ia pouco viável dado o elevado número de combinações possíveis, e os meios disponíveis de análise.”<sup>61</sup> Foi delineada uma estrutura semântica do território de Chelas mas a dimensão orgânica do local omitiu-se, onde se deveria traduzir a sua infra-estrutura paisagística.

É em 1964 que o Plano de Urbanização de Chelas (PUC) é submetido à avaliação final pelo Conselho Superior de Obras Públicas, cujo parecer determinou a necessidade deste plano entrar em consonância com os elementos do Plano Director, que já se encontrava em preparação na Câmara Municipal de Lisboa, sendo aprovado em Maio do mesmo ano, com data horizonte provável de implementação/conclusão para o ano 2000. Esta entrega tão imediata do plano para aprovação teve, no entanto, raiz na socialização e municipalização dos solos da área: desejava-se que as obras de infra-estruturação tivessem rapidamente início, para tornar o terreno urbanizável, e para isso era necessário expropriar rapidamente os terrenos, maioritariamente de posse privada, que constituíam o território de Chelas. Com a aprovação do plano foi possível obter uma declaração pública de utilização desses terrenos: os estudos efectuados pelo GTH revelaram impedimentos ao desenvolvimento de Chelas e à realização do próprio Plano, pois a malha elaborada afastava, à partida, a hipótese de investimento urbano por parte de particulares.

Segundo os Relatórios Anuais do Gabinete Técnico da Habitação, entre os anos de 1960 e 1968, a maioria das verbas dedicadas ao PUC terão sido gastas na expropriação e aquisição de terrenos, colocando o Plano demasiado dependente desta questão dos solos.<sup>62</sup> Esta situação e as intervenções em Olivais (Norte e Sul), ainda a decorrer nessa altura, comprometeram o arranque da operação em Chelas, alterando a estratégia de desenvolvimento que se tornou faseada e por zonas, descurando a operação global que havia sido planeada e descurando a integração do conjunto, que deveria integrar estas sub-unidades. O processo metodológico de elaboração do plano começou a revelar-se deficiente no estudo económico da implantação, suscitando as primeiras referências a Chelas como somatório de unidades, que se iriam agregar com o decorrer do tempo.

<sup>59</sup> Caso de estudo de morfologia urbana da cadeira de Arquitectura e Urbanismo do curso de Engenharia Civil do ISEL

<sup>60</sup> Os objectivos das correlações são a fisiografia, a biologia, a rede viária e o Habitat.

<sup>61</sup> Memória Descritiva do Plano de Urbanização de Chelas (Anexo), p. 13

<sup>62</sup> Este sistema levou, contudo, à especulação por parte dos donos dos terrenos sob aquisição, apoiados pela legislação da altura que protegia a propriedade privada.





O Plano empenhava-se em “recuperar o ambiente urbano da cidade tradicional e em corrigir as soluções anteriormente praticadas – afastadas de uma intencionalidade formal e funcional e deficitárias de elementos arquitectónicos considerados válidos (a rua, a praça) – os projectistas de Chelas procuravam um novo sentido para o ‘Homem da Rua’ (...)”<sup>63</sup>. Na abordagem metodológica, procurando uma maior viabilidade possível de concretização, são recuperadas características das diferentes tipologias e formas de ocupação das encostas existentes em Lisboa, antevendo como imagem urbana da área uma concepção baseada na Cidade Mediterrânea – como acontecia em Alfama, Lapa, Sant’Ana e Chiado entre outros bairros, localizados em lugares de pouca acessibilidade, e de estrutura apinhada pelo aglomerado urbano. Assim, “os pressupostos em que se baseou a elaboração do Plano de Chelas exigiram a reformulação da metodologia urbanística até então empregue. A definição de uma morfologia urbana, direccionada e aglutinadora de funções, para além de implicar uma consciência crítica perante a herança racionalista, deveria adiantar propostas sistematizadoras das relações que, a diversos níveis, se processam na cidade.”<sup>64</sup>

O Programa surge como centro gravítico dos estudos<sup>65</sup> efectuados, sendo o dos equipamentos e infra-estruturas decisivo para a criação de edifícios dinâmicos e ajustáveis a cada situação. O principal factor de dimensionamento do Plano, no que diz respeito ao Programa, foi o nível de Densidade, que distribuiu a população prevista através de índices de utilização, verificando a incidência dos equipamentos e infra-estruturas necessárias. Contudo, este conceito não foi de todo aplicado à prática: a sua referenciação na memória descritiva é sumária, e é um indicador de referência de extrema importância, visto que o planeamento de uma área de habitação social pressupõe um controlo económico apertado – ao contrário da experiência de Hook, em que a densidade é definida em função de um critério de economia de espaço, meios e custos. Com isto, e dada a heterogeneidade da malha, com grandes terrenos onde era impossibilitada a construção, definiram-se zonas habitacionais com uma média de dez mil habitantes, sendo estas as bases habitacionais do programa de Chelas. No entanto, o facto de os equipamentos terem sido pensados como resposta arquitectónica e objecto singular para cada caso, levou ao planeamento de uma grelha de adições sem interligação entre si.

As formas de representação utilizadas, na metodologia de elaboração do Plano, foram a Maqueta, a Fotografia e a Perspectiva Desenhada, como complementos à Planta, que por si só era um elemento irreal do edificado. Foram projectadas perspectivas das propostas sobre fotografias do terreno da área, dada a escassez de recursos para o controlo global da relação entre o edificado e o vivido, resultando numa conceptualização rígida. Assim, “permanece em Chelas o desequilíbrio entre as propostas que surgem limitadas pela metodologia de geração no seu campo de aplicação e a necessidade premente de se desenvolver um processo sistemático no desenho da cidade (...)”<sup>66</sup>.

Tal como sucedido no plano dos Olivais, as propostas, como elementos de inovação do Plano de Chelas, careceram de falta de comunicação e coordenação. “Lançado no interior do sistema sócio-económico português com o valor de símbolo, Chelas imediatamente se transforma num instrumento político de propaganda. Como veículo de propaganda, Chelas, além de realçar uma atitude de prestígio da superestrutura (enaltecimento da ‘política habitacional portuguesa’), deverá esbater a imagem inquietante da periferia de Lisboa (área onde se acantonam os marginais à cidade), criando a utopia de uma centralidade que é possível alcançar.”<sup>67</sup>

<sup>63</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p. 389

<sup>64</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972, p. 162

<sup>65</sup> Anexo II – cronologia dos primeiros estudos para o Plano de Chelas.

<sup>66</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972, p. 170

<sup>67</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972, p. 185



fig. 55 | Localização dos Bairros em Chelas  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>

## OS MECANISMOS DE CONTROLO E AVALIAÇÃO CRÍTICA

Em 1990, o Departamento de Construção e Habitação – que veio substituir o GTH na orgânica da CML– iniciou as acções de revisão e ajustamento do PUC, a fim de o introduzir nos meios instrumentais do planeamento municipal da altura – o Plano Estratégico (PE) e o Plano Director Municipal (PDM). Neste Plano de Revisão (de 1993, pelo arquitecto Silva Dias), o PE definiu novos dados programáticos, prevendo o alargamento da faixa de população a alojar e a diversidade social de oferta habitacional, através da alteração das modalidades de acesso às residências, da reabilitação sócio-urbanística dos bairros e do tecido global, de modo a integrar-se na cidade. Este plano de revisão centrou-se essencialmente na correcção dos desvios e na reprogramação da ocupação das áreas restantes, diversificando as classes da população de Chelas (de carácter monoclassicista até então), reduzindo também a estrutura monofuncional, de modo a preservar a riqueza paisagística de cada zona e com isso qualificar o tecido urbano. Para tal, é revisto o sistema viário de acordo com as propostas do PDM, reestruturada a grelha de equipamentos e diversificadas as soluções urbanísticas e arquitectónicas para a área.

No PDM foram identificadas, na malha de Chelas, seis áreas: as áreas designadas consolidadas, áreas de estruturação urbana habitacional, de reconversão urbanística habitacional, de equipamentos e serviços públicos, o núcleo central de equipamento e actividades terciárias, e uma área de Quintas. Considerou-se que, quanto às áreas de residência (as três primeiras referidas), o seu espaço habitacional havia chegado ao seu limite, já com as previsões de 13.150 fogos contra os 11.500 do plano inicial, pelo que no PR se propôs a ocupar os espaços sobranceiros de acordo com o previsto, para a expansão das I, J e N2, pelo GTH. Ou seja, cumprir os programas habitacionais cooperativos, substituir os edifícios que se encontrassem em situação precária por tipologias que permitissem uma alta densidade residencial, em baixa altura, e planear a construção de habitação de baixa densidade na área das quintas, que ainda permaneciam no território. Com os edifícios, as formas em banda e em torre do PUC são substituídas, nas áreas de reconversão urbana, por formas tipológicas de máximo perímetro, mas de pequena dimensão, que possibilitassem a criação de logradouros para os moradores, evitando assim problemas no tratamento de espaços envolventes.

É ainda de referenciar que no decorrer do processo as zonas habitacionais do Plano-Base foram reformuladas nas suas designações, no sentido de atenuar estigmas pela não caracterização dos bairros. Assim, a Zona II passou a Bairro das Amendoeiras, a I2 a Bairro do Olival, a Zona J a Bairro do Condado, a M a Bairro do Armador, a N1 a bairro da Flamenga, a N2 a Bairro dos Loios e a Zona L passou a designar-se de Bairro do Vale Fundão – a zona central de Chelas passou também a Baixa de Chelas e o Núcleo de Marvila a Bairro do Alfenim.

A área central da malha, Zona O, deixou de estar a cargo do PR quando o Plano Director de Lisboa (PDM) foi aprovado em 1994, passando a ser objecto de Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) e alvo de desenvolvimento pela AMBELIS (Agência para a Modernização de Lisboa). O estudo tinha como objectivo a viabilidade de uma área, com um papel tão estruturante como esta Zona, no reequilíbrio funcional da cidade e dos espaços terciários. Assim, foi desenvolvida uma solução que criasse um núcleo urbanístico adequado ao novo centro terciário, compatibilizando e integrando a ocupação edificada com o nó viário central – entre a Av. Central de Chelas e a ligação da Av. dos Estados Unidos da América à Av. Infante D. Henrique –, e com os espaços verdes e edificados adjacentes.



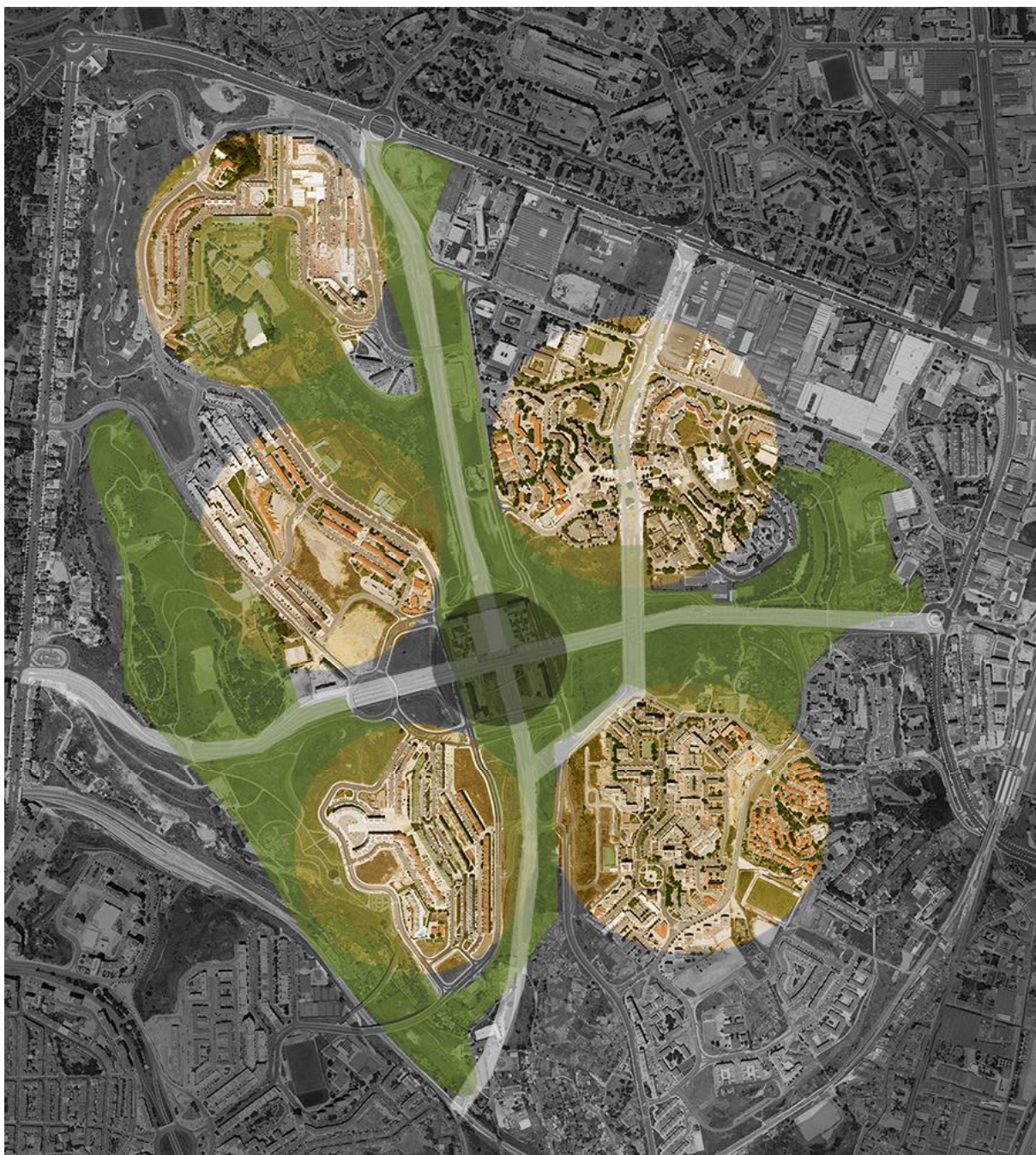


fig. 56 | Esquema do desenho urbano da Malha de Chelas: as 5 zonas habitacionais e a zona central O, as vias de circulação estruturantes e a mancha/corredor verde de função integradora dos vários pólos  
fonte: Google Maps

## 2.4. A ARQUITECTURA E O DESENHO URBANO NA INTEGRAÇÃO COM A CIDADE

### A ESPACIALIDADE DA MALHA

A configuração do Plano-Base para Chelas definiu uma estrutura interna baseada na integração coesa do plano, que se relacionasse morfológicamente como conjunto da cidade e da região. No entanto, foi a própria organização urbana da área que sofreu uma maior preocupação, na elaboração deste plano, ao ser procurada uma imagem urbana identificável. As vias de mobilidade rodoviária foram o suporte escolhido para assegurar este intercâmbio pretendido: grande parte da população, que se instalaria nesta nova área, iria continuar a exercer a sua actividade fora da mesma, em zonas industriais ou tradicionais dispersas por todo o território, pelo que a continuidade de uma ocupação edificada entre esta nova área e o resto do tecido urbano se revela de extrema importância. Perante as condições impeditivas, colocadas pela morfologia da área em questão, é nos movimentos da população activa – que se desloca de uma a outra parte – que se baseia o sistema de vias e a malha do Plano.

A proposta da malha para Chelas aproveitou os recursos naturais do território oferecidos pelos vários declives do terreno, e valorizou as áreas de maior interesse paisagístico, ampliando os espaços verdes, a fim de desenvolver um parque na zona oriental da proposta, que separasse o edificado habitacional da zona industrial préexistente – atenuando os efeitos poluentes da indústria. O conceito racionalista de Zonamento prevaleceu neste Plano, e enquanto característica dos planos de gestão da década de 60: “Nessa perspectiva é proposta uma estrutura morfológica baseada na divisão celular e hierarquizada do território definidora de núcleos de habitações de altas densidades, de um núcleo principal de equipamento, e de actividades mistas de interesse generalizado. Três anos mais tarde os objectivos prioritários de desenvolvimento mantêm-se, mas são alterados os conceitos urbanos subjacentes ao Plano: é abandonada a estrutura celular e a distribuição pontual de equipamento em favor de uma estrutura linear<sup>68</sup>, que penetrasse em todas as áreas da extensão, aumentando os pontos de conexão deste sistema. É destruído o conceito celular de cidade como se vinha a fazer nas propostas internacionais, pela dificuldade no dimensionamento de uma unidade habitacional de forma a gerar uma vida comunitária nas suas imediações – o equipamento desempenha um papel fundamental na função polarizadora da população, pelo que a adaptação de modelos habitacionais tradicionais a complexos e mega-estruturas, revelar-se-ia numa revisão qualitativa de difícil concretização.

Com isto, o Plano definiu, para a malha do território, estratégias directivas que originam uma malha formada por seis áreas articuladas, que advém de uma estrutura de suporte principal, definida essencialmente pelos dois eixos principais de atravessamento do território, aos quais é atribuída a função estruturadora de “via central orientada para o núcleo de Lisboa”. Estas duas vias principais são de função aglutinadora e geradora de actividades urbanas dinâmicas, que giram em torno das habitações, tal como em Toulouse-Le-Mirail e Park Hill, reabilitando os conceitos dos elementos urbanos. São chamadas de “faixas de vida urbana intensa” e constituem as linhas mestras desta rede que, em conjunto com as suas ramificações em torno das quais se distribuem as zonas habitacionais, formam uma unidade global, através da estrutura verde que as amarra, conjuntamente com as vias de atravessamento viário, o comércio e os equipamentos que são distribuídos por toda a área.

Nestas faixas são distribuídos ainda pólos de habitação para fixar população com maior poder de compra, comércio que

<sup>68</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “Olivais E Chelas: operações urbanísticas de grande escala”, 2004, artigo da cadeira de História Económica, Tecnologia e Sociedade do Mestrado em Engenharia de Concepção do Instituto Superior Técnico de Lisboa.



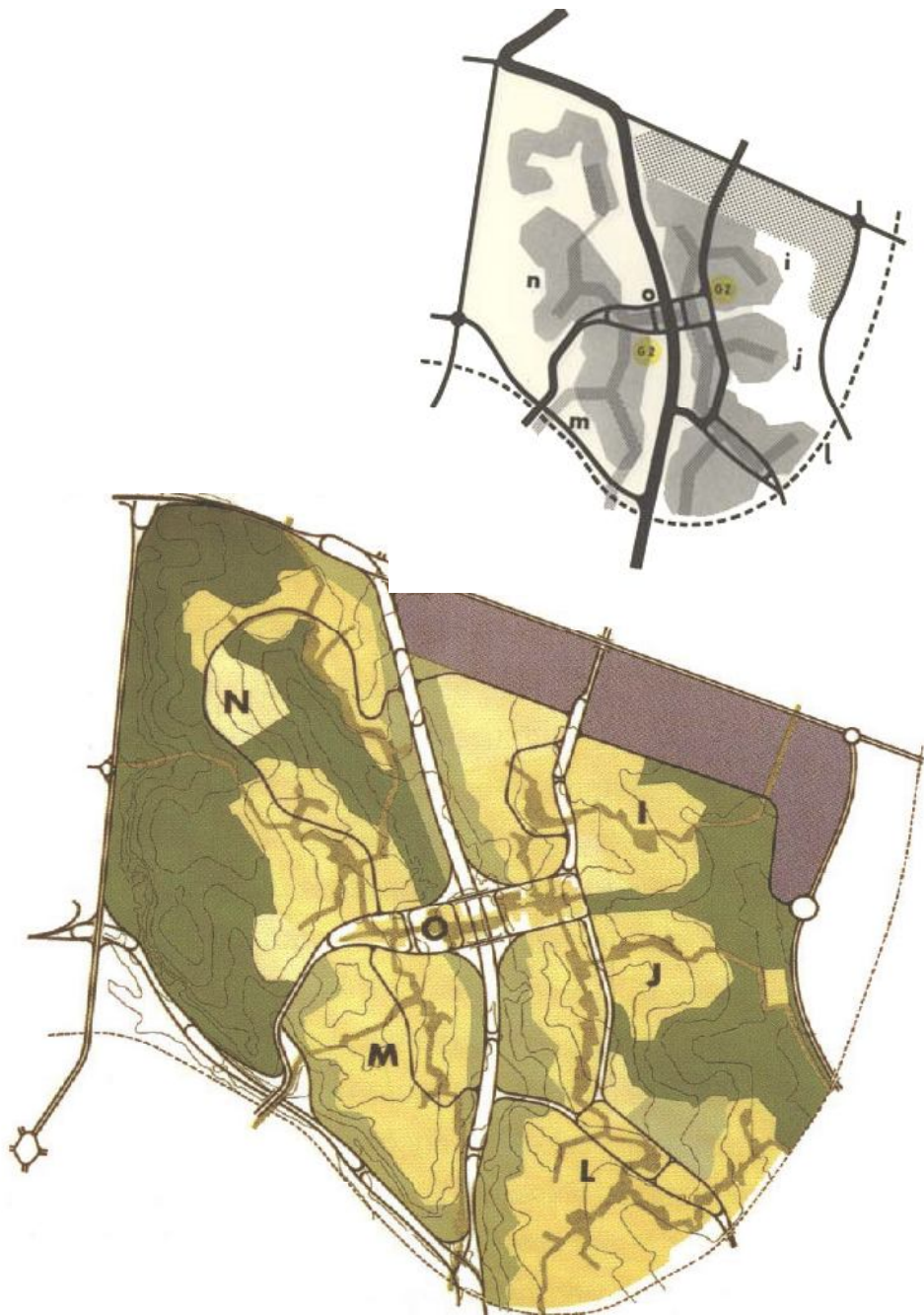


fig. 57 | Esquema viário de Chelas: as grandes faixas "de Vida Urbana Intensa" e a sua relação com as zonas habitacionais  
fonte: HEITOR, Teresa Valsassina, "Olivais E Chelas: operações urbanísticas de grande escala", 2004 | FAUTL . MRANU . 2006/07 . Isabel Raposo

acompanha as vias de peões e o seu movimento, equipamentos escolares destinados aos vários níveis etários, assim como equipamentos culturais e de vivificação nocturna, e até serviços de saúde – como o Hospital Oriental da cidade. Toda esta estrutura converge num núcleo central de equipamentos multidisciplinares, que se relaciona mais com toda a parte oriental da cidade – Zona O, perpendicular aos dois eixos principais da malha, ao contrário do que se processava em Hook e Cumbernauld, cujo centro apropriava a maior dimensão da nova cidade. Desta estrutura urbana esperava-se um desempenho matricial, gerador de qualidades contaminantes do restante tecido urbano, permitindo uma tipologia comum da qual se faria repetição.

Contrariamente aos Olivais, em vez da pulverização dos espaços livres e dos edifícios implantados sobre eles, aqui há uma concentração das massas edificadas nos cumes das colinas, e as zonas mais baixas, ou de melhores vistas, são destinadas as zonas verdes. Para cada uma das zonas estavam previstas ligações às vias de circulação externas, formando um corpo autónomo em relação à sua envolvente mas de continuidade com a cidade, como que, uma cidade dentro de outra cidade – “Chelas tende para um microcosmos (...) alargado à cidade em que nasce.”<sup>69</sup>. A proposta das vias principais, de orientar o tecido urbano da malha interna em relação ao aglomerado do centro Lisboaeta, apenas é concretizada na interligação desses eixos com as vias radiais que seguem até à Baixa Pombalina. Este facto, juntamente com a presença de condições topográficas, favorecendo o isolamento da área, conduziu o plano a uma proposta auto-centralizada, perifericamente marcada pelos corredores verdes a situar nos limites do território.

## A REDE DE MOBILIDADE E COMUNICAÇÃO

O sistema viário do Plano de Chelas foi modelado pela morfologia do terreno e pelos condicionantes existentes, que definiram a localização e estruturação desta rede, como a existência da Linha de Caminho de Ferro de Cintura. A rede de mobilidade estruturou-se tendo por base o cruzamento, no centro da malha, de duas vias diagonais importantes: uma Via de Ligação ao Exterior do espaço de Chelas com ramificações e funções radiais – sendo esta a Via Central de Chelas, hoje designada por Avenida do Santo Condestável –, e uma antiga via estruturante que segue até à região mais densa do centro da cidade e da AML, designada por Avenida dos Estados Unidos da América. Estas vias foram definidas para mobilidade rodoviária, com sentidos de circulação separados, de modo a evitar pontos de conflito ou cruzamento, bem como qualquer concentração de tráfego na zona central.

É no espaço adjacente a estas vias que se asseguravam a grande maioria dos lugares de estacionamento, paralelo e perpendicular, em espinha, o ar livre e coberto, visto que as zonas específicas para estacionamento de automóveis não faziam parte das propostas iniciais dos Planos de Habitação Social na época. Foi necessário um sobredimensionamento posterior destas vias, mas com grande preocupação com a imagem criada: a Via Central foi projectada para não ter como imagem de referência exclusiva uma ideia comum de Via Rápida – “Ao longo do ramo ascendente estava prevista a construção de uma banda de edifícios, (...) na qual seria integrado um percurso pedonal pontuado por diversos miradouros sobre a via; o ramo descendente seria alvo de ‘tratamento naturalista’ apenas marcado por alguns elementos volumétricos.”<sup>70</sup>.

A estrutura viária principal funcionava como ligação com o exterior e como distribuidora no interior dos bairros. Estas

<sup>69</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972, p.157

<sup>70</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p. 104





fig. 58| Rede de Mobilidade da malha de Chelas: as grandes vias e a distribuição local  
 fonte: Google Mpas

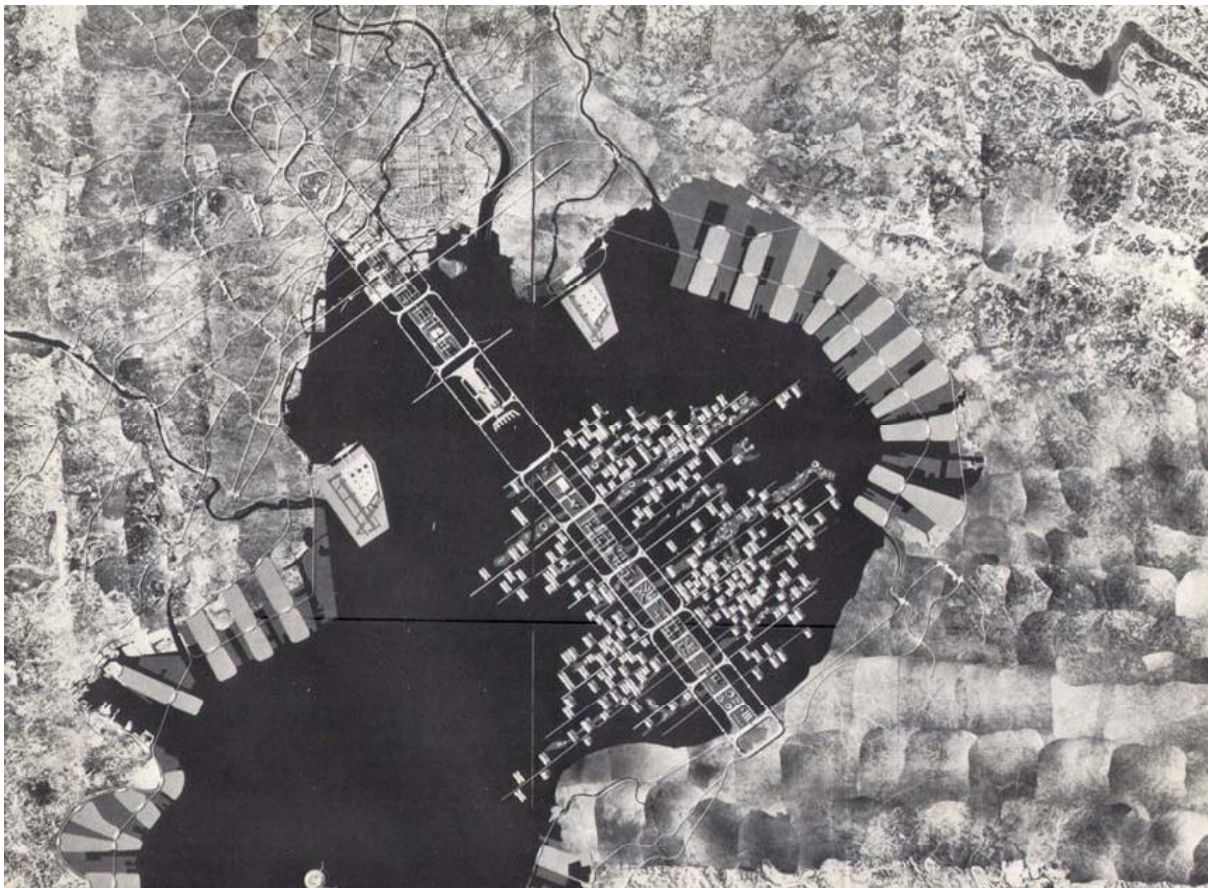


fig. 59 | Plano metabolista, não concretizado, de Kenzo Tange para Tokyo Bay, 1960  
 fonte: <http://www.essential-architecture.com/STYLE/STY-072.htm>

ligações propunham-se através da criação de um viaduto, construído superiormente à linha de caminho de ferro e à Avenida dos Estados Unidos da América, resolver os maiores obstáculos que eram o Vale de Chelas, e a via-férrea, para a ligação à Via Marginal. É com este sistema que se propõe a integração do Plano na cidade consolidada, onde o sistema de mobilidade se integrasse com a restante rede viária já existente na AML, penetrando o mais possível no seu miolo. Contudo, a execução destas vias tinha carácter provisório, aconselhado pelo Parecer do PUC, para a necessidade de alterações ou ampliações a decorrer no desenvolver das várias fases do plano, pelo que eram reservados espaços junto aos nós para esse efeito. O facto desta via principal, única na história de Lisboa como eixo de características radiais, se cruzar com outra diagonal de características de circular em terreno livre, num local servido pelo metro, sugeriu desde a altura da elaboração do plano o sentido de centralidade, fazendo crescer a Zona Oriental de Lisboa.

Paralelamente à estrutura viária principal, a estrutura de distribuição local desenvolveu-se de modo a acompanhar a primeira e as suas respectivas ramificações, garantindo a acessibilidade a Nascente e Poente do Vale Central de Chelas, bem como à principal rede viária, através de passagens desniveladas e nós viários. Esta rede distribuidora de mobilidade interliga circuito automóvel e circuitos pedonais (circulação mista) e, neste sistema, o acesso às actividades e equipamentos circundantes é garantido, ao contrário do que acontece nas duas principais de atravessamento.

Contudo, a definição da distribuição destas vias secundárias só seria assegurada mais tarde, no desenvolvimento do Plano, para garantir maior acesso às diferentes zonas da malha, constituindo as células circuitos fechados de fácil acesso à rede viária secundária. A separação entre espaços pedonais e o dos automóveis foi essencial, no Plano de Chelas, de modo a estimular o revitalizar do conceito de Rua, e a vitalizar novos percursos urbanos, seguindo as experiências inglesas do pós-guerra e a reinterpretação em curso dos elementos morfológicotradicionais da cidade. Assumiu-se sem medo uma nova relação entre a rede pedonal e a viária: “(...) após décadas de ostracismo entre sistema de tráfego e sistema arquitectónico (...), porque não entrelaçar-se de novo o transporte mecanizado e a vida a pé? Justaposições ou sobreposições têm sido ensaiadas (Cambernauld, por exemplo) até se tomarem as próprias auto-estradas urbanas para espinha dorsal do novo conjunto erguido (...)”<sup>71</sup>

## A ARQUITECTURA E O ESPAÇO PÚBLICO

“Sítio dividido em zonas com letras do alfabeto

Zonas divididas em lotes com mau aspecto”<sup>72</sup>

Ao contrário da variedade de modelos tipológicos, inter-dependentes, do Plano para Olivais-Sul, o plano de Chelas define zonas habitacionais com alguma autonomia, separadas por espaços verdes de continuidade e articulação, entre unidades projectuais diferentes – entendem-se e constroem-se os primeiros modelos de mega-edifício, como objectos arquitectónicos, influenciados pelas propostas de cidade veiculadas pelas mega-estruturas de Kenzo-Tange e Lubicz-Nicz<sup>73</sup>, que se viam como elementos singu-

<sup>71</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura,” 2007, p. 145

<sup>72</sup> Sam the Kid em “Chelas”

<sup>73</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972



lares capazes de integrar o espaço público na sua constituição. A intenção era encenar uma paisagem urbana compacta, em que espaço e a função se interligassem internamente, e em que a relação entre o urbanismo e a arquitectura fosse rigorosa. O edificado previa-se definido pela linguagem de organização do espaço urbano, com base numa variedade plural de modelos habitacionais, adoptando linguagens próprias em zonas diferentes, de modo a obter assim uma estrutura espacial formalmente diversificada e facilmente identificável.

Este tecido urbano proposto teve a condicionante topográfica do território, como elemento principal de distribuição do espaço construído que, conjugado com o sistema de suporte funcional principal – zona O – do qual partem os eixos secundários, permitiu distribuir as 5 zonas habitacionais – Zonas I, J, L, M e N. Os espaços construídos foram então definidos com 318 hectares (62%) para fins residenciais, 70 hectares (14%) para o novo parque oriental, 66 hectares (13%) para as novas zonas industriais e 56 hectares (11%) para as vias de atravessamento e zonas verdes adjacentes. Estava previsto serem construídos 11 500 fogos, para alojar 55 300 habitantes em modo de realojamento, mas segundo regras de relações de vizinhança já anteriormente criadas, realojando grupos organicamente relacionados. A concentração das zonas habitacionais em áreas do território onde a densificação das mesmas pudesse ser maior foi essencial para se conseguir o maior número de alojamentos, sem prejudicar os espaços exteriores e as áreas livres, destinadas aos equipamentos.

No que diz respeito à proposta de equipamentos, foram definidos vários programas, distribuídos de acordo com a frequência de utilização e das necessidades das diferentes zonas do plano, de forma a oferecer vários pólos de interesse, desde as necessidades diárias às do conjunto da cidade. Assim, caberia à CML verificar quais os equipamentos que seria necessário projectar e construir, determinar as suas localizações, e identificar as entidades que iriam executar esses projectos, tendo ainda ficado encarregue da instalação dos equipamentos de ensino primário, das unidades comerciais, do estacionamento coberto – se integrado nas zonas de habitação municipal – e dos mercados. O Ministério da Educação ficaria responsável pelos estabelecimentos de Ensino Secundário e ao Comissariado das Novas Igrejas caberiam os equipamentos religiosos. Os serviços de natureza assistencial não estavam ainda definidos, assim como eventuais equipamentos culturais. No entanto, a malha de distribuição destes elementos era pensada de modo que se conseguisse estabelecer uma estrutura continua, em actividade constante, e com actividades hierarquizadas, desde o centro principal do território até aos micro-centros locais de cada parcela, pretendendo abranger todo o tecido urbano do Plano.

A estrutura verde do Plano projectou-se de modo a ressaltar as vantagens panorâmicas do território, assim como a sua riqueza paisagística, criando dois tipos de espaço exterior de permanência: os de protecção e os de convívio. Os primeiros poderiam ser espaços verdes adjacentes, de proximidade, integrados nas redes de mobilidade, Corredores Verdes ou Parques que assegurariam a sustentabilidade ecológica do território, e possibilitassem percursos de ligação entre futuros equipamentos e centros de actividades nestas zonas. Os segundos, os espaços de convívio e de recreio, seriam espaços de maior acessibilidade, e ligação directa às áreas residenciais e aos equipamentos localizados nessas zonas, mas que assegurassem ao mesmo tempo a fluidez nos acessos às zonas de protecção.

Este esquema materializou-se na existência prevista das três faixas verdes estruturantes – o Parque do Vale Fundão, o Vale Central e o Parque da Bela Vista, incluindo o Vale de Chelas. O objectivo era transformar a área do vale numa zona que integrasse





fig. 60 | Localização principal dos parques verdes previstos na elaboração do Plano de Chelas  
fonte: Google Maps



fig. 61 | Esquema da proposta de contínuo verde para Chelas  
fonte: <http://ulisses.cm-lisboa.pt/>



fig. 62 | Parque da Bela Vista  
fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/?dc=6&idt=734>

simultaneamente actividades desportivas e espaços de lazer ou repouso. Construir um verdadeiro parque urbano, que conjugasse recreio activo e passivo mas de forma ordenada, pavimentado e planeado, com zonas verdes destinadas a todas essas actividades, em equilíbrio com zonas verdes apostadas na sua genuína função ecológica. Previa-se a construção de áreas de serviços administrativos, esplanadas e sanitários de apoio a três campos de ténis e a duas piscinas, a um polidesportivo e a um campo de futebol, assim como o planeamento de áreas para minigolf, circuitos de manutenção e desportos náuticos. Estas actividades assentariam em áreas de topografia mais suave, e que o resto das áreas seriam destinadas a zonas de miradouro, estadia e anfiteatros. Este sistema permitiria a grande afluência dos residentes do Vale e, por conseguinte, a dinamização do pólo central como centro da malha, e da nova realidade urbana, com valores de áreas de equipamento desportivo elevados, de 0,83m<sup>2</sup> por habitante.

Esta opção, de articular as zonas edificadas com os corredores verdes, topograficamente condicionados, tem como influência o pensamento decorrente das Cidades-Jardim, patente nas experiências internacionais do pós-guerra. As zonas verdes ocupariam assim, na sua totalidade, 31% da área total do território (cerca de 160 Hectares), e os Parques ocupariam a maior fatia dessa percentagem: o parque da Bela Vista – futuro parque Oriental da Cidade –, localizado a poente junto ao Aeroporto, e sem qualquer edificação possível, tal como o parque do Vale do Fundão, simetricamente posicionado em relação ao da Bela Vista, reforçando-se assim os dois lados do território e os limites da área de Chelas. “As zonas habitacionais apresentam, na generalidade, uma agressão física superior à que se verifica em Olivais Sul, o que é, em si, positivo, mas que é quase sempre acompanhada de uma reduzida mancha de ocupação definida muitas vezes sob a forma linear –, o que conduz a que a densidade exigida para o plano, ou zona, seja assegurada através de edifícios altos, nem sempre com necessário controlo ao nível da imagem, do espaço ou da escala urbana. O coberto vegetal procura ser contínuo, tanto quanto o permite o esquema viário, mas, um e outro, mais segregam do que ligam as diferentes zonas habitacionais”<sup>74</sup>. Um contínuo verde para peões e ciclovias, desde o Convento de Chelas aos Olivais, era uma das utopias para Chelas na década de 60, bem compreensível para este território.

#### ZONAMENTO: O NÚCLEO CENTRAL E AS CINCO ZONAS HABITACIONAIS

Sob a influência dos modelos urbanos europeus da altura, a equipa do GTH desenvolveu conceitos para as várias zonas do Plano de Chelas, em momentos distintos, e sob estratégias de “fazer cidade” diferentes. O objectivo seria o de representar as várias propostas urbanas e soluções tipológicas arquitectónicas que esta equipa desenvolveria ao longo do decorrer do Plano. As propostas para o núcleo central vacilaram entre um cenário edificado ligado ao percurso e um enquadramento vegetal contínuo. Mas as zonas I, J e N (N1 e N2), foram desenhadas como objectos formalmente controlados, cujo espaço urbano definia a concepção e o desenho dos edifícios.

Nestas estruturas urbanas ficaram previamente definidas as regras de concepção do construído, assim como o programa e as suas tipologias, e foi dado ênfase à relação espacial criada entre o construído e o vazio, tratando os espaços públicos colectivos para que não fosse apenas de acesso às habitações mas que pudessem ser locais plurifuncionais e identificáveis para actividades

<sup>74</sup> CABRITA, Reis, “Definição de encomenda do projecto, estudos preliminares – 1”, citado por MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, p.112



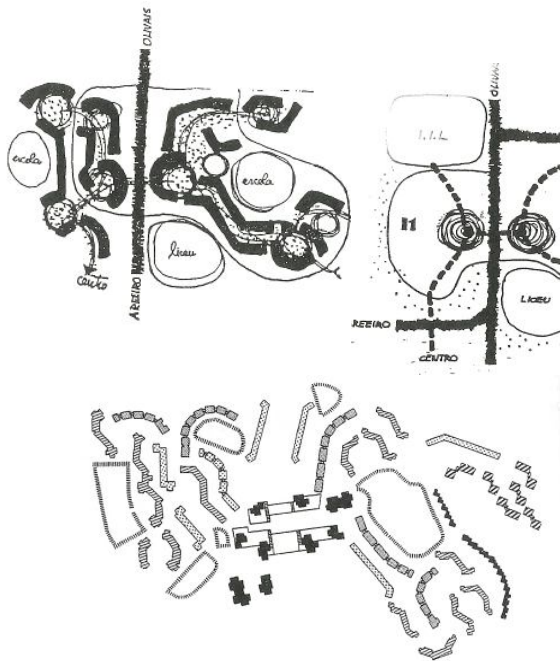


fig. 63 | Zona I, Esquemas: 1. estrutura da zona 2. proposta de articulação entre as zonas II e I2 3. categorias de habitação e volume de edificado  
 fonte: HEITOR, Teresa Valsassina, "A vulnerabilidade do espaço em Chelas", 1997

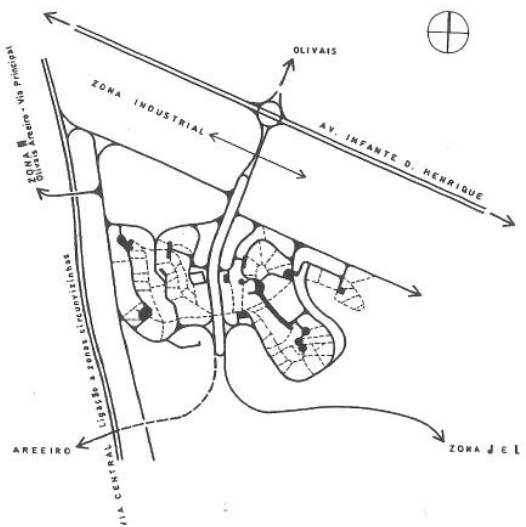


fig. 64 | Zona I, Esquema das redes de circulação viária e pedonal  
 fonte: HEITOR, Teresa Valsassina, "A vulnerabilidade do espaço em Chelas", 1997



fig. 65 | Zona I, Bairro das Amendoeiras, edificado  
 fonte: Google Maps | <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=712360&page=5>



fig. 66 | Zona I, vista aérea  
 fonte: Google Maps

sociais. Este ambiente urbano era procurado através da eliminação de espaços exteriores privados e da criação de amplos Espaços de Transição, entre o exterior e o interior dos volumes de habitação: estes espaços de transição eram designados por espaços de livre acesso, que foram concebidos como extensões do espaço doméstico, e que mantinham um carácter colectivo. São detectadas, nestas zonas, soluções usadas nas propostas de Sheffield, em Park Hill, e de Toulouse-Le-Mirrail, assim como se verificaram também bastantes referências da arquitectura neo-realista italiana, pelas suas Tipologias inovadoras.

## A ZONA I

A Zona I, a Nordeste das grandes vias de atravessamento da malha de Chelas – entre a zona industrial oriental e a Zona O de equipamentos –, foi a primeira zona alvo de estudos pela equipa do GTH e alguns projectistas exteriores, já em 1964, contratados para a elaboração das propostas de edificado – entre eles destacavam-se Francisco Silva Dias, Luís Vassalo Rosa, Alfredo da Silva, Reis Machado e Engenheiro José Simões Coelho. Desenvolvida segundo o esquema geral dos princípios de ocupação urbana do PUC, pretendia-se a criação de uma imagem territorial coerente, modulada às condições morfológicas do terreno, a fim de tirar partido das vistas panorâmicas e transformar a paisagem natural, influenciada pela proposta inglesa de Park Hill, na adaptação das formas arquitectónicas ao terreno.

O conjunto do edificado é o objecto caracterizador da estrutura urbana proposta para esta área, definido funcionalmente pelo uso residencial (componente concretizada desta proposta no Plano). Prevendo a criação de uma malha que fosse compacta e densamente construída – com os espaços exteriores a definir morfológicamente a mancha de intervenção –, os blocos habitacionais dispuseram-se paralelamente aos eixos viários, recuperando o conceito de rua como canal de circulação e de comunicação, acompanhando os espaços pedonais. A massa do objecto construído é, no entanto, dissolvida, através da expressividade dos elementos de circulação horizontal e vertical, que funcionam como elementos rótula, de articulação entre o cheio edificado e o vazio colectivo da área. Estes elementos verticais articulam também os elementos urbanos, como a rua e os espaços canais, a fim de garantir que não são criados espaços sobrantes excedentes. A articulação, de que se fala, é feita através do recurso a aberturas, faixas de atravessamento, nos blocos de habitação, dispostos paralelamente aos eixos viários, que permitiram uma melhor interacção entre o edificado e o vazio, e garantiram a intencionalidade de maximizar o uso dos espaços públicos sem recorrer a barreiras físicas, para simular a entrada nos espaços privados. São os espaços exteriores que vão definir, formal e funcionalmente, o tecido urbano da zona, e compete à rede viária e ao edificado fazer a ponte para o resto do território.

A decisão de dividir, no entanto, a Zona I em duas sub-zonas, zona I1 a poente, e I2 a nascente, através de uma grande via de atravessamento do território, criou a necessidade de ser o sistema pedonal a vencer esta barreira – é desenvolvida uma passagem inferior subterrânea, que servisse de rótula aos dois lados, e que levasse à criação posterior de espaços de convívio públicos. O objectivo era tornar este espaço num ponto de referência populacional, e centro de actividade social da Zona, através da disposição de torres sucessivas de maior dimensão, que gradualmente induzisse o cidadão à passagem referida. Foi nestes espaços de grande afluência pedonal, e associados ao comércio, que se dispuseram os edifícios de categoria mais elevada, para população com mais recursos económicos, a fim de garantir a vitalidade da zona central de equipamentos, distribuindo-os de forma a que os equipamentos de categoria inferior se localizassem na periferia destes percursos pedonais, de acesso à rótula de passagem.





fig. 67 | Zona J, Bairro do Condado, edificado  
 fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>



fig. 68 | Zona J, Bairro do Condado, vista aérea  
 fonte: Google Maps

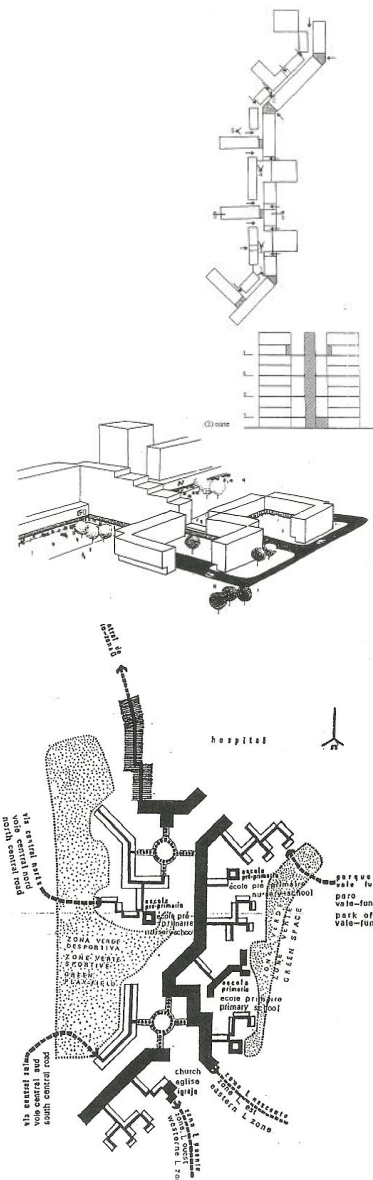


fig. 69 | Zona J, Bairro do Condado, esquemas:  
 1. edificado  
 2. estrutura interna

fonte: HEITOR, Teresa Valsassina, "A vulnerabilidade do espaço em Chelas", 1997

## A ZONA J

A estrutura urbana da Zona J situa-se a Sudeste, na malha de Chelas, entre o núcleo central (Zona O) e a Zona L. O plano de Pormenor elaborado para esta zona, pelo arquitecto Francisco Silva Dias a pedido do GTH, entre 1966 e 1969, estabelecia a construção de 2028 fogos, sem categorias de realojamento, que se distribuísem segundo um edificado contínuo, sobreposto aos espaços exteriores, através de elementos contínuos de ligação – como plataformas elevadas de circulação ou galerias térreas vazadas.

Mantendo os princípios do PUC, este sistema desenvolve-se segundo um eixo principal e um núcleo, com várias ramificações, que dão origem também a vários núcleos secundários – quarteirões e pátios que organizados formulam o conceito de rua. O eixo principal é identificável, formal e funcionalmente, revelando-se como a força urbana que distribui a actividade, e o sistema de mobilidade, da zona. É ao longo deste percurso que se vão distribuindo os volumes do construído, articulados entre si, cujo conjunto é rematado por duas praças. Esta proposta materializou-se em “cinco conjuntos ‘placa-torre-bloco’, ao qual se agregam os núcleos secundários, e os edifícios destinados a equipamentos públicos”<sup>75</sup>. A placa/plataforma referida correspondia, na realidade, a dois pisos, e servia de embasamento a treze blocos em banda, de tipologia duplex, cujos acessos se faziam por galerias exteriores – com acessos verticais nos extremos ou no centro dos volumes –, que interligam os vários edifícios, tecendo uma rede de acessos, colectiva e alternativa, para os moradores.

Ao longo de toda esta plataforma, de circulação entre os volumes habitacionais, foi criada uma galeria coberta, onde se implantaram pequenos equipamentos comerciais pontuais, a fim de maximizar a área de actividades colectivas. Foi esta vontade que levou à organização de pátios públicos, no interior dos quarteirões dos núcleos secundários, com uma abertura em uma das frentes do quarteirão, para permitir a continuidade do espaço exterior. Contudo, esta plataforma, e a galeria coberta, são mais tarde substituídas, numa proposta posterior ao desenvolvimento do PP, pelo GHT, por galerias exteriores de articulação entre os edifícios, assim como por uma rua interior, segundo a lógica do interior de quarteirão. Esta configuração final do núcleo interno agrava, no entanto, as ligações desta Zona com o exterior da malha de Chelas, tornando-a uma unidade estanque, e formalmente autónoma em relação ao resto do território.

As redes de circulação, viária e pedonal, da Zona J constituem-se independentes uma da outra. As vias centrais do Plano distribuem o tráfego, para esta área, através de vias de penetração principais, que fazem a ligação a áreas vizinhas, e que são a rede fundamental de distribuição dentro da Zona. A rede pedonal, embora independente da viária, conecta com a mesma em pontos de contacto, para a passagem de uma rede para a outra. Esta conexão é feita através do edificado proposto anteriormente, em plataformas elevadas e galerias com percursos pedonais, efectuados à parte das vias de distribuição e dos acessos locais. O objectivo final deste sistema de mobilidade seria o de permitir aos habitantes poderem percorrer toda a extensão, da Zona J, na sua totalidade, através destas pontes e plataformas, fundindo ainda os espaços de permanência nesta rede de circulação.

<sup>75</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p.289





fig. 70 | Zona N1, Bairro da Flamenga, vista aérea  
fonte: Google Maps



fig. 71 | Zona N1 e Zona N2, edificado  
fonte: Google Maps



fig. 72 | Zona N2, Bairro das Loias  
fonte: Google Maps



fig. 73 | Zona N2, Pantera -Cor-de-Rosa, Gonçalves Byrne  
fonte: [http://2.bp.blogspot.com/\\_BcKnG\\_zCe\\_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAAJkg/hSOLeZfluU/s1600-h/23710003.JPG](http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAAJkg/hSOLeZfluU/s1600-h/23710003.JPG)

## A ZONA N

Na Zona N2, é um eixo que atravessa toda a área, ligando-a a Sudoeste com a zona N1 e a nascente com a Zona II, que serve de espinha dorsal à sua estrutura urbana. É este eixo que aglutina as zonas de convívio e os principais equipamentos da zona, funcionando, ao mesmo tempo, como principal via de acesso e distribuição pedonal/rodoviária da zona, e também como elemento articulador das áreas residenciais com os espaços verdes, periféricos às mesmas. Os principais espaços do plano localizam-se ao longo desta via principal, apoiando-se na articulação dos elementos estruturantes, como a rua e a praça, e na continuidade do construído, que o plano distribuiu segundo categorias de tipologia de habitação ou tipos de edificado – foi decidido que os volumes de maior escala seriam agrupados ao longo da via interna de distribuição, e que esta escala volumétrica iria decrescendo para as ramificações do núcleo central.

Assim, foi possível a criação de espaços urbanos diversificados, de diferentes naturezas e hierarquizados, em que a via principal suportava as ramificações secundárias com maior densidade. Os projectos desta zona forem entregues a arquitectos exteriores à equipa do GTH, tendo sido atribuído, a cada projectista, um conjunto de edifícios, e não uma parcela, como no caso da proposta para os Olivais. Em Chelas, foi-lhes concedida a liberdade de escolherem a área na qual queriam intervir, pois a coerência urbana da zona estaria, supostamente, assegurada pela concepção-base do PUC. Mais tarde, foram propostas alterações a algumas concepções do Plano, feitas pelo GTH, no sentido de alargar a área de intervenção de cada equipa, que ficaria também responsável não só pela concepção dos edifícios mas também dos espaços urbanos que os envolveriam. O número de praças do plano, no entanto, reduziu, com estas novas propostas, tendo também sido rectificadas o sistema viário e integrados alguns equipamentos nos blocos residenciais – os espaços exteriores foram sendo postos de parte, em prol da arquitectura e do edificado.

As propostas dos arquitectos Vítor Figueiredo, e da parceria entre Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, fazem, desta Zona, a de maior referência no panorama da arquitectura de Chelas. Ambas são distribuídas ao longo do eixo principal do plano, e segundo a condição de acessibilidade à habitação, por galerias e acessos verticais, como o maior conceito das propostas.

O primeiro projecto localiza-se no extremo da zona N2, já próximo da ligação à zona N1, dispendo-se do lado poente da via principal. É constituído por cinco volumes, de onze pisos cada, dispostos em forma de leque e articulados por um volume de menor altura, que funciona como rótula, definindo uma praça no confinar do eixo viário. A segunda proposta desenvolve-se também em cinco blocos, que se distribuem em dois lados de uma rua, conformando a praça principal da zona N2. O resultado destas soluções, no entanto, revelou-se mais tarde ineficaz, pelo conjunto diversificado nas partes e pouca relação global no seu todo – o somatório de propostas formais, que se afasta morfologicamente da estratégia inicial, onde é dado ênfase à componente do conjunto urbano como um todo formal e funcional, revela uma maior inclinação, dos projectistas, para a criação de objectos singulares no território.

Na Zona N1, ao contrário da Zona N2, é no conjunto global dos elementos que residiu a preocupação dos projectistas. Foi dada especial atenção a soluções para os limites da Zona, ao distribuir diferentes formas de quarteirões e sistemas de espaços exteriores, que reformulassem o conceito de rua e interior de quarteirão, evitando espaços sobranceiros e sem função, que acabariam por se localizar no perímetro da zona. Estes quarteirões foram definidos através de uma malha reticulada, integrada na malha geral do PUC, seguindo projectos-matriz já existentes nas propostas do GTH, e utilizados em outras zonas da cidade, devido à aceleração da concretização do projecto. Esta malha foi dividida em seis quarteirões, através de sete eixos interligados entre si. Os eixos exteriores aos quarteirões desenvolvem-se ao longo do Vale Central e do Parque da Bela Vista, já fixados no PUC, paralelos aos grandes





fig. 74 | Zona L, Bairro dos Alfinetes e Azinhaga das Salgadas (Vale do Fundão)  
fonte: Google Maps



fig. 75 | Zona M, Bairro do Armador  
fonte: Google Maps



fig. 76 | Zona M, Bairro do Armador, edificado  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>

eixos principais da rede de mobilidade do Plano (que fazem a direcção Noroeste - Sudeste), e sob os quais se dispõem paralelamente os volumes do edificado.

A banda e o bloco foram as tipologias adoptadas na configuração dos quarteirões, de forma a que se pudesse acompanhar o movimento pedonal dos eixos, através da junção lateral contígua de vários corpos dispostos paralelamente ao eixo viário, em que o acesso às habitações era feito pela frente entre as bandas. Foi ainda prevista a inclusão de comércio, e alguns equipamentos, nos pisos térreos e nos quarteirões centrais, mas esta ideia foi abandonada após a fixação de pontos comerciais noutras zonas de atracção, na malha de Chelas, dando lugar a logradouros de recreio para os habitantes dos quarteirões.

Uma das soluções tipológicas, encontradas para esta Zona, foi também a experiencia da Matriz H, que surgiu como ruptura das propostas do GTH, inovadora no espaço da habitação e na sua estrutura. Esta estrutura foi concebida em dois blocos de empenas cegas, que ladeiam uma rua pedonal principal, e que se ligam superiormente (no segundo e quarto piso) por galerias de acesso exteriores, paralelas e perpendiculares às bandas. Com isto, o espaço individual apenas começava na entrada de cada habitação – os acessos são prolongamentos da rua, o que revela um desvio nas intenções iniciais do plano, ao se concentrarem os cidadãos, e as possibilidades de relação entre eles, em pontos centrais das parcelas, e não equacionarem a sua extensão contínua ao restante território do plano.

#### **A ZONA M**

A equipa técnica que desenvolveu o planeamento da Zona M elaborou, ao mesmo tempo, as propostas da Zona M, revelando as tendências anteriores, na continuidade do edificado e na recuperação do conceito de rua como canal vivo, ou da praça como elemento urbano estruturante. O sistema segue o esquema de quarteirões compactos, mas abertos nos topos, que definem o perímetro do traçado da zona, e cujos espaços interiores são de ordem pública, permitindo a sua vivência como lugares de convívio colectivo. Mais uma vez, tal como na Zona N, estes quarteirões também se materializaram em bandas, que se dispõem paralelamente aos eixos de mobilidade, e associadas continuamente, seguindo uma matriz previamente elaborada pelo GTH de edifícios de média dimensão, com a tipologia tradicional de dois fogos por piso.

#### **A ZONA L**

Para a zona L, ao contrário das outras zonas, não foi efectuado plano de desenvolvimento: foi ocupada a sua área, parcialmente, com as barracas clandestinas, abrigando operários maioritariamente provenientes do Bairro Chinês, nos meados do século XX. Manteve-se, no entanto, a construção de fogos previstos para a zona mais antiga de Chelas, um núcleo habitacional que se localizou na Azinhaga das Salgadas.

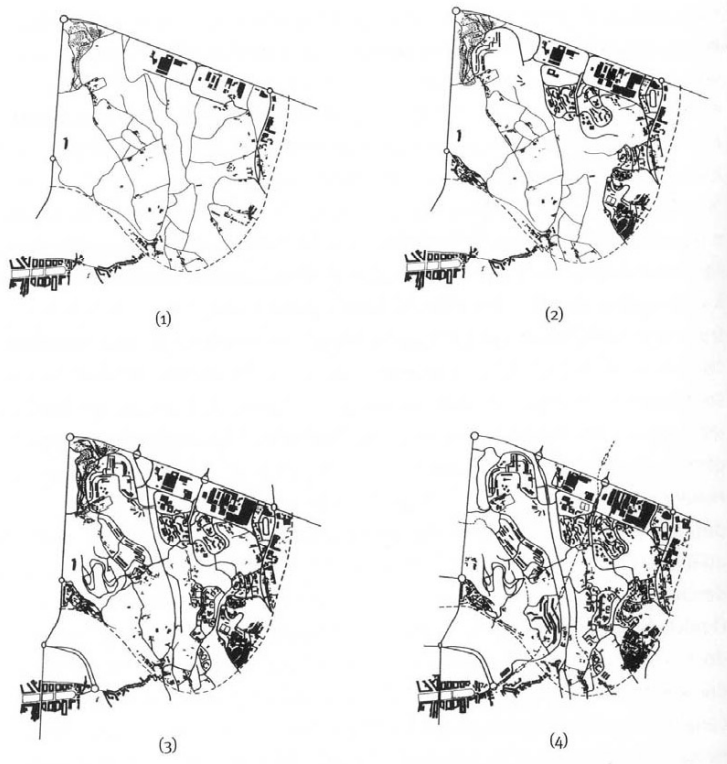


fig. 77 | Evolução da malha: 1. anos 60 2. anos 70 3. anos 80 4. anos 90  
 fonte: HEITOR, Teresa Valsassina, "Olivais E Chelas: operações urbanísticas de grande escala", 2004

Zona	Arranque das obras	Conclusão das obras	Nº de Fogos previstos	Nº de Fogos total	Tipologias	Espaços exteriores	Equipamentos
Zona I	1972 (Primeiras empreitadas com 1055 fogos)	Início dos anos 90, mas apenas a habitação foi concluída.	2594	2985	Blocos e torres de habitação em altura	Vazios urbanos não qualificados	Foram construídos maior parte dos equipamentos propostos
Zona J	1977 (primeiras empreitadas do concurso concepção-construção, com 700 fogos)	Meados da década de 90	1750	2028	Blocos e torres de habitação em altura, formando quarteirões	Duas Praças nos topos da zona	Foram construídos maior parte dos equipamentos propostos
Zona N2	1976 (primeiras empreitadas)	Meados da década de 80	Informação não obtida	Informação não obtida	Habitação em banda e em altura	Praça e ruas com espaços qualificados	Foram construídos maior parte dos equipamentos propostos
Zona N1	1977	Início dos anos 90, mas apenas a habitação foi concluída.	Informação não obtida	Cerca de 1100	Habitação em banda e em altura	Vazios urbanos não qualificados	Ficaram por construir a grande maioria dos equipamentos propostos
Zona L	1976 (primeiras empreitadas com 240 fogos)	Finais da Década de 90.	Informação não obtida	415	Blocos e torres de habitação em altura, formando quarteirões	Vazios urbanos não qualificados	Ficaram por construir a grande maioria dos equipamentos propostos
Zona M	1992 (primeiras empreitadas com 330 fogos)	Finais da Década de 90 (não foi construída a totalidade da habitação prevista).	Informação não obtida	330	Habitação em banda e em altura	Praça e ruas com espaços qualificados	Ficaram por construir a grande maioria dos equipamentos propostos
Zona O	1995 (prolongamento das grandes vias e início da construção dos dois grandes eixos)	2000			Torres de Habitação em altura (16 andares) e equipamentos comerciais de grande dimensão		Foram construídos maior parte dos equipamentos propostos

fig. 78 | Quadro da evolução cronológica das fases do plano e o estado actual de cada zona



## 2.5. O ESPAÇO OUTRORA PERIFÉRICO AGORA CIDADE: OS MECANISMOS DE CONTROLO E AS VÁRIAS FASES DO PLANO

O planeamento de Chelas foi apoiado por legislação própria, devendo-se a ela a criação do Gabinete Técnico de Habitação que esbateu a descontinuidade da administração-técnica do Estado. No entanto, o sistema económico-capitalista colocou estes técnicos à margem da actuação concorrencial, não lutando pelo mercado de trabalho, e conduziu-os a uma perda no interesse e na produtividade laboral: “ (...) todo o processo de urbanização e desenvolvimento de Chelas foi decidido, conduzido e financiado pelo Governo, num contexto político-social por ele concebido e tutelado.”<sup>76</sup> Sem essa motivação, e sem a pressão dos futuros residentes de Chelas, os técnicos do GTH rapidamente se posicionaram marginalmente em relação ao planeamento e à intervenção do Plano.

Segundo Fernando Gonçalves<sup>77</sup>, o PUC era apenas um instrumento da operação de Chelas: a intervenção, em concreto, pertencia a uma estratégia mais global, e o cumprimento dos objectivos pretendidos implicava a vontade política do Estado de os executar – embora programada numa instituição municipal, era decidida, financiada e conduzida pelo Governo. Isto fez com que Chelas não pudesse ser encarada como uma operação desligada do contexto político-constitucional que a determinou, desde a época de 70, aquando das fases de concretização do plano, verificando-se que passadas décadas do PUC, a transformação do espaço urbano deste território desviou-se consideravelmente das propostas do Plano-Base. O processo arrastado da concretização do PUC, faseado e não rigoroso no cumprimento da totalidade dos programas, comprometeu a vontade de erguer um conjunto diversificado nas partes mas coerente no seu todo, que garantisse a articulação entre as várias zonas. Isto traduziu-se num resultado final composto por um somatório de diferentes iniciativas formais e discursos projectistas, afastando-o da metodologia inicial proposta para Chelas.

### A HABITAÇÃO

No início da execução do Plano de Urbanização de Chelas, foi dada prioridade ao desenvolvimento das zonas localizadas mais a Norte da malha, próximas da zona dos Olivais, respectivamente as zonas I, J E N2 (V, VI E VII Planos de Distribuição de Terrenos). Esta acção partiu da necessidade urgente que era o realojamento da população, e da vontade do sistema político em mostrar que tinha poder para erradicar o problema da expansão de barracas clandestinas em Lisboa. Assim, não seguindo a metodologia e o faseamento desenvolvidos para o plano, este teve um início que, embora de claro impulso na resolução do problema e na celeridade com que foi capaz de oferecer uma resposta, já partia deslocado das premissas iniciais do PUC e concretização. No quadro que se encontra na página ao lado dispõe-se a informação relativa às datas de concretização das várias fases do plano, assim como uma síntese do que resultou da estrutura urbana de cada zona, no que diz respeito aos espaços exteriores e à construção dos equipamentos previstos. Esta tabela de relações apresenta-se bastante sucinta, na medida em que apenas se posiciona como fonte informativa, e não de análise ou de crítica – a informação pormenorizada de cada fase do plano encontra-se, no entanto, detalhadamente descrita no anexo III.

<sup>76</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p.93

<sup>77</sup> GONÇALVES, Fernando, “Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas”, 1972



fig. 79 | Quadra central de Chelas, Zona D  
fonte: Google Maps



fig. 80 | Quadra central de Chelas, Zona D, edificado  
fonte: Google Maps | <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>

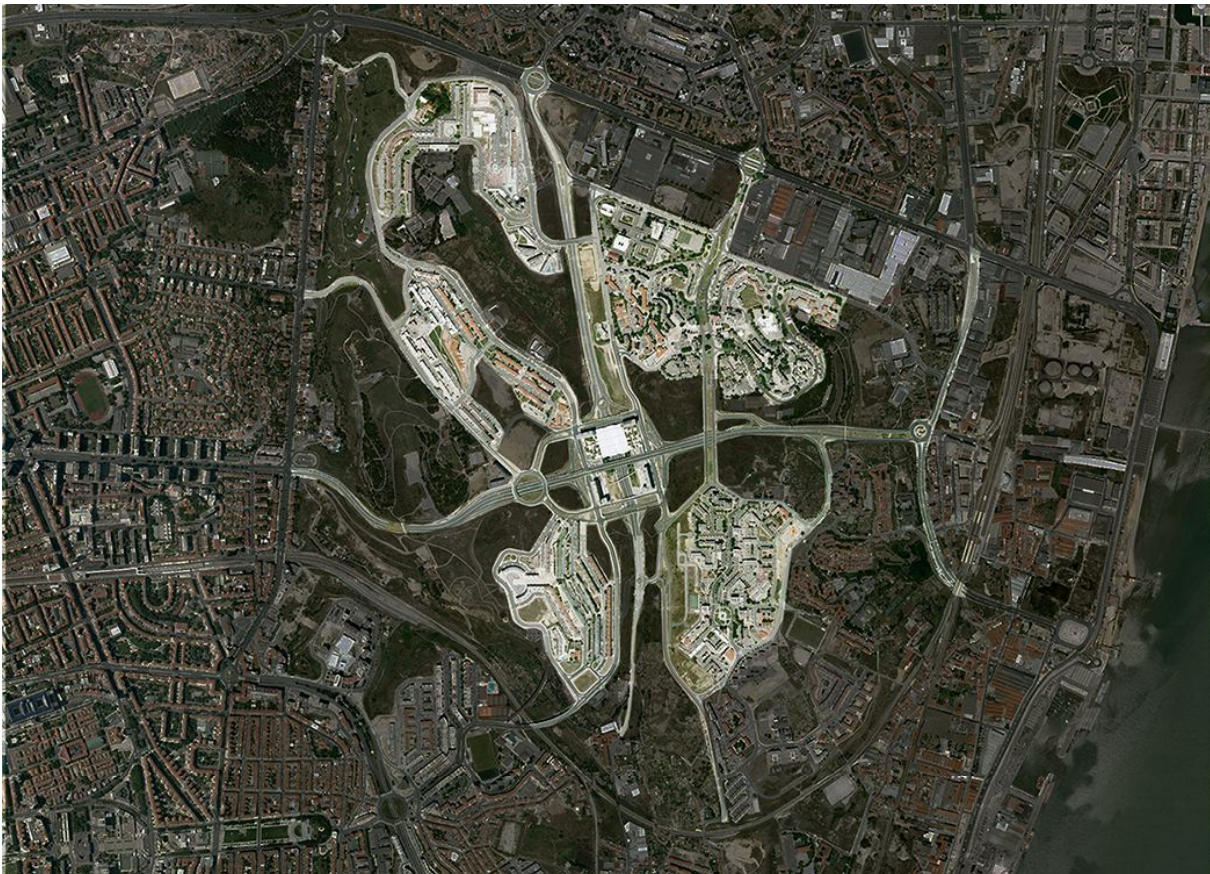


fig. 81 | Esquema da importância da zona central como integradora de todas as zonas habitacionais da malha  
fonte: Google Maps



O conseqüente atraso, na concretização das fases do plano, levou ao isolamento da área de Chelas em termos físicos e sociais, em relação ao resto da cidade de Lisboa – foram abandonados os critérios de ocupação do território iniciais do plano, desviando as prioridades que a habitação social para desfavorecidos exigia. Apenas as Zonas I, J e N revelavam índices eficazes de equipamento escolar e de comércio no final da década de 90, apesar da degradação física e social que se veio a verificar em toda a malha de Chelas. Os edifícios apresentavam já um mau estado de conservação, e algumas anomalias, na infra-estruturação dos mesmos, assim como os arranjos exteriores e os espaços de circulação se encontravam negligenciados. Várias etapas ficaram por concretizar, à custa de uma construção obsessiva em grande escala da habitação, por entidades que se sobrepunham às encarregues de outros programas, em detrimento das outras componentes colectivas (os equipamentos, os serviços e os espaços verdes), interrompendo o processo evolutivo de Chelas e fragmentando a sua malha.

### A REDE DE MOBILIDADE E AS INFRA-ESTRUTURAS

A concretização do plano para a Zona O, apesar dos estudos elaborados pelo GTH, e como zona particular comparativamente às zonas habitacionais que deveria, segundo o Plano, ter sido a base estrutural do sistema de subsistência de Chelas, foi sendo sucessivamente adiada. Com o decorrer das obras de infra-estruturação nas zonas habitacionais, o esquema viário foi acompanhando este desenvolvimento, dando prioridade às redes de distribuição local para os acessos às residências. As ligações com o exterior foram sendo adiadas, e é apenas na década de 80 que a Avenida Central é construída, não fazendo no entanto a ligação ao centro de Lisboa. Só em 1995 é que o viaduto sobre o Vale Central de Chelas foi construído, permitindo a ligação ao Areeiro, assim como extensão da Avenida D. Rodrigo da Cunha, que iniciou as suas obras neste mesmo ano. O prolongamento da Avenida dos Estados Unidos da América e a articulação com a Avenida Infante D. Henrique apenas tiveram as suas obras de empreitada no início de 1997.

O facto deste núcleo central que agregava todas as cinco zonas residenciais e as “faixas de vida urbana intensa” não ter sido imediatamente construído, não ultrapassando as condicionantes físicas do terreno, como os declives e as vias rápidas, limitou a integração de Chelas nas áreas da cidade envolvente e comprometeu a eficácia da continuidade edificada proposta inicialmente. A adaptação dos elementos desta estrutura principal à morfologia do terreno, contribuiu para uma demarcação rígida das zonas, não permitindo, aos espaços deixados livres, tornaram-se espaços de pausa, que mais tarde se configuraram em vazios, que acentuaram a descontinuidade da malha.

“Estas condições conformam uma malha com uma elevada fragmentação e desagregação espacial e com reduzida inteligibilidade global, o que impossibilita a sua percepção integral a partir de um conhecimento localizado.”<sup>78</sup> Esta fragmentação condiciona ainda a ligação com as áreas envolventes impedindo as relações de continuidade - embora Chelas seja envolvida por espaços de funções integradoras, a sua configuração morfológica limita a sua acção no sistema da cidade. Também a construção dos equipamentos, tanto os de apoio à habitação como os de satisfação das necessidades da população e dos interesses da área, foram relegados para segundo plano, assim como a instalação de actividades económicas geradoras de trabalho, para os residentes da área, e a falta de incentivo à intervenção do sector privado.

<sup>78</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997, p.390





## CHELAS NA CONTEMPORANEIDADE

Vários foram os estudos, após a ocupação de Chelas, que se debruçaram sobre as condições que levaram à decadência e insegurança da área, já na década de 90. As razões dadas por Fonseca Ferreira<sup>79</sup>, em 1994, foram essencialmente atribuídas à dimensão esmagadora dos edifícios, que não se adequavam aos hábitos e necessidades dos residentes realojados, com poucas condições económicas e maioritariamente famílias jovens, nos vários bairros da malha. Também em 1993, o estudo levado a cabo por várias entidades sobre, três bairros sociais de Lisboa, revelou os maiores índices de insatisfação da população sobre a zona N1 de Chelas, sobrepondo-se aos bairros Horta Nova e Padre Cruz, também alvos de estudo. Mais uma vez, as razões apontadas recaíram sobre as características espaciais do Bairro e a falta de integração do mesmo no desenvolvimento urbano da cidade, através da descontinuidade da construção e a falta de acessos aos centros da vida social, já que os bairros eram monofuncionais na sua atribuição residencial.

Canha da Piedade<sup>80</sup>, já em 1988, defendia que a concepção espacial dos espaços e a arquitectura dos próprios edifícios não eram soluções compatíveis, agravada pela falta de meios institucionais disponíveis para promover a manutenção da área, e assegurar a não degradação da massa edificada. É ainda durante os preliminares da revisão do PUC que Hestnes Ferreira, em 1989 baseado na experiência que os núcleos urbanos de outros países desempenhavam, referiu que as correcções a fazer à integração de Chelas e à articulação interna da malha, seriam na revisão do sistema de ligação aos núcleos exteriores de maior movimento de Lisboa, que atrairia mais população pelo intercâmbio dos deslocamentos, através da diversidade de hábitos que valorizariam o local. Esta solução permitiria o aumento da densidade que a malha necessita para se estabilizar, gerando actividades que direccionariam o movimento populacional até às zonas residenciais.

Neste processo, seria indispensável que as actividades do núcleo central de equipamentos da malha penetrassem nas cinco zonas habitacionais estabelecidas, o que estaria sempre dependente da intensidade de equipamentos localizados nas "faixas de via urbana intensa". Mas a dimensão destes equipamentos já fora questionada por Costa Lobo em 1964, logo após a aprovação do PUC: a Zona O apenas seria viável se o seu centro tivesse projecção exterior para a AML, o que estaria também dependente dos estratos sociais da população alojada nesse núcleo. De facto, a importância das questões sobre a composição social dos residentes a alojar foi sempre algo sustentado pela equipa do GTH, que marcavam a reciprocidade de relações funcionais e sociais como base da integração da malha na cidade, através da oferta de trabalho e condições de mobilidade tanto no interior como com o exterior de Chelas. Baseados na experiência já adquirida do Plano de Olivais-Sul, defenderam que o plano foi assente na estrutura populacional e que, sem o adequado planeamento das condições sociais dos cidadãos a realojar, em termos de faixas etárias e situação económico-profissional, as metas propostas do Plano de Chelas não seriam nunca atingidas.

<sup>79</sup> Engenheiro Civil, responsável pela execução dos Programas: "Cooperativas de Habitação", "Contratos de Desenvolvimento para a Habitação" e "Empréstimos às Câmaras Municipais" de 1974 a 1980, e responsável pelo Planeamento Estratégico e Urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa de 1990 a 1995, referenciado por HEITOR, Teresa Valsassina, "A vulnerabilidade do espaço em Chelas", Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997

<sup>80</sup> Referenciado por HEITOR, Teresa Valsassina, "A vulnerabilidade do espaço em Chelas", Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, 1997

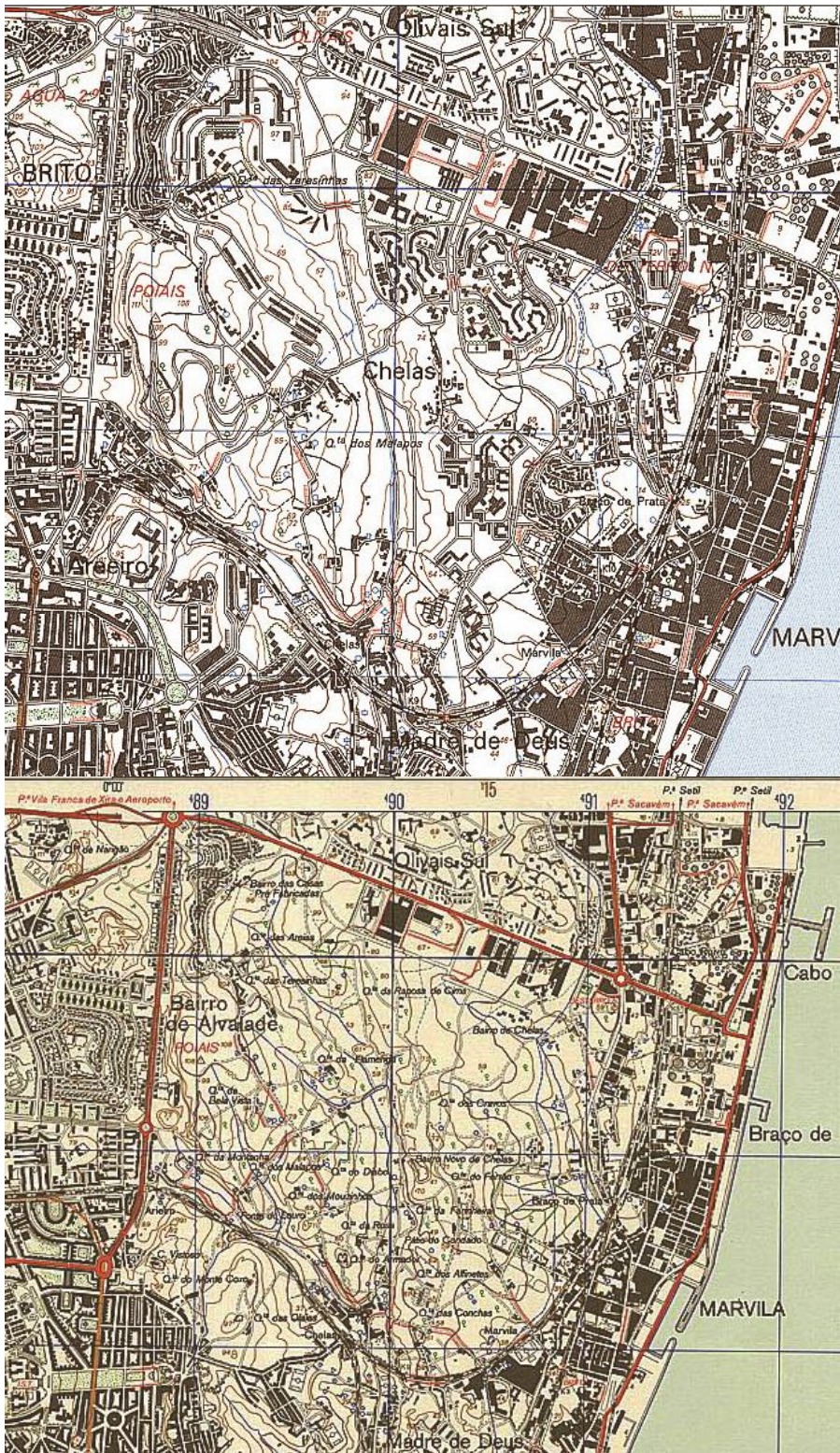


fig. 82 | Evolução do Plano de Chelas: em baixo, mapa de 1971, em cima mapa de 1993  
fonte: <http://lisboacity.olx.pt/trespasse-de-cafe-olivais-norte-iiid-43305462>



## 2.6. A QUESTÃO DO DESFASAMENTO DO TEMPO

“Devo referir que há 40 anos quando fizemos este plano nunca pensámos que a Madonna viesse aqui dar um espectáculo em Chelas. Sinais dos tempos...”<sup>81</sup>

A questão do tempo na concretização do Plano de Urbanização de Chelas é o factor crucial para a compreensão do seu processo e da sua configuração territorial actual. Quando o passar do tempo e as condições evolutivas estão associadas, muitas vezes são desfeitas as possibilidades de concretização das propostas, criando um desfaseamento entre as linhas iniciais e o quadro constituído de hoje. Em Chelas, o território desenvolve-se com grandes assimetrias e lacunas, assim como incongruências, no confronto entre o construído e os vazios – a fragmentação de um território que não partiu de uma identidade dispersa, mas que se acomodou numa configuração informal.

Os motivos que condicionaram a concretização do PUC foram seguramente, tendo em conta todo o contexto explicitado nos capítulos anteriores, de ordem política, social e económica, por vezes conjugados na sua totalidade em algumas fases do plano. No entanto, a transformação deste território na actual grande ilha residual da cidade de Lisboa, não teria sofrido o mesmo impacte se não tivessem a própria arquitectura, e as definições do plano, condicionado à partida o seu desenvolvimento. Interessa por isso revelar as razões conceptuais, e arquitectónicas, que levaram o tempo a agir desta forma sobre Chelas. A dispersão no tempo, dos elementos de concretização do plano, condena e segmenta qualquer vontade de globalização que se tenha potenciado, pelo que encontrar novas formas de reconstruir essa globalidade é o desafio actual em Chelas.

### A DENSIDADE COMO FACTOR DETERMINANTE

“As pontes não podem ser fechadas para as galerias não se tornarem becos (...), se houver aí uma bronca, morre aí muita gente (...), isto é no duro, isto é o Cambodja!”<sup>82</sup>

As razões iniciais para a clara falha que hoje é possível verificar na concretização integral do plano de Chelas não partem directamente da questão Tempo, mas sim dos conteúdos do próprio plano. Não é certo enveredar pela linha de interpretação das tipologias e características arquitectónicas de cada proposta, pois Chelas, como laboratório experimental que foi da arquitectura, adoptou diversas tipologias e modelos de abordagem da habitação social. Interessam aqui as relações da escala da cidade e do território, do confronto entre as massas edificadas, o vazio – público colectivo ou vazio-função – e as populações em movimento, que se relacionam com o espaço desenhado. Assim sendo, a análise do efeito Tempo em Chelas parte do esclarecimento das deficiências na própria elaboração e distribuição das relações funcionais e sociais do Plano, da população a realojar, sustentadas pela equipa do GTH e já referidas no subcapítulo anterior. O método de selecção e redistribuição da população realojada deve partir das relações de vizinhança previamente consolidadas, no sentido de se formarem núcleos activos e funcionais de pessoas que estabelecem

<sup>81</sup> DIAS, Francisco Silva, “Habitação em Lisboa: Memória do GTH” – 50 anos (vídeo-reportagem)

<sup>82</sup> BYRNE, Gonçalo fonte directa, citado por MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, Prefácio



fig. 83 | Galeria de acesso e distribuição em Olivais Norte  
fonte: <http://lisboacity.olx.pt/trespasse-de-cafe-olivais-norte-iiid-43305462>



fig. 84 | Locais de "vizinhança" num edifício de Nuno Teotónio Pereira, 1960  
fonte: <http://infohabitar.blogspot.com/2008/07/integracao-da-habitacao-social-i.html>

relações entre elas e com o edificado.

Nas palavras de Nuno Teotónio Pereira, “Eu fiz muitos projectos de habitação social e havia esse problema – não saber quem é que ia morar nas casas... não há esse contacto e então cometemos talvez alguns erros. (...) Depois começámos a ver que as pessoas vinham de bairros degradados, havia grandes relações de vizinhança, tinham amizades ali no próprio bairro e então nós começámos a desenhar espaços de convívio. Nos Olivais Norte fizemos patamares bastante grandes com bancos e espaços para porem umas cadeiras e os vizinhos poderem encontrar-se ali a conversar uns com os outros etc. ...e galerias também (...) Mas a certa altura o Nuno Portas organizou um colóquio no sindicato dos arquitectos (...) nunca mais me esqueci foi que os pobres têm as suas relações de amizade no próprio bairro enquanto os amigos das pessoas mais bem situadas na vida não são os do prédio – estão em vários pontos da cidade. E nós começámos a pensar nisso e a perguntar se essa coisa das galerias e espaços de convívio realmente tinham sentido ou não, e então deixámos de o fazer. (...) E fui há pouco tempo ver um desses bairros dos Olivais onde se construíram as tais galerias e estas estão completamente desertas, uma delas até tem uma porta, está fechada.”<sup>83</sup>

Numa área de planeamento tão vasta e à escala da cidade, os parâmetros de densidade ocupacional do solo – densidade habitacional, de vizinhança e até urbana – e a estratégia cirúrgica dos seus níveis são factores determinantes, para que a mistura sociocultural necessária seja equilibrada, de modo a que a população desfavorecida não se encontre localizada num conjunto único, que não subsistirá socio-economicamente. “Todos nós, através da experiência quotidiana de olhar o que nos cerca, temos tido a percepção do modo como a maior ou menor concentração de construções, pessoas ou actividades num determinado lugar, influencia o tipo e a qualidade da vida que nele se pode desfrutar. E não nos é igualmente desconhecido que essa qualidade tende a deteriorar-se quando a situação se aproxima de um dos extremos de concentração ou de rarefacção.”<sup>84</sup>

As comunidades encontram-se nos espaços públicos colectivos, que servem tanto a esse estímulo como também às actividades entre elas e, por consequência, à utilização dos equipamentos de carácter público pré-definidos. Quando deixam de o fazer, o isolamento e a individualidade são marcados e essas relações funcionais não são estabelecidas, levando ao abandono dos espaços colectivos, que se tornam segregados, em desuso e monofuncionais. “ (...) A fraca densidade conduz a uma dilatação desproporcionada das distâncias, aumentando os percursos, impede uma boa proporção entre as instalações de interesse colectivo, comercial, cultural, sanitário ou recreativo e conduz em geral a um afrouxamento dos vinculos de comunidade que caracterizam, em principio, todo o agregado humano.”<sup>85</sup> Com isto, e abandonadas as prioridades e critérios definidos ao realojar apenas minorias e estratos mais desfavorecidos, com o fim das categorias de habitação e a s alterações do conceito de habitação social em 1974, ficaram vazias etapas na ocupação física do território e na satisfação das exigências da população, que não resultaram numa estrutura populacional diversificada, isolando a zona em termos sociais, para além de físicos.

Contudo, o factor Densidade no planeamento urbano, não actua de igual modo em todos os modelos de cidade, seguindo assim diversas linhas de concepção, entre as quais se encontram duas que, na generalidade, representam modelos de grandes cidades. Uma cuja motivação é a de que o crescimento urbano é inevitável, e que podemos tirar partido dos seus benefícios, onde a cidade cresce continuamente a partir de núcleos iniciais; e uma segunda, que por oposição à primeira, se sustenta no modo de encarar o

<sup>83</sup> PEREIRA, Nuno Teotónio, , Entrevista por Carlos Guimarães, João Crisóstomo e Luis Loureiro originalmente publicada na NU n°27, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.034/3288?page=7>

<sup>84</sup> CUNHA, Luiz, “Densidade de ocupação do solo e planeamento urbano”, 1964, p.199-200

<sup>85</sup> CUNHA, Luiz, “Densidade de ocupação do solo e planeamento urbano”, 1964, p.200



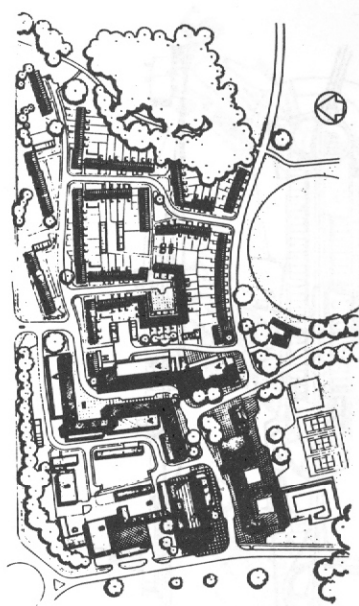


fig. 85 | Porção do tecido residencial em Harlow  
fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo,  
"Projectar a Cidade Moderna", 1987



fig. 86 | Toulouse-le-Mirail, densidade de edificado  
fonte: <http://aliciapatterson.org/APF001971/Downie/Downie07/Downie07.html>

desenvolvimento urbano, e o crescimento da cidade sem limitação, como algo prejudicial. Este segundo modelo é solucionado pela fragmentação e limitação dos tais núcleos iniciais, encerrando-os quer por cinturões verdes quer por redes de circulação viária, destacando-se desta concepção as cidades inglesas planeadas, como as Garden Cities das primeiras décadas do século XX e as New Towns do período pós-guerra. Destas é exemplo o modelo da cidade satélite de Harlow, em Londres (1947), já destacado no capítulo II, referencial na sua condição de Densidade, cuja configuração se assemelha vagamente à malha de Chelas, na criação de células habitacionais emolduradas por “green belts”.

Embora Chelas tenha abandonado a sua vertente celular a favor de uma estrutura linear, as zonas habitacionais permaneceram como mote de organização da malha, e também os espaços e parques verdes foram delimitadores do possível desenvolvimento urbano do território, embora o sucesso encontrado em Harlow não tenha paralelo neste Plano. De facto, o crescimento favorável da cidade não depende apenas da Densidade, mas também de como são salvaguardadas as condições de habitabilidade e o cumprimento das propostas integrais dos planos – assegurando que toda a estrutura mantenha a sua continuidade e que os níveis de densidade não fiquem comprometidos. Outros modelos de News Towns podem ser tomados como protótipos da textura do tecido urbano como Toulouse-Le-Mirail e Park Hill, com as suas bandas contínuas de edifícios, cujos caminhos de peões se distribuem, dentro dos mesmos a vários níveis e em linhas poligonais. Com esta estratégia estrutural, a ocupação do solo é superior à anteriormente conseguida em modelos tradicionais, e a limitação das panorâmicas, por corredores verdes, criam uma paisagem urbana com uma elevada densidade residencial. Adequirem-se assim boas condições de habitabilidade, conciliadas com densidades superiores, e sem aumentar excessivamente a altura dos edifícios. É neste sentido que a experiência em Chelas falhou no modelo Densidade, não atingindo nenhum destes patamares.

“Na melhor das hipóteses teremos como resultado as cidades novas britânicas ou as extensões das capitais escandinavas, em que o civismo cultural faz a unidade ambiental do conjunto de células. Mas, se descermos do paralelo, não podemos deixar de reflectir no consecutivo falhar dos planos de conjunto, sejam eles bons ou maus, e que se deve não só ao condicionalismo político-social, mas também ao carácter amorfo e não estruturado que se patenteia nesses planos – como se nunca tivessem sido vividos como arquitectura, enquanto se vão fazendo, quase amontoado, bairros sobre bairros, estes já saturados de forma e de sonho de auto-suficiência funcional de que o capricho formal é símbolo revelador. Parece incompreensível como a imaginação do arquitecto se aferra primeiro ao objecto-edifício, depois ao bairro-objecto (...) mas se retira da busca de relações entre bairro e bairro, entre bairros e auto-estrada, entre periferia e centro.”<sup>86</sup>

## O PAPEL CONDICIONANTE DA ARQUITECTURA DO PLANO

O papel da arquitectura experienciada em Chelas, embora de actor secundário em relação às razões alheias ao Plano, talvez seja o de actor principal no modo como levou à falência do modelo urbanístico desta área. Com a ruptura do espaço canónico linear, ao entrar nos anos 60, o fosso entre regras e modelos foi crescendo, passando-se de um modelo de regulação que atribuía prioridade ao capital, em detrimento da propriedade privada, para um modelo de gestão proteccionista da mesma, pouco explícito e sem meios de regulação apropriados – o cadastro passa a ter maior apoio administrativo. Este registo cadastral das parcelas fundiárias levou à urbanização por particulares, à conta da figura do loteamento, que a fazer-se por fragmentos, não estabelece o

<sup>86</sup> Nuno Portas, “A cidade como arquitectura,” 2007, PP 80-81



fig. 87 | O confronto das várias tipologias na Zona J  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=712360&page=5>



melhor pano de fundo ao nível da gestão urbanística particular para o desenvolvimento urbano. As intervenções de iniciativa pública, embora continuassem a participar desta lógica parcelar e fragmentária do ordenamento do território, acabaram por sobressair no âmbito do tecido construído e no contexto da cultura arquitectónica.

Assim, partindo de um contexto que, na malha de Chelas, configura fragmentos de parcelas privadas, as diferentes iniciativas formais e arquitectónicas que se confrontaram nesta área, foram resultando do encontro com as diversas encomendas do Estado para cada sector, incluídas nas normas do PUC, a autores que, por si só, estimulavam linguagens e intenções próprias. Decorrentes de linhas de pensamento que foram acompanhando os referenciais de contestação do Movimento Moderno, não privilegiavam a componente global do conjunto quanto à forma e ao seu funcionamento. Acrescentando a falta de coordenação entre os projectos parciais de todos os elementos do GTH e a falta de coordenação institucional que não providenciou soluções técnicas, o plano não foi capaz de criar um conjunto diversificado nas partes mas coerente no seu todo.

A base de concepção do plano previa em si uma malha constituída por diferentes peças de um puzzle cujos encaixes entre elas seriam apenas concretizados pelas vias de acessibilidade, os parques verdes e os espaços de carácter público. Esta diversidade, provocada pela necessidade de várias equipas dentro do GTH, para a concretização de uma área de tamanha dimensão, levou à criação de 5 zonas diferenciadas que, à partida, por concepção do Plano, se iriam sempre destacar na malha, integradas ou não entre si. Com os atrasos na concretização do plano, os elementos de ligação entre elas foram ficando para trás na lista de prioridades, e formaram-se núcleos habitacionais isolados, que encerravam a população no seu interior, apenas deslocando-se para fora para trabalhar (o atraso na construção dos equipamentos comerciais e de serviços levou à falta de postos de trabalho necessários).

Os espaços urbanos, tanto o edificado como o vazio, foram-se confrontando nos limites definidos pelos arruamentos de distribuição local, mais periférica, e a construção do núcleo central, zona O, não veio amenizar este isolamento das várias entidades habitacionais, apenas distribuindo o trânsito automóvel pela malha. “Uma contradição terá subsistido aí, quando se conservou a noção hierárquica de centros secundários de zona, pois uma importante vantagem do sistema linear seria a de deixar acontecer a intensidade de vida possível, nos locais onde a quisessem moradores, monitores, comerciais, etc.”<sup>87</sup>

Este défice na integração dos espaços urbanos não dependeu apenas da configuração urbana criada, mas também da própria concepção das propostas arquitectónicas, que experienciavam modelos de ênfase no confronto entre o construído e o vazio, criando espaços de transição entre o exterior público e o interior privado. Estes espaços eram materializados em galerias interiores e acessos verticais, em pontos interiores do edificado e extensões do espaço doméstico de acesso livre à população, residente nos blocos habitacionais. Contudo, já Nuno Portas referia que “Entendidas assim, (...) como peças mono funcionais, como foi o caso desses conjuntos de blocos de “residência” alinhados paralelamente sobre um terreno verde, de ‘recreio’, polvilhado de equipamentos (...), as ‘tipologias’ dos edifícios foram ficando reduzidas aos aspectos figurativos e distributivos internos (o bloco de galerias, a banda, a escola em pavilhões, o grande armazém...), não se integrando em tipologias de ordem superior, ou seja, as que envolvem a conformação do espaço urbano colectivo, tecidos contínuos edificados, estrutura e infra-estruturas inextricavelmente relacionadas ao nível do funcionamento tanto como no da imagem”.<sup>88</sup> Como resultado, estas tipologias confinaram os residentes aos seus núcleos, embora o objectivo inicial fosse o da continuidade

<sup>87</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura,” 2007, PP 142

<sup>88</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura,” 2007



entre os espaços livres e os fogos, sem necessidade de barreiras físicas. Os espaços de transição são hoje em dia espaços de acumulação de lixo e de desequilíbrio, em termos de composição dos grupos, com várias oscilações ao longo do dia.

As vias de circulação previam-se como meio de quebrar as condicionantes naturais e artificiais do terreno, tanto ao nível interno da malha como na relação com o exterior. “Sublinha-se o facto das implantações dos edifícios terem seguido a lógica da aptidão do solo, através de uma correcta interpretação da paisagem, ocupando as cumeadas e as encostas e libertando as áreas adjacentes às linhas de água. No entanto, apesar da adequada implantação dos núcleos habitacionais, o sistema de vales de Chelas separou-os entre si e contribuiu para seu isolamento.”<sup>89</sup>. O facto dos condicionantes físicos não terem sido ultrapassados, juntamente com o relegar para segundo plano das necessidades de mobilidade em prol da obsessão pela habitação, condicionou o território de Chelas à configuração periférica de cidade suburbana. Mesmo os espaços mais integrados com a rede viária principal não demonstram funções articuladoras, ao posicionarem-se nas periferias das zonas habitacionais, não se assumindo como linhas directas de penetração no território.

A autonomia espacial deste sistema dificulta a transposição aos espaços periféricos das zonas residenciais, provocando um desequilíbrio entre a população residente e os visitantes, que preferem circular pelos espaços mais centrais e de periferia da malha, sem aceder ao interior das zonas habitacionais. As unidades comerciais e os espaços destinados a serviços não foram ocupados na totalidade e a zona acabou por não se dotar de pontos atractivos que chamassem a população para o seu interior. Também a população residente marginaliza os espaços públicos das zonas de habitação. Embora bastante vivenciados, por exemplo na Zona J, os adultos e as crianças concentram-se nos espaços facilmente acessíveis e os jovens em espaços mais segregados ou profundamente embrenhados nos núcleos de residências, impossibilitando um equilíbrio entre as áreas dentro das Zonas. “Assim, a malha é entendida como um conjunto de partes distintas, apenas ligadas entre si pela rede viária principal. Como o traçado desta rede desencoraja a circulação pedonal, pela ausência de acompanhamento edificado e pelo afastamento relativamente às actividades urbanas, as zonas tendem a estabelecer-se como unidades autónomas, funcional e espacialmente desvinculadas.”<sup>90</sup>

## OS CONDICIONALISMOS POLÍTICOS E SÓCIO-ECONÓMICOS

“Diante da realidade de que a orgia de construções numa fase propícia da economia fez da vida nas cidades uma tremenda balbúrdia, parece-me imperioso parar e reflectir.”<sup>91</sup>

O contexto político e económico-social, assim como as políticas da habitação social que envolveram este processo a partir dos anos 60, foram também peças fundamentais na produção do território actual de Chelas, condicionando os avanços que o plano propunha. É, no entanto o período do pós-guerra, da qual Portugal se manteve afastado, que remete o país para o novo contexto de Chelas, em que o Estado Novo se vê obrigado a democratizar os seus contornos autoritários, após a queda dos regimes fascistas alemão e italiano. Apesar do afastamento, Portugal sofreu consequências económicas que levaram ao agravamento das desigualdades sociais e que culminaram numa onda de agitação social, por melhores condições de vida e de habitação. “A vitória

<sup>89</sup> Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental, Termos de Referência, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Planeamento Urbano, p.7

<sup>90</sup> HEITOR, Teresa Valsassina “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, 1997, p. 390

<sup>91</sup> SCHUMACHER, Thomas, “Contextualismo: ideais urbanos e deformações”, 1995





fig. 88 | Duarte Pacheco  
fonte: [http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos\\_28.html](http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html)

das democracias, independentemente do isolamento e da imparcialidade do regime português, implicou um significativo impacto ao nível político e económico mas também ao nível cultural e social. A intensificação de uma nova consciência cultural e de um maior desejo de liberdade e o crescente ambiente de contestação contra o regime teve igualmente reflexos no exercício da arquitectura.<sup>92</sup>

Com a substituição de Duarte Pacheco por Ferreira Dias como ministro das obras Públicas, os esforços do regime na modernização da indústria e nas infraestruturas, com base na valorização do solo, da produção eléctrica e no crescimento das comunicações, permitiram ao país desenvolver-se economicamente e abrir-se ao mercado da indústria internacional<sup>93</sup>. A industrialização na cidade de Lisboa teve a sua expansão para a zona Oriental da cidade, produto da passagem da zona densamente industrializada de Belém para uma zona cultural e de lazer, com o pretexto da primeira Exposição Mundial Portuguesa. Com base na desvalorização deste território – com o crescimento histórico da cidade feito para Ocidente seguindo o Rio Tejo –, esta área passou a depósito de resíduos industriais, com fábricas de gás, depósitos de gasolina e outras indústrias poluentes.<sup>94</sup> À medida que a zona oriental acentuava a sua vocação industrial, verificava-se que não existia nenhuma preocupação com a integração destas zonas (consideradas marginais), afastando-se do desenvolvimento progressivo. A equipa do GTH e o território de Chelas confrontavam-se, assim, com uma fronteira de acção estigmatizada que, não se integrando com os restantes núcleos da cidade, prometia impor limitações à futura integração da malha proposta para o Vale.

Este processo de expansão do mercado industrial de trabalho, contudo, levou depois à estagnação da produção agrícola e ao êxodo das áreas rurais para a AML, assim como à emigração em massa para outros países, factores estes determinantes da transformação estrutural do país. Apesar do aumento significativo de população com necessidades habitacionais na cidade, a encomenda pelo Estado ainda não permitia uma liberalização nas inovações linguísticas e programáticas para a construção de alojamentos da população excedente, muito ligada à Caixa de Previdência, “sendo o objectivo do regime a adopção de uma posição equidistante do socialismo e do capitalismo, tão social quanto liberalizante, fazia sentido que as suas opções em matéria de habitação social fossem tão breves e restritas quanto o estritamente necessário, alimentando uma ideia de Estado protector dos valores sociais e, simultaneamente, pactuando com os interesses fundiários e do capital.”<sup>95</sup>

O sector privado passou assim, pela primeira vez, a assumir uma maior atitude interventiva na produção arquitectónica da habitação social e viram-se reduzidos os investimentos estatais para a resolução do problema. Reconhecendo, no entanto, os problemas e limitações evidentes da iniciativa privada no campo do planeamento urbano, surge o Plano Intercalar de Fomento em 1965 (depois do primeiro Plano de Fomento em 1953), com o objectivo de encetar uma política de habitação capaz de por termo às anomalias detectadas. As obras de iniciação das primeiras empreitadas da Zona I de Chelas, tiveram como pano de fundo as deficiências urbanas na habitação, agravadas pela desadequação dos sistemas financeiros e o atraso tecnológico do sector da construção civil.

A queda da ditadura portuguesa, em 1974, dá-se com o revalidar do processo de oposição ao regime, que teve início na derrota de Humberto Delgado contra Américo Tomás nas eleições de 1958, já sob o forte descontentamento geral com a Guerra Colonial

<sup>92</sup> BAPTISTA, Marta, “Arquitectura como Instrumento na Construção de uma Imagem do Estado Novo”, 2008, p.31

<sup>93</sup> O investimento externo em Portugal cresceu significativamente, assim como as actividades industriais com destino às exportações – o rendimento anual nacional por habitante subiu em relação às décadas anteriores à alternativa industrial, levando à maior expansão económica da história do país e à dependência do crescente capitalismo internacional.

<sup>94</sup> Só com o plano de Plano de Urbanização de Lisboa (1948) é que se processou a primeira unidade industrial planeada de raiz nos Olivais, distribuída ao longo de dois eixos viários estruturadores: a Avenida Infante D. Henrique e a Avenida Marechal Gomes da Costa, com continuação pela margem do Tejo até Vila Franca de Xira.

<sup>95</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 279



para a qual o Estado não encontrava uma solução política. Após a queda do regime, Portugal deparou-se com seis sucessivos governos provisórios, durante mais de dois anos, todos eles sob uma relação precária entre as forças políticas, militares e civis. Fracos órgãos executivos e contradições internas abalaram a continuidade da concretização dos projectos habitacionais decorrentes do Estado Novo. Com a emergência das pressões para uma reforma agrária, as lutas de classes, o emprego industrial, o desregulamento dos mercados de trabalho e a desordem económica da altura, não é de admirar que a atenção dos novos governos tenha sido desviada da concretização dos planos de habitação, e por conseguinte do PUC, abrindo linhas de acção para a promoção e construção de habitação por parte dos sectores privados.

Por outro lado, é pertinente entender que a criação de uma prévia política habitacional, nestas décadas, teria sido fulcral para a concretização dos Planos integrados e habitacionais do Estado, assim como para a resolução, num curto prazo, dos grandes movimentos populacionais deste período, que resultaram em largas áreas de barracas. De facto, o SAAL poderia ter formulado essa política, que não existiu como consolidada, não tivesse sido apenas um programa cujo fôlego o Estado viu necessidade de conter – se tivesse sido visto com outros olhos pelas forças administrativas, e desenvolvido na sua melhor vertente, teríamos em Portugal uma política habitacional estabilizada desde o período pós-revolução.

Segundo Raul da Silva Pereira, “a integração da política da habitação na política económica geral permite actuar sobre algumas das verdadeiras causas do afluxo urbano. Não se trata já de orientar a política da habitação segundo as necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento, mas de operar igualmente em sentido inverso, participando de um conjunto de medidas atinentes à fixação das populações rurais.”<sup>96</sup> Contudo, expansões planeadas de grandes áreas como essas, são regularmente dispensadas por razões ou interesses políticos e económicos, sendo que o contexto da procura de estabilização do final dos anos 70 suscitou essa necessidade relativamente aos investimentos em Chelas. Esta atitude provocou uma antecipação no incumprimento das metas estabelecidas neste território, revelando que “o crescimento urbano, pelas vultuosas despesas que envolve, pode, segundo o critério de economia a que está subordinado, conduzir a ruinosas operações, quer financeiras, quer quanto ao futuro e bem-estar dos habitantes, conforme dominarem os critérios de largueza exagerada de superfície por habitante ou de rendimento económico a curto prazo.”<sup>97</sup>

Foram as negociações e o projecto de adesão à Comunidade Europeia que, desde 1977, estruturaram a acção externa em Portugal e promoveram a estabilidade do regime, a nível interno do país, passando-o para uma total dependência do modelo político-económico e social da Europa. Seria de esperar que o processo de democratização libertasse a economia progressiva e os mecanismos burocráticos de intervenção salazaristas, mas a complexidade das referências ideológicas e das forças sociais e políticas, que este processo produziu no período pós 74, não permitiram essa abertura na sua totalidade. O nacionalismo da linha de Esquerda, ainda embebido pelo nacionalismo do Estado Novo e pela visão voluntarista de acção do mesmo, foi para os quadros militares um regime militar progressista antiliberal, que serviria como agente político do desenvolvimento económico. Também o modelo comunista foi ideologia da altura, seguindo os parâmetros sindicalistas do produto soviético dos anos 30 – antiliberal e proteccionista, defende a estatização da economia e incentiva a relação salarial do movimento operário.

Num certo sentido, a pluralidade de formas políticas deveria estimular diferentes formas de actividade económica, mas num regime democrático como o que se deu em Portugal, em que as acções voluntárias do próprio estado têm um raio de acção limitada, não foi isto que aconteceu. A enorme extensão política levou a que “em vez de um Estado vertical, capaz de orientar e dirigir os aconteci-

<sup>96</sup> PEREIRA, Raul da Silva, “Problemática da habitação em Portugal”, 1963, pp.41

<sup>97</sup> CUNHA, Luiz, “Densidade de ocupação do solo e planeamento urbano”, 1964, pp.201





fig. 89 |Arquitecto Nuno Portas  
fonte: <http://www.flickr.com/photos/rosapomar/3644430365/>

mentos nos domínios estrategicamente vitais para o desenvolvimento e a segurança nacionais, caiu-se na situação exactamente oposta de um Estado horizontal, incapaz de qualquer orientação estratégica e gerindo mal o domínio demasiado extenso em que se instalou.<sup>98</sup> Ao adicionar a este factor a necessidade de satisfazer as exigências de modernização da democracia social e a pressão da massiva campanha persistente pela entrada na Comunidade Europeia, o reforço da comunidade cultural e da defesa dos valores civilizacionais comuns foram secundarizados, assim como os investimentos sociais e económicos na encomenda para Chelas e na concretização do plano. Demitia-se mais uma vez o Estado do seu papel, na produção habitacional – é entre 1977 e 1984 que se verifica uma estagnação na construção das empreitadas do Plano.

Contudo, embora os vários regimes políticos e as estruturas socioeconómicas referidas tenham tido importância na organização interna da cidade de Lisboa, nunca se verificou uma completa homogeneização social. Muito pelo contrário, foram evidenciadas as áreas de elite e as áreas de segregação das classes mais baixas, estigmatizando socialmente os bairros construídos no âmbito do realojamento social que levou à escassa movimentação populacional para as periferias da AML e, principalmente, para o novo núcleo que Chelas pretendia ser. Foram, assim, razões de ordem económica e social que condicionaram a integração e desenvolvimento do plano, assim como o processo de desindustrialização, com a desactivação de maior parte dos núcleos industriais – veio prejudicar a zona oriental da cidade, com a transformação de grandes áreas em vazios urbanos sem qualquer função, acentuando ainda mais a condição fragmentária e desagregada desta zona. Trata-se de perceber como é que a nossa sociedade, independentemente das suas ideologias, poderia ter reunido os instrumentos necessários para arbitrar, de modo racional, as suas cidades, equilibrando a administração pública – enquanto regulador da actividade privada – e os particulares ou promotores – enquanto agentes responsáveis verdadeiramente dinamizadores dos processos de urbanização.

#### AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO COMO CONDICIONANTES DO PLANO

As condições sociais e as políticas habitacionais andaram sempre de mãos dadas neste processo, a par das transformações políticas e económicas descritas anteriormente, tendo sido provavelmente factor de maior influência no arrastamento das fases do PUC. Com as crescentes movimentações populares e reivindicações pela melhoria no acesso à habitação e a melhores condições de vida, o papel da Administração, neste âmbito e na questão do urbanismo, teve como figura de proa do sector o arquitecto Nuno Portas – então na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo –, que redefiniu vários programas de política urbanística e de solos. Este investimento, na produção da habitação, foi dos poucos passos dados no sentido de impulsionar os Planos Integrados, que já tinham sido sujeitos a Planos de Urbanização e a Estudos de Desenvolvimento, acelerando-se os processos de expropriação de terrenos, necessários em Chelas e noutras cidades, para as obras de infra-estruturação, ao abrigo da nova lei de expropriações<sup>99</sup>. Ainda assim, em 1982 o Estado encerrava o FFH, que para além da sua deficiente actuação na gestão e execução dos seus programas, de uma atitude financeira passiva, já constituía um encargo pesado para a economia portuguesa. Descentralizou as competências e, com elas as responsabilidades repetidas, para os órgãos das Câmaras Municipais, que sem meios técnicos e institucionais foram

<sup>98</sup> SOUSA, João Ferreira, "As relações externas na dinâmica política e económica nacional nos anos 80", 1985, pp. 486-487

<sup>99</sup> De acordo com o Decreto-lei nº845/76



obrigados a conter qualquer intervenção de maior fôlego. Esta mudança, resultado de uma política branda e pouco interventiva no mercado de terrenos e habitações, com encargos económicos e urbanísticos desta magnitude, foi relegar ainda maior força no investimento da urbanização privada, ao qual os planos de ordenamento se encostaram, como aconteceu em Chelas.

A política de utilização do solo esteve na génese dos problemas decorrentes das especulações que a passagem dos solos rústicos a urbanos originou – associados a valores acrescidos de mais-valia pela sua funcionalidade e interesse económico-social. A lei dos solos (revista em 1970 e depois em 1976), impunha-se disciplinar a intervenção das autoridades administrativas nas operações de loteamento urbano, não limitando o poder da livre utilização do solo, mas sim a preparar um regime que melhor respondesse aos interesses privados, sem violar os direitos ou os valores legais. A influência do mercado imobiliário no processo de transformação do território revelou-se determinante, principalmente na forma e estrutura dos tecidos urbanos: “ (...) as forças de mercado sobrelevam-se muitas vezes às orientações de ordem pública, contornando certas direcções impostas pelo planeamento, ou contribuindo para um redireccionamento de determinadas decisões dado o peso e influencia que têm na economia do sistema.”<sup>100</sup>

Os anos 80 representaram a solidificação da democracia e a estabilização do quadro político, parecendo dar outro ânimo ao sector habitacional, aquando da criação do Instituto Nacional da Habitação em 1984, em “substituição” do FFH. Contudo, apesar de este ter atribuído funções de estudo e elaboração das práticas habitacionais ao Estado, a perspectiva de que o seu apoio passava pela promoção directa da habitação social foi abandonada, passando a assegurar-se a promoção de habitação social através de apoio financeiro e técnico aos promotores.<sup>101</sup> Mais do que investimentos equilibrados, no sistema de urbanização participada, foi o reforço da liberalização do modelo, e a valorização do crédito à habitação que ganharam novos contornos, com o conceito das Habitações de Custos Controlados, tentando disponibilizar no mercado fogos acessíveis a famílias menos favorecidas. Ao INH juntou-se, em 1987, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), “cujas funções estavam direccionadas para a gestão do parque habitacional público e a sua comercialização, relançando novamente a discussão sobre os inconvenientes resultantes da fragmentação de competências e da sobreposição de funções e níveis decisórios”.<sup>102</sup>

De facto, a fragmentação e o desvio do plano inicial que se verificaram nesta altura em Chelas, denunciavam a falta de gestão e concretização das competências do Estado. O modelo de expropriações, até à data da nova lei dos solos, obrigava à morosidade da construção das zonas habitacionais e foram sucessivos os adiamentos da construção dos equipamentos públicos de ensino, os comerciais e os serviços das Zonas I e N1, essenciais para a subsistência dos módulos habitacionais já então construídos. Também a construção das várias empreitadas dos fogos previstos para a Zona N1 foram alvo de atrasos, prolongando-se até meados da década de 90 a concretização (parcial em alguns casos) das zonas habitacionais, previamente estipuladas no PUC.

A promoção de habitação financiada pelos municípios, cooperativas e privados começou a expressar-se, embora muito timidamente e limitadas, em propostas que surgiam em espaços avulsos obtidos por processos de cedência de particulares, não chegando a formar bairros consolidados com dimensão suficiente para ter em conta, no contexto da produção do tecido edificado. Estes espaços poderiam surgir em áreas deixadas em aberto, ainda pela morosidade de implementação das propostas iniciais

<sup>100</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 93

<sup>101</sup> O período de sensibilidade para o problema durou apenas até 1988, seguindo-se uma fase mais longa de estagnação, face à causa social da habitação, que durou até 1996, com o lançamento dinamizador do PER. Este modelo de incentivo já reconfigurava um regresso à causa, com o abandono das políticas de implementação e de desenho urbano, que ficam reféns da iniciativa privada e da promoção imobiliária.

<sup>102</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.288





fig. 90 | Barreiras funcionais ao território de Chelas: a Noroeste o aeroporto, a ponte Alvalade e a cidade consolidada, a Nascente os vazios industriais e a Sul o núcleo histórico de Marvila  
fonte: Google Maps

dos Planos de Urbanização e de alguns Planos Integrados, como foi o caso do território de Chelas, que obrigou a assentamentos dispersos em lotes destacados, produto, muitas vezes, de subdivisões ilegais de parcelas rurais. Para acentuar a multiplicidade dos núcleos que se formavam neste território, a zona oriental foi-se progressivamente isolando não só em relação ao conjunto da cidade mas também em relação ao Rio.

Assente em manchas mono funcionais, como o aeroporto e os vazios urbanos deixados pela indústria, associadas ainda às barreiras físicas do relevo e às grandes vias que cruzam o território, esta zona foi-se consolidando sobre realidades em confronto com a malha de Chelas que não conseguia assim romper entre todas as barreiras que se lhe ofereciam. Com isto, o isolamento de Chelas foi-se agravando e condicionando a acessibilidade ao seu núcleo, fechando as zonas habitacionais, que se iam concretizando nesta fase. A constituição de espaços urbanos de qualidade, dotados de multifuncionalidade, é premissa essencial para um uso mais intenso pelo maior número de pessoas. As vias de comunicação e a especialização em pequenas zonas de vocação funcional bem definidas do puzzle oriental do território de Lisboa, afastaram definitivamente Chelas do centro da capital. “A política da habitação, actuada por organismos de financiamento e administração ocupados com a tal ‘solução do problema’, resultou quase sempre anti-urbana (mesmo quando de alta densidade e concentrada junto às cidades), na medida em que espalhou bairros-dormitório convencionais, para populações de baixo nível de vida (...) que ficavam a construir novas necessidades de serviços, sempre atrofiados porque pontualmente dispersos.”<sup>103</sup>

Com efeito, foi realmente nos anos 90 que se verificaram algumas melhorias no sentido da promoção habitacional e nas soluções urbanas dadas aos empreendimentos, finalizando-se nesta fase as restantes zonas habitacionais do Plano de Chelas. Até esta década, a produção arquitectónica mantinha uma descaracterização tipológica e estilística, também ao nível da qualificação dos espaços públicos e de vizinhança. A figura do Planeamento (estratégico, territorial e urbano) e a hierarquia dos seus instrumentos reconfiguraram a política do ordenamento de território, que veio actuar como figura chave no melhoramento das políticas habitacionais.<sup>104</sup>

Com o aumento exponencial da construção generalizada de barracas nos anos 90, foi criado o Programa Especial de Realojamento (PER) nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Este programa veio imprimir uma dinâmica determinante na resolução destes problemas, apresentando soluções planificadas por parte de cada município aderente nas suas áreas de actuação. O estado criou várias linhas de financiamento para estes promotores que assim canalizavam os fogos para os seus destinatários: criação de regimes de crédito e de arrendamento por entidades vocacionadas para a atribuição dos fogos, não dependendo apenas da decisão restrita das empresas promotoras. O espírito do PER veio diversificar as soluções, tendo em vista assegurar uma concretização mais rápida das operações de realojamento, adaptando as soluções para cada caso e promovendo a participação activa das famílias envolvidas, componente essencial para a erradicação efectiva das barracas e de todos os alojamentos informais.

O processo da Expo'98, consciencializando o desfavorecimento da zona oriental da AML, promoveu o início do debate acerca desta área, no final da década de 90. Muitas foram as propostas com o objectivo principal de a ligar fisicamente à restante estrutura da cidade – algumas resultaram em obras concretas e construídas, outras não se materializaram –, e construiu-se finalmente a rede viária principal, com novos acessos, melhorando também alguns dos já existentes, que ligariam a Chelas<sup>105</sup>. As acessibilidades

<sup>103</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura”, 2007, p.148

<sup>104</sup> Este actuou através da introdução de novos regimes jurídicos para licenciamento de loteamentos e obras de urbanização ou particulares, assim como pela revisão dos PROT e especificação dos PMOT.

<sup>105</sup> Foi construído em 1995 o viaduto sobre o Vale de Chelas, que permitiu a ligação ao Areeiro, bem como o prolongamento da Avenida D. Rodrigo da Cunha no mesmo ano. O prolon-





fig. 91 | Vista dos edifícios de habitação e escritório do núcleo central de Chelas, Zona D  
fonte: <http://www.vitor-garcia.com/Marvila.html>



fig. 92 | Vista dos edifícios de habitação e escritório do núcleo central de Chelas, e do sistema viário de cruzamento, Zona D  
fonte: <http://ulisses.cm-lisboa.pt/>



fig. 93 | Planta de enquadramento da situação existente em 1995, para a elaboração do plano de Urbanização para a Exposição Mundial de 1998  
fonte: <http://ulisses.cm-lisboa.pt/>

internas do PUC, no entanto, não foram privilegiadas, melhorando-se o acesso ao centro de Lisboa mas não as movimentações dentro do próprio território.

Foi com a extensão e concretização destes nós viários que a construção do Núcleo Central de equipamentos de Chelas, previsto no PUC de 1965, teve início. Consistindo em quatro torres de 16 andares para habitação da classe média/alta e escritórios, foi complementado com um centro comercial (Feira Nova) inaugurado em 2000. Em torno desta estrutura desenvolve-se o complexo anel rodoviário então construído. A abertura à população da classe média/alta na Quadra Central de Chelas objectivava a fuga à segregação da classe baixa, que até então preenchia os núcleos habitacionais da malha, assim como a concretização das funções de comércio e serviços que colmatassem a falta de comércio local da generalidade da área. “Os hipermercados, os centros comerciais,(...) implantam-se assim essencialmente em função das lógicas dos actores comerciais e muito pouco em função de políticas urbanas voluntaristas ansiosas por integrar o comércio na cidade, ou mesmo de se servir dele para orientar e gerir o desenvolvimento urbano. As famosas e por vezes catastróficas ‘entradas de cidade’ testemunham este deixa andar.”<sup>106</sup> Contudo, este pólo isolado pela sua própria configuração, revelou-se nos últimos anos, mais uma zona não integrada, qual ilha fortificada de consumo, mas rodeada por bairros sociais e impenetrável na sua realidade urbana. “Parece evidente que a ausência de ‘vida central’ e do correspondente equipamento em quase todas as expansões de cidades portuguesas mostra o custo directo ou indirecto da sua implantação para a colectividade ou para os particulares.”<sup>107</sup>

## A PRESENÇA DO VAZIO SUBURBANO

São claros os aspectos positivos do processo e dos resultados da Expo’98, ao substituir uma grande área obsoleta industrial por equipamentos e espaços públicos de qualidade, beneficiando das condições paisagísticas da frente Rio. Estes grandes vazios urbanos da zona oriental da cidade, herdados da desindustrialização dos anos 80, assim como os vazios da malha de Chelas, ambos descendentes de fragmentos da expansão da cidade, trazem à tona “a emergência e ascensão do vazio na sua condição suburbana. (...) O vazio não adquiriu apenas o sentido de um espaço contentor, abstracto, diluído e ilegível, por contraposição ao vazio fechado, contido e contínuo da cidade tradicional.”<sup>108</sup> Tanto os vazios industriais que precederam a localização do Parque das Nações, como os decorrentes da fractura do plano de Chelas, deixaram as suas marcas na evolução do território e comprimiram a expansão planeada da cidade. Os primeiros tornaram-se obstáculo à proliferação do movimento urbano da população e encerraram o contacto entre a cidade oriental e o rio, até à sua desmaterialização pelo edificado da Exposição: “O resultado da desindustrialização é o terreno vago. Esses espaços indefinidos e incertos encarnam as oscilações, a instabilidade do tecido urbano nesse processo. Aparentemente, desprovidos de actividades, são espaços que existem fora das estruturas produtivas e dos circuitos da cidade, remanescentes das diversas operações de reconfiguração de suas regiões em escalas mais amplas e complexas. (...) O construído permanece, ocupando lugar, convertido em obstáculo.”<sup>109</sup>

Contudo, o espaço vazio de Chelas resulta “da incapacidade de alcançar ou estabelecer para a fórmula do espaçamento um registo

---

gamento da Avenida dos Estados Unidos da América, já prevista no Plano de Lisboa de 1948, foi também um passo concretizado iniciado em 1997, que pretendia resolver o impasse do isolamento da malha de Chelas, integrando-a na cidade

<sup>106</sup> ASCHER, François, “Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico”, 2010, pp. 118-119

<sup>107</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura”, 2007, p. 146

<sup>108</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.269

<sup>109</sup> PEIXOTO, Nelson Brissac, “Paisagens Urbanas”, 2004, p.397





fig. 94 | Ortofotomapa de Chelas em 1995: os espaços vazios e residuais já contaminam o espaço, que ainda se confronta com a presença de zonas de barracas (a Noroeste e a Sudeste da malha, assinaladas na imagem). As grandes vias geradoras de urbanidade ainda se encontram por construir enquanto a habitação das cinco zonas está quase finalizada. fonte: Google Maps



fig. 95 | Espaços vazios sobrantes nas proximidades das habitações (Bairro dos Loios e Bairro do Condado, Zona N e Zona J respectivamente) fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>



procedimental operatório ajustado e com ela compatível. Ou seja a condição de legitimidade do espaço e das formas suburbanas (...) surge no âmbito de um descolamento imponderado, quase patológico, entre regras e modelos (...) a figura do loteamento apenas representa a marca da corrosão, apenas simboliza o desgaste a magnética repulsão entre as regras operadas e os modelos imaginados”.<sup>110</sup> Por oposição à ideia tradicional do vazio estruturante configurado pela continuidade e clareza axial do espaço edificado, a concepção de cidade do Movimento Moderno deixou vazios urbanos saídos do crescimento das suas formas, sem contudo lhes atribuir um sentido residual ou nihilista. A cidade Moderna subentende a submissão da propriedade privada aos interesses do colectivo, em que o preenchimento do espaço global do território é condição para a plena satisfação e equilíbrio entre público e privado.

Mas, como defende Cristina Cavaco<sup>111</sup>, os espaços livres dos modelos de Cidade-Jardim corbusianos, em modo vertical, que libertam o espaço envolvente para as facilidades sociais do peão, afirmam-se na realidade como vazios de distanciamento, resultantes de cedências privadas em prol do público ou de imposições regulamentares como normas de distâncias de saneamento e intervalos de segurança – estes espaços non-aedificandi tornam-se espaços livres forçados, que convertem o vazio num desperdício obrigatório. No entanto, o desejo de extensão do domínio do espaço público das linhas finais do modelo Máquina, e com elas a cidade Pós-Moderna iniciada mais tarde, ao inverter as proporções que o Modernismo havia determinado entre vazio e edificado, configuram esses espaços em espaços abertos e excedentários. Não só os blocos e torres urbanas de Corbusier, livremente implantados, configuram o edificado em modo descontínuo e o espaço livre em excedentário. Também os modelos contestatários das décadas de 80 e 90 fabricavam vias múltiplas para a resolução do problema do vazio, que resultavam na aplicação do mesmo tipo de regras e funcionalidades dos cânones tradicionalistas<sup>112</sup>, ditando experiências falidas do espaço vazio suburbano. Não só se manteve o território em descontinuidade como ainda se acentuou mais o seu desmantelamento, subjugando-se Chelas a este processo de concepção dos anos 60/70.

Neste território, contudo, foram adicionados aos espaçamentos legais de regulamentação o problema da clandestinidade, onde os espaços residuais foram tomados por ocupações precárias de génese ilegal. Estes expandiram na ocupação de pressupostos espaços de carácter público ou de terrenos não expropriados da área, aquando do estrangulamento populacional que a capital foi sofrendo nas décadas de 70 e 80. Ainda em 1995, o número de construções ilegais na área de Chelas era em número bastante significativo e, embora o Plano de Revisão de 1993 propusesse o preenchimento dos espaços vazios com equipamentos, comércio e serviços, mesmo com a erradicação das barracas num período posterior, o vazio suburbano tornou-se no real problema de Chelas, que as operações de acessibilidade e os meios de expansão nunca souberam dar resposta. Nelson Brissac Peixoto, ao reflectir o papel do vazio na paisagem urbana, diz que ele “ (...) contém também a expectativa da mobilidade, a possibilidade do outro. O terreno vago é também o espaço do possível. Toda história da reacção ao terreno vago, desde a percepção dos fotógrafos até as intervenções do planeamento urbano, tem sido no sentido de evidenciar a ansiedade diante da sua indefinição e erradicar sua negatividade. Ela reflecte a dificuldade de lidar com a cidade em termos de forças, fluxos, em vez de formas.”<sup>113</sup>

<sup>110</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.270

<sup>111</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009

<sup>112</sup> O fechamento espacial, a rua-corredor, a praça e o quarteirão, anteriormente dando créditos mas mais tarde despertando nostalgias.

<sup>113</sup> PEIXOTO, Nelson Brissac, “Paisagens Urbanas”, 2004



fig. 96 | Ortofotomapa de Chelas em 2010: a presença do vazio, a a fragmentação global da malha é evidente, marcada pela posição isolada de cada uma das zonas de habitação.  
fonte: Google Maps



## A ACTUAL FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E ARQUITECTÓNICA, CONSEQUÊNCIA DO TEMPO

Da conjuntura de todas as razões da dispersão no Tempo do Plano, surge uma fracção de território que, embora nascendo de um plano, vai reproduzindo a ideia de cidade dispersa, tão comum aos modelos de cidade contemporânea. As transformações do território e do espaço urbano neste quase meio século, desde a elaboração do Plano de Urbanização de Chelas, levaram ao desenvolvimento de um território que, actualmente, se revela alvo de remendos e de processos de revalorização e subsiste marginalizado pelo resto da cidade, controlado por limites e fronteiras físicas. Com efeito, “a cidade contemporânea é demasiado plural, congrega demasiadas formas e tecidos, tão lógicos quanto desconexos e fragmentados, demasiadas forças e vectores, tão descoordenados quanto efectivos, e estrutura tantas racionalidades, tão opostas quanto legítimas, que se torna impossível/difícil estabelecer uma relação directa e biunívoca entre a forma da cidade e a sua organização política, ou entre a forma da cidade e o seu modo de utilização.”<sup>114</sup>

A falta de clarividência nas consequências de uma deficiente humanização do modelo de realojamentos e qualificação dos níveis de Densidade populacional, condicionou o modo como o território evoluiu e como os factores externos, económico-sociais, ao longo das últimas décadas, agiram em confronto com estas falhas. Tivesse sido melhor desenvolvida, em Chelas, a possibilidade de se criarem relações inter-pessoais entre classes com diferentes índices culturais, em meios urbanos propícios, distribuídas numa equação coerente por todo o território, teria resultado na construção de uma forte rede de comunicação, que levaria a população a deslocar-se por toda a malha, evitando a segregação social de que é alvo. O sistema do plano, desde as mega-estruturas residenciais até à rede de distribuição rodoviária, provocou danos no território, tanto pela capacidade de organização do espaço que não conseguiu alcançar, como pela segregação social e física a que o condenou. Nos estudos de avaliação pós-ocupacional de Chelas, a dimensão exagerada dos empreendimentos realizados e a sua inadequação aos hábitos e necessidades da população, cujos agregados são famílias numerosas e maioritariamente jovens sujeitas a trabalho precário, foram os principais motivos da falha arquitectónica do Plano. A grande escala dos edifícios de habitação e a sua falta de interligação com os espaços envolventes sobrantes, condenaram Chelas ao actual estado de degradação urbana e de instabilidade social.

A existência de várias políticas de habitação ao longo do tempo, ou a falta de uma linha condutora entre elas que guiasse os processos de urbanização desde o início, também influenciou o atraso na concretização das fases do plano de Chelas. Permitiu uma maior promoção da construção privada e isolada, ainda em parcelas de posse cadastral, que subsistiram no território, pondo em confronto as intervenções do PUC e outras de iniciativa privada na mesma área. Esta segmentação das fases construtivas foi ainda deixando de lado a construção dos equipamentos principais e a qualificação dos espaços exteriores, privilegiando a edificação de complexos de habitação, onde eram “depositadas” as comunidades clandestinas, alvos do realojamento em massa. O sistema económico e político do país, sofrendo de uma condição fragilizada desde a Revolução de Abril, data coincidente com o início da execução do PUC, acompanhou e coadunou com as falhas na subsistência do plano, influenciando as políticas habitacionais que se criavam e o sistema económico impulsionador da construção de Chelas.

<sup>114</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009





No panorama da actualidade, o desenho urbano apresenta, na generalidade, uma crise de forma e estrutura da cidade por desarticulação de elementos, escalas e funções. Segundo Nuno Portas, a área do urbano mudou de escala não apenas no espaço mas também no tempo; não apenas na matéria construída mas também na aceleração da alteração das suas funções, alterando a percepção do fenómeno da urbanização, que conquistou uma dimensão nunca antes experimentada. Com ela, foram introduzidas redes viárias de longo alcance que se revelam incompatíveis na relação com o edificado e produziram-se intensivas operações avulsas de realojamentos, desconexas de uma linha integradora na cidade. Criaram-se novas tipologias e espaços de carácter público e de consumo, que transformaram a configuração dos territórios que urbanizaram. Estes modelos de cidade ainda não obtiveram, actualmente, uma resposta de reestruturação, por parte da arquitectura contemporânea – que da rapidez da mudança, das transformações e da fragmentação das novas configurações territoriais, fez emergir uma crise da forma urbana, que se reflecte também no seio das políticas de habitação, na conjuntura actual. A crise ideológica herdada do processo pós-moderno de fazer cidade, por oposição à cidade canónica, densa e contínua, ofereceu à AML um panorama de descontinuidade e de indecisão funcional, cuja configuração morfológica de colagem resultou da expansão demográfica e das práticas urbanísticas das décadas de 60/70.



fig.97 |Autocarro para Chelas  
fonte: <http://deep-chelas.blogspot.com/>

# COLLAGE IN WASTELAND

## CAPÍTULO III

### 3.1. CHELAS: LABORATÓRIO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

O estatuto da arquitectura moderna revelou os primeiros sinais de falência no pós-guerra dos anos 50, com o binómio Itália-Inglaterra na linha da frente das diversas perspectivas da revisão arquitectónica, que teve lugar nas décadas seguintes. Esta revisão levou ao período de maior experimentação e crítica do modernismo arquitectónico, no quadro da habitação, cujo planeamento laboratorial de cidades influenciou directamente a arquitectura portuguesa, e as políticas de habitação social, na medida em que libertou a produção arquitectónica dos cânones da cidade tradicional. Revelou-se como estímulo ao experimentalismo português principalmente no tratamento das situações periféricas e personificou-se na acção de vários intervenientes do meio arquitectónico da época, embora mais no campo teórico que no prático. As reacções contestatárias ao moderno suscitaram acima de tudo uma reformulação dos conceitos, com a procura de novos modelos que substituíssem a tradição racionalista que caracterizava a produção da arquitectura até então, não estipulando, no entanto, uma ruptura completa com o processo moderno.

Esta revisão passou por Chelas, deixando um legado laboratorial fundamental à arquitectura portuguesa posterior. Mas esta crítica integral que vinha sendo feita, internacionalmente com um grande impulso, e em Portugal mais timidamente, apenas por algumas figuras, materializou-se em Chelas não como uma visão crítica global mas sim individual. Foram vários os diferentes pontos de vista, críticos, suscitados em cada proposta, fugindo à gestão do controlo: a arquitectura em Chelas fragmenta e multiplica a crítica, pluralidade essa apenas reunida na osmose das experiências dos vários arquitectos, que ousaram descobrir novos caminhos na revisão do Moderno.

A arquitectura orgânica de Bruno Zevi surge como principal meio de descolamento da obsessão racionalista, associada aos regionalismos nórdicos, fundamentada pelo organicismo de Frank Lloyd Wright e personificando o que a arquitectura portuguesa proclamava nos anos 50, mais tarde traduzida por Nuno Portas. A consciencialização, por parte de Zevi, da dimensão social da arquitectura, em contraponto à dimensão objectual moderna, é origem do processo orgânico da arquitectura, como base de uma sociedade orgânica. A sua passagem pela arquitectura portuguesa conjuga-se nas figuras de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas,





fig.98 | Bruno Zevi  
fonte: <http://www.nitrosaggio.net/bartolozzi/publicazioni.htm>

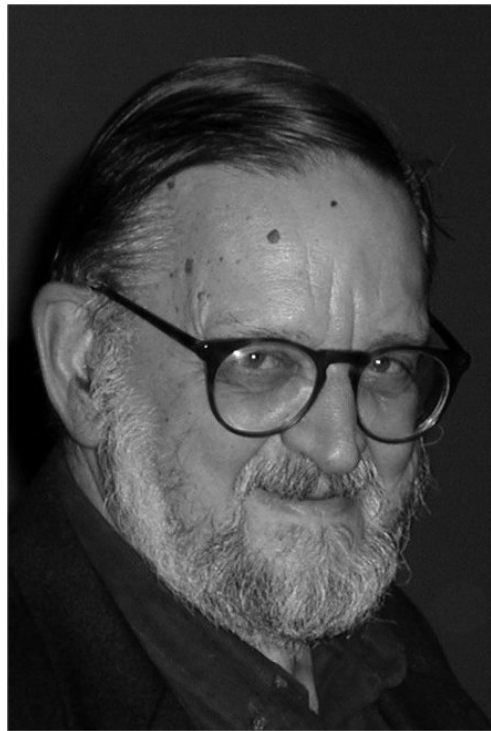


fig. 99 | Nuno Teotónio Pereira  
fonte: <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/p-ntp.htm>

que tornaram a sua experiência laboratorial, na habitação, um elemento fundamental para os modelos que se seguiram na década de 60. Nas palavras de Gonçalo Byrne: “Quando aparece na Europa o chamado ‘Movimento Revisionista’, de revisão ao ‘Movimento Moderno’, eles [Nuno Portas e N. T. Pereira] estão muito próximos (...), com a experiência em Itália que, no pós-guerra promove ‘Habitação Popular’ (...), e em Inglaterra, onde o tema da habitação é muito discutido. Esta “linguagem moderna”, um pouco purista e racionalista, é muito posta em causa.”<sup>115</sup> As influências do planeamento das cidades italianas (e posteriormente das inglesas pós-modernas) por eles traduzidas no processo de produção habitacional pública, serviram de base aos modelos tipológicos encarados na elaboração do Plano de Urbanização para Chelas.

### AS INFLUÊNCIAS DO PÓLO LABORATORIAL ITALIANO NA HABITAÇÃO DO PÓS-GUERRA

A urbanística moderna surge como remédio contra os males da cidade – desde o século XIX que a cidade é vista como doente, e o urbanismo nasce para cura-la cirurgicamente e salvar o organismo urbano.<sup>116</sup> O medo do crescimento desmesurado da cidade, fugindo ao controlo cirúrgico, impediu o Movimento Moderno de analisar o carácter da periferia urbana, de aceita-la como nova condição emergente metropolitana – “Le corbusier negaba la periferia, recomendando la concentración y el aumento de la densidad residencial.”<sup>117</sup> A expansão da cidade era feita através de um urbanismo racionalista que a controlava, com a construção de poucos bairros de dimensões consideráveis, e regulados pelas suas geometrias e soluções distributivas, através da criação de ruas-corredor – canais de tráfego e ambiente, sobre os quais se dispõem os edifícios necessários à vida da cidade, desde edifícios culturais ou de serviços<sup>118</sup>.

Após a II guerra Mundial, o pólo urbanístico Italiano apreende os aspectos mais transmissíveis da cultura funcionalista e decide avançar com a revisão do Movimento Moderno, enfrentando o problema da periferia urbana, e propondo construir a cidade moderna fora do centro da cidade. Os bairros de habitação tornam-se o pólo principal no crescimento das cidades, face às necessidades da população, e pelo espaço de possibilidades que existe no quadro residencial para experiências tipológicas na crítica moderna. Influenciados pela unidade de habitação de Le Corbusier, procuravam uma metofologia que melhor definisse a relação entre serviços e habitação, segundo modalidades qualitativas a uma escala adequada, e procuravam um “novo género de unidade funcional a que se refiram todos os raciocínios sobre a organização do bairro e dos agregados maiores.”<sup>119</sup>

Esta pesquisa assinalou uma mudança na arquitectura moderna, ao liquidar os modelos tradicionais de agregação, procurando a definição de uma tipologia de alojamento como elemento mínimo. Este modelo, como base de uma agregação entre vários elementos, considera que uma agregação mais complexa levará à produção de cidade – o alojamento individual, associado a outros níveis, como funções citadinas e equipamentos produtivos associados à residência, formam bairros e por conseguinte cidades. As

<sup>115</sup> BYRNE, Gonçalo, fonte directa, citado em MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, Prefácio

<sup>116</sup> Cerdá e Le Corbusier usaram a metáfora da cirurgia e da medicina para responder à cidade moderna.

<sup>117</sup> PAVIA, Rosario, “El miedo al crecimiento urbano”, 1996, artigo publicado em MARTÍN, Ángel, “Lo urbano en 20 autores contemporáneos”, 2004

<sup>118</sup> A estas complementavam-se, num plano secundário e posterior, os bairros residenciais extensivos, casas unifamiliares que surgiam da necessidade de subtrair a habitação aos vínculos destes centros, embora em perfeita dependência urbana espacial dos mesmos. Estes modelos foram indispensáveis na conjuntura económica e social no primeiro pós guerra (pela rede fundiária dos terrenos particulares para edificação que estabeleceu a velocidade do crescimento urbano) mas viu a falência das suas configurações no segundo pós-guerra, onde as ruas-corredor não satisfiziam as necessidades que a dimensão social da habitação passaria a exigir.

<sup>119</sup> BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p.89



fig. 100 |IAUV – Instituto de Arquitectura da Universidade de Venezia  
 fonte: <http://www.masterurbandevlopment.it/contact/>

I  
- - -  
U  
- - -  
A  
- - -  
V



fig. 101 |Aldo Rossi  
 fonte: <http://www.cursodehistoriadaarte.com.br/>

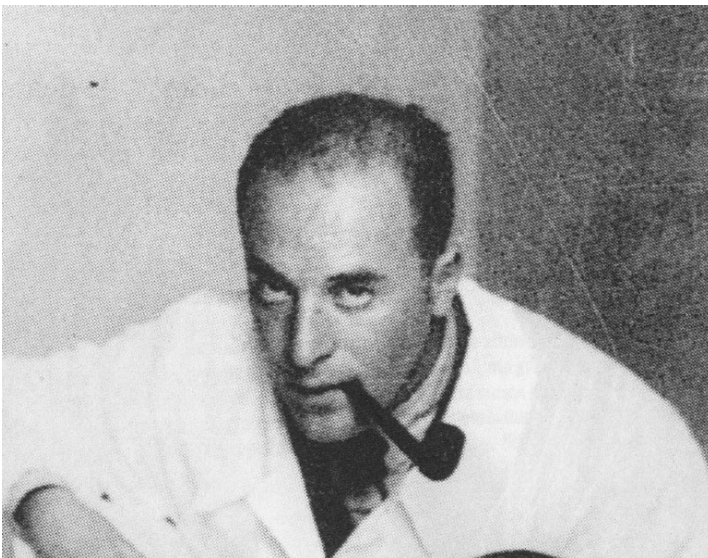


fig. 102 |Ernesto Rogers  
 fonte: <http://www.luigiboschi.it/?q=node/20687>

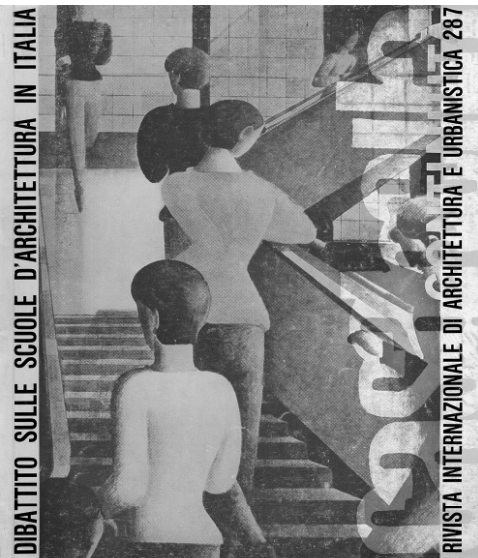


fig. 103 |Revista Casabella-Continuità  
 fonte: <http://www.gizmoweb.org/category/schools/>

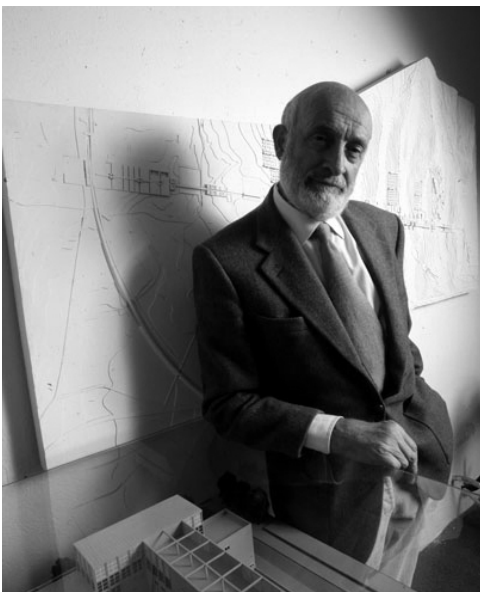


fig. 104 |Vittorio Gregotti  
 fonte: <http://www.paolodellacorte.com/>



fig. 105 |Carlo Aymonino  
 fonte: <http://www.aamgalleria.it/la-galleria.php?id=1075-IMMAGINI-DELL-INAUGURAZIONE>



propostas da modulação variam desde a integração da “residência e os serviços primários numa composição arquitectónica unitária”<sup>120</sup> como a Unidade de Habitação de Marselha de Corbusier, até às New Towns inglesas e às experiências elaboradas por Alison e Peter Smithson, que passam da escala do alojamento à da cidade. Contudo, os planos de expansão da cidade não apresentavam uma análise ao seu desenvolvimento futuro, nem regras definidas para o crescimento urbano, desaparecendo qualquer referência à arquitectura e criando sobredimensionamentos que na realidade estavam mais ligados a valores imobiliários e a negociações de áreas de construção. Este sobredimensionamento criou a descontinuidade entre a cidade periférica e a cidade central que ela envolve, entrando no domínio da ilegalidade abusiva das periferias que a cidade moderna tanto se esforçou por evitar.<sup>121</sup>

Foi como reacção à destruição das periferias, que as ideologias do urbanismo moderno italiano se dispuseram, mais tarde, a estender as áreas centrais para as múltiplas periferias, criando novos centros para a cidade. Dos vários nomes que saltaram para o palco da crítica ao moderno distinguem-se os associados à Escola de Veneza<sup>122</sup> e ao Neo-Racionalismo<sup>123</sup>, por vezes integrados na designação de grupo “Tendenza”. Ernesto Rogers assume-se como a figura principal da manutenção da arquitectura moderna no contexto vanguardista, objectivando a integração do Moderno na história. Interveniente no VII CIAM (Congresso Internacional da Arquitectura Moderna) de Bergamo, em Itália (1949), e director da Casabella-Continuità<sup>124</sup> (1955-1964), assume o historicismo tradicional como útil na estratégia de continuidade e reformulação do processo moderno – os princípios do Modernismo são adaptados para se adequarem à transformação dos modos de vida<sup>125</sup>. Vittorio Gregotti, também associado à Casabella-Continuità onde foi director (1981-1996), focou-se no papel social da arquitectura, e revê-se no papel do neo-racionalismo, que se prevê crítico à modernização.<sup>126</sup>

Dos neo-racionalistas e associado à IAUUV, primeiro como investigador e mais tarde como docente, destaca-se também a figura de Aldo Rossi, cuja motivação teórica se começa a fundamentar com a parceria com Ernesto Rogers na Casabella, de quem era discípulo, e integra com Carlo Aymonino o Studio Ayde em 1960. Carlo Aymonino foi das figuras principais do urbanismo italiano do pós-guerra, representativo no debate das premissas da habitação social, e conhecido principalmente pelos seus estudos da tipologia urbana. Os arquitectos da “Tendenza” desenvolveram um urbanismo que procurava recuperar as tipologias tradicionais da rua e do quarteirão, desde a parede, a fachada, até à ideia de lugar e de monumento enquanto gerador de paisagem urbana e de continuidade do domínio público, particularmente no quadro da habitação.

<sup>120</sup> Leonardo Benevolo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, (1987), “Projectar a Cidade Moderna”, PP 89

<sup>121</sup> O urbanismo não se via capaz de emendar esta ilegibilidade, apenas se queria distinguir da arquitectura, rompendo uma relação com raízes antigas que acarretou consequências severas para as periferias. A falta de representação arquitectónica para os diferentes intervenientes, a renúncia na procura de uma utilidade simbólica para as diferentes partes da periferia, levou a que estas se expandissem sem qualidade nem valores, remetendo-se a qualidade simbólica apenas às áreas centrais da cidade.

<sup>122</sup> IAUUV – Instituto de Arquitectura da Universidade de Veneza

<sup>123</sup> Entende-se por Neo-Racionalismo a procura de revisão das premissas do Movimento Moderno que surgiu em Itália nos anos 60, numa tentativa de fugir ao universalismo nivelador determinado pelas forças económicas e sociais – o processo criativa deriva de uma leitura crítica do passado a partir de premissas tipológicas e não tanto morfológicas, rejeitando assim a vertente tecnológica que se assumiu no pós-guerra.

<sup>124</sup> Revista italiana que se assumiu como o território de debate das diferentes críticas ao Movimento Moderno, fundada em 1928 por Guido Marangoni.

<sup>125</sup> A esta solução que Rogers propõe para o caminho do Movimento Moderno contrapõe-se a crítica que Reyner Banham faz ao campo da arquitectura italiana, defendendo um modelo que não se limitaria a prosseguir com os historicismos modernos, fazendo um retrocesso na arquitectura, mas que aprofundaria os aspectos heróicos que a era da máquina prometeu à arquitectura. De facto, e segundo Banham, o futurismo italiano não foi suficiente para dar resposta às possibilidades tecnológicas da altura e os modelos a seguir visariam a criação de uma segunda era mecânica. A tradução das suas premissas em obras de Sterling, Alison e Peter Smithson estiveram também na base da recuperação do período heróico da arquitectura que os Archigram procuraram nos anos 60 com a dimensão high tech.

<sup>126</sup> A ideia de lugar na cidade neo-racionalista, e da arquitectura associada ao território, é vinculada com a premissa de Gregotti de que a tarefa do arquitecto é criar uma arquitectura de contexto, em que a natureza é revelada pela medição da paisagem – as intervenções formais num local revelam a verdade poética da morfologia do terreno construído, criando paisagem e acentuando os aspectos culturais da história do Moderno.





fig. 106 | Quartiere QT8, Milão  
fonte: <http://it.wikipedia.org/wiki/File:Qt8-Milano.jpg>



fig. 107 | Complexo Gallaratese, Milão  
fonte: <http://corbu2.caed.kent.edu/architronic/v7n1/v7n104c.html>

O IX CIAM, em 1953 em Aix-de-Provence, teve como proposta temática “a formulação de uma Carta do Habitat, que funcionaria como uma carta de princípios orientadores da produção dos espaços de habitação modernos”<sup>127</sup>. O grupo de arquitectos intervenientes mais jovens, associados à crítica da Cidade Moderna, defendiam que a segregação funcional da Carta de Atenas não tinha mais lugar no urbanismo moderno. A noção de habitação sustentava-se agora num “conceito ampliado que considerava não apenas (...) a unidade residencial, mas os espaços de convívio e os espaços públicos, domínios que permitiam a existência de uma vida colectiva no âmbito da moradia”<sup>128</sup>. A cidade funcional moderna não satisfazia as necessidades humanas da dimensão individual e discriminava algumas funções<sup>129</sup>, tornando a cidade num objecto calculado e sem espaços para as relações inter-humanas. As referências de Patrick Geddes<sup>130</sup>, e da sua leitura orgânica do elemento urbano<sup>131</sup>, foi essencial para preparar a substituição de uma “segregação funcional, a partir da qual era vista a cidade moderna, por uma visão que considerasse a aproximação por escalas, avaliando as inter-relações sociais estabelecidas nos diversos níveis da comunidade. (...) Questionavam a repetição do padrão arquitectónico concebido pela doutrina funcionalista, sendo mais favoráveis à incorporação das diferenças, expressas particularmente na consideração da variedade cultural das comunidades servidas.”<sup>132</sup>

O pólo orgânico da arquitectura de Zevi<sup>133</sup> ganhava assim força na crítica ao Moderno. A sua personificação no desenvolvimento da habitação italiana, em grande escala, teve início com os projectos dos intervenientes associados à Escola de Veneza. O grupo italiano<sup>134</sup> focou a sua atenção, primeiramente, na necessidade de habitação em Milão após a II Guerra Mundial, elaborando um plano para a descentralização da cidade e prevendo novos núcleos residenciais para Norte, uma nova rede de auto-estradas, um terceiro aeroporto e ao mesmo tempo a restauração do antigo centro histórico. Desta expansão, a primeira comunidade experimental a ser construída foi o bairro QT8, em 1946, concebido para a Oitava Trienal de Milão (1947) – que se virava exclusivamente para a questão da habitação<sup>135</sup>.

Com a elaboração do Plano para a cidade de Milão em 1956 (Piano Regolatore Generale), a construção do segundo maior complexo residencial foi rapidamente iniciada, com os núcleos Gallarate I e II (G1 e G2). O Studio Ayde, de Rossi e Aymonino, ficou encarregue deste projecto, em 1967, iniciando Aymonino a adesão teórica à recomposição da modernidade. A proposta, partindo de uma utopia, construiu num novo conceito de cidade com o seu sistema de conexões urbanas, formulado segundo o modelo da

<sup>127</sup> BARONE, Ana Cláudia Castilho, “Team 10: arquitectura como crítica”, 2002, p. 64

<sup>128</sup> BARONE, Ana Cláudia Castilho, “Team 10: arquitectura como crítica”, 2002, p.65

<sup>129</sup> A cidade moderna estratificava apenas quatro funções: habitação, tempos livres, trabalho e circulação

<sup>130</sup> Urbanista inglês do séc. XIX, foi negligenciado pelo CIAM pela sua visão orgânica, que trazia numa análise urbana mais completa ao considerar as questões sociológicas e históricas da cidade. Ao expor a vontade de descentralizar o poder pela participação da comunidade na gestão urbana, afastava-se como referência para o quadro urbanista hegemónico dos CIAM. Os seus estudos foram essenciais na compreensão do factor social no planeamento de cidades e da habitação, proveniente de uma época em que os urbanistas tinham mais noção da importância social e política na intervenção das cidades. Os jovens arquitectos procuravam valorizar as leituras da cidade que foram abandonadas pelo Movimento Moderno, que Geddes já incorporava na cidade industrial, com o sentido de comunidade no seu processo organizativo.

<sup>131</sup> A sua obra em Edimburgo, a Torre do Mirante, expressava o sentido de integração da comunidade com a cidade. A torre permitia ver toda a cidade e permitia assim aos habitantes entender as questões urbanas pela forma de organização do território, compreender a cidade onde viviam e estimular a população a intervir nos processos de intervenção urbana (forma-se a primeira vontade de conceber uma construção participada da cidade e da habitação, que mais tarde no século XX se viria a traduzir como processo fundamental na habitação de carácter social).

<sup>132</sup> BARONE, Ana Cláudia Castilho, “Team 10: arquitectura como crítica”, 2002, p.69

<sup>133</sup> Fundou a Associação pela Arquitectura Orgânica (AAPAO), em 1944.

<sup>134</sup> Ernesto Nathan Rogers, Albini, Bottoni, Gardella, Gabrielle Mucchi, Giancarlo Piretti, Marco Pucci e outros.

<sup>135</sup> O núcleo seria composto por quatro quarteirões de diferentes linguagens habitacionais, desde casas geminadas com sótãos para veteranos de guerra, apartamentos de dois a quatro pisos com materiais pré-fabricados, até tipologias de banda ou bloco, inter-relacionados com os equipamentos públicos como o cinema, a igreja e o centro-de-dia, localizados no centro da malha.

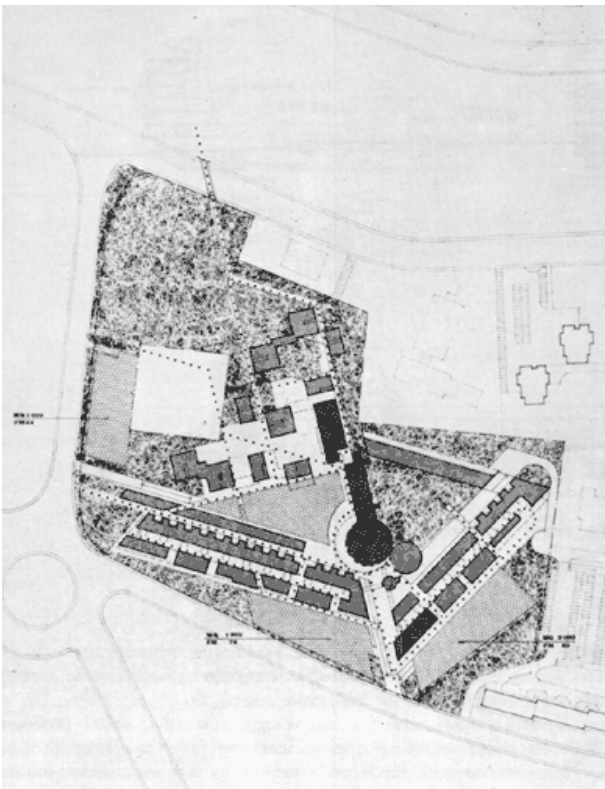


fig. 108 |Complexo habitacional Gallarate, em Milão  
fonte: [http://housingprototypes.org/project?File\\_No=ITA021](http://housingprototypes.org/project?File_No=ITA021)



fig. 109 |Obras de Corbusier de influência para Gallarate: 1. La Tourette 2. Unidade de Habitação de Marselha  
fonte: <http://rasmusbroennum.wordpress.com/2008/08/03/classics-revisited-la-tourette/> | <http://www.panoramio.com/photo/26833210>

Unidade de Habitação de Le Corbusier. O complexo serviu apenas funções de realojamento social nos primeiros anos: em 1974 as unidades estavam praticamente desertas mas, nos anos seguintes, a população reconfigurou o sentido de comunidade, e actualmente marca a geração da arquitectura neo-racionalista italiana como representante da experiência laboratorial da habitação do pós-guerra.

Inicialmente, a proposta partia da intersecção de duas bandas diagonais num anfiteatro, com um terceiro edifício estendendo-se a nordeste desta intersecção, num território com uma morfologia triangular na intersecção de duas novas ruas – Vila Cilea e Vila Fichera. Após a entrada, no projecto, de Aldo Rossi, para a execução da extensão a nordeste<sup>136</sup>, o projecto evoluiu, já em 1968 para a sua configuração actual: um grupo de blocos de habitação cada um variando em número de pisos (de três a oito), formando um skyline diversificado, que convergem para o anfiteatro ao ar livre. As habitações distribuíam-se pelos volumes, numa ligeireza<sup>137</sup> conseguida por uma série de eventos como decks, pontes, elevadores e terraços, oferecendo variedade ao percurso pedonal, e ampliando o sentido de comunidade entre a população residente – Aymonino é influenciado pelas galerias e corredores de diferentes acessos às habitações, com os duplexes em vários pisos e de acesso por galerias exteriores, como as obras corbusianas, desde Marselha a La Tourette. Embora tenham desenvolvido estudos e investigações em conjunto, sob o mesmo enquadramento arquitectónico de repor o desenho como extensão lógica da história que os precedia, quando construíram em conjunto pela primeira vez houve um claro conflito de estilos, duas atitudes de projecto completamente opostas<sup>138</sup>.

Carlo Aymonino também se associou à construção pelo INA-Casa<sup>139</sup>, o plano de Intervenção do Estado (1949-1963), para providenciar habitação em todo o território italiano, no pós-guerra, para famílias de baixo rendimento. Foi das primeiras iniciativas da arquitectura italiana que promoveu a investigação empírica, na produção de tipologias mínimas e variadas para a habitação, estudando múltiplas soluções para todas as necessidades e situações de alojamento, sem condenar a população a espaços não qualificados. Como sugeria Bruno Zevi, “ (...) a maior parte de nós vive em casas ridículas, indignas, vergonhosas para homens que se respeitam e que se recusam a vegetar como escravos em absurdos cubos justapostos, nunca pensados em termos espaciais, (...) a falta de uma visão urbanística impede as possibilidades de desenvolvimento de comunidades orgânicas, onde uma arquitectura de especulação, casada com turvos sonhos de retórica monumental, destrói os ambientes sagrados da nossa herança artística espiritual.”<sup>140</sup>

Nas obras do INA-Casa, passaram figuras como como Piero Bottoni, Gio Ponti, entre outros arquitectos, desenvolvendo complexos habitacionais em Milão, como o INA-Casa Harrar-Ponti e o Harrar-Bottoni<sup>141</sup>, ambos sob a tipologia de construção em banda, com acesso por galerias, únicas na expressão arquitectónica da habitação social na Itália nos anos 50, influenciadas pela

<sup>136</sup> Aymonino ficou responsável por 4 dos 5 volumes (A, A2, B e C) enquanto Aldo Rossi se encarregava do desenho do 5º volume (D), a extensão a nordeste, albergando, na totalidade dos 5 blocos, 2500 pessoas em 440 fogos e contendo 25 escritórios (e algum comércio) nos pisos térreos colectivos. A parte comercial do plano nunca funcionou na sua totalidade, em parte pela falha na estratégia de planeamento em assegurar que outras populações, e comunidades, se inter-relacionassem com o comércio neste núcleo.

<sup>137</sup> A aparente simplicidade do conjunto é conseguida através da criação de duas praças triangulares, que servem como pontos de referência na malha, e aligeiram a entrada dos cidadãos, feita pelo meio do edificado, assim como pela relação que os edifícios estabelecem entre si - este conceito, da edificação de volumes organizados em torno de um espaço central, o anfiteatro, distribuídos radialmente em relação ao mesmo, surge da reacção contestatária às tipologias, em bloco e torre, do planeamento de cidades do CIAM.

<sup>138</sup> As tipologias de habitação, tanto nas propostas de Aymonino como nas de Rossi, não se limitaram a uma única solução e variaram nos vários edifícios, desde apartamentos com as dimensões mínimas até apartamentos em duplex, oferecendo uma complexidade extrema de natureza eclética. O trabalho de Rossi, ao ser inteiramente repetitivo e de apenas uma cor, branco, contrapõe-se ao de Aymonino, onde os volumes foram pintados de castanho-escuro, cinzento e azul, cores estimuladas nos anos 60, com janelas e varandas de várias tamanhos e influências, contrastando com o modelo repetitivo e contínuo da grelha de Rossi.

<sup>139</sup> Plano concretizado pelos fundos do Istituto Nazionale per le Assicurazioni, que procurava impulsionar a actividade de construção e o aumento de emprego, aumentando assim o rendimento económico do país após a guerra e conseguindo uma melhoria social.

<sup>140</sup> Zevi, Bruno, “Saber ver a arquitectura”, 1984, p.200

<sup>141</sup> Os blocos habitacionais de baixa altura, 6 pisos na generalidade, misturavam-se com habitações unifamiliares entre os espaços do grande edificado, e tinham acesso através de escadas internas que levavam às galerias de acesso. Estas galerias funcionavam como terraços públicos permitindo a entrada de luz nas cozinhas que se dispunham ao longo das galerias, enquanto as áreas de estar dentro dos fogos abriam-se para varandas a Este, sob o piso térreo usado como hall do edifício.





fig. I10 | Logotipo INA-CASA  
fonte: <http://www.cixate.it/News.asp>



fig. I11 | INA-CASA Harrar Ponti  
fonte: [http://housingprototypes.org/project?File\\_No=ITA021](http://housingprototypes.org/project?File_No=ITA021)



fig. I12 | Bairro de Tiburtino, planificação e fachadas  
fonte: <http://itopiarometheeternalcity.blogspot.com/>



arquitetura de Corbusier e pela organicidade das teorias de Bruno Zevi. Os espaços de galeria ganham aqui características que as futuras tipologias de habitação iriam assumir, com grande significado de comunidade e vizinhança, como também foi adoptado em Roma, no projecto INA-Casa Tiburtino, de Ludovico Quaroni.

Este foi o projecto INA-Casa que mais caracterizou a arquitetura social na Roma do pós-guerra, em 1949. Quaroni estava integrado na APAO<sup>142</sup> de Zevi, assim como os seus colaboradores neste projecto – Mario Ridolfi e Maria Fiorentino –, pelo que a integração das habitações nas ondulações naturais do terreno foi o principal meio de elaboração da malha do complexo habitacional Tiburtino. Os 770 fogos foram distribuídos segundo uma variedade complexa de tipologias, desde casas unifamiliares, blocos de apartamentos de cinco andares a torres de habitação<sup>143</sup>, e a sua localização singular e casual no terreno, assim como a rotação entre os edifícios, transmite a sensação de pequena vila medieval, pouco densa e mais intimista. O racionalismo foi rejeitado e o bairro Tiburtino aspirou assim a uma nova democracia social, definida por um Neo-Realismo que se tornou referência para este tipo de arquitetura. Contudo, este Neo-Realismo não surtiu efeito directo na arquitetura do INA-Casa, com os próprios projectistas do bairro na linha da frente da crítica ao bucolismo sugerido, e Aymonino enfatizando os riscos da criação de uma arquitetura pitoresca.

A questão tipológica organizativa dos elementos habitacionais manifestou-se, então, processo importante na habitação social desde os primeiros modelos da arquitetura italiana dos anos 50. A passagem do espaço público para o espaço privado, os modelos de transição entre residências e os estudos das unidades mínimas e máximas de agregação, surgem já na arquitetura do primeiro pós-guerra, em que a arquitetura moderna adquire características de investigação científica – “ela retira da ciência moderna não só o seu conteúdo mas também o seu método de trabalho, e portanto a organização de experiências, (...) o controle dos resultados”<sup>144</sup>. Entre as duas grandes guerras os modelos tipológicos habitacionais cingiram-se na generalidade às limitações herdadas das tipologias tradicionais: desde os sistemas simples de unidades unifamiliares isoladas da Bauhaus<sup>145</sup> e das vilas parisienses de Corbusier; as propostas soviéticas de células transformáveis do fim dos anos 20 – contrapondo a cidade burguesa ao criarem uma urbanização aberta e espaçada; até aos bairros de “casas geminadas” de dois e três pisos, de Roterdão e Viena<sup>146</sup>. Estes sistemas de planeamento e de investigação conduziram à elaboração, em 1933, da Carta de Atenas<sup>147</sup>, representando teoricamente os critérios da prática de planeamento de cidades da época e colocando a função da habitação em primeiro plano – embora expressasse enunciados meramente teóricos e não princípios técnicos, “necessários mas não suficientes para orientar as experiências do pós-guerra.”<sup>148</sup>.

Este documento marcou uma das mais importantes críticas à Cidade Tradicional, essencial para o laboratório dos bairros do pós-guerra, na medida em que condenou definitivamente a rua-corredor, anunciando a sua “morte”. Os modelos urbanísticos da cidade tradicional remetiam a linha de encontro entre o espaço público e o privado no limite entre os blocos de edificado e os espaços comuns, necessários ao seu funcionamento, mas sacrificavam a residência, ao comprimí-la – “tanto os espaços privados como os públicos tendem a tornar-se homogéneos; (...) e a variedade de ambientes públicos funde-se numa sequência de espaços

<sup>142</sup> Association for Organic Architecture, fundada por Bruno Zevi em 1944.

<sup>143</sup> Em conjunto com centros sociais, de compras, espaços verdes e áreas desportivas, em ambientes construídos e moldados para a interacção entre a população residencial.

<sup>144</sup> BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p.9

<sup>145</sup> Como exemplo destes modelos salienta-se a “Haus am Horn,” em Weimar, (1923).

<sup>146</sup> Como exemplo destes modelos salientam-se as casas de Rietveld em Viena (1931), assim como as do Bairro Torten em Dessau também pela Bauhaus (1925).

<sup>147</sup> Os enunciados deste documento têm por base os princípios desenvolvidos por Le Corbusier na “Ville Radieuse”, discutidos no IV CIAM em 1933 – esta proposta visionária propunha uma cidade de megaestruturas, suspensa por pilotis sobre um parque urbano contínuo, adoptando o modelo linear de cidade.

<sup>148</sup> BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p.21



vazios, ligados por relações constantes aos volumes construídos. Assim nasce o padrão (...) rua corredor, (...) canal de tráfego e ambiente sobre o qual se situam os alinhamentos comerciais.<sup>149</sup> A Cidade Moderna contrapôs-se a este modelo desmaterializando os limites das rua-corredor, separando de forma radical os movimentos pedonais e automóveis e liberalizando superfícies para espaços verdes públicos – nas palavras de Corbusier, no jornal *L'Intransigeant* (em Maio de 1929): “A rua é uma vala, uma fissura profunda, um corredor apertado (...). A rua está atulhada de gente (...). Há alguns anos ficou repleta de viaturas rápidas (...) os homens e as mulheres acotovelam-se nelas, as lojas prosperam; todo o drama da vida exhibe ali o seu desassossego.”<sup>150</sup>

Ainda assim, as planimetrias de alguns bairros italianos, como os INA-Casa, revelavam-se irregulares e complicadas, resultados de exigências formais. Como solução para o problema, surgiram modelos que recusaram uma composição indefinida, e determinaram sistemas de agregação entre serviços e residências, como as composições arquitectónicas unitárias de Corbusier<sup>151</sup>, ou paralelamente as experiências soviéticas pelas entidades estatais de planeamento<sup>152</sup>. Estes sistemas de agregação tornam-se a principal parte construtiva da cidade moderna, guiando a arquitectura da habitação social do pós-guerra para uma cidade em que “as funções não estejam separadas na origem mas correlacionadas mediante alguns contactos constantes, estabelecidos no interior de certas unidades (...)”<sup>153</sup>. No entanto, o limite, da escala máxima de funcionamento, do sistema de agregação nunca foi definido – até que escala o equilíbrio razoável entre densidade e qualidade seria conseguido, confiando à habitação as outras funções da cidade, foi o maior desafio das cidades do pós-guerra..

Este debate foi, no entanto, mais acentuado nas experiências inglesas das New Towns, que surgiram paralelamente às italianas. De facto, a realização destas cidades abriu a discussão do problema dos acabamentos urbanos, em que as periferias “subtópicas”<sup>154</sup>, inacabadas, se relacionavam com os novos bairros, construídos no conjunto das cidades tradicionais. Este conceito influenciou directamente a concretização das New Towns e a elaboração dos seus centros de comércio que, pela sua dimensão, se tornaram as espinhas dorsais do tecido urbano, distinguindo-se das outras zonas de cada cidade projectada. A variedade dos seus modelos de agregação oferece à arquitectura da habitação um rol experimental de vasta dimensão, que se traduz num enunciado de tipologias adaptadas a cada função que a habitação possa desempenhar nos seus núcleos, como mais ou menos unitária do conjunto urbano.

Destes modelos distinguem-se casos já referidos, como referências base ao Plano de Chelas: a cidade de Hook, de 1961 elaborada pelo London County Council, e o grand ensemble francês, criado em Toulouse-Le-Mirail, que expôs o problema da articulação do bairro como um organismo unitário, não dividindo cada zona como um núcleo individual. Contudo, esta divisão pode assegurar “a cada nível uma eficaz ligação da residência com os serviços e equipamentos produtivos terciários similares; mas não resolve a relação entre a residência e os outros equipamentos produtivos”.<sup>155</sup> A este modelo, Corbusier contrapõe, a partir do pós-guerra, o sistema da cidade

<sup>149</sup> BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p. 11

<sup>150</sup> Le Corbusier, 1929, citado em ABRAHÃO, Sérgio Luis, (2008), “Espaço Público: do Urbano ao Político”, Annablume Editora

<sup>151</sup> Como exemplo sugere-se a Unité d’Habitation de Marselha (1947-53), também conhecida como Cité Radieuse.

<sup>152</sup> As primeiras experiências pressupõem-se auto-suficientes e com relação estreita entre o espaço individual e o organismo urbano global do edifício, integrando os alojamentos entre si da forma mais completa. Esta relação é configurada através da criação de espaços no interior para os peões, satisfazendo a necessidade das funções de ligação, encontro e de troca, assim como de imprescindível convívio em relações de vizinhança como estas. O modelo soviético de habitações em comunidade segue uma predominância horizontal, fixando o carácter baixo e individual dos alojamentos agregados em torno dos espaços de serviços.

<sup>153</sup> BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p. 101

<sup>154</sup> Expressão derivada da palavra “subtopia” que a “Architectural Review” (1953-55) atribuiu ao ambiente inacabado das novas periferias que estas cidades criavam.

<sup>155</sup> BENEVOLO, Leonardo Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, 215



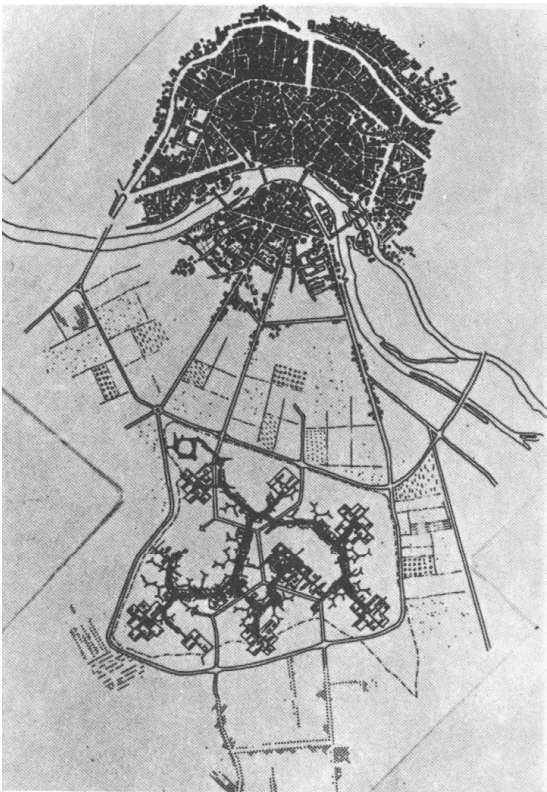


fig. 114 | Cidade de Toulouse-le-Mirail, expansão dependente do centro  
fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, "Projectar a Cidade Moderna", 1987

linear, como alternativa à cidade concêntrica: propõe a definição do organismo urbano como um organismo territorial contínuo feito de elementos repetíveis, mas não necessariamente iguais, que se possam modificar dentro dos seus limites. Isto oferece espaços de autonomia às partes do todo que se podem modificar, dentro de limites exactos, sem com isso interferir no aspecto do conjunto global. “No limite, pode dizer-se que a cidade linear se apresenta como um elenco, orgânico, identificável e indefinido, de elementos provisórios e mutáveis.”<sup>156</sup>

O risco que Hook e Toulouse le Mirail apresentam, na sua configuração, é o da progressiva degradação das zonas mais afastadas do centro de serviços, que a cidade linear pretende evitar, ao assumir a presença de pequenas zonas funcionais contínuas que agarram as zonas residenciais, não dependendo de um centro vital. O modelo de Chelas, tendo passado de uma fase inicial celular para uma posterior linear, traduz um processo que fundamentou um organismo global, baseado em ambos os modelos, cujas tipologias habitacionais e de agregação de vizinhança experienciadas se tentaram adequar aos dois sistemas – embora na generalidade dos casos as vontades dos projectistas tivessem resultado em realizações ambíguas. “O centro percurso de alcance direccional, multifuncional e não apenas comercial (...) surge como forma mais óbvia de entrelaçar serviços e habitação, (...) por um sistema capilar que refundiria espaços de uso colectivo como as tipologias habitacionais. Foi, em esquema, a ideia ensaiada no plano para a extensão de Chelas, ao retomar-se o conteúdo da rua, animada pelo desenho contido e pela sequência destes serviços.”<sup>157</sup>

Será, contudo, a experiência orgânica italiana que mais influenciará a habitação social dos anos 60, principalmente nas composições de desenho urbano e nas tipologias abordadas, em contraste com os modelos que dominavam o campo da habitação em Portugal até ao pós-guerra. Como refere Ana Vaz Milheiro, relativamente ao conjunto de experiências que proliferaram pelo país: “Dentro já de um movimento crítico à excessiva radicalização abstraccionista destes conjuntos habitacionais surgem nos anos 60 apropriações que se deslocam do modelo francófono liderado por Corbusier para o revisionismo italiano. Este processo reflecte-se com igual intensidade no desenho dos edifícios como na estratégia de ocupação urbana que as suas implantações deixam transparecer. Tanto o Bloco E no Bairro da Pasteleira, no Porto, dos arquitectos Sergio Fernandez e Pedro Ramalho (1964-73) como as cinco Torres Vermelhas de Carlos Loureiro e Luis Pádua Ramos, em Aveiro (1968-75) remetem para modelos mais “organicistas” no tratamento volumétrico que dão às tipologias em banda e em torre com que trabalham”.<sup>158</sup>

## O EXPERIMENTALISMO ARQUITECTÓNICO DO LABORATÓRIO DE CHELAS

“Na crise aprofundada nos anos 60, e transformada em celebração nos anos 80, a arquitectura portuguesa prospera; experimenta opostos e diverge. (...) Liberta de uma relação, sempre em perca, com o centro – que se está, aliás, a pulverizar -, a arquitectura portuguesa emancipa-se. Do outro lado, acontece também uma maior disponibilidade para apreender experiências particulares ou periféricas.”<sup>159</sup>

De facto, o território de Lisboa abriu-se à experimentação habitacional na década de 60, oferecendo espaço à arquitectura. O plano de Chelas ajustou-se à vontade que os arquitectos e as equipas de trabalho demonstravam na libertação dos parâmetros arquitectónicos modernos. Rematando as experiências dos Planos de Olivais Norte e Sul, que já tinham anunciado uma linha expe-

<sup>156</sup> BENEVOLO, Leonardo Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, “Projectar a Cidade Moderna”, 1987, p.217

<sup>157</sup> PORTAS, Nuno “A cidade como arquitectura”, 2007, p. 142

<sup>158</sup> MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, Prefácio

<sup>159</sup> FIGUEIRA, Jorge, “A Periferia Perfeita – Pós modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80”, 2009, p.9



rimental, embora mais controlada, na habitação como peça tipológica demarcante da expansão da AML, Chelas faz uma releitura da revisão que estes planos anteriores já faziam do Movimento Moderno. Cunha-se Chelas como espaço de liberdade criativa, principalmente no que competia ao espaço periférico – esta oportunidade de criar de raiz uma extensão do centro consolidado na zona Oriental de Lisboa, periférica aos núcleos activos da cidade, permitiu que Chelas se tivesse convertido no maior laboratório de habitação social da capital e da década. “Uma nova narrativa das formas de suburbanização, uma narrativa que se estabelece (...) as periferias enquanto territórios experimentais e de inovação, onde a vertente criativa (...) mais ou menos transgressora dependendo dos casos, desempenha um papel fundamental na dinâmica do sistema, na progressão, no desenvolvimento e mudança da realidade urbanizada.”<sup>160</sup>

De todos os campos em que Chelas se estabeleceu como laboratório, podem extrair-se quatro nos quais a sua intervenção foi essencial: no campo dos planos interdisciplinares, em que se cruzaram figuras do paisagismo, da sociologia, arquitectura e outras na elaboração de um plano integrado; no campo legislativo, que teve que acompanhar a elaboração e evolução do plano; no campo da produção de cidade periférica e do desenvolvimento urbano, assumindo-se como uma nova estrutura única na sua dimensão e concepção em Portugal; e no campo da investigação arquitectónica e tipológica, de agregação de núcleos residenciais, assim como no sentido de organizar comunidades e vizinhanças. Mas este espírito laboratorial atingiu outros níveis, relacionados com a vivência do espaço de Chelas: este território foi um espaço laboratorial, na arquitectura, apenas para no seio dos arquitectos, porque para a população realojada a arquitectura não significou uma mudança no modo encararam o Plano. Na sua leitura como utilizador do espaço, o que ele sente como novas experiências são os sistemas que o permitem relacionar-se, de modo diferente, com as pessoas e o espaço, e lhe possibilitam novas deslocções ou outros tipos de transporte de informação. Assim, para o habitante de Chelas, o sistema rodoviário e de infra-estruturas terão também sido sistemas de laboratório, com impacte na sua percepção de Chelas.

A equipa multidisciplinar do GTH<sup>161</sup> formada foi um verdadeiro laboratório de reforma da habitação social, uma escola de produção, inovadora pela sua dimensão pioneira no quadro das operações urbanas de grande escala. A integração de um número elevado de especialistas, desde os escalões mais jovens com espírito crítico, das áreas do urbanismo, arquitectura, paisagismo, sociologia e economia que, na sua conjuntura global, como equipa especializada nos vários sectores nos Planos de Urbanização, contribuiu para a melhor concepção do plano<sup>162</sup>. No campo legislativo, as medidas legais e a intervenção pública do Estado na habitação, tiveram que adaptar-se ao desenvolvimento do plano, tendo sido criadas novas legislações inovadoras, mecanismos de regulação dos processos urbanísticos que até então não existiam, no que diz respeito ao uso e transformação do solo, assim como à alteração da organização social e funcional. Com a alteração do conceito de habitação social, focalizando o seu objectivo apenas no realojamento, este processo inverteu-se, ficando a concretização do plano dependente das medidas legais, tomadas no âmbito da habitação – possivelmente terá sido este também um dos grandes problemas na concretização do PUC e, conseqüentemente, terá levado ao território incompleto e residual que Marvila herdou.

<sup>160</sup> CAVACO, Cristina “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 470

<sup>161</sup> Teve na linha da frente os arquitectos Francisco da Silva Dias e José Rafael Botelho, apoiados por secções de Sociologia e Economia de Investigação e por arquitectos paisagistas e urbanistas como Gonçalo Ribeiro Telles, arquitecto paisagista responsável pela estrutura verde do Vale de Chelas.

<sup>162</sup> No arranque das operações Olivais-Chelas, aquando da encomenda pública para os primeiros projectos, segundo dados do GTH, estavam envolvidos cerca de 100 técnicos, distribuídos por mais de 20 equipas – a adequação de cada interveniente da equipa às especificidades do plano foi essencial para o completo estudo dos precedentes e das linhas futuras da cidade, beneficiando de uma partilha de responsabilidades e de saber que produziu uma linha de investigação notável.





Contudo, o campo de acção do Estado foi mais reaccionário no confronto com os projectos-tipo, e no que resultou dos sistemas de encomenda<sup>163</sup> pelo GTH. A abertura a diversos intervenientes, e o cunho pessoal que cada projectista imprimia às propostas, trouxe à malha de Chelas soluções arquitectónicas que socialmente favoreciam relações entre as comunidades, e que não beneficiavam o Estado – não favorecia ao poder estatal a autonomia das classes mais baixas que se realojavam, nem a criação de grandes laços de vizinhança que se pudessem tornar frentes de contestação à falta de apoio que enfrentavam. A questão legislativa foi sempre sendo entrave ao desenvolvimento de Chelas nas décadas posteriores, embora no arranque inicial, todos os meios legais tenham sido accionados e ajustados para o melhor desempenho das equipas do plano. Talvez a responsabilidade do Estado, nos entraves ao atraso da concretização do plano, não tenha sido de todo uma atitude descuidada, mas sim consciente do que legalmente se estaria a criar em Chelas.

O poder que a arquitectura do plano adquiriu remete para o quadro de maior experimentação e de teste em Chelas – a produção de uma nova cidade e de uma nova arquitectura tipológica. “No confronto entre o espaço de proximidade e a estrutura macro da região, a tipologia não pretende ausentar-se do quadro metropolitano, nem ver cada um dos sistemas que configuram nos tipos da suburbanização de forma isolada, separados do território que lhes serve de plataforma de situação e contacto.”<sup>164</sup> É no campo arquitectónico que Chelas se estimulou como espaço laboratorial, ao criar uma nova paisagem e uma nova cidade, de acordo com as novas leituras urbanas. Ao nível do planeamento urbano, o plano de Chelas experienciou um processo de suburbanização inovador – “Missão de urbanistas, os subúrbios germinaram precisamente com a consagração do urbanismo e a fixação de uma base doutrinária legal a anunciar novos tempos, a alentar esperanças no desenvolvimento futuro das nossas cidades”.<sup>165</sup> A dimensão de novas estruturas arquitectónicas exigiu também o desenvolvimento de novas redes de mobilidade e novos modelos de integração paisagística e aptidão ecológica. O Zonamento dos 6 núcleos propostos, embora não muito diferente do conceito celular explorado em Olivais-Sul, experienciou novos modelos geradores de vida urbana, associando serviços de lazer e de comércio aos equipamentos e às zonas residenciais, e apostando no espaço público como premissa motivadora do desenho e do percurso pedonal – “Aqui se deu luz ao chamado equipamento urbano e se quis olhar o espaço público na sua multifunção social.”<sup>166</sup>

Até às operações em Chelas (com excepção talvez do Plano de Alvalade), os modelos urbanos de habitação social preteriam a qualidade a favor da quantidade, e de uma economia na construção. “O problema da habitação, que na maioria dos países fora a principio um problema essencialmente quantitativo, estava a transformar-se num problema de qualidade (...)”.<sup>167</sup> A composição do binómio espaço vazio/espaço cheio despertou, na encomenda para Chelas, um potenciador desafio laboratorial, projectando cada Zona sob um padrão espacial que assumiu diferentes relações entre si, e que motivou o principal objectivo da estrutura – a reabilitação da rua como espaço de convívio do peão.

<sup>163</sup> Estas encomendas processaram-se segundo três modalidades: encomendas a equipas exteriores cujo apoio técnico era dado pelo GTH, propostas elaboradas nos serviços camarários e empreitadas em concursos de concepção-construção formuladas primeiro por esta equipa da Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>164</sup> CAVACO, Cristina “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.104

<sup>165</sup> CAVACO, Cristina “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.471

<sup>166</sup> MANGORRINHA, Jorge, “Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 ANOS”, n.º 300 – II, ano VI da Infohabitar, 2010

<sup>167</sup> HEITOR, Teresa Valsassina, “Olivais E Chelas: operações urbanísticas de grande escala”, artigo da cadeira de História Económica, Tecnologia e Sociedade do Mestrado em Engenharia de Concepção do Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2004



fig. 115 | Jorge Martins e Ana Nascimento na produção de arte urbana para o espaço colectivo de Chelas, Estação de Metro  
fonte: <http://www.flickr.com/photos/sftrajan/>



fig. 116 | Sistema de acessibilidade e vizinhança em Chelas: passagens entre os volumes e corredores de distribuição  
fonte: [http://naohaquemnosdefenda.blogspot.com/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://naohaquemnosdefenda.blogspot.com/2010_07_01_archive.html)



fig. 117 | Construção em altura, Rua Manuel Teixeira Gomes, Bairro das Amendoeiras (Zona I) e mega-estruturas de habitação, Bairro do Armador (Zona M)  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>

Mas o experimentalismo arquitectónico de Chelas prendeu-se maioritariamente com a investigação tipológica, na aposta de testar todos os modelos passíveis de se assumirem como solução para a habitação social. No enquadramento nacional da arquitectura social, com a abertura política após o desaparecimento de Salazar (1968), o crescimento urbano das cidades continuava sem estruturas habitacionais capazes de absorver a sobrepopulação dos movimentos migratórios da década de 60. Teotónio Pereira e Nuno Portas enfrentaram o problema e apresentaram novas propostas, que afastavam os anteriores modelos de bairros sociais, numa maior preocupação com a qualidade do espaço da habitação<sup>168</sup>, e iniciando uma exaustiva investigação que teve em Chelas a sua fase empírica. São adoptados dois modelos de agregação genéricos, que se submeteram às diferentes perspectivas formais testadas: a construção em altura, que se iniciava em Alvalade com quatro pisos, ultrapassados pelos oito em Olivais e ganhando aqui uma expressão maior; e a introdução, no planeamento urbano português, do conceito de mega-estrutura.

A construção em altura permitiu que diversos modelos distributivos pudessem ser implementados num só edifício, terminando com a exclusividade do esquerdo/direito, que foi substituída por ensaios alternativos, e desenvolvendo terminologias que hoje são do nosso conhecimento comum – T0, T1, T2, T3, T4, etc. –, aumentando o nível de Densidade. Este sistema levou ainda à estipulação dos elementos verticais de acessibilidade como elementos rígidos, aprofundando novos modelos de acesso à habitação, que pela necessidade de segurança estrutural que o aumento da altura dos edifícios transporta, se tornaram parte integrante dos modelos formais de Chelas<sup>169</sup>. De facto, a acessibilidade às residências, e os espaços de acesso, foram um elemento determinante inovador, não só no modo como estimularam a constituição de uma comunidade, no sentido de “vizinhança”, como também foram intervenientes activos na continuidade e integração do edificado. A construção de pequenas pontes, corredores e passagens de ligação entre volumes, a várias alturas e hierarquizando os percursos pedonais, possibilitavam o encontro entre os residentes nesses espaços, que se tornavam “espaço colectivo de convívio”<sup>170</sup>. Os espaços de transição tornaram-se espaço público, apenas limitado pela porta de entrada de cada habitação, não criando espaços impessoais.

Embora esta continuidade não se tenha expandido para além do edificado – e se tenham até tornado espaços de depósito de lixo e bicos de exclusão ou ocupação por parte dos moradores<sup>171</sup> –, estes espaços foram testados na sua vertente social e organizativa, e revelaram-se experiências que a construção actual, da habitação social, ainda formula. A uma escala menor, também a relação da arquitectura com a arte pública que se promoveu em Chelas, e anteriormente nos Olivais-Sul, com a colaboração de artistas plásticos na produção do meio urbano, conduziu a uma maior humanização do urbanismo, uma aproximação do edificado e da arquitectura ao residente. A população não se sentiria apenas um peão, nos processos de realojamento, mas sim enquadrado numa conjuntura que era pensada para ela, uma cidade que retratasse uma qualidade espacial acessível às classes mais baixas.

<sup>168</sup> A experiência italiana e as premissas de ALDO ROSSI, expostas em “A Arquitectura da cidade”, tornaram-se manifesto no reformular do conceito de tipologia.

<sup>169</sup> No entanto, as populações realojadas, alheias a estas instalações, agravaram as condições de acesso e manutenção dos elevadores de das condutas de lixo, ao transformá-los em espaços residuais – a construção em altura experienciada em Chelas fez entender a necessidade que as tipologias posteriores a este Plano tiveram de criar espaços específicos para convívio em espaços encerrados distanciados dos espaços térreos colectivos.

<sup>170</sup> Além de servir questões legais de acessibilidade na redução do número de elevadores que não conseguiam alcançar a totalidade do edifício.

<sup>171</sup> A concretização do plano de Chelas iniciou-se na habitação mediante uma necessidade rápida de realojar a sobrepopulação do território em causa, mas isto levou a que quando os moradores foram distribuídos pelos primeiros edifícios (por exemplo o edifício Pantera Cor-de-rosa de Gonçalo Byrne, que foi das primeiras empreitadas) este ainda se encontrava em fase de conclusão - sem água, electricidade, os moradores destruíram elevadores, tubagens, lixeiras, etc. As instalações sanitárias não eram utilizadas segundo as suas funções, onde foram criados animais nas banheiras e plantados elementos de cultivo aquando da instalação da rede de águas mais tarde (informação obtida por Ana Milheiro Vaz para o catálogo da exposição *Habitar em Colectivo*).





fig. 118 |Gallaratese e Pantera Cor-de-Rosa: as influências do sistema de acessibilidade e da linguagem arquitectónica  
fonte: [http://housingprototypes.org/project?File\\_No=ITA021](http://housingprototypes.org/project?File_No=ITA021) | [http://2.bp.blogspot.com/\\_BcKnG\\_zCe\\_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAAJkg/hS0LeZflUu/s1600-h/23710003.JPG](http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAAJkg/hS0LeZflUu/s1600-h/23710003.JPG)

O conceito de mega-estrutura, como tipologia experimental, nasce na realidade em Chelas associado ao conceito de vizinhança que se estimulava. Este sistema permite a completa inter-relação do conjunto total de elementos que dele fazem parte: as habitações, dispostas em altura, ao mesmo tempo que se distribuem horizontalmente, em blocos contínuos de grandes dimensões, dependem da estrita relação entre os acessos e os espaços colectivos que as intercalam; as redes de mobilidade que nela se encaixam; e os serviços que são também coadunados, como um sistema autónomo, suficiente e definido nos seus limites.

Influenciados pelo “boom” que os sistemas tecnológicos modernos ofereceram às investigações arquitectónicas do pós-guerra internacional, a equipa do GTH aguilhoou esta liberdade criativa no território de Chelas. Embora tendo como influências óbvias o Movimento Moderno e as concepções de mega-estrutura de Le Corbusier, o Racionalismo que controlava este tipo de intervenções, e que assim o fez neste território, deu sinal de esgotamento como “modo de produzir cidade”. Chelas provou que a autonomia destes blocos contribuía ainda mais para a segregação social e arquitectónica das zonas habitacionais, em relação ao resto da malha e da Cidade, ao excluir a população do espaço exterior, confinadas a um sistema que engloba todos os serviços na mesma estrutura, evitando a deslocação do habitante e o convívio com os residentes das outras zonas. Como prenunciou Nuno Portas, “(...)teremos, ao nível funcional, a permanência do bairro dormitório e do centro que morre ao fechar dos estabelecimentos, e, ao nível formal, a mega-estrutura imponente, mas medonha quando morre!”<sup>172</sup>

## A LIBERDADE DA EXPERIMENTAÇÃO

Numa análise mais concreta dos modelos de mega-edifício do plano, é possível determinar o raio de acção experimental que os arquitectos estabeleceram neste território, e que não encontra paralelo nos seus trabalhos dentro de outros contextos; ou que, pelo contrário, foi esta abertura que lhes permitiu, posteriormente, explorarem novos modelos aqui testados. Partindo assim do construído, como testemunha do espaço de Chelas como laboratório, é pertinente analisar a Zona N2 do Plano, em particular o conjunto habitacional da parceria do arquitecto Gonçalo Byrne com Reis Cabrita, o edifício Pantera Cor-de-Rosa, proposto e realizado na Zona N2 de Chelas, actual Bairro dos Lóios (1972), e o conjunto habitacional Cinco Dedos, de Vítor Figueiredo com Eduardo Trigo de Sousa (1973). Ambas as propostas surgiram como resposta ao determinismo político e social que caracterizava o país, que impunha os seus ideais na postura do arquitecto e nas propostas de habitação, mas sofreram influências um pouco distintas.

“Se Byrne e Reis Cabrita se inspiram directamente em Gallarate, deixando-se influenciar principalmente pelos blocos de Carlo Aymonino, Figueiredo expõe a sua predilecção por volumetrias límpidas e de grande presença paisagística. Nos dois casos, a monumentalidade funciona como um meio de dignificar um programa destinado a populações em processo de realojamento, evitando assim conotações de cunho pejorativo”.<sup>173</sup> Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, jovens arquitectos integrantes na época do atelier de Nuno Teotónio Pereira, tinham-no neste projecto como supervisor, mais tarde coadjuvado por Nuno Portas aquando da prisão do primeiro<sup>174</sup>. Esta conexão entre as diferentes gerações influenciou directamente o resultado do projecto, num binómio que referenciava, por um lado, a versão mais directa do Movimento Moderno, que seguiu a Pantera Cor-de-rosa; e por outro, a crítica de Portas e de Teotónio, que se afastava

<sup>172</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura”, 2007, p. 93

<sup>173</sup> MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, Prefácio

<sup>174</sup> Nuno Teotónio Pereira foi encerrado no serviço prisional de Caxias 6 meses antes do 25 de Abril, quando foi libertado. A supervisão do projecto em Chelas era feita através de visitas prisionais de Byrne e Cabrita e do envio de desenhos onde Teotónio Pereira fazia anotações. (informação recolhida por Ana Milheiro Vaz em fonte directa a Gonçalo Byrne).



fig. 119 | Pantera Cor-de-Rosa: implantação  
fonte: Google Maps



fig. 120 | Pantera Cor-de-Rosa, Zona N2  
fonte: [http://2.bp.blogspot.com/\\_BcKnG\\_zCe\\_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAJkg/hSOLeZf1luU/s1600-h/23710003.JPG](http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAJkg/hSOLeZf1luU/s1600-h/23710003.JPG)



fig. 121 | Pantera Cor-de-Rosa: a dupla fachada  
fonte: [http://2.bp.blogspot.com/\\_BcKnG\\_zCe\\_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAJkg/hSOLeZf1luU/s1600-h/23710003.JPG](http://2.bp.blogspot.com/_BcKnG_zCe_k/SMpDh5RuKjI/AAAAAAAJkg/hSOLeZf1luU/s1600-h/23710003.JPG)



fig. 62 | Pantera Cor-de-Rosa: a praça  
fonte: Google Maps

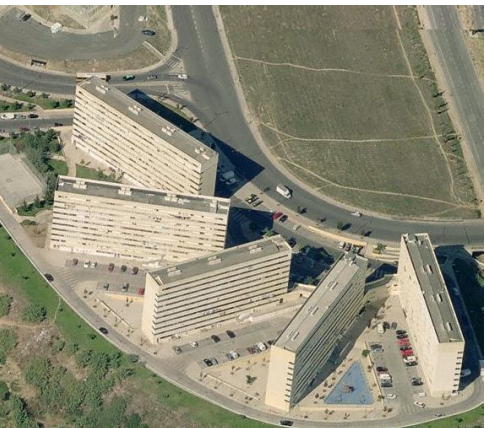


fig. 122 | Complexo Cinco Dedos: implantação e galeria de ligação entre os volumes  
fonte: Google Maps





do racionalismo funcional e se aproximava da realidade construtiva do organicismo italiano. Propuseram assim criar um ambiente urbanizável e habitável onde o edificado fosse a força motora desse ambiente, que se apresentasse como solução urbana, e não apenas um mero preenchimento de espaços vazios que o sistema viário desenhava.

A proposta da Pantera Cor-de-rosa nasce de um sistema de quarteirões, constituído por edifícios em banda, que se dispõem paralela e perpendicularmente entre si, cuja implantação e dimensão se acentuam pela topografia do terreno e pela escala do plano. Essa implantação configura uma praça, em torno do qual o edificado se articula, e delimita uma rua interior - a praça "age como espaço de transição, de absorção da presença exterior, e os edifícios que a definem reflectem esse cariz. O corte nos seus topos, segundo a diagonal da praça, canaliza o espaço para a rua interior, enquanto a mesma marcação na outra diagonal enquadra um enfiamento visual afecto ao espaço urbano exterior".<sup>175</sup>

Os acessos verticais ao edificado localizam-se em pontos-chave, que partem do piso térreo de comércio e distribuem para um sistema de galerias, nos pisos de habitação. Este sistema de distribuição superior manifesta-se como a peça de maior relevância da relação entre espaço público e privado, manobrando dois planos: uma rede de galerias à face do edifício, que funciona como plano avançado nas ligações principais entre a rua e o edifício, e os volumes pelas passagens de ligação criadas entre eles; e um outro, mais recuado e semi-privado, embora ainda em espaço público, que faz a distribuição aos fogos, rasgando o edifício em alguns pontos ao penetrar no seu limite exterior. Esta dupla "fachada" permite ao leitor diferentes perspectivas sobre o edificado: "enquanto a fachada exterior actua como contentor de uma complexidade interior (...), as fachadas internas formam um intrincado de sucessivas sobreposições de marcações e linhas horizontais, de leitura mais próxima e escala relativa já à sua condição de interioridade".<sup>176</sup> Este sistema de mega-estrutura é ainda acentuado pelas janelas verticais, pequenas aberturas num jogo de diferenciação claro/escuro, onde a cor do edifício, desempenha assim um papel activo na uniformização dos seus planos de fachada.

No complexo dos "Cinco Dedos" também o organicismo das relações entre os volumes, numa mesma tipologia alta (nove pisos) e estreita, que se repete radialmente num leque, se destaca como reaccionário ao urbanismo banal da Carta de Atenas. " (...) não encontramos na sua arquitectura relações ou influências formais, mas sim uma postura inquisitiva sobre os temas do momento, o que dota a sua arquitectura de características que a permitem situar, paradoxalmente, dentro e fora da condição pós-moderna - ou na sequência e em ruptura com o funcionalismo (...)"<sup>177</sup> Esta implantação dos volumes, de acordo com a morfologia do terreno, oferece espaços exteriores colectivos que, no conjunto com o edificado, criam um elemento urbano dotado de vida, propondo uma abordagem diversificada da habitação social.

Vitor Figueiredo conseguiu atribuir um sentido de mega-estrutura, cuja presença urbana não fosse a de um objecto isolado mas um conjunto integrado na paisagem e inidentificável como habitação social, "(...)uma acutilância urbana que ainda hoje gera uma intensidade capaz de desafiar a pobreza arquitectónica da cidade contemporânea".<sup>178</sup> O espaço vazio é mentor na definição do carácter do edificado, distribuindo-se entre os volumes, em quatro espaços exteriores de permanência, permitindo ainda a penetração da luz na estrutura, e acentuando o sentido de profundidade e da dimensão do espaço urbano que o conjunto abrange. O modelo das

<sup>175</sup> Informação retirada do sítio web Gonçalo Byrne Arquitectos: [http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list\\_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#](http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#)

<sup>176</sup> Informação retirada do sítio web Gonçalo Byrne Arquitectos: [http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list\\_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#](http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#)

<sup>177</sup> MILHEIRO, Ana Vaz, "HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.", 2009, p.117

<sup>178</sup> CARVALHO, Ricardo, "Arquitectos Portugueses Contemporâneos 7 - Vitor Figueiredo", citado por MILHEIRO, Ana Vaz, "HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.", 2009, p.117





galerias de acesso aos fogos, em cada edifício é, à semelhança do “Pantera Cor-de-rosa”, o sistema de acessibilidade testado. Mas os volumes são, no entanto, interligados por um núcleo central de distribuição, que se configura numa única galeria a unir fisicamente todo o edificado, de onde saem os pontos verticais de acesso aos pisos, nos topos dos volumes. Juntamente com o sistema de janelas, constroem-se fachadas numa dinâmica claro-escuro, que conferem uma unidade e identidade à “monumental” proposta. Contudo, ao contrário do que acontece na “Pantera Cor-de-rosa”, o limite entre o espaço público e o privado, no interior dos blocos habitacionais, é testado de maneira a que o espaço privado se sobreponha ao colectivo, que se “principia com o percurso ao longo da galeria, que enquadra a paisagem do lugar, constituindo um espaço contido dentro do bloco, semi-privado, pertença apenas dos habitantes desse piso, hierarquizando a privacidade dos espaços de acesso”.<sup>179</sup>

Numa comparação a posteriores obras de habitação social de Gonçalo Byrne, como por exemplo o Bairro de Casal das Figueiras em Setúbal (1975), verifica-se que o laboratório de testes em Chelas permitiu ao autor desenvolver as bases, mais tarde usadas neste complexo habitacional. “Foi exactamente nestas intervenções de habitação social que apareceram novos modelos de arquitectura, precursores e inovadores”.<sup>180</sup> É no contexto pós-Revolução que Gonçalo Byrne projecta o Bairro Social para Casal das Figueiras, integrada no programa SAAL, uma das mais ricas experiências que se generalizou por todo o país, no contexto da habitação, e desenvolvido como resposta às reivindicações dos moradores de bairros degradados.

As urgentes intervenções de carácter urbano, e a resolução do problema da habitação, ficaram nas mãos de um conjunto de várias competências técnicas, entre arquitectos, engenheiros, sociólogos, geógrafos, que estabeleceram alianças essenciais ao cumprimento dos programas com os moradores e comissões, personalizando a habitação de acordo com as vivências e as poucas possibilidades da população. Esta parceria entre os moradores e a dinâmica de responsáveis pelo programa criou o que se chamou de “arquitectura participada”, em que surgiram, para além de processos de “autoconstrução”, participações colectivas dos cidadãos empenhados em “discutir a importância da qualidade do espaço residencial e das infra-estruturas fundamentais, reivindicando equipamentos urbanos e sociais instalados no local de modo a que se criassem raízes para desenvolver formas de sociabilidade ancoradas na apropriação do espaço público, (...) numa ideia de ‘direito ao lugar’”.<sup>181</sup>

Embora o processo SAAL tenha tido grande reconhecimento internacional, principalmente em Espanha e em Itália, que deu a figuras como Gonçalo Byrne, Alexandre Alves Costa, Siza Vieira, Nuno Portas e Manuel Tainha, entre outros, uma visibilidade crucial no impulso da arquitectura portuguesa e nas suas carreiras, muitos foram os desvios ao programa estabelecido e as relações que os arquitectos pré-concebiam, ou tomavam como certas, não se concretizavam de igual modo em todos os processos. Como refere Teresa Mourão, “tínhamos que compreender que era uma responsabilidade enorme que se tinha pedido àquela população: conviver de uma forma responsável com a manutenção do espaço público, quando eles não tinham essas relações de vizinhança. (...) Quando não se respeita o espaço do vizinho está tudo estragado”.<sup>182</sup> De facto, esta abertura à intervenção da população ofereceu uma arquitectura que, embora correspondesse às necessidades e aos requisitos concretos para as populações alvo, assumiu desde cedo que a integração da população no processo de desenvolvimento seria suficiente para a manutenção dos modelos, assim como o desejo colectivo de uma transformação do problema.

<sup>179</sup> MILHEIRO, Ana Vaz, “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, 2009, p. 118

<sup>180</sup> ALMEIDA, Teresa Mourão, entrevista em *Arquitectura e Vida*, nº 85, Setembro 2007, pp.26-31, (Arquitectura e Governadora Civil do Distrito de Setúbal até Outubro 2007, passando a dirigir o Departamento de Urbanismo da CML)

<sup>181</sup> Informação retirada do sítio web <http://saal-memorias.blogspot.com/>

<sup>182</sup> ALMEIDA, Teresa Mourão, entrevista em *Arquitectura e Vida*, nº 85, Setembro 2007, pp.26-31



fig. 123 | Bairro Casal das Figueiras, Setúbal  
fonte: <http://aoescorrerdapena.blogspot.com/2008/03/setbal-pelo-olhar-de-joo-castelo-branco.html>

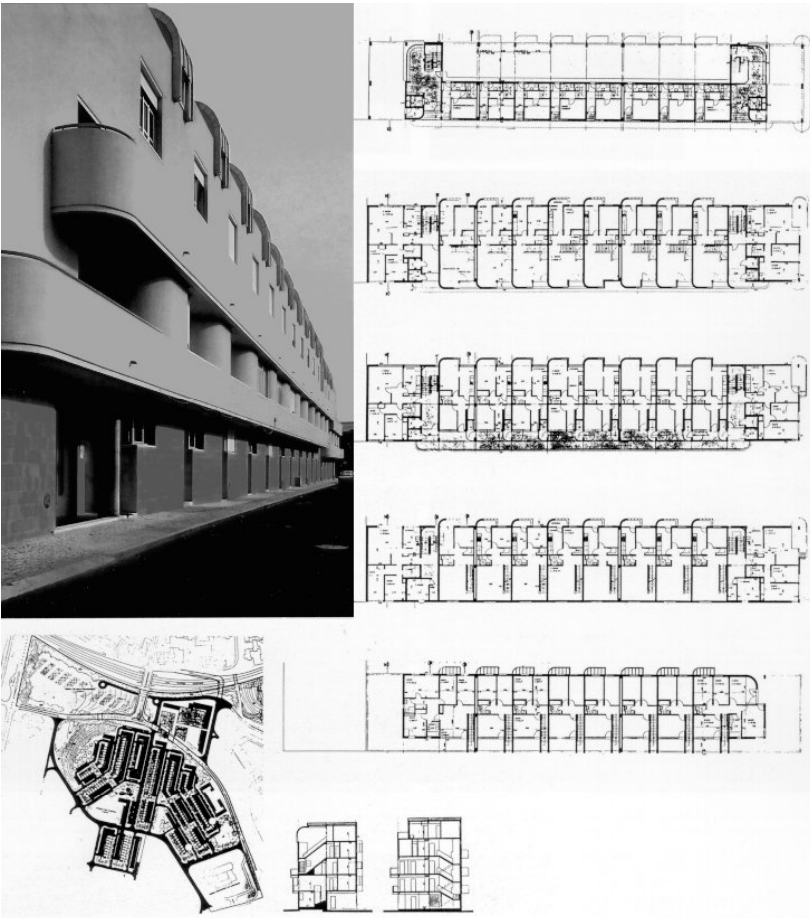


fig. 124 | Bairro do Restelo, Lisboa  
fonte: <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/p-ntp.htm>

Mesmo com a promoção da habitação a ser transferida para as cooperativas e para os meios municipais, “(...) tiveram os técnicos, na sua generalidade, a consciência de que o saber de que eram portadores facilmente se constituiria em factor de dominação se as relações com os moradores não fossem estabelecidas em termos progressistas (...)”<sup>183</sup> A liberdade de concepção ideológica do arquitecto sobrepôs-se, por vezes, ao modo de vida das populações em questão, e o processo deu por terminadas as suas funções em 1976, após varias resistências criadas ao programa pelos organismos públicos (os novos modelos de planeamento urbano contrapunham a vertente tradicional clássica que ate então os caracterizava) e por parte da população.

Este programa, no entanto, trouxe consequências decisivas ao desenvolvimento do Plano de Chelas: concebido antes da grande transformação no sistema de produzir habitação social, que o SAAL introduziu com a arquitectura participada e com a reformulação de vários sistemas políticos/arquitectónicos, Chelas sofreu de perto a rejeição do modelo que propunha. Depois da conquista de uma nova política habitacional, eficaz, com o programa SAAL, quando este terminou foi difícil o regresso aos sistemas de concretização anteriores, que descredibilizavam as famílias e os lugares onde moravam. Todo o impulso, que se verificou no início do PUC, foi condenado a um desinteresse generalizado, na concretização do plano no decorrer do tempo.

É neste contexto de aplicação real que o Casal das Figueiras é pensado, operando na manutenção dos habitantes que já no local residiam, tendo direito à sua permanência e realojamento. A liberdade criativa que os arquitectos dispunham, neste processo, em particular, analisando o percurso arquitectónico de Gonçalo Byrne, foi garantida pelo experimentalismo em Chelas, onde testou as relações entre o edificado e espaço vazio, assim como a sua implantação no local, marcando a ideia de “lugar” como mega-edifício. A implantação dos 300 fogos para Casal das Figueiras surgia de acordo com a caracterização topográfica do terreno, e tendo em conta algumas particularidades, pré existentes e condicionantes ao projecto – “Dos vestígios de uma estrada romana na encosta estruturam-se direcções dominantes, os moinhos que pontuam os cumes tornam-se pontos de partida para o redesenhar das cumeadas”<sup>184</sup> As habitações dispuseram-se em escada, acompanhando o declive do território, configurando-se num sistema em banda que se liga ao bairro existente, ao envolvê-lo, e criando conexões pontuais entre ambos.

Seria ainda passível de análise, no entanto, uma outra comparação, mais detalhada, entre o espaço e a arquitectura de Chelas, de Gonçalo Byrne, enquadrado nas influências do Atelier de Nuno Teotónio Pereira, e o Bairro do Restelo<sup>185</sup> em Lisboa (1971-75) deste segundo arquitecto. Concebido antes da construção da Pantera Cor-de-rosa, permite perceber qual o quadro experimental em que Chelas se inseriu, comparativamente a modelos portugueses anteriores, dos mesmos autores. Neste sentido, o Bairro do Restelo, desenvolvido por Nuno Teotónio Pereira<sup>186</sup>, apesar da sua notória intervenção política e social, e da presente crítica às premissas modernas a sua arquitectura ainda se prendia a tipologias subjacentes a um racionalismo Moderno – embora a liberdade do arquitecto tenha sido aberta aos ideais internacionais, importados da crítica italiana, os modelos usados no Bairro não foram tão longe nas relações cheio/vazio, e na produção de diversas tipologias, que se experimentaram em Chelas. De facto, a liberdade empírica dos autores desta cidade periférica foi fundamental tanto na precursão e teste dos modelos que romperam com as barreiras precedentes, como também permitiu aos jovens arquitectos que nela intervieram um estudo real de soluções futuras que necessitavam de prova física.

<sup>183</sup> Informação retirada do sitio web: <http://saal-memorias.blogspot.com/>

<sup>184</sup> Informação retirada do sitio web Gonçalo Byrne Arquitectos: [http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list\\_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#](http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#)

<sup>185</sup> Informação disponível sobre o Bairro do Restelo em Ana Vaz MILHEIRO, (2009), “HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L.”, PP. 118

<sup>186</sup> Em parceria com Pedro Viana Botelho e João Paciência.





Apesar de Chelas se ter mantido como este espaço de experiências, uma questão se põe: o que ficou de fora deste laboratório? O que recusaram e negaram os cientistas de Chelas, numa experimentação que na realidade não foi levada até aos seus limites? A resposta a estas interrogações pode talvez ser encontrada na relação da arquitectura portuguesa dos anos 60 e 70 com as experiências e críticas internacionais paralelas. Veja-se no exemplo da “rua-corredor”, cuja falência foi declarada no pós-guerra: “A esta tipologia, que é fortemente pressionada pelo alinhamento urbano, onde o volume do edifício é directamente dependente da forma do lote, Aymonino chama de tipologia distorcida, ou seja, que não é o resultado da aplicação de regras distributivas e compositivas derivadas de uma resposta funcional ao programa de necessidades, mas sim resultado a posteriori do aproveitamento máximo da edificabilidade de uma dada parcela de solo”.<sup>187</sup>

Algumas figuras na revisão do Moderno, em experiências posteriores à crítica instigada, revisitaram a “rua-corredor” na tentativa de resolução, ou supressão, dos problemas e inconvenientes que caracterizavam este sistema. Mas na arquitectura portuguesa, esta revisão não aconteceu – em Chelas não se voltou ao modelo da rua-corredor – e as razões prendem-se com o desenvolvimento da contestação ao Movimento Moderno em Portugal. As gerações mais novas de arquitectos, na década, não acompanharam o ritmo da crítica internacional: apenas figuras como Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Fernando Távora, entre outros, se empenharam numa adaptação rápida às experiências internacionais, mas não foi o suficiente para se repensarem modelos anteriores, na procura de soluções arquitectónicas, como este da “rua-corredor”.

De facto, a passagem do Moderno para o Pós-Moderno no nosso país concretizou-se a uma velocidade atroz – o atraso da entrada destas revisões e a rápida colagem às linguagens pós-modernas, pelas novas gerações de arquitectos da época, levou a que em Chelas não se repensassem modelos pré-existentes, mas que se explorassem decididamente novos modelos, mesmo com o regresso a uma linearidade urbana. O sistema de galerias dos edifícios construídos em Chelas, principalmente nos edifícios analisados de Gonçalo Byrne e Vítor Figueiredo, poderia até ser entendido como um subsistema da “rua-corredor”, que numa nova analogia urbana repete o modelo das unidades, que se organizam ao longo de um espaço de circulação. Mas esta possibilidade, neste plano, vê o seu fim na relação do corredor com as unidades, que neste caso não são comerciais mas unidades de habitação, configurando assim um espaço que embora público, no conceito usado em Chelas, se submete para um sentido semi-privado.

Assim como a “rua –corredor”, outros conceitos foram negados em Chelas, e rapidamente foram abandonados esquemas que no limite poderiam ter respondido melhor às necessidades do plano, ou à qualidade do espaço edificado e vazio que se projectou. Fala-se das tipologias esquerdo/direito, a baixa densidade para uma melhor qualidade do espaço, entre outros. Em detrimento de consolidar uma arquitectura que melhor servisse os interesses da população a realojar, talvez se tenham sobreposto desejos estilísticos pessoais, e renegado princípios adequados à habitação social, a favor de uma satisfação utópica de mega-blocos cuja presença se fizesse marcar na AML. “Elegant models of urban life and sharp oppositions deployed in their construction may give a lot of intellectual satisfaction to the theory- builders, but little practical guidance to the urban planners and even less support to the urban dwellers struggling with the challenges of city living”.<sup>188</sup>

<sup>187</sup> CABRAL, Cláudia Piantá Costa, “DA RUA CORREDOR AO CENTRO COMERCIAL: Tipologias comerciais em Porto Alegre dos anos 30 ao princípio dos 90”, 2000, p.32

<sup>188</sup> BAUMAN, Zygmunt, “City Of Fears, City Of Hopes”, 2003, p.18



fig. 125 | Planta da Cidade de Roma, projectada por Giambattista Noli em 1748.  
fonte: <https://thebournechronicles.wordpress.com/page/5/>

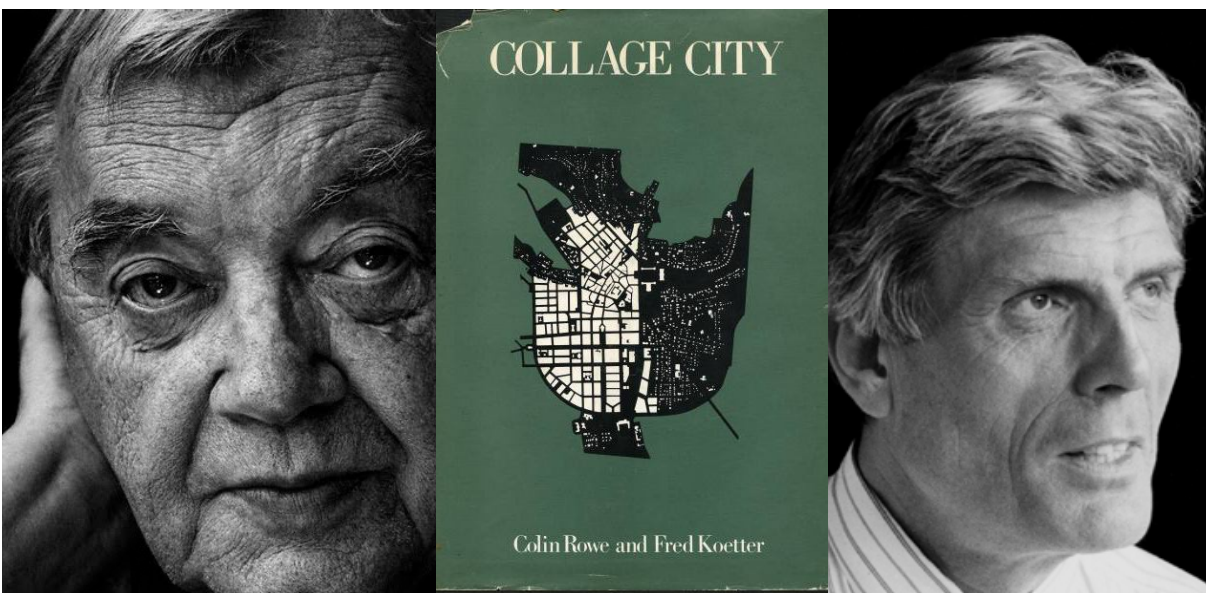


fig. 126 | Colin Rowe e Fred Koetter, respectivamente  
fonte: <http://architectureandurbanism.blogspot.com/> | <http://www.salzburgglobal.org/>

fig. 127 | Livro Cidade Colagem  
fonte: [http://www.milhousebooks.com/book\\_pages/2143.html](http://www.milhousebooks.com/book_pages/2143.html)

### 3.2. CIDADE COLAGEM – AS INFLUÊNCIAS DO “FAZER CIDADE” PÓS-MODERNO

“ (...) Porque pensamos as coisas aos pedaços ou melhor, se temos de pensá-las por partes e fazê-las por partes, serão os tais pedaços o que devemos tomar como ‘partes’? Ou mais largos conjuntos de partes que como ‘gestalt’ terão outra dimensão, superior à sua soma?”<sup>189</sup>

Depois da década de 60 e da agitação em torno da natureza do espaço urbano e da cidade moderna, surgem novas dinâmicas no debate da arquitectura da cidade. Uma das mais influentes teorias dos anos 70, e que parece resumir muita desta arquitectura do período pós-moderno, foi a crítica desenvolvida pelos norte-americanos Colin Rowe e Fred Koetter, no livro publicado em 1978 “Collage City” (elaborado em 1973). A teoria urbana subjacente a estes dois nomes baseou-se num estudo feito por estudantes e professores da Universidade de Cornell sobre o modelo urbano configurado na planta da cidade de Roma, projectada por Giambattista Nolli em 1748. Na análise do urbano, os desenhos do autor demonstraram a importância dos espaços públicos e privados no carácter da cidade, conceitos que a arquitectura moderna, segundo o estudo efectuado, havia invertido ao contrariar a proporção entre o espaço vazio e o construído – “Podemos atribuir a morte da arquitectura moderna à ingenuidade do seu comportamento”.<sup>190</sup>

Ao privilegiar o objecto arquitectónico, o modernismo criou espaços urbanos não vivenciados, convenientes para o automóvel e sem a escala humana dos espaços públicos precedentes, isolando pessoas e edificado. “As cisões e os efeitos de corte gerados pelas infra-estruturas de fluxos e de conexão, a que se somam os espaçamentos e os efeitos de distanciamento gerados pelas ‘tipologias’ edificadas da modernidade, pelos vazios tornados obrigatórios para o saneamento e segurança, ou pelos outros deixados vagos pela estratégia ou oportunidade vizinha, mais não fazem do que (para usar a expressão de Mangin – David Mangin, 2004) atomizar a pratica quotidiana da cidade, originando fenómenos de fragmentação e de relegação da vida urbana colectiva, desestruturando qualquer tentativa, para o cidadão comum, de mapear mentalmente o espaço do seu quotidiano”.<sup>191</sup>

É a este contexto que se cola a crítica do Rowe e Koetter, revendo os modelos pós-modernos utópicos (usando a utopia como metáfora) em voga desde os meados da década de 60, considerados importantes no seu conjunto de acção mas rejeitados individualmente pelo extremo radicalismo. Em seu lugar, e na procura de um novo modelo urbano no desenho da cidade, estes arquitectos propõem a construção de cidades através da colagem como fórmula e como estado de espírito, uma solução fragmentária que permitiria a emancipação de todos os intervenientes no processo de desenho da cidade e uma heterogeneidade radical da forma. Evitando modelos totalizantes, este conceito visa com sucesso a criação de uma sociedade pluralista e de um urbanismo que admite a mudança, embora acredite ainda na conciliação entre o urbanismo moderno e a cidade tradicional<sup>192</sup> – os problemas da arquitectura moderna são urbanos e não de estilo<sup>193</sup>. “The city of modern architecture (it may be called the modern city) has not yet been built. In spite

<sup>189</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura,” 2007, p.130. Nota: entende-se por Gestalt a psicologia da forma, que remonta ao conceito de que não se pode conhecer o todo através das partes mas sim as partes por meio do conjunto.

<sup>190</sup> HAYS, K. Michael, “Architecture Theory Since 1968”, 1998, p.88

<sup>191</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.15

<sup>192</sup> “Esta apetência pelo passado pode bem ser uma das razões que explica a especial inclinação dos estudos morfológicos pelos tecidos ditos tradicionais e que justifica, por um lado, a ascensão disciplinar da morfologia no decorrer das décadas de 60 e 70, mas que, por outro, também ajuda a comprovar o seu declínio, especialmente a partir dos anos 80.

” Cristina Cavaco, in Formas de Habitat Suburbano. Tipologias e modelos Residenciais na área Metropolitana de Lisboa, PP.46

<sup>193</sup> SCHUMACHER, Thomas, 1995





of all the good will and good intentions of its protagonists, it has remained either a project or an abortion; and, more and more, there no longer appears to be any convincing reason to suppose that matters will ever be otherwise".<sup>194</sup>

Neste sentido, surge o Contextualismo<sup>195</sup> como influência metodológica, que procurou uma relação natural entre os elementos físicos do território e as geometrias ideais, que pudessem intuir da configuração pré-existente da cidade. Foi criado um guia de princípios reguladores dos valores do arquitecto, para ajudar na resolução das colisões geométricas das grelhas das cidades. A forma configura-se como suporte simbólico da cultura, numa cidade museu que se classifica como meio adequado para o Liberalismo político e o Relativismo, que Rowe defendia como modelos para a estética da "cidade colagem". Nas suas prescrições, este modo de "fazer cidade" reconsidera a densa textura das cidades (como a já referida planta de Roma), inverte objectos para o seu negativo e obtém vazios figurativos, jogando com edifícios longos em altura, cujas fachadas se compõem por peças finas. Constroem cada uma destas referências numa técnica ideologicamente neutra: balançam os conceitos de estrutura e evento, ideal e empírico, de forma a atingir tanto a autonomia da forma arquitectónica, e do sistema de grelha da cidade, como a sua heterogeneidade. Expulsam toda a história que não a arquitectónica, evitando determinismos históricos nas cidades mesmo que motivadas historicamente.

Para enquadrar o Contextualismo na Cidade Colagem, Rowe e Koetter baseiam-se na metáfora Neoliberal<sup>196</sup> partindo do Liberalismo como mote para a arquitectura. "The literature of modern and postmodern urban theory and criticism relies heavily on metaphor. (...) In Collage City, Colin Rowe and Fred Koetter survey many of these traditional metaphors while noting the troubling implications of each. (...) The city is conceived as a two-dimensional collage and the urban design as the bricoleur who assembles this collage from a diverse kit of fragmentary objects that architectural and urban history have left behind".<sup>197</sup> O Liberalismo, na sua forma Clássica, defende as liberdades individuais e o direito de propriedade, criando uma ordem espontânea que favorecerá a sociedade e o Homem, que será livre para produzir e negociar. Argumentando que o mundo sem intervenções por parte de uma entidade regulamentadora, o Estado, é o meio mais eficiente para satisfazer as necessidades humanas, e para obter recursos para os usos mais produtivos, defendem que os direitos individuais<sup>198</sup> são independentes do governo.

Tendo ganho mais adeptos aquando da aplicação do plano inglês de 1942, em prol da criação de um Estado de Bem-Estar<sup>199</sup>, ou de Providência, é transformado pelo Neoliberalismo, que aplica estes conceitos à actualidade dos anos 70 e 80, agindo como ataque às limitações dos mecanismos de mercado. Aplicado à arquitectura, procura a liberdade criativa e de geração de ideias, reagindo às imposições técnicas e referenciais do Estado e aos modelos rígidos da arquitectura moderna que não se adequam ao desenvolvimento natural da cidade.<sup>200</sup>

<sup>194</sup> ROWE, Collin, and Fred Koetter, "Collage City", 1984, p.2 – tradução no Anexo V"

<sup>195</sup> Tendência arquitectónica dos anos 80 que visa integrar o projecto à cidade existente (principalmente a cidade antiga), inserindo novas construções na cidade histórica, com nomes como Aldo Rossi na vanguarda desta inserção.

<sup>196</sup> Neoliberalismo: resposta à crise do capitalismo decorrente da expansão da intervenção do Estado. Aplica os conceitos do 1º Liberalismo num novo contexto histórico, o contemporâneo, surgindo no encontro de 1947 entre intelectuais liberais e conservadores que fundaram uma sociedade activista contra as políticas do Estado de Bem-Estar.

<sup>197</sup> KINNARD, Judith, artigo "Contexturing the City: the Bricoleur and the Weaver", in The Harvard Architecture Review nº10: Civitas, 1998, p.18

<sup>198</sup> Apenas no liberalismo urbano se considera que a comunidade como um todo e não o indivíduo, ao defender que a cidade é na verdade um grande condomínio – assim, não haveria grande diferença entre gerir uma cidade e um condomínio, e a defesa da propriedade da terra e da igualdade no direito de a usar formavam um urbanismo liberal.

<sup>199</sup> Entende-se por Estado de Bem-Estar Social uma organização político-económica que posiciona o Estado como principal protector e defensor social, responsável também pela saúde, economia e vida social da população, com o apoio e a cooperação dos sindicatos, garantindo que a população tem acesso aos direitos sociais e bens imprescindíveis à existência de qualquer cidadão. Este sistema desenvolveu-se mais como ideologia após a queda dos governos totalitários europeus da segunda Grande Guerra, e com a ampliação do conceito de cidadania, pela influência de Karl Gunnar Myrdal, em particular nos países escandinavos. O Estado Providência é anti-económico, provoca improdutividade ao desviar investimentos para a totalidade da população e nega a liberdade à posse de propriedade privada.

<sup>200</sup> Embora mais tarde a falência deste modelo tenha sido uma consequência natural da suplantação óbvia dos interesses individuais pelo colectivo da nação, que perdeu o controlo económico e da sociedade para as grandes empresas internacionais, este movimento adoptou o Comunismo como componente central mais intransigente e influenciável de todos os meios capitalistas do pós-guerra.

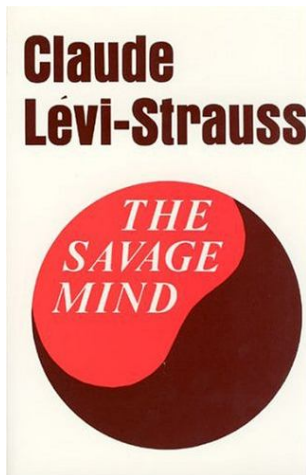


fig. 62 | Livro The Savage Mind, Levi-Strauss  
fonte: <http://mysite.verizon.net/vzesz4a6/current/id929.html>

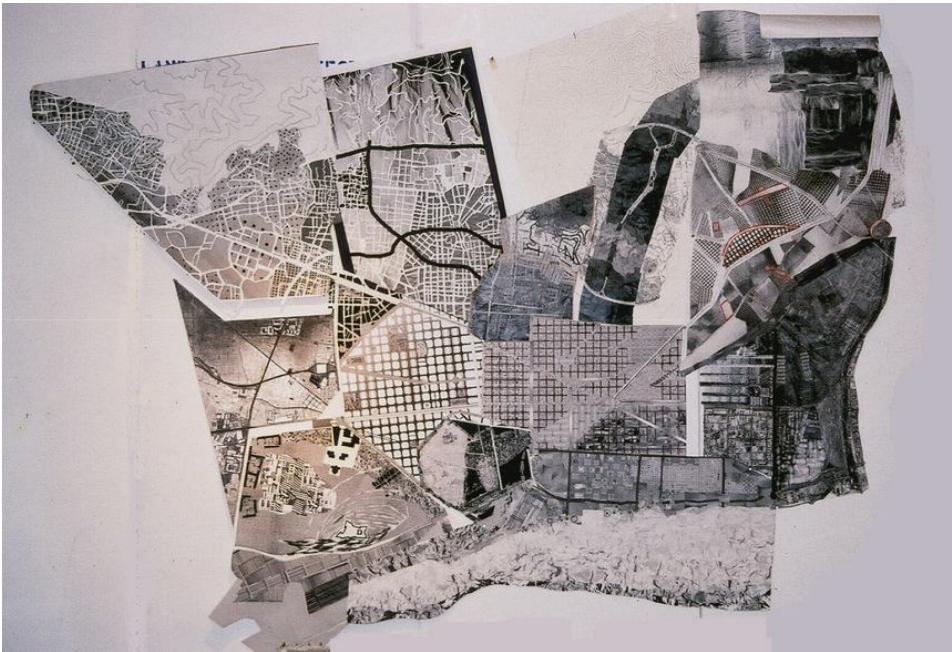


fig. 128 | Modelos de Colagens: Colagem da Cidade de Barcelona  
fonte: <http://urban.arch.virginia.edu/lar602-2001/AllSitesMap.htm>

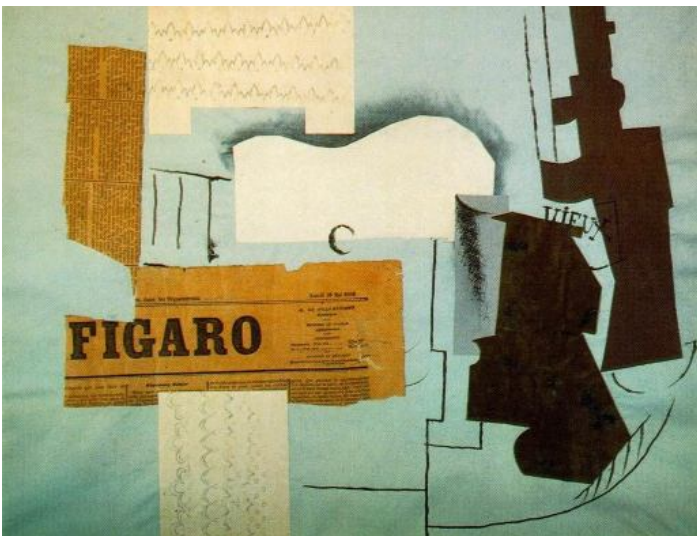


fig. 129 | Modelos de Colagens: "Guitar, newspaper, glass and bottle", Picasso, 1913  
fonte: <http://mundocollage.blogspot.com/>



fig. 130 | Modelos de Colagens: Chica y ciudad n°2, Alfredo L. F. Castillo  
fonte: <http://controlpluszeta.blogspot.com/>

Ao promover estas oposições, a crítica de Rowe e Koetter é fundamentada pela incorporação da distinção que Claude Lévi-Strauss faz entre “bricoleur” – palavra francesa que designa a acção de reparar algo com os materiais e as ferramentas disponíveis – e “engenheiro” em “The Savage Mind”. Ao contrário do segundo, o homem da bricoleur é perito em várias tarefas, e a reorganizar elementos de novas maneiras, adaptando o seu projecto ao seu stock de materiais e limitando-se à funcionalidade das suas ferramentas. O engenheiro, por sua vez, trabalha com projectos de raiz, concebendo e procurando todo o material necessário, assim como as ferramentas, num universo aberto em que ele é livre de criar as formas mas aproximando-se da mente científica. Isto deixa o Bricoleur num universo fechado e limitado da criação, aproximando-se da mente “selvagem”, ou do “bom selvagem” mas os dois encontram-se numa realidade restrita, o que obriga a que ambos consideram, ao mesmo nível, a pré-existência de conhecimento prático e teórico dos meios técnicos que cada um dispõe. “While the modern engineer employs scientific methods and standardized materials, the bricoleur is inventive with whatever is at hand and with somewhat unpredictable results.”<sup>201</sup>

A imagem resultante da Cidade colagem é, assim, a de uma cidade neutra, uma cidade com todas as verdades possíveis e de multiplicidade de usos<sup>202</sup>, que procura a valorização dos contrastes urbanos, como ordem e desordem, simples e complexo, inovação e tradição, e é esta a morfologia urbana que Chelas apresenta. O espelho destas premissas no território em estudo não é apenas veiculado à teoria de Rowe e Koetter mas também, e mais importante ainda, ligado a personagens do planeamento de cidades que se fundaram no espírito da Cidade Colagem. Foi a leitura desta cidade de Rowe que influenciou as gerações da arquitectura pós-moderna em grande massa – como refere Michael Hays em *Architecture Theory Since 1968*, (1998), a crítica de Rowe à arquitectura do Modernismo pode entender-se como a crítica mais influente desde a década de 70.

As grandes figuras do urbanismo contemporâneo, e do desenho da cidade, formaram-se na crítica ao Modernismo, e procuraram na Cidade Colagem um novo método de reabilitação urbana, uma nova maneira de fazer cidade. “The power of Collage City was that it showed us, the young architects of the 1970’s, exactly how the things we were taught to do, people we were taught by, and the ideas we had come to believe in were complicit in the mess we saw around us. Architectural ideas were by no means the whole story of the postwar city building debacle, but they were part of the story, and Collage City helped us to understand which part”.<sup>203</sup>

Os nomes à luz dos quais Chelas merece ser apreendido prendem-se com o modo como cada um encarou a construção da cidade e como contribuíram, e o fazem ainda hoje, para uma releitura do seu passado na construção do seu futuro, assim como fizeram os arquitectos em Chelas. Enquadram-se assim nesta linguagem François Ascher, Jordi Borja, Joan Busquets e Ignasi de Solà-Morales, mas analisados segundo parâmetros referenciais em Chelas, que possibilitarão a análise comparativa entre esta micro-cidade e os conceitos destes autores: a cidade global e a totalidade, o fragmento, a colagem, o vazio, a liberdade e o espaço público, as redes de mobilidade, comunicação e da sociedade, a arquitectura e as tipologias.

<sup>201</sup> KINNARD, Judith, “Contexturing the City: the Bricoleur and the Weaver”, artigo in “The Harvard Architecture Review” nº10: Civitas, 1998, p. 17

<sup>202</sup> “Na cidade fragmentada há, por um lado, menos especialização, devido à tendência para substituir as áreas especializadas do Zonamento por espaços de actividade mistos, mas, por outro lado, cresce a especialização de determinadas unidades; basta pensar na segmentação espacial do processo produtivo, na especialização muito estreita de alguns pontos de venda, no aumento da diversidade dos alojamentos.” (Teresa Salgueiro, 1998)

<sup>203</sup> SOLOMON, Daniel, “Global City Blues”, 2003, p. 87





fig. 131 | François Ascher  
fonte: [http://mediatheque.parisdescartes.fr/article.php3?id\\_article=701&var\\_recherche=Num%E9rique](http://mediatheque.parisdescartes.fr/article.php3?id_article=701&var_recherche=Num%E9rique)

Sociólogo e urbanista francês, François Ascher (1946-2009), tem sido uma das vozes que mais tem contribuído para a discussão da cidade e do urbanismo contemporâneos - desde 1975 que as suas publicações no âmbito da construção da cidade têm sido estudadas como referência no planeamento de cidades. A sua influência na presente investigação em Ghelas prende-se na construção do seu ciclo de reflexão sobre o que diz serem os dez novos princípios para a construção de um "novo urbanismo" - Ascher entende que o *new urbanism*<sup>204</sup>, ou neo-urbanismo, se refere à terceira revolução urbana Moderna, uma terceira modernidade que enfrentemos no presente e que teve início nos anos 70<sup>205</sup>. Cinco evoluções estão na base da Terceira Modernidade, e sobre as quais Ascher sustenta os princípios para o urbanismo que enuncia: a Metapolização, a transformação dos sistemas urbanos de Mobilidade, os espaços-tempo individuais e a redefinição das relações entre estes e os colectivos, assim como os riscos que essas relações trazem à cidade.

Entende-se por Metapolização o desenvolvimento, lado a lado, do processo de metropolização e da formação de novos núcleos urbanos, as metápoles, formando uma Arquitectura de Infra-estrutura. A metropolização condiciona-se através do progresso do sistema de mobilidade BIP - armazenamento de bens, informação e pessoas - nas aglomerações de maior importância; as metápoles, territórios da vida urbana, esforçam-se por se ligarem a estes núcleos principais. Mas "o crescimento interno das aglomerações, por expansão para as suas periferias imediatas e por densificação, dá amplamente lugar a um crescimento externo (...). Os limites e as diferenças físicas e sociais entre cidade e campo tornam-se cada vez mais ténues (...), o bairro é muito menos o lugar de integração das relações de amizade, familiares, profissionais, cívicas: (...) vivem à escala metropolitana: deslocam-se muito, quotidianamente e cada vez mais longe".<sup>206</sup> Assim, as cidades vão mudando de escala com a criação de novos territórios urbanos, e as redes de mobilidade necessitam estender-se a essa escala, interligando os novos territórios para que toda a população tenha acesso ao sistema BIP e às grandes aglomerações, alimentando metapolização através das redes de transporte e informação. "A globalização activa assim o lugar (...). E é, em última instância, a diversidade dos territórios que faz mexer os homens, os bens, os capitais e as informações."<sup>207</sup>

Os sistemas de Mobilidade transformaram-se segundo estes sistemas urbanos, que ao acompanharem a expansão das cidades alteraram os sistemas de centralidade e permitiram a evolução da deslocação do cidadão metropolitano - "O centro geométrico das cidades deixa de ser o lugar mais acessível, nomeadamente para os cidadãos dispondo de automóveis. Assistimos portanto, nomeadamente no domínio comercial, à multiplicação de polarização. A terceira revolução urbana não gera assim uma cidade virtual, imóvel e introvertida, mas uma cidade móvel e telecomunicante (...)".<sup>208</sup> Deixa-se de se pensar em cada território como singular e passa-se a contemplar a possibilidade de passar de um para outro naturalmente, cuja potencialidade deve ser já sustentada na planificação urbana - cada território tem o seu campo social e as suas exigências particulares, por isso os sistemas urbanos de Mobilidade evoluíram no favorecimento do movimento permanente das pessoas entre as várias metápoles. As cidades apresentam velocidades e mobilidades múltiplas, e as formas de organização dos espaços da cidade interagem com estas formas de transporte, tanto como consequência

<sup>204</sup> Referência Norte-americana relativamente a um novo desenho urbano cujos princípios vieram particularmente revolucionar nos últimos anos os Estados Unidos, rompendo com as formas urbanas que se desenvolveram através da mistura funcional e social, do uso de transportes públicos e contrapondo a não qualificada expansão urbana - pretende-se que esta imagem exclusiva de cidades de classe média seja expansiva à requalificação de zonas degradadas.

<sup>205</sup> As fases anteriores são as designadas por Revolução Industrial e Idade Moderna.

<sup>206</sup> ASCHER, François, "Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico", Livros Horizonte, 2010, p.63

<sup>207</sup> ASCHER, François, "Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico", Livros Horizonte, 2010, p. 63

<sup>208</sup> ASCHER, François, "Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico", Livros Horizonte, 2010, p.66



ou como instrumento de diversificação social. "The sheer novelty and the fast pace of 'informatics revolution' prompted many an analyst to expect the disappearance of the 'city as we know it' and, either its replacement by a totally new spatial form of human cohabitation, or its vanishing altogether".<sup>209</sup>

Como referido, cada território tem o seu domínio social, assim como cada indivíduo tem o seu espaço-tempo, que pretende configurar ao se poder individualizar na cidade. Para isso, necessita dos instrumentos que lhe abrem a possibilidade de uma maior autonomia nos deslocamentos e nas comunicações, reduzindo distâncias físicas e criando ligações directas entre espaço e tempo, permitindo a cada cidadão a escolha do lugar onde quer estar e das actividades que deseja concretizar. "De facto, os instrumentos, técnicas e modalidades que permitem modificar os tempos e os lugares das actividades individuais e colectivas constituem um dos traços principais da revolução urbana moderna"<sup>210</sup> Contudo, esta individualização gera uma crise na concepção dos serviços públicos, que tem assim que diversificar as necessidades sociais e redefinir as relações entre os interesses individuais e os colectivos, na tentativa de enquadrar um conjunto de indivíduos em torno de conceitos partilhados entre eles. A cidade e a arquitectura, ao serviço destas alterações, condenam por vezes a população à segregação social, na medida em que não satisfazem todos os interesses nos domínios da vida individual e ao mesmo tempo pública.

De facto, "a diferenciação social parece, assim, pulverizar pouco a pouco uma sociedade na qual indivíduos mais diferentes e autónomos já não partilham senão momentaneamente valores e experiências sociais".<sup>211</sup> Mas o conceito social não excluiu os laços sociais, pelo contrário, estas relações multiplicaram-se e especializaram-se, mudaram de natureza e suporte, criando novas relações de vizinhança entre diferentes indivíduos, seja por pertencerem a sistemas de interesses colectivos económicos, laborais ou residenciais. As estruturas sociais funcionam assim elas próprias como uma rede urbana que facilita o acesso ao sistema BIP, pois as pessoas não moram num só lugar nem têm a mesma percepção da representação da cidade – têm múltiplas práticas de urbanidade e múltiplos sistemas de referência, assim como diversos campos sociais nos quais se relacionam com outros indivíduos. Ou seja, as metápoles desenvolvem-se num modelo multipolar, mais completo que as cidades tradicionais que se desenvolvem ao redor de uma única centralidade, onde o cidadão, através das redes de mobilidade, tem acesso a todos os pólos que necessita e multiplica os grupos a que pertence.

Este sistema, segundo Ascher, leva à criação do conceito de Sociedade Hipertexto<sup>212</sup>, uma metáfora que subentende uma sociedade onde cada indivíduo está ligado a diferentes universos sociais, cada um com as suas regras, onde conecta com outros cidadãos numa malha complexa, através de vários meios de comunicação. "Una hiperciudad es flexible precisamente porque la gente misma está diversificada (...). La noción de hipertexto ilustra el hecho de que un mismo individuo puede participar de distintos contextos, con necesidades urbanas completamente diferentes y que además el individuo no tiene que ver necesariamente con los otros. Esta es la idea clave del hipertexto y por tanto está en contra de la ideología simplificadora de pensar que la ciudad o del individuo están organizados de manera simple y homogénea".<sup>213</sup>

<sup>209</sup> BAUMAN, Zygmunt, "City Of Fears, City Of Hopes", Goldsmiths College Editora, 2003, p.4

<sup>210</sup> ASCHER, François, "Novos Principios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um Léxico", Livros Horizonte, 2010, p. 69

<sup>211</sup> ASCHER, François, "Novos Principios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um Léxico", Livros Horizonte, 2010, p. 43

<sup>212</sup> Entende-se por Hipertexto o texto formado por palavras que fazem ligações a outros textos, isto é, a está incluída em vários textos simultaneamente mas com sentidos diferentes – hiper surge com a conotação de "n" dimensões.

<sup>213</sup> ASCHER, François, em entrevista de Alfonso Valenzuela-Aguilera na revista Carajillo de la Ciudad, Revista digital da Catalunha de Programa na Gestão da Cidade, 2005





Esta cidade e a sociedade hipertextual<sup>214</sup> criam o que Ascher chama de “Cidade à la Carte”, uma cidade que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, em movimentos multidireccionais através de espaços intermodais. O objectivo dos urbanistas é assim o de criar uma cidade com espaços adequados às relações pessoais que neles se dão, não só lugares colectivos residenciais mas também espaços descontínuos com outras funcionalidades, que englobe altas e baixas densidades de população e velocidade, para se poder percorrer tanto a pé como de automóvel. Um novo desafio para os urbanistas: conseguir uma malha descontínua com vazios e altas densidades, que ao mesmo tempo se mantém totalizante e pedonal, mantendo os valores tradicionais da cidade.

É assente nesta visão da cidade que François Ascher revê as categorias da concepção urbana, e enuncia os Novos Princípios do Urbanismo da Terceira Modernidade, dez parâmetros essenciais na concepção, e gestão da cidade sob a perspectiva do neo-urbanismo: elaborar e gerir projectos num contexto incerto, criando uma sociedade complexa com projectos múltiplos, num processo empírico de avaliação<sup>215</sup> dos elementos urbanos; privilegiar os objectivos em relação aos meios, procurando que os actores públicos e privados concretizem os objectivos que melhor sirvam a colectividade do conjunto urbano<sup>216</sup>; integrar os novos modelos de desempenho, obtendo a performance e a durabilidade da cidade através da flexibilidade, variedade e reactividade de soluções multifuncionais e dinâmicas capazes de vencer a evolução<sup>217</sup>; adaptar as cidades à diversas necessidades, com os organismos e serviços públicos a tomar conta do processo de personalização individual das soluções; conceber os lugares em função das novas práticas sociais, criando parcerias entre infra-estruturas públicas e privadas, com espaços públicos múltiplos com n dimensões sociais e funcionais, onde o hiperespaço combina o real e o virtual<sup>218</sup>; agir numa sociedade fortemente diferenciada, uma sociedade hipertexto que não focalize as suas propostas num só local ou interesse geral, pois já nada pode ser considerado de interesse comum; requalificar a missão dos poderes públicos, em que estes garantem o funcionamento dos sistemas de actores urbanos públicos e privados sem incoerências, e os regulam e avaliam; responder à variedade dos gostos e da procura, propondo formas híbridas diversificadas e ambientes arquitectónicos/urbanos que seduzam, sejam elas formas antigas e vernaculares<sup>219</sup> ou modelos actuais, num urbanismo metropolitano de estilo aberto que reflecta as ideologias urbanísticas mas que permita ao cidadão escolher as referências estéticas que mais apreciar; promover uma nova qualidade urbana, em que a qualidade dos espaços públicos e exteriores seja equipolente à dos lugares privados e espaços interiores, e que o desenho multissensorial da cidade enriqueça os ambientes urbanos para se tornarem mais confortáveis e desejáveis; adaptar a democracia à terceira revolução urbana, cabendo às instituições representantes da sociedade a elaboração das políticas urbanas e as decisões, consultando habitantes e actores dos diferentes grupos sociais e espaços heterogéneos.

<sup>214</sup> Este conceito, no entanto, levou autores como Marc Augé, antropologista francês, a questionar estas novas entidades urbanas heterogéneas e descontínuas, que criam um Hipermodernidade e proliferam na criação de não-lugares entregues ao individualismo, onde a interacção das pessoas foi substituída por espaços intermodais e multifuncionais. Contrapondo, Ascher defende que não se dissolvem lugares mas que se constituem novos lugares urbanos, cuja mobilidade real cria novas formas de cidade e interacção. “Estos hiperlugares son (...) lugares donde, si las personas quieren, pueden casi simultáneamente llevar a cabo actividades diferentes en múltiples campos sociales, con las personas con las que ellos han elegido estar, física o virtualmente presentes. El hiperlugar es un espacio potencial, con múltiples dimensiones físicas y sociales, que ofrece a los individuos opciones prácticas y relacionales.” (François Ascher, 2003)

<sup>215</sup> O neo-urbanismo termina com a hierarquização de que o processo de planeamento urbano estava dependente – diagnóstico de necessidades, elaboração eventual de cenários, programação, projecto, reabilitação e gestão – e substitui-o por uma abordagem informal que procura uma aproximação sucessiva à resposta acrescentando valores testados na própria cidade.

<sup>216</sup> “Os chamados planos de urbanismo ‘qualitativos’ inscrevem-se nesta nova perspectiva de regras que privilegiam mais o projecto que os meios, inclusive do ponto de vista arquitectónico e paisagístico.” (François Ascher, 2010)

<sup>217</sup> O urbanismo Moderno encontrava no Taylorismo e no Fordismo economias de escala, simplificação e repetição de funções urbanas, mas o novo urbanismo procura juntamente com a ciência e a sua evolução a renovação dos perfis de cada urbanista no planeamento da cidade.

<sup>218</sup> “A consideração das práticas urbanas leva os criativos a integrarem (...) os condicionalismos de exploração e gestão dos espaços e dos equipamentos urbanos. Isto contribui para redefinir as fronteiras e as modalidades de exercício dos diversos ofícios do urbanismo porque este deve integrar (...) as exigências da gestão futura dos espaços que ele próprio contribui para produzir.” (François Ascher, 2010)

<sup>219</sup> O neo-urbanismo entende que sempre que possível se devem promover os novos conceitos urbanos para conservar os valores simbólicos da história das cidades.



fig. 132 | Jordi Borja  
fonte: <http://www.clamfestival.org/premsa/notes.php>

Geógrafo e urbanista catalão, Jordi Borja reflecte-se hoje na sociedade como um dos urbanistas espanhóis com maior projecção a nível mundial. Embora a sua ligação se faça na generalidade à cidade de Barcelona, onde foi vice-presidente da Área Metropolitana de Barcelona, docente na Universidade de Barcelona e ainda consultor mundial do Plano de Barcelona 2000<sup>220</sup>, as suas políticas reflectem-se no resto das cidades europeias, assim como em Lisboa. A sua temática gira em torno da problemática do espaço público e a sua relação com a cidade – o espaço público é cidade – assim como a segurança que advém dos medos urbanos desses espaços – “Há, em Jordi borja, forte convicção de que o espaço público é um instrumento urbanístico fundamental para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização de seus espaços.”<sup>221</sup>

A obra de Jordi Borja foca-se assim no princípio de que o conceito de espaço público é a ferramenta privilegiada para se “refazer as cidades e para qualificar as periferias, para manter e renovar os centros antigos e produzir novas centralidades (...) para revelar os problemas e apontar as soluções no âmbito do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania”.<sup>222</sup> O espaço público de Borja não é o vazio residual legal entre edificado e vias, mas sim o espaço de convívio e encontro entre a população, o espaço qualificado e urbanístico cuja configuração espacial se revela crucial na forma da cidade. A cidade espaço público<sup>223</sup>, capaz de organizar um território e criar lugares de diversas funções colectivas entre os diferentes grupos sociais. Contrapondo-se à cidade moderna monofuncionalista, cuja urbanização desigual das áreas exteriores colectivas foi a consequência mais perversa do Movimento Moderno para o espaço urbano, defende que é necessário recuperar os espaços segregados nos guetos de classes sociais, desde os bairros sociais aos condomínios privados, onde as praças e ruas foram subvertidas em espaços privados de comércio, centros comerciais por vezes.

A mobilidade dos cidadãos entre as várias áreas da cidade, tal como François Ascher defende, é essencial na garantia de que estes espaços são reconhecidos e visíveis, para além de seguros para o cidadão. No entanto, ao contrário de Ascher, defende que a globalização não produz cidades contínuas mas sim fragmentadas, tendendo a “multiplicar las segregaciones y las exclusiones sociales (...)”.<sup>224</sup> O urbanismo que se produz é um urbanismo de produtos<sup>225</sup>, espaços que são oportunidades de negócio para tornar os espaços colectivos em parques temáticos de consumo, que se dispersam em peças fragmentadas pelo território, aumentando a segregação social e reduzindo a mobilidade e criando uma cidade de centralidades confusas – os não lugares que Ascher considera novos lugares são para Borja espaços de guetização e não de integração urbana. “El individuo es un consumidor de ciudad, vive en un espacio, trabaja en otro, tiene relaciones sociales dispersas y movilidades variables. El ciudadano- usuario de la ciudad metropolitana es atópico, no es de un lugar en concreto, y la conciencia cívica tiende a diluirse, a debilitarse”.<sup>226</sup> A cidade não tem que ser necessariamente a realidade territorial e funcional como os seus habitantes a percebem: deve ser entendida como espaço público de intercâmbio e coesão, mas

<sup>220</sup> O plano de Barcelona surgiu em meados dos anos 80, com a perspectiva das Olimpíadas de 1992 na cidade a sugerir o alargamento das micro-intervenções a uma escala de plano mais alargada – autonomizou-se como um paradigma de muitas intervenções posteriores n Europa e noutros continentes, principalmente pelo carácter de protagonista que ofereceu aos espaços públicos.

<sup>221</sup> ABRAHÃO, Sérgio Luis “Espaço Público: do Urbano ao Político”, 2008, p.45

<sup>222</sup> ABRAHÃO, Sérgio Luis “Espaço Público: do Urbano ao Político”, 2008, p. 47

<sup>223</sup> Como se refere, à cidade de Jordi Borja, ABRAHÃO, Sérgio Luis “Espaço Público: do Urbano ao Político”, 2008

<sup>224</sup> ZAMORANO, Claudia C., entrevista a Jordi Borja em “La circulación de ideas en el urbanismo”, artigo da revista “Sociológica”, nº65, 2007

<sup>225</sup> Como se refere Jordi Borja ao urbanismo actual no artigo “Urbanismo e cidadania”, para a revista espanhola !Barcelona Metropolist!, Monografia nº 6, 2005

<sup>226</sup> BORJA, Jordi, “Urbanismo e cidadania”, artigo para a revista espanhola “Barcelona Metropolis”, Monografia nº6, 2005, p.45





a existência de múltiplas “cidades” – a oficial, a real e a ideal – dentro da cidade compromete a construção da mesma. A coesão da cidade multidimensional e das suas centralidades é o passo mais importante na reestruturação da cidade, é uma condição de civismo atribuir qualidade e diversidade ao mesmo tempo que se conseguem acessíveis por toda a população os vários centros de socialização e de relação multicultural – a qualidade integradora dos centros definirá a qualidade do espaço colectivo. “It is the urban environment which must be ‘civil’, if its inhabitants are to learn the difficult skills of civility”.<sup>227</sup>

É no entanto, é certo que os territórios já não se resumem à área central tradicional em torno da qual se distribuíam os aglomerados urbanos: a cidade de hoje é descontínua, com zonas compactas e difusas, centralidades diversas e definidas em função de critérios múltiplos dos grupos sociais. O que Jordi Borja questiona é se a rede de mobilidade (de François Ascher) é suficiente para garantir a globalização das cidades cuja segregação e exclusão da vida colectiva negam o território – mais importante que o novo urbanismo de Ascher, o autor entende que é o urbanismo cidadão, em que a cidade aposta no perfil identitário do urbano e na morfologia/qualidade do lugar e a integra com elementos arquitectónicos excepcionais. Segundo Borja, pratica-se uma arquitectura que age contra a cidade, negando-a, uma “arquitectura urbanicida”<sup>228</sup>, apenas combatida com a produção de espaços público de qualidade, desde praças a parques, que formam referenciais físicos e simbólicos para a cidade a marcam os seus limites. A relação entre o espaço público e o edificado deve ser feita através de espaços de transição, tanto em relação ao vazio-equipamento como ao vazio-habitação: “Incluso en el caso de conjuntos de viviendas es posible y deseable construir espacios de transición (...) establecer una graduación entre espacios abiertos públicos, semipúblicos, colectivos privados y privados particulares”.<sup>229</sup>

Jordi Borja tem defendido necessidade de superar a visão negativa da cidade, caracterizada pelos problemas sociais, a segregação e os riscos urbanos. O espaço público surge mais uma vez como pólo activo para resolver os problemas da cidade e os medos, criados pelas concentrações humanas, associado à obrigação do cidadão de num projecto colectivo construir cidade – “La excesiva homogeneidad es insípida, la diferencia inquieta. La gran ciudad multiplica las libertades, puede que solo para una minoría, pero crea riesgos para todos”.<sup>230</sup> Com a metropolização, a cidade fragmenta-se e as várias centralidades debilitam-se, perdendo a sua capacidade de integração e depositando nos fluxos o protagonismo sobre os lugares, assim como os serviços privados se sobrepõem sobre os públicos. “Periódicamente, cuando el cambio histórico parece acelerarse y es perceptible en las formas expansivas del desarrollo urbano se decreta la muerte de la ciudad. Entonces se asume, con pesar o con indiferencia, el ‘caos urbano’, se critica con nostalgia la revalorización de las formas y de las relaciones sociales construidas por la historia”.<sup>231</sup>

A rede de mobilidade de Ascher é apenas válida para uma minoria, prevalecendo a instabilidade e a insegurança em cidades onde apenas os grandes centros têm alta visibilidade – existe uma agorafobia urbana, um medo do espaço público que fabrica espaços delimitados, funcionalmente, na cidade<sup>232</sup>. A democracia deve aceitar a procura da ordem estável e visível (que pode levar a movimentos de intolerância) mas adaptá-la a uma ordem de diversidade, de participação auto-organizativa dos grupos sociais e de iniciativa pública, embora de regulamentação, potenciando a liberdade da população em todos os quadros da cidade e garantindo a sua segurança em todas as dimensões (urbanas, económicas e até legais). É a segregação e exclusão da vida colectiva que negam

<sup>227</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Liquid Modernity”, Polity Press, 2000, p.95

<sup>228</sup> BORJA, Jordi, “Urbanismo e ciudadanía”, artigo para a revista espanhola “Barcelona Metropolis”, Monografía nº6, 2005, p.43

<sup>229</sup> BORJA, Jordi, “Urbanismo e ciudadanía”, artigo para a revista espanhola “Barcelona Metropolis”, Monografía nº6, 2005, p.49

<sup>230</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad conquistada”, 2003, Cap. 6

<sup>231</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad conquistada”, 2003, Cap. 1

<sup>232</sup> Como por exemplo Campus Universitários, guetos (bairros sociais ou condomínios privados), zonas industriais, etc.

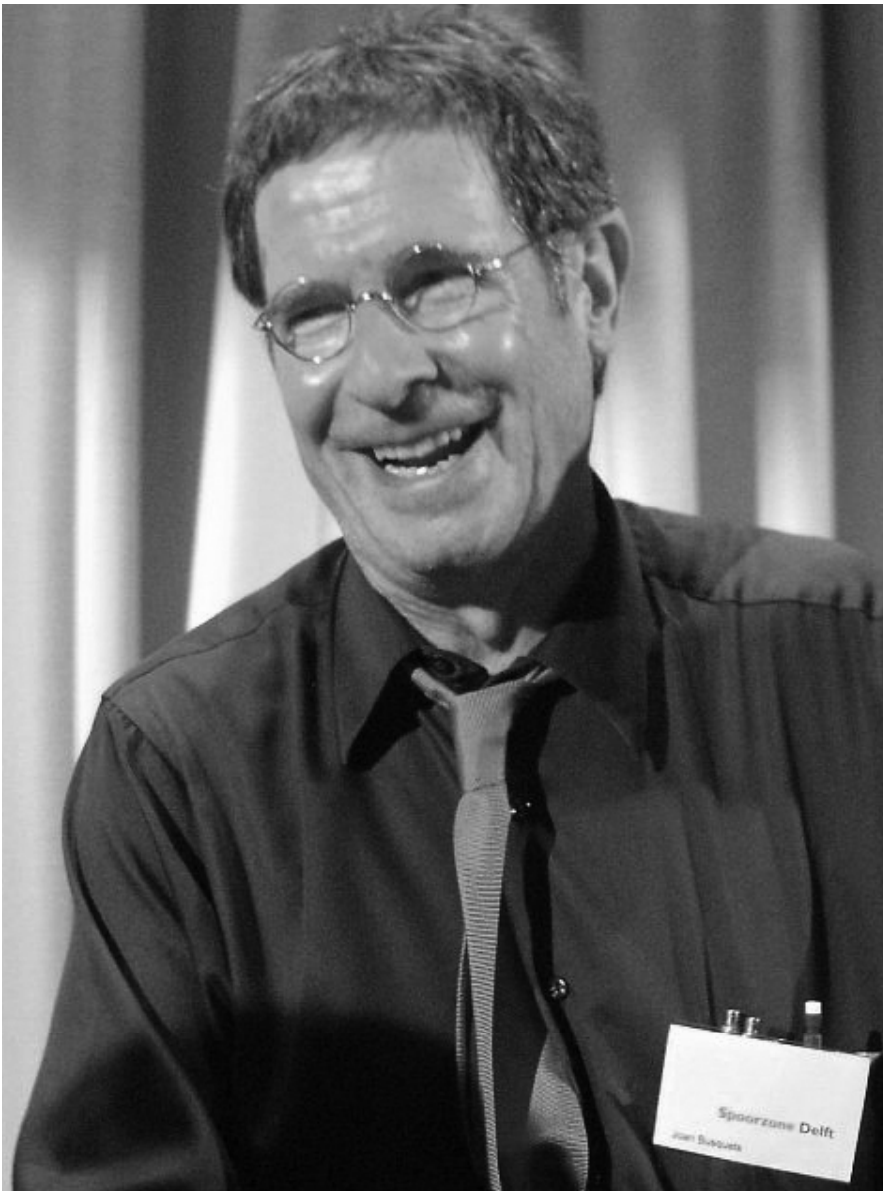


fig. 133 | Joan Busquets  
fonte: [http://www.jpde Wit.nl/joan\\_busquets.htm](http://www.jpde Wit.nl/joan_busquets.htm)

a cidade: as infra-estruturas de comunicação não criam centralidades nem lugares, mas fracturam o território em parques temáticos lúdicos ou comerciais. “El círculo vicioso entre abandono de los espacios públicos y la multiplicación de los miedos y de la inseguridad ciudadana se tiene que romper no solamente mediante las políticas de seguridad (...) sino también con una política de espacios públicos ambiciosa que tenga en cuenta la seguridad ciudadana”.<sup>233</sup>

Assim, pode compreender-se, que existe cidade quando existem lugares significativos e centros, desde os centros livres e iguais até aos monofuncionais dominados pela economia e pela política, e é a rua e o espaço público que interliga esses centros e a cidade, proporcionando ao cidadão maximizar a intensidade de todos os campos onde se enquadra na sua vida. “La ciudad es la calle y la plaza, son los lugares de ciudadanía, que crean y expresan el nivel de ciudadanía, de libertad e igualdad”.<sup>234</sup> A cidade actual com todas as suas morfologias é um território de oportunidade: “Las ciudades afrontan un doble desafío: recuperar elementos identitarios en el ‘hacer ciudad sobre la ciudad’ e ‘inventar’ nuevos modelos en ‘hacer ciudad en las áreas periurbanas’”.<sup>235</sup> O dilema do urbanismo é se enfrenta os processos dissolutores e os acompanha mediante respostas pontuais e sectoriais especializadas ou se, pelo contrário, a resposta passa pela intervenção da grande escala, que favoreça a produção de uma cidade global, pela densidade de relações sociais que se estabelecem, pela heterogeneidade e multidiversidade, assim como pela criação de centros urbanos múltiplos gerados pelo espaço público. “La ciudad del deseo no es la ciudad ideal, utópica y especulativa. Es la ciudad querida, mezcla de conocimiento cotidiano y de misterio, de seguridades y de encuentros, de libertades probables y de transgresiones posibles, de privacidad y de inmersión en lo colectivo. Hay que reinventar el erotismo de la ciudad que no se encuentra ni en el miedo latino a lo público, la ‘agorafobia’ enfermedad reciente de la ciudad latinoamericana, ni en la asepsia aburrida del balneario suizo protegido”.<sup>236</sup>

## JOAN BUSQUETS

Arquitecto e urbanista espanhol, Joan Busquets tem aproximado a sua obra da Arquitectura e da Reabilitação, mas é no Urbanismo que se tem destacado internacionalmente com prestígio, desde a década de 80. Assim como Jordi Borja, Busquets é associado ao desenvolvimento de cidades espanholas e ao Planeamento de Barcelona, tendo sido condenador do Conselho de Urbanismo da cidade entre 1983 e 1989 e integrado a equipa de preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 1992. No entanto, o seu percurso, ao contrário de Borja, reflectiu-se na participação do planeamento das mais importantes cidades internacionais, como Den Haag, Marselha, Singapura, Roterdão, São Paulo e inclusive Lisboa, exercendo actualmente o papel de docente na Graduate School of Design, na Universidade de Harvard.

A sua abordagem urbanística prende-se com as transformações da cidade com o decorrer dos anos, quais as valências que a transformaram e como hoje se pode desenhar, transformar e gerir a cidade do futuro<sup>237</sup>. Na sua opinião, as grandes transformações ocorridas entre as cidades tradicionais, ou industriais, e as cidades actuais devem-se à mudança do funcionamento e

<sup>233</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad conquistada”, 2003, Cap. 6

<sup>234</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad es la calle. Espacio público y centros históricos como test de la ciudad democrática”, artigo do seminário Centro Histórico de la Ciudad de México, 2009

<sup>235</sup> BORJA, Jordi, Zaida Muxí, “Urbanismo en el siglo XXI”, 2004, p.19

<sup>236</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad del deseo”, 2001, citado por CARRIÓN, Fernando, La ciudad Construida: Urbanismo en América Latina, PP. 395-396

<sup>237</sup> A sua obra escrita advém na generalidade das situações decorrentes da sua obra prática, mais apreendida nas intervenções em Barcelona.





estrutura urbana das mesmas. “The world, in other words, seems less solid than it used to be (or than we thought it to be). It has lost its apparent unity and continuity (...) It presents the world as a collection of fragments and episodes, with one image chasing away and replacing the one before, only to be replaced itself moments later”.<sup>238</sup>

Com o pós-guerra, o desenvolvimento especulativo da habitação social transformou o espaço periférico dos territórios centrais das grandes cidades europeias. Este sistema levou a uma liberdade excessiva de infra-estruturas e serviços que marcaram o desenho urbano da década de 70, e a forma de planeamento das cidades até aos nossos dias. Assim, assume que a evolução tecnológica, o progresso social e com isso a mobilidade pessoal foram as figuras principais da transformação das cidades: o carro há meio século era símbolo de liberdade, e sistemas de auto-estradas entupiram as cidades. Actualmente é necessário encontrar novos meios de transporte e intermodalidade entre eles para garantir que o planeamento urbano seja viável - “we have to overcome the culture of the automobile and replace it with the culture of human beings”.<sup>239</sup> O problema destas cidades, contudo, não passa apenas pelo excesso automóvel mas também pelo excesso populacional: segundo o autor, mais da metade da população humana vive em cidades, e é nessas cidades onde o progresso social é maior; mas é para elas, já sobrepovoadas, que os indivíduos continuam a dirigir-se. Há que pensar em termos de sustentabilidade, perceber como é que estas cidades se devem organizar e gerir o seu crescimento, garantindo aos cidadãos os serviços mínimos. A sustentabilidade é um conceito que aparece na generalidade em cidades onde os excessos se reflectem, há que cortar nos excessos mas também que dar atenção ao problema da escassez - o urbanismo não resolve as questões mas determina as estratégias para as resoluções sociais dos problemas.

Mas este problema da sobrepovoação acarreta um maior, a falta de relação entre a forma e o desenho nas cidades de hoje. As antigas cidades eram fechadas, mas actualmente são mais complexas: o verdadeiro boom de crescimento dá-se fora do centro geométrico da cidade, hoje o centro limita-se a ser o local de tradições - as cidades actuais actuam como sistemas abertos em que o crescimento torna a forma do território imprevisível, e é neste sistema que o planeamento urbano deve e tem vindo a intervir. Os modelos de desenho urbano têm que ser revistos, assim como os meios para entender o passado - “A aproximação exploratória a uma tipologia das formas da suburbanização inaugurou, sob os denominadores da regra e do modelo, a reflexão espacial que fazia falta à interpretação das periferias, permitindo (...) a legibilidade (...) do espaço contemporâneo”.<sup>240</sup>

Uma das consequências deste desenvolvimento desmesurado das cidades é a fragmentação, o consumo veloz de terreno que é subvertido pela cidade e que vai alterando os seus usos. Busquets acredita ser possível pensar a cidade a partir do fragmento, a partir das peças da cidade que gerarão propostas de desenho inovadoras, reciclando os espaços que já existem. “(...) the idea of ‘trans-scale’; in which each project or strategy moves through different scales: starting with its own, but also having an impact on the other, larger or smaller scales”.<sup>241</sup> Nesta cidade de excessos, os edifícios “ícone” são o chamariz, mas podem por si só suscitar novas premissas no desenho da cidade, encabulados numa nova rede que permita interpretá-los e interligá-los aos fragmentos do território. A reciclagem é palavra de ordem, e os elementos urbanos devem ser transformados para acompanhar o desenvolvimento do desenho da cidade. “La ciudad se puede pensar desde el fragmento, si hay una coherencia entre los fragmentos. En la línea del proyecto urbano y del reci-

<sup>238</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Alone Again: Ethics After Certainty”, 1996, p. 13

<sup>239</sup> BUSQUETS Joan, palestra no Fórum Barcelona 2004

<sup>240</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.472

<sup>241</sup> CHARLESWORTH, Esther Ruth, “City edge: case studies in contemporary urbanism”, 2005, p.47

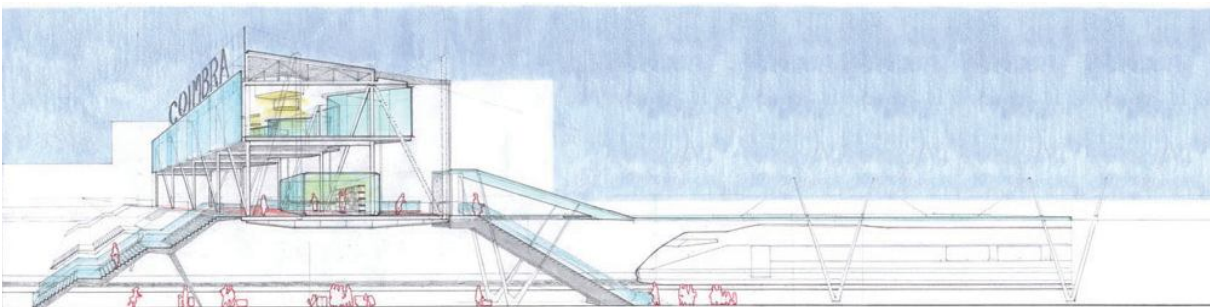


fig. 134 | Projecto para a Estação de comboios de Coimbra A-Coimbra-B, Joan Busquets  
fonte: <http://www.gsd.harvard.edu/people/faculty/busquets/projects.html>

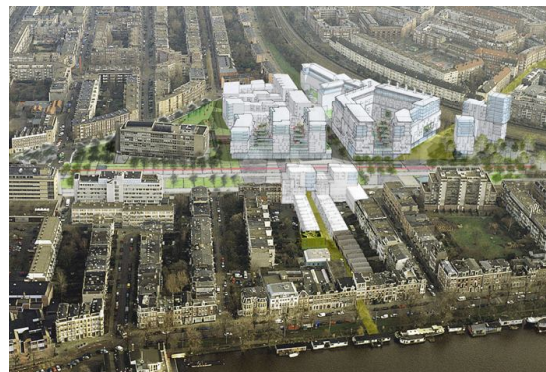


fig. 135 | Fórum-Viseu e Intervenção numa Estação de comboios de Amsterdão, Joan Busquets  
fonte: <http://www.gsd.harvard.edu/people/faculty/busquets/projects.html>

claje aparece el tema de reescalar las infraestructuras. En estos momentos en nuestras ciudades, uno de los grandes dramas, es qué hacer con las infraestructuras del desarrollismo.<sup>242</sup> É necessário, no entanto, que entre planeamento e acção haja uma interacção: o arquitecto adquiriu uma nova função na cidade, novos mecanismos de acção e gestão, tanto a nível da acção privada como pública, assumindo o compromisso da forma da cidade. “Es verdad que hoy en día el sector privado domina sobre el público, pero me parece a mí que aunque un urbanista trabaje para el privado, tiene que tener los ojos del público. Y en este sentido es donde me parece que Europa está dando algunos avances importantes en muchas ciudades, donde esta idea de decir es sólo el público el que puede hacer las acciones buenas, no es verdad.”<sup>243</sup>.

Assim, constroem-se cinco pontos fundamentais na abordagem de “fazer cidade” de Busquets: a cidade existente é o ponto de partida do planeamento, em vez de um elemento passivo à urbanização, cujas formas e capacidade de transformação/reciclagem devem estar na base do desenvolvimento urbano; as infra-estruturas são o meio efectivo de assegurar o funcionamento da cidade, pela sua função micro-cirúrgica na globalização do território como elemento articulador dos fragmentos da cidade; a rede de mobilidade é novo sistema de transformação da cidade, cabendo-lhe a humanização do território e a capacidade de tornar acessível e unitária a cidade complexa; a cidade integra-se na sua macrogeografia, na relação da cidade histórica com o envolvente e com condicionantes como frentes de água e topografias de vales; o planeamento das cidades depende de vários actores, privados e públicos, e apenas com o seu envolvimento é que os projectos e os desenhos urbanos terão concretização física e progresso social.

Esta temática tem-se reflectido na sua intervenção no território português, desde o Fórum Viseu, onde se confronta a cidade antiga e histórica com a integração de uma infra-estrutura arquitectónica actual<sup>244</sup>; a proposta para a revitalização das estações de comboios de Coimbra A e Coimbra B, em parceria com o atelier Broadway Malyan; e mais recentemente o projecto para a requalificação do Centro do Barreiro, encomendado pela empresa Multi Development. Este último, pela sua escala, reproduz as preocupações de Busquets em relação à preservação do passado da cidade, de modo a que sirva de base ao plano desenvolvido e que reflecta no futuro o que existia previamente. A rua é colocada como espinha estrutural do desenho urbano, um eixo central revitalizador do centro do Barreiro, onde tráfego automóvel deve ser substituído por zonas pedonais e pelo transporte público - a mobilidade é essencial na integração do Barreiro com a área que o envolve, mas não deve afectar o núcleo central da cidade. A reabilitação de infra-estruturas arquitectónicas das quais a cidade parte para o seu desenho global é o sistema desenvolvido, com o Mercado Municipal a ser reciclado como espaço fórum-mercado, integrando espaço público como ponto de interesse e dinamização dos grupos sociais. O espaço público exterior deve ser ligado a este ponto-estrela da cidade criando uma malha contínua e fluida. “(...) A Multi está aqui para introduzir no Barreiro o que pratica por toda a Europa. Tratamos o Barreiro com o mesmo nível de paixão e de entrega profissional que tratamos todas as outras cidades do mundo inteiro”.<sup>245</sup>

<sup>242</sup> BUSQUETS, Joan “La ciudad del siglo XXI: Su diseño y sus formas de gestión”, apresentação para o II Seminario Atlántico de Pensamiento, 2008

<sup>243</sup> BUSQUETS, Joan “La ciudad del siglo XXI: Su diseño y sus formas de gestión”, apresentação para o II Seminario Atlántico de Pensamiento, 2008

<sup>244</sup> “Cidade Antiga e Novo Projecto Urbano / Old City and a New Urban Artifact”, obra que ilustra esta intervenção em Viseu, da autoria de Joan Busquets e Helder Ferreira

<sup>245</sup> LOPES, Matias, empresa Multi Development, citado por LOPES, Andreia Catarina no sitio web <http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=81027&mostra=2>



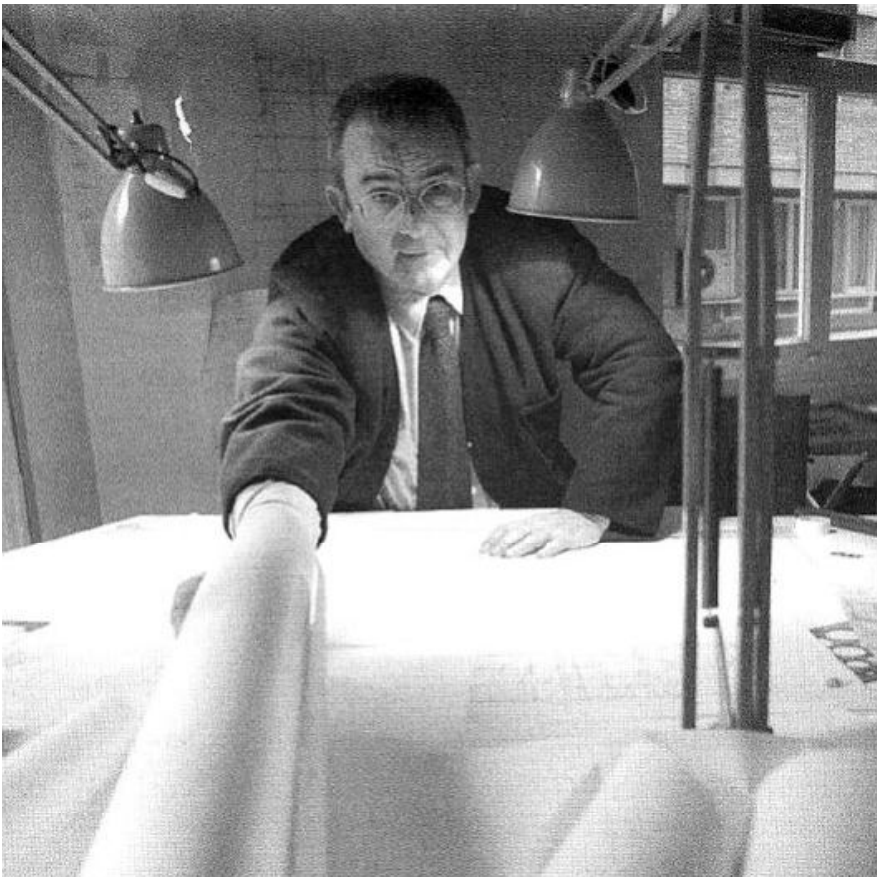


fig. 136 | Ignasi de Sola-Morales  
fonte: <http://arquicatalana.blogspot.com/2010/05/ignasi-de-sola-morales-i-rubio.html>

## IGNASI DE SOLÀ-MORALES

Arquitecto catalão e professor universitário, Ignasi de Solà-Morales i Rubió (1942-2001) surge como uma das figuras da arquitectura contemporânea pós-moderna que mais reflecte a Crítica à arquitectura que badalou nas últimas épocas, e a capacidade do arquitecto reflectir e investigar na arquitectura, numa aproximação científica. Procurou uma maior abordagem intelectual e filosófica da sua obra, tendo sido das primeiras figuras a aproximar o diálogo comum entre as entidades arquitectónicas e filosóficas. A sua temática reflecte-se bastante nos conceitos dos autores previamente mencionados, mas expande-se em três campos onde mais se salientou o seu legado: o Historicismo herdado das arquitecturas do passado, a Cidade e as “cidades” que a compõem, e a Arquitectura, em particular a intervenção arquitectónica no espaço urbano, tema que foi de grande relevância para a arquitectura italiana do pós-guerra (Escola de Veneza). Estas referências, no entanto, encontram-se num outro campo fundamental da cidade contemporânea actual, que decorre da consequência do confronto entre estas três realidades no território: os vazios urbanos, abordados por Solà-Morales como um dos grandes conceitos urbanos da cidade do século XXI.

O seu estudo da História na cidade como herança do século XX, assim como o contraste entre o pré-existente e a nova intervenção, revelou-se no entanto a base da sua área de pesquisa e trabalho académico. A cidade contemporânea opera com a diferença que a arquitectura moderna deixou de lado, onde as novas intervenções, maior parte das vezes integradas em núcleos históricos e não apenas em áreas metropolitanas, representam um sistema que se afasta do contraste figurativo entre os dois conceitos. A cidade pós-moderna adoptou assim este novo conceito de contraste entre a arquitectura do passado e a sensibilidade da nova intervenção para um novo modo de fazer cidade: é interpretada como uma rede de referências e caminhos múltiplos, confrontando uma variedade de fenómenos urbanos complexos, feitos de contraste e de aproximação. A cidade, com todos os seus elementos novos e antigos, cresce numa fragmentação: “assim como a colagem e a fotomontagem criam técnicas de extracção de novos significados específicos a partir do confronto de fragmentos autónomos, a arquitectura, ao contrastar estruturas antigas e novas, descobre o fundo e a forma em que o passado e o presente se reconhecem reciprocamente”.<sup>246</sup>

É na cidade que a arquitectura mais se relaciona e interage com os fenómenos urbanos e sociais, fazendo de mediadora no encontro entre o presente e o passado. O espaço é categoria própria da arquitectura, um desejo de não se figurar a cidade através de figurações e simbologias, mas por concepções complexas de espaço arquitectónico. Mas os fenómenos urbanos da cidade actual, fragilizando o território com as alterações e transformações que ocorrem no espaço citadino, constroem “não-lugares” e desmaterializam a paisagem, gerando uma imagem do objecto arquitectónico como independente da sua localização. Os “não-lugares”, que para Ascher e Borja são referências quer positivas ou negativas para a cidade, são intensivamente repensados por Solà-Morales na sua condição de vazios urbanos, sem significado cultural ou simbólico, em espaços de ilegibilidade normalmente localizados nas periferias dos grandes núcleos activos da cidade, ou nos centros tradicionais e históricos degradados. Estes “terrains vagues”, como os classifica Solà-Morales, surgidos quer da fragmentação do desenvolvimento e urbanização descontínua das cidades quer de áreas abandonadas de industrialização, de edificado degradado ou de espaços legais de separação de áreas viárias ou residenciais, são uma condição arquitectónica presente na forma da cidade.

<sup>246</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, citado por NESBIT, Kate, “Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995”, 1996, p. 257



Esta produção do espaço vazio reflectiu-se já na arquitectura do pós-guerra, criada através de objectos arquitectónicos fora do contexto de implantação, conceito também presente na arquitectura Moderna, “que associava o objecto à ideia de movimento e lhe incluía o tempo como quarta dimensão (...) para produzir o vazio e a possibilidade da experiência do movimento. (...) Actualmente a arquitectura parece extremar essa concepção de vazio e de ausência, convertendo-se em pura abstracção. Parece estar esvaziada de conteúdo figurativo, mas também da ideia de movimento, ou da pretensão de provocar outro estímulo concreto, qualquer”.<sup>247</sup>

Segundo Solà-Morales, é esta ausência, esta forma de vazio, que a nossa cultura reclama, espaços de liberdade e de memória, de fuga às regras rígidas da arquitectura e do planeamento urbano homogéneo. No entanto, não basta reorganizá-los para os transformar e integrá-los na produção activa da cidade, negando os seus valores sociais. “Solà-Morales descreve a actual percepção do mundo como ‘nómada’, ‘não estruturante’, feita de fragmentos, descontinuos, que não se encaixam, ‘Heterogéneos’. Na arquitectura contemporânea essa percepção ‘errática’, manifesta-se pela predominância da fragmentação, (...) manifesta-se pela impossibilidade de uma integração total, completa, entre a obra e o mundo. Perante o desdobramento de possibilidades de relação com o mundo, a arquitectura assume-se como uma tentativa, sempre provisória e frágil”.<sup>248</sup>

A fragmentação destes espaços expectantes procura enquadrar-se nas relações geométricas da cidade, estabelecidas para as proporções humanas, podendo pertencer a uma nova cidade que o autor sugere ser a da dualidade e da diferença, da descontinuidade e dos fluxos. “Assim, e do modo como o ‘terrain vague’ representa a fuga e uma oportunidade de alternância, de distância para a contemplação, leva-me a crer que este é, tem de ser, parte integrante da cidade”.<sup>249</sup> Uma cidade contemporânea sem limites que faça usos destes espaços como vazio libertador dos conflitos urbanos, uma paisagem silenciosa onde se cruzam os fluxos e energias da cidade, criando “lugares” – “The contemporary place must form a crossroads, and the contemporary architect must have the talent to apprehend it as such. Place is not a ground (...). Place is, rather, a conjectural foundation, a ritual of and in time, capable of fixing a point of particular intensity in the universal chaos of our metropolitan civilization”.<sup>250</sup>

Assim, a realidade que hoje as cidades contemporâneas apresentam são constituídas por malhas onde se fixam pontos de interconexão, e cabe à arquitectura dar forma a estes espaços, de modo a que se adequem a qualquer relação e dinâmica social. Com a radicalidade que se apoderou das cidades actuais, com os processos de urbanização no centro da explosão da metrópole em fragmentos, o poder da arquitectura e das tecnologias é vital na reorganização do território, mas os novos sistemas urbanos não podem conceber estes espaços de interconexão como “arquitectura-lugar”, competências anteriormente ligadas no Movimento Moderno. O espaço agora é vazio, é vago e impreciso, e é necessário para que a liberdade da cidade seja mantida – é a partir deste sistema que a cidade contemporânea se regenera e se constrói.

<sup>247</sup> CORREIA, Nuno, “A construção da Crítica: Solà-Morales e a fragilidade da arquitectura contemporânea...Para além das metanarrativas”, 2005, p.26

<sup>248</sup> CORREIA, Nuno, “A construção da Crítica: Solà-Morales e a fragilidade da arquitectura contemporânea...Para além das metanarrativas”, 2005, p. 27

<sup>249</sup> MELO, Luís Pedro Sá e, “Terrain Vague – Notas De Investigação Para Uma Identidade”, 2007, artigo no sitio Web [http://www.artecapital.net/arq\\_des.php?ref=14](http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=14)

<sup>250</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, “Diferences: topographies of contemporary architecture”, tradução por WHITING, Sarah e Graham Thompson, do original espanhol “Diferencias: topografía da arquitectura contemporânea”, 1996, p.103





### 3.3. CHELAS: EMBRIONÁRIA DA CIDADE COLAGEM, OU CIDADE COLAGEM COMO IMAGEM RESULTANTE?

O estudo desenvolvido nos capítulos anteriores coloca Chelas no quadro do novo planeamento de cidades, que se constituiu no pós-guerra e cresceu bebendo das influências internacionais que a crítica às cidades do Moderno originou nos anos 70. Com o PUC, aprovado em 1964, e com o início da edificação dos complexos habitacionais no início da década de 70, as propostas eram concretizadas tanto por arquitectos da nova geração que na altura dava os primeiros passos na habitação, e outros de uma geração anterior que foram a base da investigação no problema da habitação em Portugal, iniciada anteriormente ao Plano. Esta geração mais mais antiga tinha já tomado a sua posição crítica ao Modernismo no pós-guerra e nos anos que se seguiram. Acompanharam o nascimento das grandes experiências arquitectónicas da Mobilidade – como os Metabolistas, as cidades High Tech e Plug In City entre outras – e o crescimento das ideologias da Escola de Veneza e o início do movimento Pós-Moderno e da Cidade Colagem, como as grandes referências da arquitectura e da cidade contemporânea.

Para além desta base ideológica dos arquitectos do PUC, a questão dos desvios e do desfasamento do tempo na concretização das propostas do plano, que nunca se viu completo, foi crucial para a contemporaneidade de Chelas – este espaçamento acompanhou as teorias internacionais e a fixação das mesmas em Portugal, levando esta “ilha” em Lisboa a expandir-se lado a lado com as ideias do Pós-Moderno até aos nossos dias. A questão que se coloca como item central deste estudo remete-se na realidade para este enquadramento de Chelas no sentimento da crítica Moderna: estão a Cidade Colagem e os princípios da cidade pós-moderna presentes em Chelas, como metodologia arquitectónica e de produção de cidade por parte dos intervenientes do Plano, já em meados dos anos 60, embrionariamente à grande expansão internacional desta ideologia? Ou foi aquele território adoptando estes conceitos e, juntamente com o atraso da concretização do plano, gerou uma malha que na sua constituição global e actual pertence de facto a uma estrutura da “colagem” de Rowe e Koetter, como consequência da fragmentação dos espaços?

#### A CIDADE GLOBAL, O FRAGMENTO E A COLAGEM

O presente estudo da malha de Chelas, para o Plano de Urbanização pelo GTH, mostra que a estrutura pensada para o território seguia um sistema de Zonamentos, uma polarização dos vários núcleos habitacionais interligados por uma rede viária de distribuição, que intencionalmente pretendia ser o elo global entre as várias Zonas. Este sistema parte de um princípio organizativo baseado na fragmentação do território em zonas que se autonomizem, mas que na sua malha global compreendem uma colagem de pólos habitacionais com características diversas e premissas arquitectónicas aplicadas de modo diferente a cada intervenção. Este sistema é assumidamente colocado por Rowe e Koetter como ordem criadora da Cidade Colagem, uma cidade heterogénea, que permite várias valências e possibilidades que não pertenciam à cidade moderna e racional, aberta ainda à variedade de soluções propostas por cada interveniente da mesma, com o seu cunho pessoal.

Pode afirmar-se assim que em Chelas se reflectiram os princípios Neoliberalistas da Cidade Colagem, na produção de uma cidade fragmentada, em que cada intervenção reflectiu os interesses e as características do processo criativo do próprio autor, concentrados na resolução arquitectónica do edificado sem uma relação directa com o seu envolvente. O primeiro passo nesta libertação da arquitectura de todas as suas condicionantes, numa busca pela liberdade histórica e espacial da cidade, foi talvez o



fim da rua-corredor, tal como se verificou a sua ausência nas propostas do PUC. Como referiu Siegfried Giedion em *Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*, “The first necessity in the development of the future town: the abolition of the rue-corridor. There is no longer any place for the street with its traffic lane running between rows of houses; it cannot possibly be permitted to persist”.<sup>251</sup> O confronto próximo entre as habitações e a rua, como a cidade tradicional promovia, já não fazia sentido – associar comércio com habitação e tráfego rodoviário num mesmo espaço, sem permitir que cada um tenha o seu sentido unitário funcional, já não era modo de fazer cidade. No entanto, “an important consequence of this modernist scheme of things was that the architects of individual buildings were liberated from obligation to anything but the building they were designing”.<sup>252</sup>

De facto, a arquitectura moderna permitiu que o arquitecto, numa altura em que a sua carreira e sobrevivência no meio dependia da sua originalidade, e da produção contínua de novas formas, pudesse usufruir dessa liberdade que tanto necessita. Mas esta abertura condicionou a construção das cidades, constituídas por mega-objects que não se relacionavam com a rua, com o espaço público e nem com os outros volumes que os envolviam – “The argument of collage city is about what modernist town planning did to cities, how and why the spaces of the postwar city are deficient, what ugliness and incoherence actually consists of, and how one makes a map of them. (...) Collage city did not provide all the answers (...) it provided the structure of an argument upon which to graft everything else we learned about public policy”.<sup>253</sup>

Em Chelas, a liberdade dada a cada encomenda pela equipa do GTH reflectiu a fuga aos cânones rígidos do Modernismo e do controlo do Estado, nas formas e conceitos arquitectónicos de uma “cidade política” – o resultado criou um contínuo experimental da arquitectura, uma soma de várias visões do mesmo problema, livres de imposições, negando a relação entre as mega-estruturas habitacionais e os espaços que as envolvia, em prol do sonho do arquitecto na materialização unicamente do objecto. “A multiplicidade de actores intervenientes, com desejos e exigências não unificáveis (...), a quem a consciência pós-moderna veio dar voz e razão, é desde logo a expressão cultural e social do complexo universo de modelos que, nas suas diferentes lógicas e racionalidades tem conduzido, de forma mais ou menos pura ou já desvirtuada, as acções territoriais(...) É neste sentido que se refere a Collage City de Collin Rowe e Fred Koetter na sua visão precoce de entender a cidade como um sistema multi-escalar de fragmentos que combina e reúne diferentes versões ou entendimentos do facto urbano, e coleciona as múltiplas técnicas da sua recombinação”.<sup>254</sup>

“Assim, a evidência empírica de diferentes formas de tecidos e tipos de inserção territorial”<sup>255</sup> leva a concluir que em Chelas se enunciou e experienciou o que mais tarde se traduziria na base ideológica do pensamento Collage, assim como a grelha organizativa das cidades contemporâneas dos anos 80 e 90, fugindo a uma centralidade única cujo modelo já evidenciava falhas na cidade de Lisboa. Esta evidência torna-se ainda maior quando se extraem as reflexões sobre a cidade actual, de François Acher, para uma comparação ao Plano de Chelas, abordagens essas cujo alicerce é a negação de um único espaço central e radiocêntrico da cidade. Nas suas palavras, “a noção de polarização pode assim completar utilmente a de centralidade. Um dos desafios, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento durável, é o de polarizar tanto quanto possível as actividades urbanas e as deslocações”.<sup>256</sup> A concepção de Ascher

<sup>251</sup> GIEDION, Siegfried, “Time and Architecture: The Growth of a New Tradition”, 1967, p.832

<sup>252</sup> SOLOMON, Daniel, “Global City Blues”, 2003, p.90

<sup>253</sup> SOLOMON, Daniel, “Global City Blues”, 2003, p.88

<sup>254</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.85

<sup>255</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.103

<sup>256</sup> ASCHER, François, “Novos Principios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico” 2010, p.125





é no entanto, para Borja e Busquets, a origem da degradação das cidades actuais, o que leva à fragmentação do território, que ao contrário do que se enuncia, não se encontra globalizado pelos vários centros “autónomos mas globais”. “Estos procesos se multiplican en las periferias metropolitanas sin que existan los contrapoderes y contratendencias que hay en la ciudad compacta. Fragmentación física, atomización política, multiplicación de enclaves, efecto de escala contra la cohesión social y la sostenibilidad, guetos anónimos y anónimos, aumento del las desigualdades sociales, pobreza del paisaje urbano”.<sup>257</sup> Ao contrário de Rowe e Koetter, Ascher e Borja condenam a cidade actual pela sua abertura à transformação desmesurada e pelos guetos isolados que a caracterizam, que se foram segregando na expansão inicial dessas cidades.

“O optimismo liberal de Collin Rowe permite-lhe confiar ainda na eficácia da colagem, pois para ele um desmembramento fragmentário não entra em conflito com determinado tipo de estratégia mais abrangente que autoriza uma certa dose de controlo sobre a cidade e a sua arquitectura. (...) Mas a esperança da colagem, como técnica, se baseia unicamente numa composição gestaltista (...). A realidade actual é, de certa forma, muito mais reducionista porque é mais crítica”.<sup>258</sup> Na verdade, não se pode apenas referir que os princípios da polarização e da segmentação das Zonas habitacionais foram os únicos processos que levaram à Colagem de Chelas. A questão dos desvios do plano inicial, assim como o não cumprimento das suas linhas orientadoras e da variedade de soluções que em quatro décadas se experienciaram no terreno, foram talvez os pontos mais fortes na caracterização da malha que hoje se apresenta. A realidade é que o puzzle que se percebe da malha de Chelas, e que a condenou à heterogeneidade rejeitada e guetizada, não se deve apenas à divisão celular planeada em zonas habitacionais, mas também à condição do tempo que não permitiu a conclusão desta cidade numa cidade Global. Chelas entende-se e acentua-se como Cidade Colagem também pelas consequências que o território sofreu dos vários processos, fazendo dela a actual rota manta de retalhos.

Qual das duas condições mais pesa na configuração da morfologia de Chelas? A resposta pode ser ambígua, na medida em que se poderia afirmar claramente que a condição temporal desempenhou um papel mais significativo na frágil fragmentação da malha. Mas um Plano cuja configuração não estabelecesse previamente a polarização desmesurada de uma colagem de Zonas autónomas (quer espacial quer arquitectonicamente) e elementos urbanos soltos, resultaria certamente numa integração global. Pelo menos entre a habitação e a população, assim como entre o território e a sua espacialidade, negando a segregação social e uma possível orientação para a cidade pós-moderna como hoje se apresenta. Assim, embora a concepção do tempo como influência directa seja totalmente perceptível, pode afirmar-se que tivesse o plano sido elaborado segundo uma estratégia que melhor assegurasse a globalização das Zonas de Chelas, o desfasamento de tempo entre a concretização das várias fases não levaria à segregação espacial de que hoje é matriz, seria do mesmo modo uma imagem pré-definida da Cidade Colagem. A cidade fragmentária, contemporânea e de múltiplas referências pessoais de Rowe, Koetter e Ascher, foi rudimentarmente enunciada em Chelas, só mais tarde desenvolvida por estas mesmas figuras em outras cidades internacionais, mas testada já nos anos 70 neste território de Lisboa.

<sup>257</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad es la calle. Espacio público y centros históricos como test de la ciudad democrática”, artigo do seminário Centro Histórico de la Ciudad de México, 2009

<sup>258</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, citado por NESBIT, Kate, “Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995”, 1996, p.260



## O VAZIO, O ESPAÇO PÚBLICO E A LIBERDADE

“Non-place ‘is a space devoid of the symbolic expressions of identity, relations and history: examples include airports, motorways, anonymous hotel rooms, public transport... Never before in the history of the world have non-places occupied so much space.’”<sup>259</sup>

Na investigação acerca do espaço exterior colectivo de Chelas recolhem-se duas tipologias fundamentais do espaço público caracterizado na malha: a grande mancha verde que é composta pelos Parques, planeados como estrutura e corredor verde de desafogamento às habitações; e o espaço público adjacente ao edificado habitacional, que na sua maioria se entende como espaço de acessibilidade às residências. A par destas linhas, os únicos que se podem considerar como grandes propulsores do lugar colectivo de troca de experiências sociais são as praças ou outras configurações planeadas por cada autor nas propostas dos conjuntos habitacionais, desde a praça do Pantera Cor-de-Rosa, às grandes ruas da Zona M e aos pequenos lugares de encontro na Zona I. De facto, o espaço público em Chelas, embora impulsionador do regresso ao espaço da rua e do peão, foi na realidade um esforço associado apenas à provisão da habitação, pensando no movimento do cidadão em relação ao seu espaço habitacional. Os espaços de transição entre o edificado (os fogos) e o espaço exterior também foram conotados em Chelas como pertencentes a uma categoria de espaço público, um espaço que permitia a continuidade do espaço colectivo até à habitação, dinamizando essa relação com os espaços exteriores de encontro e reunião.

O espaço público foi assim distribuído de acordo com o que cada autor considerava serem as melhores condições para a espacialidade colectiva de cada estrutura de habitação, não havendo na malha grandes intencionalidades de implantação de espaço qualificado comum de dimensões próprias, para a interligação entre todas as zonas do Plano. “As políticas urbanas de intervenção têm supra influência nestas mudanças estruturais da dimensão social do espaço público, pois para além de fomentarem a proliferação destes espaços, reduzem a qualificação dos espaços públicos a meros sobejos da urbanização, ou então actuam vinculados a um ‘Zonamento’ de intervenção estratégico”.<sup>260</sup> A “cidade espaço público” de Borja não é em Chelas conceito base do desenho urbano, e isto deve-se a razões várias que se prendem com a realidade em que o Plano se inseriu: atribuir com máxima urgência um elevado número de fogos a um largo número de cidadãos, que se encontravam em condições deploráveis<sup>261</sup>; o interregno que se fez sentir entre os anos 60 e 80 na crença do espaço público como solução do desenho urbano da cidade, estigma que se estendia da cidade moderna.

Contudo, pode afirmar-se que foi a sensibilidade dos arquitectos intervenientes que procurou no espaço público a intencionalidade de uma nova concepção dos lugares colectivos em cada Zona – os conceitos de “bairro” e “rua” revitalizados neste Plano não são nada mais que uma procura pela formulação de lugares comuns, cujas interacções sociais ocorridas nesses espaços sejam o mote para a criação de vizinhanças e cooperação que se objectivava em Chelas. “En la ciudad lo primero son las calles y plazas, los espacios colectivos, luego vendrán los edificios y las vías. El espacio público define la calidad de la ciudad, porque indica la calidad de vida de la gente y la cualidad de la ciudadanía de sus habitantes”.<sup>262</sup> Assim, não estando o Plano em si sob a alçada da “cidade de Borja”, é certo

<sup>259</sup> BENKO, Georges, citado em BAUMAN, Zygmunt, *Liquid Modernity*, 2000, p.102

<sup>260</sup> NARCISO, Carla, “Espaço Público: acção política e práticas de apropriação”, artigo da revista online “Estudos e Pesquisas em Psicologia”, nº 2 volume 9, 2005

<sup>261</sup> O Plano baseou-se num pedido por parte do Estado, as suas intenções seriam as de servir um realojamento maciço e não oferecer espaços lúdicos ou de lazer.

<sup>262</sup> BORJA, Jordi, “La ciudad del deseo”, citado em CARRIÓN, Fernando, “La ciudad Construida: Urbanismo en América Latina”, 2010





fig. 137 | Parque verde da Bela Vista  
fonte: Google Maps



fig. 138 | Praças e espaço público nas zonas M e N2, respectivamente Bairro do Armador e Bairro da Flamenga  
fonte: Google Maps

dizer que mais uma vez os arquitectos do Plano foram absorvendo o arranque da crítica internacional e eles próprios procuraram criar uma cidade aberta ao público e ao espaço do encontro, embora numa menor escala do que a desenvolvida por Borja para as cidades contemporâneas. São os arquitectos a base vanguardista do Plano e são deles as referências à contemporaneidade de Borja e de Ascher.

Analisando a espacialidade de Chelas, no entanto, verifica-se que a premissa do “espaço público como cidade”, do referido autor, pode ir de encontro às intenções do corredor de Parques Verdes que foi construído neste território. Como local de encontro, de libertação das zonas densas de habitação, de presença comum entre os vários núcleos e de local de intermodalidade entre os vários meios de comunicação, profetizava-se como o elemento de globalização da malha, para além das redes de mobilidade<sup>263</sup>. “La dinámica propia de la ciudad y los comportamientos de sus gentes pueden crear espacios públicos que jurídicamente no lo son, o que no estaban previstos como tales, abiertos o cerrados, de paso o a los que hay que ir. Puede ser una fábrica o un depósito abandonados o un espacio intersticial entre edificaciones. Lo son casi siempre los accesos a estaciones y puntos intermodales de transporte y a veces reservas de suelo para una obra pública o de protección ecológica. En todos estos casos lo que define la naturaleza del espacio público es el uso y no el estatuto jurídico”.<sup>264</sup>

Entende-se então que no campo conceptual do Plano, o espaço público esteve subentendido no espaço verde como mancha estruturadora do território e da “nova cidade”, à semelhança das cidades contemporâneas da década de 80, mesmo que este sistema não tenha cumprido as suas intenções. A questão do desfasamento de décadas nas fases do plano deixou esta função por concretizar, construindo-se primeiramente as zonas habitacionais e só mais tarde o núcleo central e os Parques verdes. Esta conjuntura não suscitou, nestes locais, os valores de actividade pública e social que se objectivavam, sendo hoje em dia usufruída unicamente pelos cidadãos das áreas adjacente. Esta condição espacial urbana, no entanto, não é a única culpada pela guetização de Chelas: os vazios urbanos são a maior referência deste território, os espaços sobrantes, expectantes, periféricos e negados na concepção do plano.

Não só os que resultaram da lenta progressão construtiva e das fases que ficaram por concluir, mas também pelos espaços inicialmente estabelecidos pelo GTH como espaços de ausência e de vazio. O planeamento de Chelas não justificou a maioria das áreas que não foram contempladas nas urbanizações do Plano, apenas o fez em relação às que pertenciam a processos de expropriação ou por serem ocupadas por barracas de génese ilegal que só mais tarde foram abandonadas. Este síndrome acarretou também consequências no campo do espaço público, visto que os espaços vazios se tornaram baldios quando poderiam ser espaços de convivência e conexão entre as várias Zonas e entre a população. Mesmo os espaços residuais carenciaram de uma correcta qualificação, destruindo qualquer intenção remota por parte das equipas de planeamento de ocupação futura por actividades colectivas nesses “terrenos vagos”<sup>265</sup>. “Esta ausencia de limite, este sentimiento casi oceánico (...) contiene expectativas de movilidad, vagabundeo. (...) La presencia del poder invita a escapar de su presencia totalizadora, el confort sedentário llama al nomadismo desprotegido; el orden urbano llama a la indefinición del terrain vague. Se convierten de este modo en indicios territoriales de los problemas estéticos y éticos que plantean, envuelven, la problemática de la vida social contemporánea”.<sup>266</sup>

<sup>263</sup> O termo espaço público aparece pela primeira vez como conceito num documento de 1977 (segundo François Ascher) de uma intervenção pública que agrupava no mesmo campo os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças – o espaço público é considerado o espaço que os cidadãos entendem como local de experiências sociais, de posse colectiva.

<sup>264</sup> BORJA, Jordi, “Ciudadanía y espacio público”, artigo para “La Ciudad Viva”, disponível em <http://www.laciudadviva.org/>, 1998

<sup>265</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, “Terrain Vague”, in “Territórios”, 2010

<sup>266</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, “Terrain Vague”, in “Territórios”, 2010





fig. 139 | O espaço vazio residual de Chelas  
fonte: Google Maps

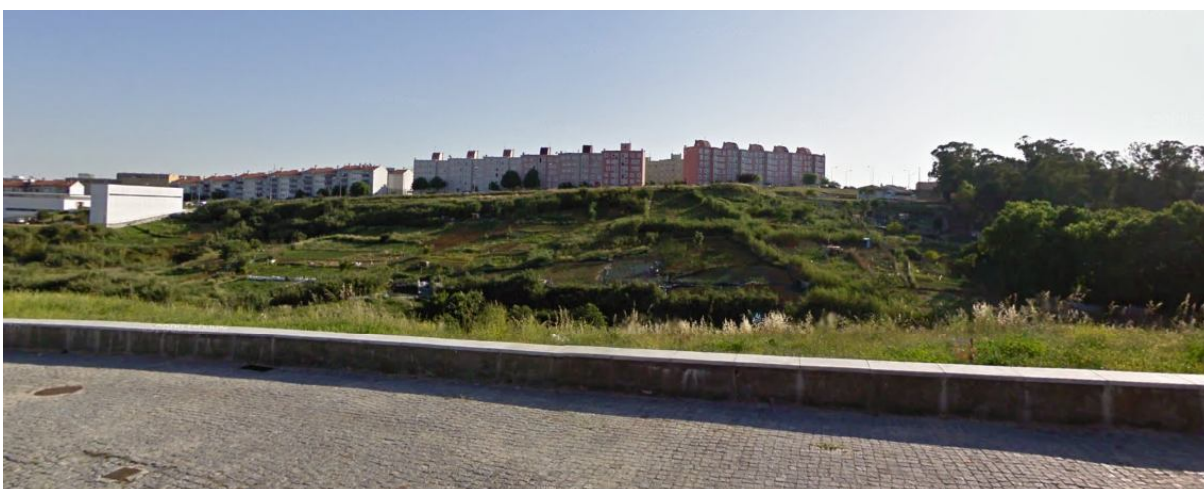


fig. 140 | O espaço vazio envolvente e não qualificado de Chelas  
fonte: Google Maps



fig. 141 | O espaço vazio envolvente aos edifícios de habitação, que carecem de espaços de lazer  
fonte: Google Maps

O vazio urbano é assim a grande condição do espaço de Chelas, e reflecte em grande parte a segregação social e o seu isolamento na AML, assim como a degradação interna. Esta conjuntura, comum nas cidades contemporâneas, está presente na leitura de Solà-Morales que a encara não só como um acto de destruição das cidades mas ao mesmo tempo como um conjunto de espaços hipoteticamente potenciais, espaços necessários à vida urbana na libertação que fazem do espaço denso edificado. A colagem de vazios exprime lugares mais de oportunidades do que formas, independentemente de terem sido espaços residuais pré-concebidos para a ausência dessa forma ou que tenham sido dela consequência. O vazio urbano de Chelas é seguramente o resultado de um incompleto planeamento espacial da malha, que deixou inúmeros baldios e zonas de quebra na continuidade, associado a uma desfasada e incompleta ocupação do território.

Assim, conclui-se que embora a gravidade da segmentação e segregação que contaminam Chelas tenham sido provocadas pelo tempo, o plano em si prenunciava já uma intenção de vazio urbano quer de exclusão quer de liberdade para possibilidades futuras. “O pensar isolado de tipologias mono-funcionais típico de um certo funcionalismo manualístico, não tem em conta o processo de obsolescência (portanto a dificuldade de reconversão de edifícios-ilha-monofuncionais) mas, mais grave ainda, não pensa na vida dos conjuntos ao longo de todo o dia (...), não pensa numa outra tipologia arquitectónica que as une: o espaço urbano exterior que os homens circulam para resolver o seu dia-a-dia já difícil, se encontrarem e mesmo se acotovelarem. De facto, o espaço é um vazio para o resto banalizado da herança funcionalista (...)”.<sup>267</sup>

É inegável, no entanto, a possível “riqueza” destes espaços que Solà-Morales já enuncia – o sentido de periferia revela-se importante nesta questão do vazio urbano expectante pela sua dimensão e localização. O facto de Chelas ter sido um laboratório fundamental na questão da habitação e do urbanismo de Lisboa tornava as possibilidades dos vazios urbanos infinitas, cada espaço era lugar de experiência e digno de todas as verdades. “Afinal, foi com a construção da periferia que, nos últimos 60 anos, se testaram e aferiram políticas públicas, se acolheram e conformaram leis e princípios reguladores, se assistiu ao próprio esvaziamento das normas, à sua transgressão e violação. Foi com a construção da periferia que, nos últimos 60 anos, se puseram em prática modelos de espaço e de uso para a cidade moderna, se exploraram e transfiguraram os argumentos e padrões urbanísticos da modernidade, e se combinaram, na arena urbana da cidade alargada, modelos, formas e imagens, que, no conjunto foram progressivamente conquistando novos cambiantes para o espaço da modernidade”.<sup>268</sup>

<sup>267</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura,” 2007, p.129-130

<sup>268</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.470



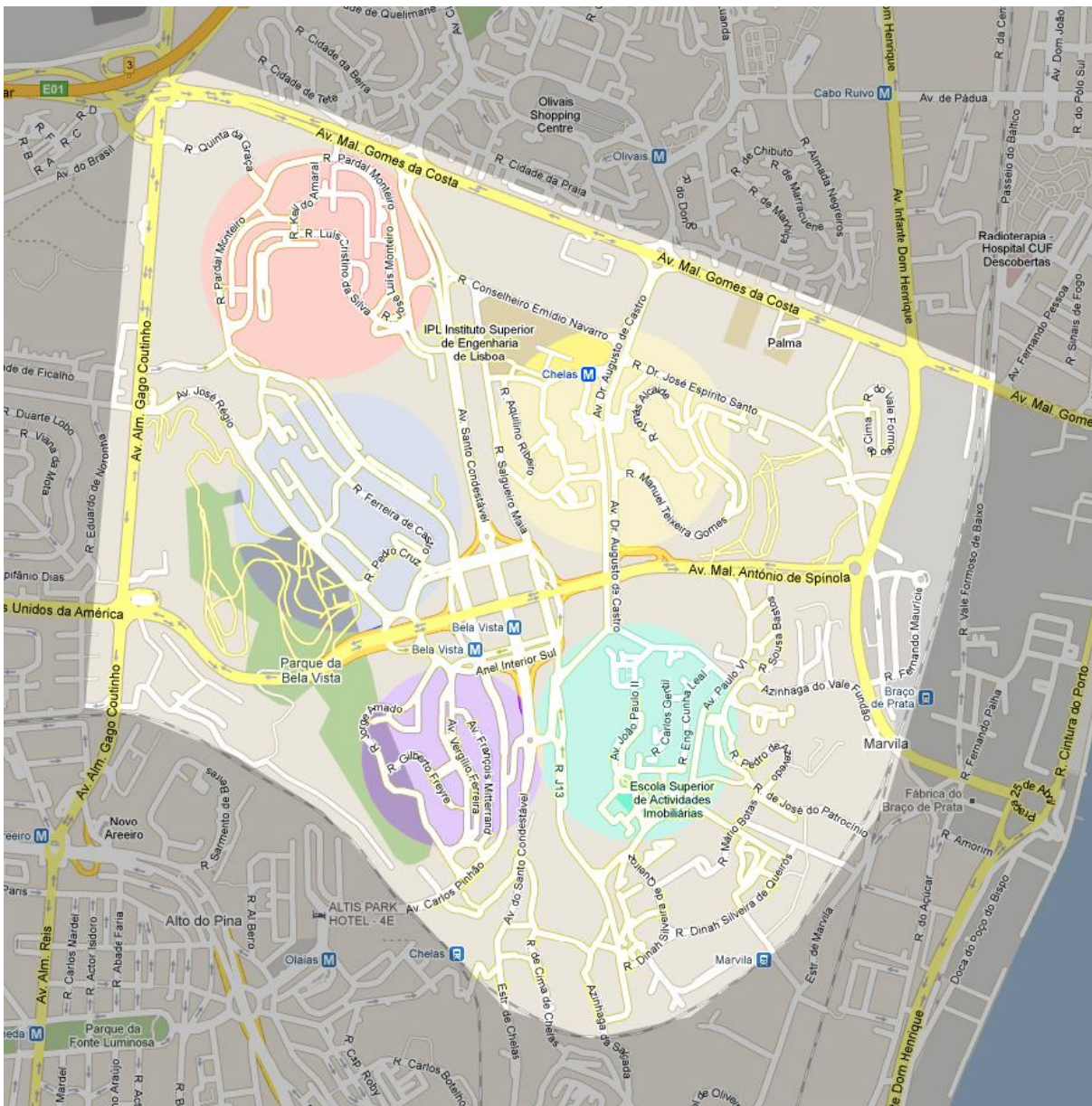


fig. 142 | Esquema da rede de mobilidade rodoviária: as grandes vias e as ramificações locais distribuídas pelas 5 zonas habitacionais marcadas (apenas as vias locais chegam às habitações, os volumes de grande comunicação passam ao lado do sistema habitacional, não distribuindo o principal movimento pelas zonas segregadas.)  
 fonte: Google Maps

## AS REDES DE MOBILIDADE E DE COMUNICAÇÃO DA SOCIEDADE

Como referido sobre a estrutura urbana de Chelas, as duas vias internas, os “grandes eixos de vida intensa” gerados no desenho urbano, foram o sistema de estruturação e distribuição da malha. Para além de englobarem um sistema viário de distribuição geral, gerariam também um grande centro de actividades comerciais, lúdicas e de serviços ao longo das mesmas, que juntamente com o grande núcleo central de Chelas, Zona 0, serviriam o território na sua globalidade. Esta rede de comunicações, quer viárias quer de interesses, que se estimulou em Chelas, é a política urbana das grandes cidades contemporâneas que fizeram Ascher, Borja e Busquets formularem conceitos do urbanismo actual. De facto, a expansão da cidade de Lisboa cresceu no sentido das grandes infra-estruturas viárias, que acompanharam esse desenvolvimento e transformaram a cidade em pequenas metápoles<sup>269</sup> – “Como muitas outras regiões metropolitanas, o território da área metropolitana de Lisboa afirma-se como lugar de combinação paratáctica (combinação ou arranjo lado a lado sem existirem conjunções de interligação, tendo por base débeis ligações) de diferentes tipos de assentamentos e padrões urbanos”.<sup>270</sup>

A rede de mobilidade em Chelas pretendia ser o grande meio de comunicação entre os vários pólos do seu território, seguindo a modalidade do sistema BIP de Ascher: encurtar a distância entre os bairros e a população ao fornecer transporte, bens e informação ao cidadão que se encontra em movimento. A população realojada trabalhava na sua maioria fora, deslocando-se a tempo inteiro por todo o território e passando de uma aglomeração a outra em velocidades múltiplas. Aliados às actividades do núcleo central de serviços da malha, os instrumentos de diversificação e interacção social estavam desde o início integrados numa corrente de globalização de fragmentos físicos e culturais, diminuídos unicamente em termos espaciais e sociais pelo dinamismo da mobilidade urbana. No entanto, este sistema BIP falha quando o efeito “túnel”<sup>271</sup> se mantém activo, quer na sua morfologia actuante na cidade tradicional, quer pelos novos conceitos de efeito de “túnel” que as cidades actuais conceberam – “Relaciona-se, sobretudo, com as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias de mobilidade (...). Graças às novas formas de cidade, mas também às novas formas de vida, o espaço já não é contínuo mas descontínuo, ou pelo menos, a forma de o viver e perceber. A orientação no espaço urbano faz-se menos em função das distâncias (...) e mais subordinada ao tempo e às condições específicas de acesso”.<sup>272</sup>

As ligações entre as células da cidade é actualmente feita com recursos a ligações retorcidas, que procuram ligar os vários pólos/fragmentos dispersos sem uma base controlada. O sistema BIP não consegue quebrar essas barreiras e fazer ligações directas entre as várias zonas habitacionais, não cumprindo a sua função de integrador da cidade. Chelas foi também laboratório deste modelo, mas o objectivo de transformar a descontinuidade urbana, que a fragmentação das zonas habitacionais, à partida, iria criar, numa configuração menos densa, não foi cumprido. A não integração global de Chelas, através das redes de mobilidade, fracturou o território – o sistema BIP é também ele fragmentado, necessitando da integração de vários meios de transporte, para favorecer tanto o percurso interno como as ligações ao exterior da malha. A rede de mobilidade foi também fraccionada, é também uma colagem.

<sup>269</sup> Terminologia de François Ascher para as pequenas bolsas de território de vida activa da cidade.

<sup>270</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.101

<sup>271</sup> ASCHER, François, “Metapolis – Acerca do futuro da cidade”, 1998

<sup>272</sup> CORTEZ, Vasco Guimarães, “Estrada Mercado e Edifício Montra, no concelho de Paços de Ferreira”, 2006, p.33



A autonomia destes grandes eixos de vida urbana, em relação ao território, foi que restou da intencionalidade deste sistema. Quando todos os interesses sociais e funcionais, juntamente com o atraso na concretização das grandes vias e pontos de distribuição, falham na actividade do cidadão, a população é condenada à segregação social e física, assim como ao isolamento das práticas colectivas dos grupos sociais a que pertence. “A quantidade de informação recebida, o aumento da mobilidade e a diversidade de contactos abertos aos indivíduos permitem-lhes não apenas desmultiplicar-se por diversos papéis e identidades, mas também pertencer a diversas redes (...) partilhada por diversos lugares afastados”.<sup>273</sup>

A sociedade hipertexto necessita de uma partilha de interesses e actividades em comum da população que a constitui, que amplia cada vez mais o seu campo social, em lugares onde essas dinâmicas possam crescer e expandir-se, em constante movimento e deslocação. Mas o Plano de Chelas não dotou o espaço destas referências e quebrou a continuidade que a hipertextualidade pressupõe, ao autonomizar cada Zona com a sua rede de distribuição local, directamente dependente das vias de longo alcance, apenas para o automóvel que passa a grande velocidade. Como refere Borja, é necessário retomar a mobilidade pedonal como meio de conexão entre locais e pessoas, numa procura pela colagem dos fragmentos urbanos do território que se encontram soltos.

Embora os atrasos na concretização da rede de mobilidade tenham surtido um efeito importante no isolamento das zonas habitacionais, este “modo de fazer cidade” dos autores pós-modernos referenciados é na realidade avançado antecipadamente em Chelas, como propósito transformador da cidade moderna pelos colaboradores do GTH. Iniciam em Portugal uma crítica à modelação das cidades do moderno que se desenvolvia precocemente na Europa, e que viria mais tarde, com o desenvolvimento estrutural e tecnológico, a expandir-se em mega-concepções utópicas de cidades, tomadas por auto-estradas e outros sistemas de comunicação.

Claro está que, embora a procura de múltiplas possibilidades culturais e individuais, para as populações alvo da cidade, seja com o objectivo, talvez por senso comum ou por desejo, de providenciar todos os meios para uma evolução pessoal, o autor tem que enquadrar as suas propostas à população em questão e às suas condições sociais. Os habitantes realojados em Chelas provinham de classes com menos conhecimentos e posses económicas, vivendo para o trabalho, e esta condicionante deveria ter sido fulcral na elaboração do plano, que esqueceu a realidade em que operava. Partindo do pressuposto de que os cidadãos usufruiriam da cidade do mesmo modo, com a mesma visão urbana, uma mega-arquitectura, montaram uma rede que para além de ter sido concretizada só depois da sociedade se ter expandido, não se adequou ao estilo de vida da população social de Chelas.

Apenas o sistema de mobilidade e comunicação, por si, como defende Jordi Borja, não sustenta nem soluciona uma cidade metropolizada, são necessários outros mecanismos accionados numa mesma frente para que esta rede de mobilidade seja acessível, não só a minorias mas que integre numa colagem contínua todos os fragmentos da cidade. “In the confrontation between the ‘space of flows’ and the ‘space of places’, none of the adversaries can claim priority and primordality and none can be dismissed as alien or contrived. (...) None of the two spaces can survive on its own. Both can live only in mutual embrace. ‘Space of flows’ needs its ostensible adversary - the ‘space of places’ - to cater for human needs it is incapable of meeting on its own. ‘Space of places’ needs its admitted adversary - the ‘space of flows’ - to pull, absorb and retain the continuous influx of human passions, its life juices”.<sup>274</sup>

<sup>273</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata, “Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado”, artigo para a Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, Rio de Janeiro, 1998

<sup>274</sup> BAUMAN, Zygmunt, “City Of Fears, City Of Hopes”, 2003, p.22





## A ARQUITECTURA E A TIPOLOGIA

O desenho e a forma urbana, autonomizada pela fragmentação dos espaços colados da Cidade, têm na arquitectura o seu ponto de partida. “A arquitectura é o primeiro traço da cidade, o seu facto permanente e universal. (...) A ‘arquitECTURA da cidade’ pode-se revelar pela individualidade de algumas construções, mais significativas ou mais notáveis. Edifícios ou lugares, que se distinguem por uma arquitectura própria, portanto por uma forma própria, a que Rossi chama ‘factos urbanos’”.<sup>275</sup> O desenho urbano é um factor de inegável importância na construção de uma cidade pela modulação que faz da sua morfologia: “O método de abordagem morfológica a que Solà-Morales denomina de processo, vem introduzir o tempo como uma variável fundamental na leitura e análise dos factos urbanos (...). O tipo de relação que estabelecem vai condicionar de uma forma lógica o tipo de crescimento operado e por conseguinte a forma resultante no que respeita a disposição dos elementos morfológicos base – o lote a rua e o edificado”.<sup>276</sup> É ainda parte essencial na orientação da sua sociedade: a cidade necessita de preencher todos os requisitos de quem a vive, o Homem, que revela variedade no que procura e nos seus gostos. É necessário que o aglomerado urbano possa responder a todas as vontades da população, oferecendo um rol de ambientes arquitectónicos que produza cidades diversificadas e permita a liberdade de escolha. A arquitectura tem, neste campo, a função primordial de dar forma a estes ambientes arquitectónicos, cuja relação desfasada, segundo Busquets, é o grande problema da cidade contemporânea.

A arquitectura de Chelas focou-se essencialmente na sua função no plano, a de atribuir habitação qualificada às classes mais baixas. No entanto, coube aos arquitectos dar forma ao desenho urbano, e a abertura do laboratório de Chelas veio possibilitar a materialização de mega-edifícios e blocos de habitação como tipologias de excelência, que marcassem o território em pontos de identificação chave das zonas da malha. Tal como na cidade pós-moderna, as mega-estruturas localizam-se como “ícones” no meio urbano, implantadas nos pontos topográficos mais altos, como a Pantera Cor-de-rosa ou outros edifícios em altura, marcando a paisagem urbana. São activados os lugares da habitação, numa mistura entre elementos arquitectónicos de excepção e outros respondendo ao perfil das necessidades dos cidadãos realojados, na procurado urbanismo cidadão de Jordi Borja: a cidade faz-se de pontos de excepção que se interligam e unificam uma malha global, cabendo-lhes a revigoração da cidade e das relações da sociedade.

A relação entre o espaço público exterior e o privado destas arquitecturas, e em particular no caso da habitação, deve ser feita, segundo Borja, com a criação de espaços de transição. Estes espaços singulares, que ajudam na qualidade do espaço dos fogos, fizeram assumidamente parte das tipologias e espacialidades testadas em Chelas. Esta diversidade de sistemas e tipologias abriu portas para uma nova cidade pós-moderna que se construiu de singularidades e pontos de excepção, podendo afirmar assim que foi no laboratório de Chelas que as equipas de planeamento prepararam e testaram pela primeira vez as influências internacionais, que só mais tarde, nas cidades Europeias, ganharam fôlego.

Este múltiplo campo das tipologias arquitectónicas de Chelas transforma este território numa cidade multidiversa, uma colagem de várias interpretações pessoais do que deve ser a arquitectura e a morfologia da “cidade” de Chelas. As influências orgânicas e contra-rationais, patentes nos edifícios de habitação, demonstram já as influências da crítica ao Moderno, quer pela sua organização espacial quer pelas tipologias, mas acima de tudo pela sua implantação e integração na morfologia urbana. O “Grupo

<sup>275</sup> CORREIA, Nuno, “A construção da Crítica: Solà-Morales e a fragilidade da arquitectura contemporânea..Para além das metanarrativas”. 2005, pp.43-44

<sup>276</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.45

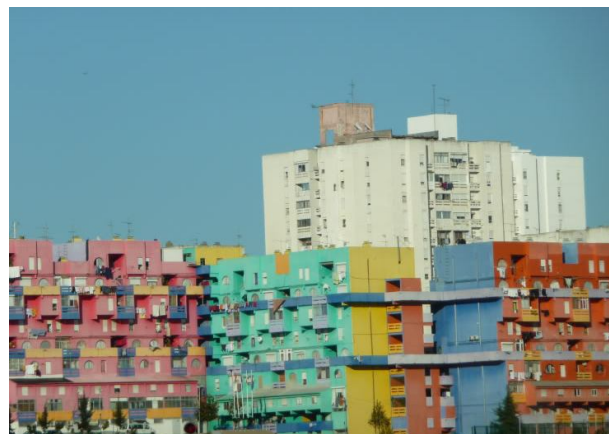


fig. 143 | Diferentes tipologias testadas, em confronto na malha de Chelas (em cima: Matriz H)  
fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=394f62e3a39eb75b055c8857a21b6f70&t=712360>

catalão Solà-Morales e Busquets – muito influenciado pelas escolas francesa (abordagem que procura abranger diferentes escalas de leitura da realidade urbana, da geografia do território à tipologia edificada, traduzindo a constituição elementar dos tecidos urbanos na imbricação e sobreposição de três conjuntos de elementos – vias, parcelas e construções) e italiana (entre a tipologia dos edifícios e a morfologia do tecido construído existia uma intrínseca relação cuja análise era fundamental para aclarar a estrutura dos factos urbanos – domínio da tipologia como processo analítico e criativo da gramática urbana)”<sup>277</sup>, foi também absorvente destas linguagens e implantou-as na cidade contemporânea.

É no entanto verdade que esta concretização em Chelas foi tudo menos completa e feliz, quer pelas consequências já analisadas do desvio temporal na construção das Zonas, quer pelos condicionalismos que impediram a arquitectura de sustentar a cidade. Esta fragmentação, territorial e arquitectónica, dos mega-edifícios que se localizaram soltos na malha, necessitavam da coordenação das outras redes, de mobilidade e da sociedade, para se formalizarem numa cidade Cidade Colagem, composta por metápoles identificáveis e funcionalidades múltiplas autónomas, interligadas entre si através de mecanismos físicos e sociais. Mas a ruptura entre a forma arquitectónica e o desenho urbano representaram realmente o problema da morfologia de Chelas, que Borja assumiu como urbanicida da cidade. “Um divórcio entre edifícios e formas urbanas, e entre formas urbanas e infra-estruturas que perturba a definição e sistematização de um sistema de espaços públicos colectivos, que interfere numa leitura de continuidade e integrada dos tecidos construídos e rejeita uma expressão inteligível da cidade agora alargada a um território-cidade”.<sup>278</sup>

A diversidade tipológica e arquitectónica de Chelas representaram de facto um significativo avanço na arquitectura portuguesa da Habitação, ao servir de campo de testes, mas foi esquecido o objectivo de partida em prol da liberdade pela mega-estrutura e pelo desejo. A arquitectura assegurou os serviços mínimos mas não foi dada a mesma importância às redes e sistemas de comunicação para as conectar (assim como ao espaço público), e a forma urbana sofreu assim da condenação a um vazio salpicado por zonas habitacionais mega-condensadas e segregadas, numa leitura inteligível. “Enquanto a noção de legibilidade parecia assegurar, a seu tempo, um patamar de conhecimento do objecto urbano bastante consistente face à reacção morfológica que, nos anos 60 e 70, confrontava o produto arquitectural da modernidade, a avalanche de dinâmicas, lógicas, processos e actores que hoje verificamos invadirem e emergirem no reino urbano, a multiplicação e pulverização de ideias, desejos, vontades e aspirações que qualificam a sociedade contemporânea e a cidade em geral, dão à plataforma da inteligibilidade, ou seja, à estrutura inteligível da forma urbana, uma importância e um papel acrescidos quando o que esta em causa é lê-la, compreende-la e nela saber intervir”.<sup>279</sup>

É passível, assim, de afirmar que a arquitectura e a forma de Chelas desenhavam já as linhas da cidade contemporânea internacional: as tipologias do Plano e a arquitectura, análoga às práticas italianas do pós-guerra, souberam usar essas influências num quadro a uma maior escala e atribuir-lhe um sentido inovador, liberto de cânones e projectando a cidade futura. “Considerando a inoperacionalidade da Utopia Total, comprovada no período moderno, propõe-se uma Utopia em Fragmentos. O Novo Sonho Utópico já não aspira à Bela Totalidade, mas a um fragmento dessa Totalidade composta por diversas formas de actuação na cidade. O lugar-tipologia é posto por uma metodologia que teve por base o recurso às formas utópicas de fazer cidade. Estas formas são aquelas que reconhecem a total liberdade criativa e a capacidade de sonhar com o impossível”.<sup>280</sup>

<sup>277</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 45

<sup>278</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 14

<sup>279</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p. 37

<sup>280</sup> FERREIRA, Catarina Teles, “Lisboa-Utopias na viragem do Milénio”, 1999





## COLLAGE IN WASTELAND: CHELAS, CIDADE COLAGEM

Entende-se Chelas como o espaço vazio e residual que hoje se nos apresenta, uma colagem de manchas negativas de ausência de forma e positivas de edificado. Wasteland. Uma combinação de diversos sistemas que abrangem um leque de resíduos, desde o espaço físico e segmentado propriamente dito, a exclusão do sistema social do cidadão, o resíduo do edificado arquitectónico da habitação que polvilha a panorâmica do cenário urbano. Mas o que é hoje residual em Chelas pode agora afirmar-se que foi outrora base dogmática de uma abertura embrionária à cidade pós-moderna – “Se a emancipação de uma sociedade plural, capitalista e democrática ditou a falência de projectos globais estruturantes, orientados por uma racionalidade dominante, tal facto não pode, contudo, levar a assumir que, ao patchwork de fragmentos heterogéneos resultantes de intervenções disparees corresponda uma ausência de referenciais normativos objectos de imolação”.<sup>281</sup>

A cidade que se espelha neste território nasce de um momento de liberdade arquitectónica, uma vontade de produzir um novo modo de fazer cidade, a uma escala significativamente marcante na paisagem da Metrópole de Lisboa, com base em referenciais novos e progressistas. A decomposição que se realizou do Plano e dos seus condicionantes, à luz das razões da cidade que se formou no Pós-Moderno, leva a afirmar que Chelas representou uma abertura antecipada às linhas teóricas da Cidade Colagem. Não que tenha influenciado de qualquer maneira a sua progressão como ideologia para Rowe e Koetter, mas reflectiu, já no planeamento urbano português, uma crítica ao Moderno, que apenas na década de 80 teve consagração como conceito internacional.

Procurou-se a criação de uma paisagem urbana com base na representação da habitação social, uma cidade global que se desdobrasse em várias centralidades em conexão entre si. Cinco zonas habitacionais que se estimulassem activas e autónomas, dependendo no entanto de realizações garantidas – um sistema de mobilidade e de uma rede de comunicações que servisse de espinha dorsal ao território, uma espacialidade que entre cheios e vazios urbanos modula a cidade, uma arquitectura de excepção que marcasse referências na malha –, que as enquadrasse numa colagem de fragmentos tanto territoriais como sociais. Mas a habitação social não poderia solucionar todos os problemas das comunidades realojadas, não se faz cidade apenas de habitação – é necessário integrá-la com espaços de funcionalidades múltiplas, que criem uma sociedade de vizinhança. “‘Community’ is these days the last relic of the old-time utopias of the good society; it stands for whatever has been left of the dreams of a better life shared with better neighbours all following better rules of cohabitation”.<sup>282</sup>

Chelas é Cidade Colagem. E é-o pela capacidade crítica dos actores do seu planeamento. Mas não o é apenas por isso: Chelas também é Cidade Colagem como consequência das acções resultantes do que se produziu até aos dias de hoje. O desfasamento do tempo foi condicionante activo na contemporaneidade de Chelas, a sua segregação territorial e segmentação social, de isolamento e falha nas realizações que garantissem o seu funcionamento, levou à criação de uma imagem que representa a cidade contemporânea da colagem. O vazio urbano resultante da segregação e da incompleta acção do Estado e da Economia, a ausência do desenho urbano, que em prol da liberdade da arquitectura e do sonho da mega-estrutura se descartou do espaço público e de conexão social, essencial no combate ao isolamento físico e da sociedade. Uma cidade contemporânea punida pelos seus actores – activos e

<sup>281</sup> CAVACO, Cristina, “Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa”, 2009, p.85

<sup>282</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Liquid Modernity”, 2000, p.92



passivos, arquitectos e cidadãos – que nos anos 60 e 70 não souberam prever o seu potencial, transformando-a actualmente numa cidade de colagem entre ilhas completamente desfasadas.

Este território engloba o favorável e o pérfido da Cidade Colagem. É-o talvez mais na sua origem do que na paisagem urbana em que se tornou, mas não se poderá nunca dissociar a conjuntura que a transformou no depósito residual que é hoje. Mas Chelas é ainda local de políticas urbanas activas: continua a precisar de novas políticas, novos agentes, novas propostas, novos desafios e novas colagens, ao contrário de experiências anteriores, como Alvalade e Olivais, que já encontraram o seu lugar e já fecharam os seus limites à intervenção, sendo capazes de se reciclarem autonomamente. Espalham-se Wastelands nas cidades actuais, e na cidade de Lisboa, nas quais se devem intervir com novas ideias, numa aprendizagem intensa por osmose – os autores exploram sem um fim em comum, com visões diferentes, mas com capacidade de as absorver numa totalidade, o que transforma o espaço numa colagem, resultante de uma elevada densidade de experiências.

A colagem não é mais, actualmente, pré-definida. Este tipo de colagem desapareceu: formula-se um novo momento na arquitectura, com novos agentes e mentalidades, uma nova força que se propõe a potenciar todos os elementos urbanos, e não apenas os vazios ou degradados – ao contrário das gerações anteriores de arquitectos, que não os encaram com a mesma abertura. O tempo transformou esta Colagem original de Chelas actual em algo negativo, mas abriu com ela, ao mesmo tempo, novos caminhos que a cidade densa e tradicional não permitiu – novas descobertas e experiências que potenciam novas colagens, e deixam ainda mais espaço de laboratório, na cidade. Não se fecha um ciclo: este encontra-se sempre aberto, reciclando uma nova arquitectura.



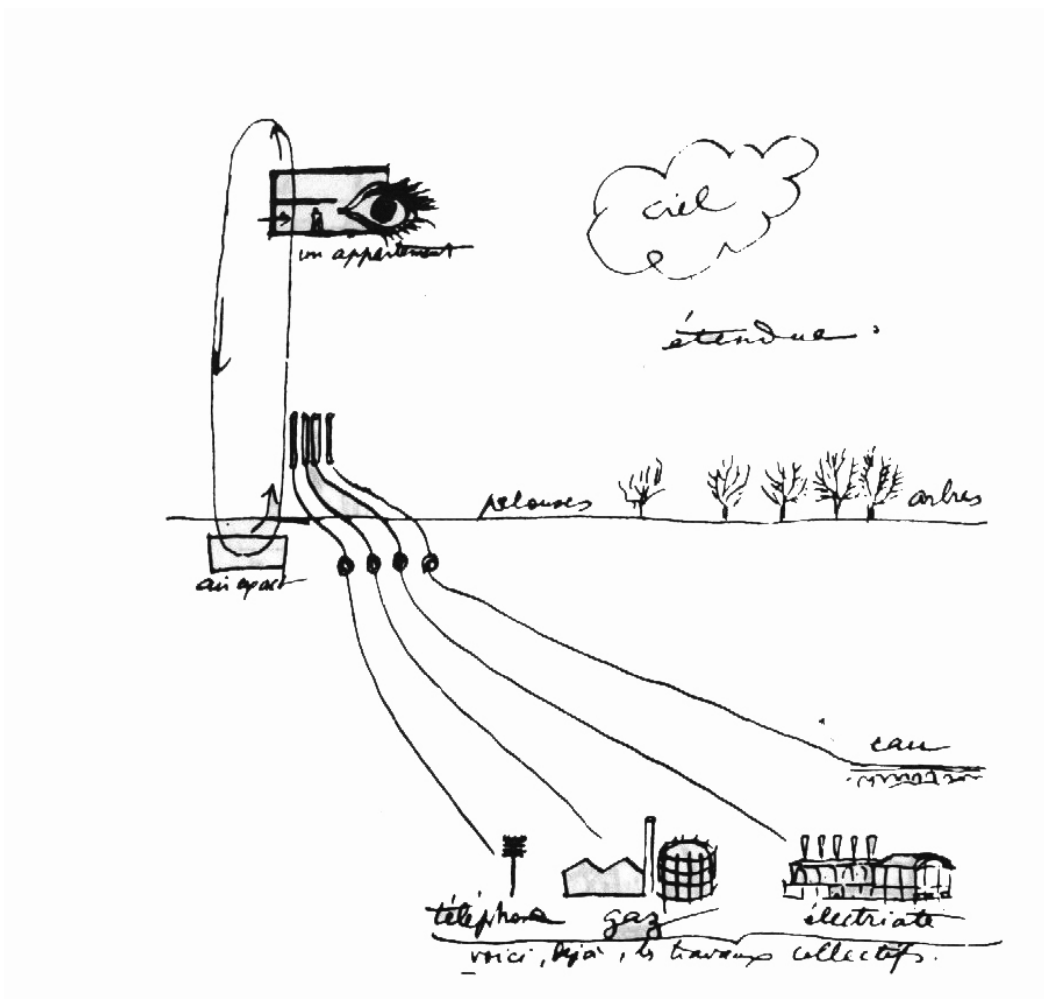


fig. 144 | O alojamento como elemento dominante na organização urbana: desenho de Le Corbusier  
fonte: BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo, "Projectar a Cidade Moderna", 1987

“Que fizeram estes architectos destas casas, eles que vagabundearam  
pelos muitos sentidos dos meses,  
dizendo: aqui fica uma casa, aqui outra, aqui outra,  
para que se faça uma ordem, uma duração,  
uma beleza contra a força divina?  
(...)  
na aprendizagem da paciência de vê-las erguer  
e morrer com um pouco, um pouco  
de beleza.”<sup>283</sup>

## A HABITAÇÃO COMO GERADORA DE CIDADE

CAPÍTULO IV

### 4.1. É CHELAS AINDA HOJE ESPAÇO DE LABORATÓRIO?

O planeamento urbano tem-se mostrado participativamente activo na transformação do território nacional actual. As cidades portuguesas encontram-se numa situação ambígua: algumas expandiram-se até aos seus limites espaciais e populacionais, atingindo níveis de extrema densidade; outras, pelo contrário, vão perdendo população residente, que vai abandonando os centros mais antigos e degradados, deixando espaços devolutos na cidade. O caso da cidade de Lisboa, pela sua morfologia, história e planeamento urbano, ao longo das últimas décadas, tem partilhado ambas as situações: os bairros históricos têm vindo a perder habitantes e sustentabilidade arquitectónica, mantendo no entanto as funções de lazer e cultura, ao inverso das periferias, que se têm expandido para os seus limites, absorvendo cada vez mais população, e funcionando como dormitórios e locais de trabalho.

A par destas evoluções, o planeamento urbano vem oferecendo algumas respostas na procura de combater a desertificação dos núcleos antigos, e de oferecer planos de requalificação de qualidade, que permitam o desenvolvimento corrompido das periferias. Os espaços a Oriente da cidade, assim como o território de Chelas, têm sido alvo destas suturas tanto por parte de investimentos privados como por parte do Estado, mas a sua cicatrização depende na totalidade do conceito de Reciclagem, que actualmente dá voz aos processos de reabilitação urbana. “(...) one may say that if the catchword of modern times was creation, the catchword of our times is recycling”.<sup>284</sup> Lidar com essa realidade é o que leva hoje à multiplicidade de conceitos e propostas para o espaço de Chelas. O território em análise e a sua configuração, quatro décadas depois de iniciado o Plano, revelam o potencial actual que esta micro-cidade de resíduos tem por explorar, quer na reabilitação dos bairros degradados, e na provisão de habitação social, quer na ocupação e reconfiguração dos espaços vazios e fragmentados. Pode dizer-se, na realidade, que Chelas é ainda hoje um

<sup>283</sup> HELDER, Herberto, “A Colher na Boca”, Lisboa, Ática, 1961. pp.13-15.

<sup>284</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Alone Again: Ethics After Certainty”, 1996, p.15



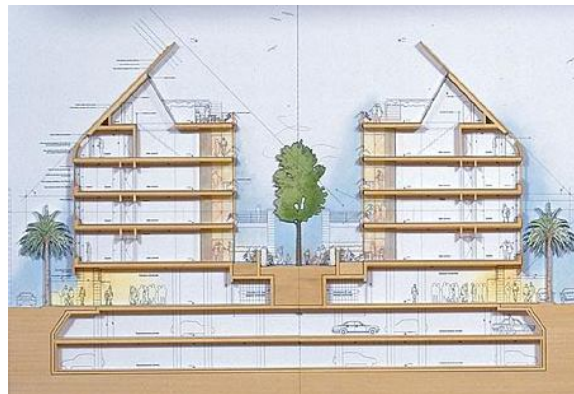
fig. 145 | Superfície comercial Feira Nova, na quadra central de Chelas  
fonte: Google Maps



fig. 146 | Renderização da proposta par o Hospital Oriental de Lisboa (Hospital de Todos os Santos)  
fonte: <http://www.arquitectura.pt/forum/f10/lisboa-hospital-de-santos-rrj-pinearq-eduardo-souto-de-moura-10129/>



fig. 147 | Proposta de Renzo Piano para o Braço de Prata, habitação e comércio  
fonte: <http://lisboasos.blogspot.com/2009/05/os-jardins-do-braco-de-prata-de-renzo.html>



laboratório aberto, tanto para a arquitectura – no equipamento público e na habitação – como no campo do urbanismo e da paisagem, um laboratório de experiências, que aguarda a reintegração urgente dos seus tecidos urbanos, no puzzle da cidade de Lisboa.

Para o cidadão que percorre o território, a fragmentação não é lida como um problema, pelo que as possibilidades de reintegração das pluralidades territoriais, e sociais, da cidade, têm passado por tentativas de reabilitação urbana através da coerência visual, que penetra no confronto entre o cidadão e a cidade. Gordon Cullen<sup>285</sup> foi uma das grandes figuras deste sistema, que procurava unificar a fragmentação adicionando-lhe valores de integração e expondo os centros de maior visibilidade. Assim, é construída uma sucessão de pontos-chave, que unificam o espaço – visão também reflectida na obra de Busquets, como meio de transformação e integração das reformulações arquitectónicas da cidade. Este conceito foi materializado na elaboração do PUC, na tentativa de localizar as mega-estruturas da habitação em “lugares” estratégicos, na morfologia do terreno, aproveitando a panorâmica da cidade e dos vales. Mas este modelo não se viu completo – é um processo dependente da concretização dos sistemas de interligação entre os vários ícones habitacionais em Chelas, que ficaram por cumprir. “O resultado prático desta articulação da cidade em partes identificáveis está em que, mas se cria um Aqui, temos logo que admitir um Além, e é justamente no tratamento e jogo destes dois conceitos espaciais que surge grande parte da expressividade urbana”.<sup>286</sup>

No entanto, estas manobras de ligação, e revitalização, dos fragmentos da cidade, actualmente, concretizam-se não só pela visibilidade urbana, e criação de “lugares”, mas também pela criação de corredores verdes, ou sucessões de acontecimentos – culturais, arquitectónicos ou de qualquer outro nível –, que estruturam um percurso revitalizador, contribuindo para o fim do efeito túnel das cidades tradicionais. “Talvez a continuidade deverá ser de outro tipo, uma continuidade descontínua; uma continuidade feita de elementos virtuais ou simbólicos, com as suas conexões de efeito túnel, em que por momentos se deixe de perceber o elemento de continuidade e se encontre de novo noutra ponto mais longínquo. No tempo de Cerdà ainda era possível fazer coincidir a continuidade com a similitude dos elementos físicos (rua, quarteirão, jardim). No nosso tempo, o ensanche fragmenta-se na ‘megalópolis’ e só será reconhecível como continuidade se mantém características do anterior mas não necessariamente miméticas”.<sup>287</sup>

Várias propostas tentaram desfazer esta segregação em Chelas, através da criação de pontos-chave, com a introdução de equipamentos pontuais de carácter público, tanto de comércio como de serviços – como o caso do Centro Comercial de Chelas, a construção finalmente da peça central do Plano no final dos anos 90 já inaugurada em 2000 (os equipamentos comerciais e de serviços previstos da Zona O) e outros. No entanto, muitas foram também as propostas que não foram sequer materializadas, por razões de investimento ou de apoio do Estado, como a transferência de local do IPO de Lisboa para uma zona de 12,5 hectares do território de Chelas/Marvila, que já em fase de negociações, foi repensada e cancelada. O Plano de Pormenor para o Parque Hospitalar Oriental é, no entanto, o maior factor decisivo dos próximos anos para a transformação do território fragmentado, estando ainda previstas as construções de Arquivos Municipais, uma Biblioteca Municipal Central, um mercado e novas escolas. A proposta de Renzo Piano para a zona de Braço de Prata, numa zona residual industrial Ribeirinha em Marvila, a Nascente de Chelas e anexa ao seu limite da linha de Caminho de ferro, também objectiva a revitalização futura desta área. Pressupondo a ligação urgente e necessária entre o Parque das Nações, Chelas, Olivais e o centro de Marvila, pretende a integração global de toda a zona Oriental

<sup>285</sup> Thomas Gordon Cullen, arquitecto inglês, influente na sua visão do desenho urbano e da paisagem, desde o pós-guerra até ao final do séc. XX, de quem se extrai o termo Townscape.

<sup>286</sup> CULLEN, Gordon, “Paisagem urbana”, 2006, p.184

<sup>287</sup> PORTAS, Nuno, citado por CORTEZ, Vasco Guimarães, “Estrada Mercado e Edifício Montra, no concelho de Paços de Ferreira”, 2006





fig. 148 | Demolição de edifícios devolutos na Zona J, 2009  
 fonte: [http://naohaquemnosdefenda.blogspot.com/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://naohaquemnosdefenda.blogspot.com/2010_07_01_archive.html)

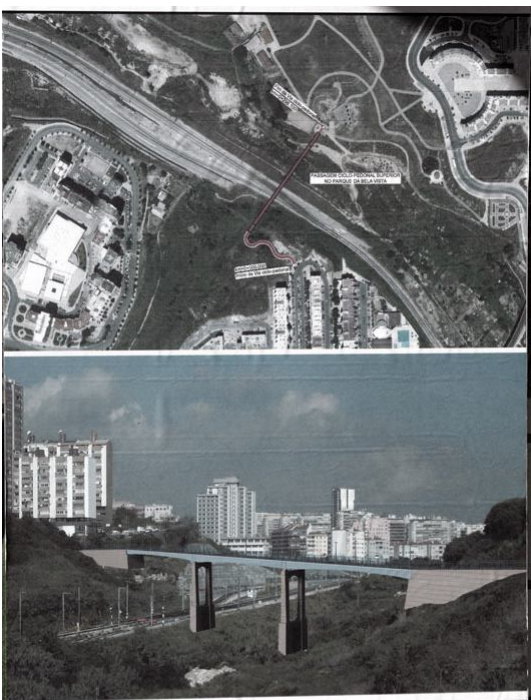


fig. 149 | Ciclovia/Ligação pedonal a Chelas precedente de Monsanto  
 fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=6&idt=734>

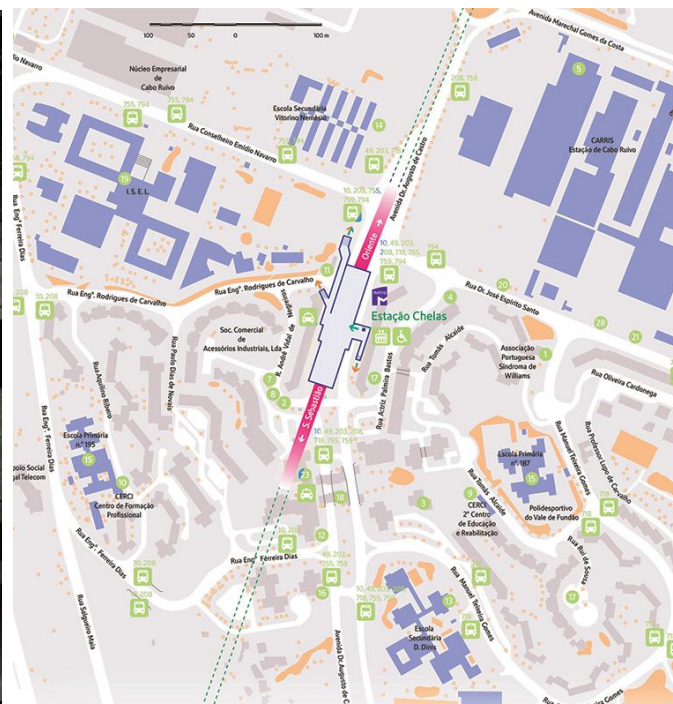


fig. 150 | Local de Estação de Metro em Chelas, Bairro das Amendoeiras, Zona I  
 fonte: <http://www.metrolisboa.pt/>

de Lisboa, mas o processo encontra-se parado, desde a sua elaboração em 2000. Envolto em polémica pela atitude de negação à reabilitação urbana e social necessária da área, a proposta promove habitação de luxo e com ela apenas uma gentrificação do território e não uma solução às carências da população da zona.

É ainda de referir a importância da realização do Parque Oriental da Cidade como corredor verde reestruturante, composto pelo Parque da Bela Vista, Parque do Fundão e pelo Parque da Via Central de Chelas. A sua força impulsionadora tem fornecido nos últimos anos novo fôlego para que a morte de Chelas não se concretize, funcionando como pulmão da malha, embora não utilizado com frequência pelos moradores ou visitantes exteriores. Para esta zona, estão previstas uma ponte pedonal e ciclovias, no parque do Vale Fundão, assim como a sua integração num corredor verde que ligará Marvila a Monsanto, conectando a malha da cidade através dos espaços públicos.

Também a linha vermelha de Metro, com passagem na área central (zona O) de Chelas, trouxe benefícios à zona oriental da Cidade de Lisboa, mas a sua localização no núcleo central da malha de Chelas não é a mais vantajosa para a população residente, é apenas proveitosa economicamente para o Estado, assim como para a promoção imobiliária. Os bairros de Chelas não demonstram qualquer ligação ou integração com o núcleo central, é um local de passagem do automóvel e de serviços comerciais para a população exterior, que passa assim “ao lado” das zonas mais degradadas. Com estas operações, o sector de intervenção e planeamento do Estado “finge” ser pró-activo na reabilitação este território, pontuando-o esporadicamente com novas esperanças, que demonstrem uma suposta motivação na reabilitação de Chelas. A terceira travessia do Tejo e o TGV têm sido também projectos bastante discutidos no seio das intervenções políticas, defendendo que as novas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias irão reflectir-se futuramente numa melhoria dos transportes que servem a zona de Chelas e Marvila.

É condenável a falta de investimento no potencial deste território, ainda mais numa altura em que a destruição e o obsoleto tomam conta dos bairros de habitação, que na década de 70 se exaltavam como mega-edifícios. O espaço vazio, deixado da ordem natural da construção do território, revela que a fragmentação pode não ser pejorativa na revitalização da cidade: a dimensão dos seus espaços vazios abre zonas de possibilidade, que fazem de Chelas um lugar potencial, como nenhum outro de Lisboa, com maior abertura à construção do futuro. Activar os vazios, intensificando os seus usos, oferece, ao residual, oportunidades futuras de criação – activar os fluxos com base nas diferenças é um dos caminhos na reintegração de Chelas na cidade.

No entanto, “na construção dita social? Não se vêem alterações qualitativas em relação às orientações e concepções adoptadas na economia de mercado. Salvo alguma excepção – e o plano para extensão de Chelas poderia ter sido uma – não é ocasião para uma nova urbanidade; trata-se apenas de fornecer o maior número de casas mais baratas onde for possível (...). Desenvolvimento humano integrado, de um lado, e arquitectura, criação de formas significativas da vida colectiva, por outro, escapam ao planeamento ‘urbanístico’.”<sup>288</sup> Mas Chelas não significou apenas uma nota negativa: abriu mentalidades à arquitectura da época, e possibilitou novas propostas em expansões periféricas posteriores; soube articular um novo sistema de grandes vias rodoviárias no terreno com a restante malha; e eliminou o crescimento desenfreado de construção ilegal de habitação, que tomava proporções desmesuradas, evitando o que poderia ter sido a desmaterialização da expansão periurbana de Lisboa. A observação que é pertinente de se fazer é, no entanto insólita: ainda não foi o plano “concluído” e já se iniciaram demolições a complexos de habitação na Zona J, Bairro do Condado, em Setembro de 2009.

<sup>288</sup> PORTAS, Nuno, “A cidade como arquitectura”, 2007, p.76



#### 4.2. É A HABITAÇÃO (SOCIAL) AINDA OBJECTO DE ESTUDO NA PRODUÇÃO DE CIDADE?

“Tens um mapa habitado que é a tua casa da tua casa para dentro. E tens um mapa desabitado, com riscos, cores e superfícies; e essa é a tua casa para fora, é a cidade...”<sup>289</sup>

A zona Oriental de Lisboa reúne todas as condições para se tornar numa nova centralidade, com uma identidade própria, necessitando de uma costura entre todos os contextos urbanos e arquitectónicos que Chelas soube oferecer. Apesar da sua vertente urbanista de produção de cidade, o ponto fulcral de Chelas sempre foi a habitação social e o realojamento da população. “Pelo facto de uma obra estar inserida no tema ‘cidade’, onde se interpretam as formas do projecto, quanto ao espaço público e ao conjunto arquitectónico edificado, não deixa de ser integrável nas leituras dos restantes temas que se referem à proposta da habitação”.<sup>290</sup>

É pertinente encerrar esta investigação trazendo à tona a quota-parte do que de facto se produziu em Chelas com qualidade: a habitação e a arquitectura de novas tipologias contemporaneas. À luz da investigação arquitectónica, a questão que se coloca é fulcral na crise que a arquitectura atravessa: é a habitação (e a social) ainda hoje objecto de estudo e de experimentação? A resposta parece positiva, na medida em que os arquitectos continuam a explorar as possibilidades criativas das tipologias de habitação, mas em “laboratórios” a uma escala privada menor, e não a uma escala pública de dimensões igualáveis a Chelas. É neste campo que se entende o potencial do laboratório que foi criado – o potencial das tipologias de Chelas na resolução dos problemas da habitação actual vai para além da qualidade do espaço. As tipologias herdadas podem ser métodos (re)aplicáveis na habitação (social) actual, e o sentido de vizinhança que se facilitou parece talvez resolver a individualidade e o isolamento que caracteriza a sociedade e a habitação dos nossos dias. Hoje são procuradas novas formas de integração do espaço público com o espaço residencial, assim como utentativas de combater a indiferença das pessoas face ao espaço que habitam.

Porque não repensar neste sistema e aplicá-lo à produção arquitectónica actual? O investimento privado, em prol da crescente especulação imobiliária e interesse económico, não pondera qualquer outro sistema que não o do esquerdo-direito. Mas o indivíduo procura lugares de encontro e de trocas pessoais: será que fornecer esses espaços no sentido da habitação não compensaria o isolamento e a segregação que contamina a vivência do espaço urbano da cidade? Cabe aos arquitectos o avançar de novas tipologias que vão de encontro aos novos modos de habitar, reabilitando o espaço da habitação e o espaço urbano, que abundante em “resíduos” necessita de novos modos de reabilitação. Exemplos destes novos (re)habitares é o que se tem feito na oportunidade de regenerar interiores de quarteirões, ou as designadas “traseiras” dos prédios de habitação. A integração destes espaços na cidade, através do rompimento de acessos directos ao seu miolo e criando aí oportunidades em forma de edificado ou de eventos, tem fabricado um novo modelo de transformação da cidade existente. “Many empty spaces are, in fact, not just unavoidable waste, but necessary ingredients of another process: that of the mapping of space shared by many different users”.<sup>291</sup>

Álvaro Siza iniciou este processo no Chiado com a abertura de alguns pátios ao ambiente urbano, mas a continuidade à linguagem não foi directa. O seu esforço, no entanto, viu-se retomado no Conjunto Habitacional Terraços de Bragança (2004), em Lisboa, também de ocupação de um vazio expectante de grande dimensão, situado entre duas ruas paralelas com um alto desnível

<sup>289</sup> TAVARES, Gonçalo M., in “Biblioteca”

<sup>290</sup> GONÇALVES, José Fernando, “Edifícios Modernos De Habitação Colectiva – 1948/61”, 2007

<sup>291</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Liquid Modernity”, 2000, p.103





fig. 151 | Terraços de Bragança. Álvaro Siza Vieira  
fonte: <http://www.flickr.com/photos/vortez/> | <http://ruimoraisdesousa.blogspot.com/2010/07/alvaro-siza-terraços-de-braganca-lisboa.html>



fig. 152 | Intervenção de Bak Gordon em Campo de Ourique, interior de um quarteirão dos anos 50  
fonte: <http://worldsgreatestshirt.com/design/no-place-like-4-houses-4-films-at-the-venice-architecture-biennale/>



fig. 153 | Rua Miguel Bombarda, Porto, Cidade Criativa  
fonte: [http://www.paulomendes.org/?pagina=noticias/noticias&acao=ver\\_noticia&id\\_noticia=75](http://www.paulomendes.org/?pagina=noticias/noticias&acao=ver_noticia&id_noticia=75)



fig. 154 | Amsterdão Cidade Criativa  
fonte: <http://brianholmes.wordpress.com/2008/03/06/year-zero/>

entre si. A condicionante dos vestígios pré-existentes da Muralha Fernandina (séc. XIV), que construções prévias na zona deixaram a nu, e a própria topografia do terreno, dividem o lote sensivelmente a meio, onde são distribuídos cinco blocos entre habitação, escritórios e comércio, virados para as Ruas do Alecrim e António Maria Cardoso. A integração com o envolvente foi exemplarmente concebida pelo arquitecto, e a sua tentativa de criar um espaço de encontro e convívio foi materializada pela criação de logradouros recolhidos, embora perceptíveis da rua, cujos pátios confrontam as relações inter-pessoais dos residentes.

Actualmente, os arquitectos Pedro Mendes e Ricardo Bak Gordon têm sido dinamizadores na activação destes miolos de quarteirão, na sua generalidade devolutos ou residuais, revelando que “Lisboa está cheia destes espaços vazios que acabam muitas vezes por ser ocupados por garagens, estacionamento ou até ficam abandonados e degradam-se. (...) os espaços urbanos vazios podem ser aproveitados por projectos públicos e privados de forma a haver um equilíbrio na revitalização”.<sup>292</sup> O projecto que fez para a implantação de duas habitações num bairro dos anos 50 em Campo de Ourique, em Lisboa (2004), no miolo de um quarteirão que se formava por quintais e espaços sobrantes, fez parte de uma operação global na procura de estabelecer tipologias alternativas aos espaços da habitação. O bairro de classe média é preenchido no seu quarteirão por uma nova paisagem e ambiente urbanos, configurando-se num sistema casas-pátio com função de salas exteriores de convívio que não têm vista para a rua senão pela quinto e único alçado, a cobertura. Procura-se “ (...) a possibilidade de pensar diferentes instâncias de prática arquitectónica (...) apresentar projectos que lidassem de formas determinadas com as questões da especificidade do lugar; (...) projectos que se sedimentam numa ideia complexa de encontro entre colectivos, mas também históricos e culturais.”<sup>293</sup>

Fala-se neste contexto de novos conceitos que se têm alargado no espectro da cidade, promovendo a dinamização do espaço colectivo, como as Cidades Criativas. “The life of the men and women of our times is more like that of the tourists through- time (...); what they know for sure is that they will keep on the move(...); but one must be ready to move again, whenever satisfaction diminishes or whenever greener pastures beckon elsewhere.”<sup>294</sup> Em Portugal, este tipo de iniciativas tem vindo a desenvolver-se bastante na cidade de Lisboa e no Porto, através da criação de programações culturais e eventos que usufruam dos espaços urbanos em centros antigos, tanto dos qualificados como dos mais ocultos – como o caso do micro-cluster que se tem vindo a formar na Rua Miguel Bombarda, no Porto, demonstrando o potencial dos espaços da cidade. “The suburbs would boom, edge cities would predominate and the urban core would fade away into irrelevance.”<sup>295</sup>

O objectivo deve ser o de entender o impacto que estes acontecimentos podem ter na reabilitação da cidade – “As cidades são hoje o palco central da criatividade, sendo, simultaneamente, o seu alimento e o seu reflexo (...) cabe às cidades perceber o seu progressivo impacto nas respectivas economias urbanas”.<sup>296</sup> Mas estas cidades criativas necessitam da dinâmica da sociedade, da construção de uma população activa na procura de cultura, e nas conexões colectivas e pessoais. Assim, porque não pensar na habitação como o primeiro lugar do desenvolvimento dessas relações? É esta a oportunidade de se construir uma cidade contemporânea sem o chavão das décadas anteriores – pode a habitação construir cidade, e ser coadjuvante na resolução dos seus problemas? É necessário humanizar o habitar e desenvolver sentidos de comunidade que participem activamente na cidade, por isso porque não revalidar os modelos tipológicos da habitação de Chelas?

<sup>292</sup> GORDON, Bak, citado no sitio Web <http://quintacidade.com/2010/08/31/bak-gordon-defende-debate-publico-sobre-ocupacao-de-espacos-vazios-em-lisboa/>

<sup>293</sup> CANAVILHAS, Gabriela Ministra da Cultura, citada em <http://www.ruadebaixo.com/4-casas-4-olhares.html>, no âmbito da representação portuguesa na Bienal de Veneza 2010

<sup>294</sup> BAUMAN, Zygmunt, “Alone Again: Ethics After Certainty”, 1996, p.16

<sup>295</sup> FLORIDA, Richard, “Pity the tri-city Toronto”, artigo disponível no sitio web <http://newurbanmom.com>, 2007

<sup>296</sup> GRANDE, Nuno, “Debater criativamente a cidade: a experiência Porto Redux”, Porto Redux Releases 003, 2008



## CONCLUSÃO

“É chato. Quando vivemos nas barracas ou em casebres ou em casas degradadas, somos a malta das barracas e dizem que somos porcos, feios e maus, como no filme. Quando somos realojados nos Bairros da Câmara, somos os dos bairros sociais e o nome do sítio onde moramos cola-se a nós e continuamos a ser maus, embora já não sejamos porcos, porque agora tomamos mais vezes banho e não seremos feios porque andamos mais bem vestidos, temos armários para pôr a roupa e não dormimos com os fatos que trazemos de dia porque não temos tanto frio e usamos pijamas, e o nosso olhar é menos carregado. Mas para os outros maus continuamos a ser.”<sup>297</sup>

1964. O Plano de Chelas inicia o seu percurso de implantação na cidade de Lisboa. Está cravado de novos conceitos para a arquitectura, fundados pela crítica revisionista ao Movimento Moderno, no pós-guerra., que pôs em causa os modelos existentes.

A habitação social tinha sido, até à data, alvo de várias tentativas de organização, modelos que se repetiam e evoluíam de um esquema controlado e cegamente tradicional, que condicionava o modo como as relações entre as comunidades e os espaços se desenvolviam. As décadas de 60 e 70 mostraram-se fundamentalmente envolvidas neste problema da habitação, que escasseava, e não oferecia uma resposta segura e definitiva.

Com a transformação do ambiente governamental, a liberdade conquistada nos anos seguintes à Revolução de 74, trouxe com ela um investimento nas políticas de habitação, embora com tempo contado. Nunca estruturadas e sem um contínuo desenvolvimento, tentavam, até então, oferecer à população, das classes mais baixas, espaços de subsistência – desde o período industrial do início do século XX – apenas melhorados e transformados a partir dos modelos de Alvalade e Olivais.

Chelas formula-se como modelo de ruptura com este passado, e procura, nas premissas do futuro, uma possibilidade de construir uma cidade, periférica, através da produção de habitação social à grande escala. Os modelos estrangeiros das cidades do pós-guerra, que se reconstruíam do caos europeu dos anos 50, estimulavam a geração activa de arquitectos em Portugal, no âmbito da habitação, da qual faziam parte Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira.

Preparava-se um sistema inovador e laboratorial, que assumisse uma função catalisadora das relações exteriores à malha, para que se integrasse no seu meio social e físico. A rede de comunicações e de transportes, como base do modelo, estruturava uma nova cidade que, confiando ao seu núcleo central o papel de rótula do território, distribuía-se em cinco zonas autónomas e distintas, envergando, cada célula, uma revisão crítica e pessoal do passado arquitectónico de Lisboa. Predispunha-se a crescer como o novo centro da AML, onde todas as forças da zona oriental concentrariam esforços, que se cruzariam no núcleo central e deixariam certamente marcas nas zonas de habitação, dinamizando-as.

A cidade que se fabricava estruturava-se peça à peça, bairro a bairro, tempo a tempo, sob arquitecturas diversificadas que se

<sup>297</sup> DIAS, Francisco Silva, “Um conto de Francisco Silva Dias”, artigo disponível em [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt). (transcrição do livro de contos do autor)





fig. 155 | Zona J, Bairro do Condado  
fonte: [http://www.paulomendes.org/?pagina=noticias/noticias&acao=ver\\_noticia&id\\_noticia=75](http://www.paulomendes.org/?pagina=noticias/noticias&acao=ver_noticia&id_noticia=75)

colavam ao mesmo território. A “Colagem” foi o rumo adoptado, para construir uma “Cidade” de extensão desmedida e morfologia acidentada, entre vales e bacias hidrográficas. Testaram-se tipologias de habitação, acessos e espaços colectivos, espaços vazios e infra-estruturais, e conceberam-se novas propostas de encontro e de convívio, entre a população realojada, compensando a deslocação que os obrigou a enquadrarem-se nesta rede.

A liberdade, que autonomizou os autores de Chelas, concedeu a esta metápole uma pluralidade de conceitos, que apenas voltaram a ser testados nas figuras do urbanismo actual, baseados na Cidade Colagem PósModerna, em figuras como François Ascher, Jordi Borja, Joan Busquets e Ignasi de Solà-Morales. Receberam as influências internacionais da revisão Moderna, em especial as italianas e as inglesas, e actuaram sobre elas, configurando um território formado sob conceitos contemporâneos, que apenas ganharam espaço, nas cidades internacionais, duas décadas depois do início do PUC.

2010. Chelas reconhece que o seu ciclo não se fechou. O plano de Chelas, embora se tenha esgotado, nunca foi finalizado na realidade: ficaram por colar as peças mais importantes, e finais, deste puzzle, desde os equipamentos colectivos, os espaços exteriores de permanência, as redes comerciais e culturais, até à abertura à restante cidade de Lisboa. O tempo condenou este território a uma ilha isolada, na área Metropolitana, segregada e impenetrável, onde se construíram barreiras sociais e residuais, que a impedem de resgatar a liberdade que outrora lhe foi concedida.

O tempo fragmentou o território, estilhaçou as peças, que se colavam entre si, em peças mais reduzidas, segmentadas e esquecidas pelo poder de organização do Planeamento urbano, comandado pelo Estado e pelas políticas económicas que este estabeleceu. Foi este Tempo que trouxe à Cidade Colagem de Chelas, a fragmentação às estruturas que se previam contínuas no Plano, a espinha dorsal onde se adossavam as células urbanas, e habitacionais. O que se planeou como um contínuo, de acção integradora entre os vários pólos, foi também fragmentado pelo Tempo, contribuindo assim também para a concepção final da imagem, de colagem contemporânea, de Chelas. A habitação social concebeu um território planeado como fragmentado e autónomo, do qual não se pode dissociar, no entanto, os efeitos do tempo, que também acentuaram e confirmaram essa configuração.

Futuramente, o potencial de Chelas poderá ser visto como refrescante, numa metrópole de estaque à mudança, e estimulador da reabilitação urgente dos bairros sociais degradados. O flagelo da exclusão social não pode condenar este território ao abandono total, à transformação, cada vez maior, dos espaços cheios e vazios em áreas residuais. Chelas tem para oferecer todo um laboratório de experiências para a arquitectura, e espaços vazios que possibilitam um novo laboratório. Foi um Plano determinante na história da cidade de Lisboa, e na sua transformação em metrópole internacional, permitindo a sua expansão física e social.

Actualmente, a mentalidade social mudou: já não é impeditiva, à revitalização da cidade, a criação de uma paisagem urbana baseada na habitação social. Tal como o Bairro da Bouça, no Porto, se tornou um centro atractivo para habitação, e como local de trabalho até de muitos arquitectos, será que o mesmo não pode acontecer na Zona J? Poderão encontrar-se novas leituras, urgentes, desse espaço e transformar o seu potencial, assim como ao resto do território de Chelas, numa peça atractiva de mais-valia para a cidade? A habitação social perdeu o seu posto na linha de interesses da arquitectura, em prol de uma Urbanização moldada segundo interesses imobiliários e privados. Tenta, actualmente, encontrar o seu lugar, procurando a renovação dos seus estigmas, e oferecendo a sua experiência à Habitação comum – procura ser novamente o lugar da cidade. O ponto de partida, como em 1964, da construção da cidade futura, que os arquitectos do Plano e o Estado não souberam valorizar.



## BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Sérgio Luís,  
"Espaço Público: do Urbano ao Político", São Paulo: Annablume Editora, 2008, 194 p., ISBN 978-85-7419-792-0
- ANDEWEG, Marie Therèse Silvia Brunoro, L. G. W. Verhoef,  
"Cost C16, improving the quality of existing urban building envelopes", Amsterdam: IOS Press, 2007, 269 p. ISBN 978-1-5860-734-5
- ASCHER, François,  
"Metapolis – Acerca do futuro da cidade", Oeiras: Celta Editora, 1998, 240 p. , ISBN 972-8027-89-3
- ASCHER, François,  
"Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, Um léxico", Lisboa: Livros Horizonte, 2010, 174 p. , ISBN 978-972-24-1670-2
- BAPTISTA, Luís V.,  
"Cidade e Habitação Social", Oeiras: Celta Editora, 1999, 244p. ISBN: 972-774-044-8
- BAUMAN, Zygmunt,  
"Alone Again: Ethics after Certainty", London: Demos Editora, 1996, 38 p., ISBN 1-898309-40-X
- BAUMAN, Zygmunt,  
"Liquid Modernity", Cambridge: Polity Press, 2000, 229 p., ISBN 0-7456-2409-X
- BAUMAN, Zygmunt,  
"City of Fears, City Of Hopes", London: Goldsmiths College Editora, 2003, 38 p., ISBN 9781904158370
- BENEVOLO, Leonardo, Carlo Melograni e Tommaso Giura Longo,  
"Projectar a Cidade Moderna", Lisboa: Presença editora, 1987, 293 p, ISBN: 9789722301589
- BORJA, Jordi, Manuel Castells,  
"Local and global: the management of cities in the information age", London: UNCHS, 1997, 279 p., ISBN 185383 441 6
- BORJA, Jordi,  
"La ciudad conquistada", Madrid: Alianza Editorial, 2003, 381p, ISBN 9788420641775
- BORJA, Jordi, Zaïda Muxí,  
"Urbanismo en el siglo XXI", Barcelona: UPC Ediciones, 2004, 231p, ISBN: 978-84-8301-740-1,
- BROADBENT, Geoffrey,  
"Emerging Concepts in Urban Space Design", OXFORD: Taylor & Francis Group, 1995, 380 p., ISBN 9780419161509
- BROCKELMAN, Thomas P.,  
"The Frame And The Mirror: On Collage And The Postmodern", Illinois: Northwestern University Press, 2001, 217p., ISBN 0-8101-1775-4
- CASTEX, Jean,  
"Architecture of Italy", Westport: Greenwood Editora, 2008, 230 p., ISBN 978-0-313-32086-6,
- CHARLESWORTH, Esther Ruth,  
"City edge: case studies in contemporary urbanism", Oxford: Elsevier Editora, 2005, 225 p., ISBN 0-7506-63537
- CULLEN, Gordon,  
"Paisagem urbana", São Paulo: Edições 70, 2006, 208p, ISBN, 97897244141010
- EL-KHOURY, Rodolphe, Edward Robbins,  
"Shaping the city: studies in history, theory and urban design," New York: Routledge Editora, 2004, 270p, ISBN 9780415261890
- FENACHE,  
Habitação Cooperativa em Portugal 1974-1991, (Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica);  
Lisboa: FENACHE, 285 p.
- FLORIDA, Richard L.,  
"Cities and the creative class," New York: Routledge, 2005, 198 p., ISBN 9780415948869
- GIEDION, Siegfried,  
"Time and Architecture: The Growth of a New Tradition", Cambridge: Harvard University Press, 1967, 897 p., ISBN 9780674830400,
- GONÇALVES, Fernando,  
"Urbanizar e construir para quem? A propósito do plano de Chelas", Porto: Editora Afrontamento, 1972, 193p.





- HAYS, K. Michael,  
"Architecture Theory Since 1968", New York: MIT press, 2000, 824 p., ISBN 9780262581882,
- KINNARD, Judith,  
"Contexturing the City: the Bricoleur and the Weaver",  
in The Harvard Architecture Review nº10: Civitas, New York: MIT Press, 1998, ISBN 9781568980812,
- LYNCH, Kevin,  
"A Imagem da Cidade", São Paulo: Edições 70, 1960, 95 p., ISBN 972-44-0379-3,
- MARTÍN, Ángel,  
"Lo urbano en 20 autores contemporáneos", Barcelona: Ediciones UPC, 2004, 229 p, ISBN 9788483017524
- MONTANER, Josep Maria Fabián Gabriel Pérez,  
"Teorías de la arquitectura: memorial Ignasi de Solà-Morales", Barcelona: UPC Edições, 2003, 219 p. ISBN 9788483016992,
- MUMFORD, Eric,  
"The CIAM discourse on Urbanism, 1928-1960", New York: MIT PRESS, 2000, 395p. ISBN 9780262632638,
- NESBIT, Kate,  
"Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995",  
New York: Princeton Architectural Press, 1996, 606 p. ISBN 9781568980546,
- PEIXOTO, Nelson Brissac,  
"Paisagens urbanas", São Paulo: Editora Senac, 2004, 436 p. ISBN 9788573593488,
- PORTAS, Nuno,  
"A cidade como arquitectura," Lisboa: Edição Livros Horizonte, 2007, 212 p. ISBN 9789722414630,
- ROWE, Collin and Fred Koetter,  
"Collage City", New York: MIT Press Publisher, 1984, 192 p. ISBN 9789722414630,
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de,  
"Differences: topographies of contemporary architecture", New York: MIT Press Publisher, 1997, 153 p. ISBN 9780262540858,
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de,  
"Terrain Vague" in "Territórios", Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002
- SOLOMON, Daniel,  
"Global City Blues", Washington DC: Island Press, 2003, 253 p. ISBN 9781559631846
- ZEVI, Bruno,  
"Saber ver a arquitectura", São Paulo: Martins Fontes Editora, 1984, 276 p, ISBN 8533605412

## ARTIGOS E PUBLICAÇÕES

- ASCHER, François,  
"Arquitectura de infraestructura – Ciudades con velocidad y movilidad múltiples: un desafío para los arquitectos, urbanistas y políticos", artigo para a 1ª Bienal Internacional de Arquitectura de Roterdao, 2003
- ASCHER, François,  
"Carajillo de la Ciudad", entrevista de Alfonso Valenzuela-Aguilera in "Programa na Gestão da Cidade", Revista digital Catalunha, 2005
- BORJA, Jordi, Claudia C. Zamorano,  
"La circulación de ideas en el urbanismo",  
entrevista a Jordi Borja, in Sociológica, nº 65, Departamento de Sociologia da Universidade Autónoma Metropolitana no México
- BORJA, Jordi,  
"La ciudad del deseo", in "Fernando Carrión, La ciudad Construida: Urbanismo en América Latina", FLACSO Equador Edições, 2001
- BORJA, Jordi,  
"Urbanismo e ciudadanía", in Barcelona Metropolis. Monografía nº6, 2005
- BORJA, Jordi,  
artigo "La ciudad es la calle. Espacio público y centros históricos como test de la ciudad democrática",  
Seminário Centro Histórico de la Ciudad de México, 2009
- BUSQUETS, Joan,  
"La ciudad del siglo XXI: Su diseño y sus formas de gestión", II Seminario Atlántico de Pensamiento, 2008



- CABRAL, Cláudia Plantá Costa,  
 "DA RUA CORREDOR AO CENTRO COMERCIAL: Tipologias comerciais em Porto Alegre dos anos 30 ao princípio dos 90,"  
 Publicação Arquitectos PROBAR (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitectura), 2000
- CACHADO, Rita Ávila,  
 "Habitação Social Nas Últimas Décadas", RevistaVirus, Novembro/Dezembro, "Cidades Invisíveis", 2009, pp. 13-18
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA,  
 Plano de Urbanização de Chelas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Gabinete Técnico de Habitação, 1965
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA,  
 Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental, Termos de Referência.  
 Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Planeamento Urbano, 2008
- CUNHA, Luiz,  
 "Densidade de ocupação do solo e planeamento urbano",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa vol. II, n.º 6, 1964, pp. 199-213.
- DIOGO, Erica,  
 "Habitação social nas áreas centrais", Instituto Pólis, nº 185, 2001
- DOMINGUES, Álvaro,  
 "(Sub)úrbios e (Sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?",  
 Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia Série I, Vol. X/XI, 1994, pp.5-18.
- FERREIRA, Vítor Matias,  
 "A Cidade e o Campo: uma leitura comparada do movimento social, 1974-1975",  
 Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 18/19/20, 1986
- GONÇALVES, José Fernando,  
 "A Miragem da Cidade Moderna na Arquitectura Portuguesa do Pós-Guerra", 8º Seminário DOCOMOMO, Rio de Janeiro, 2009
- GRANDE, Nuno,  
 "Debater criativamente a cidade: a experiência Porto Redux", Porto Redux Releases 003, 2008
- HEITOR, Teresa Valsassina,  
 "Olivais E Chelas: operações urbanísticas de grande escala", artigo da cadeira de História Económica, Tecnologia e Sociedade,  
 do Mestrado em Engenharia de Concepção do Instituto Superior Técnico de Lisboa, 2004
- LEAL, Joana Cunha,  
 "A sanitização do imaginário urbano e a redefinição do quadro legal de intervenção urbanística em Lisboa",  
 Arte & Poder. - Lisboa: IHA/ Estudos de Arte Contemporânea, 2008
- MATOS, Fátima Loureiro de,  
 "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956",  
 Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXIX, 1964, pp. 677-695
- MILHEIRO, Ana Vaz,  
 "HABITAR EM COLECTIVO: Arquitectura Portuguesa antes do S.A.A.L."  
 Catálogo da exposição "Habitar em Colectivo", 4º ano do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE, 2009
- MURTEIRA, Mário,  
 "A situação económica em Portugal: origens e perspectivas",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa vol. XII, n.º 46, 1976, pp. 279-287.
- NAMUR, Marly,  
 "A questão da localização no processo de produção pública habitacional no espaço urbano",  
 Ambiente Construído, V.4, nº 1, 2004
- NARCISO, Carla,  
 "Espaço Público: acção política e práticas de apropriação",  
 Estudos e Pesquisas em Psicologia, Revista Online, nº 2, V. 9, 2009
- OLIVEIRA, Ricardo Girão de,  
 "LISBOA URBANISMO" Nº9, Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística / CML, Lisboa, 2000





- PEREIRA, Nuno Teotónio,  
 "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXIX (127), (3º), 1994, pp.509-524
- PEREIRA, Raul da Silva,  
 "Problemática da habitação em Portugal",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. I, n.º 1, 1963, pp. 33-66
- PORTAS, Nuno,  
 "Uma bela vista sobre o SAAL", in Público, 18 de Maio, 2009
- SALGUEIRO, Teresa Barata,  
 "Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado", Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, Rio de Janeiro, 1998
- RIBEIRO, Irene,  
 "Raul Lino Revisitado: memórias de uma Arquitectura "Arte Nova" portuguesa",  
 @lpha.boletim, Boletim nº 2, "Património esquecido: o recuperar da memória", Novembro, 2004
- SILVA, Carlos Nunes,  
 "Mercado e Políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXIX (127), (3º), 1994, pp.655-676
- SOUSA, João Ferreira de,  
 "As relações externas na dinâmica política e económica nacional nos anos 80",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXI, n.os 87-88-89, 1985, pp. 473-497.
- TEIXEIRA, Manuel C.,  
 "As estratégias de habitação em Portugal, 1880 – 1940",  
 Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXVII (115), (1º), 1992, pp.65-89
- VALÉRIO, Miguel Ângelo,  
 "Evolução das Políticas Sociais em Portugal (Habitação)",  
 matéria de Política Social, cadeira de Serviço Social da Universidade de Trás os Montes
- VIDLER, Antony,  
 "Terceira Tipologia", in Oppositions, nº5, Periódico do Instituto de Arquitectura e Estudos Urbanos, 1978

## TESES E PROVAS ACADÉMICAS

- AUGUSTO, Nuno Miguel,  
 "Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão",  
 Tese de Mestrado sob o título Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros Sociais, Universidade de Évora, 1998
- BAPTISTA, Marta,  
 "Arquitectura como Instrumento na Construção de uma Imagem do Estado Novo", Prova de Licenciatura em Arquitectura,  
 Universidade de Coimbra, 2008
- BARONE, Ana Cláudia Castilho,  
 "Team 10: arquitectura crítica",  
 Dissertação de Mestrado da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000
- CAVACO, Cristina Soares Ribeiro Gomes,  
 "Formas De Habitat Suburbano. Tipologias E Modelos Residenciais Na Área Metropolitana De Lisboa",  
 Tese de Doutoramento em Arquitectura pela Universidade Técnica de Lisboa, 2009
- CORREIA, Nuno,  
 "A construção da Crítica: Solà-Morales e a fragilidade da arquitectura contemporânea... Para além das metanarrativas."  
 Trabalho de Síntese apresentado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica no departamento de Arquitectura,  
 Universidade de Coimbra, 2005
- CORTEZ, Vasco Guimarães,  
 "Estrada Mercado e Edifício Montra, no concelho de Paços de Ferreira",  
 Prova Final para licenciatura em Arquitectura, Universidade do Porto, 2006



- FERREIRA, Catarina Teles,  
 “Planeamento e Utopia: a cidade como utopia estética; novas tipologias de composição urbanística”,  
 Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa, 1998
- FIGUEIRA, Jorge,  
 “A Periferia Perfeita – Pós modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80”,  
 Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2009
- GONÇALVES, António Miguel Ferreira,  
 “ARQUITECTURA DE CAUSAS - uma arquitectura social na era da globalização económica”,  
 Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2009
- GONÇALVES, José Fernando,  
 “Edifícios Modernos De Habitação Colectiva – 1948/61”, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2007
- HEITOR, Teresa Valsassina,  
 “A vulnerabilidade do espaço em Chelas”, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, Universidade do Porto, 1997
- MATOS, Fátima Loureiro de,  
 “A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio.”  
 Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001
- NASPOLINI, Vicente,  
 “Paradigmas do Urbanismo: a contribuição de François Ascher”,  
 Dissertação de Mestrado em Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2009
- REIS, Sofia Borges Simões das,  
 “74-86 Arquitectura Em Portugal: Uma Leitura A Partir Da Imprensa”,  
 Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2007

## REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

- “Alfinetes e Marquês de Abrantes (capítulo inédito dum livro que provavelmente nunca será publicado)”. 20 Janeiro 2004,  
 (consultado em Setembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://a-meteorologista.blogspot.com/2004/01/alfinetes-e-marques-de-abrantes-captulo.html>
- BORJA, Jordi, “Ciudadanía Y Espacio Público”, Revista electrónica “La Ciudad Viva”,  
 (consultado em Novembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://www.laciudadviva.org/>
- BYRNE, Gonçalo, Conjunto Residencial Chelas,  
 (consultado em Outubro 2010), disponível em WWW:<URL [http://www.byrnearqu.com/?top=projectos&list\\_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#](http://www.byrnearqu.com/?top=projectos&list_mode=6&id=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec#)
- CANAVILHAS, Gabriela, Ministra da Cultura, citada por SEVILHA, Ana Rita, “4 Casas 4 olhares”, Visuais e barulhos, edição nº60, Setembro 2010,  
 (consultado em Novembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://www.ruadebaixo.com/4-casas-4-olhares.html>
- GORDON, Bak, citado por SANTOS, Tiago, “Bak Gordon defende debate público sobre ocupação de espaços vazios em Lisboa”, 31 Agosto 2010,  
 (cons. Nov.2010), disponível em WWW:<URL <http://quintacidade.com/2010/08/31/bak-gordon-defende-debate-publico-sobre-ocupacao-de-espacos-vazios-em-lisboa/>
- LOPES, Matias, empresa Multi Development, citado por CATARINA, Andreia, “Centro do Barreiro em debate”, 10 Fevereiro 2008,  
 (consultado em Novembro 2008), disponível em WWW:<URL <http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=81027&mostra=2>
- MANGORRINHA, Jorge, “Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 ANOS”, Infohabitar, 06 Junho 2010,  
 (consultado Setembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://infohabitar.blogspot.com/2010/06/habitacao-em-lisboa-memoria-do-gth-50.html>
- MELO, Luís Pedro Sá e, “Terrain Vague – Notas De Investigação Para Uma Identidade”, 27 Março 2007  
 (consultado em Novembro 2010), disponível em WWW:<URL [http://www.artecapital.net/arq\\_des.php?ref=14](http://www.artecapital.net/arq_des.php?ref=14)
- PEREIRA, Nuno Teotónio, “O SAAL e a habitação social”, 09 Abril 2008,  
 (consultado em Novembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.034/3288?page=7>
- SALAZAR, António de Oliveira, discurso, 10 Maio 2010,  
 (consultado em Novembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://cronicasdorochedo.blogspot.com/search/label/Discursos%20de%20Salazar>
- SILVA, Gastão de Brito e, “As quintas de Chelas”, 16 Janeiro 2010,  
 (consultado em Setembro 2010), disponível em WWW:<URL <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>





## **ANEXOS**

AS QUINTAS DE CHELAS | ANEXO I

EVOLUÇÃO DOS PRIMEIROS ESTUDOS DE CHELAS (1963 A 1968) | ANEXO II

AS VÁRIAS FASES DE CONCRETIZAÇÃO DO PUC | ANEXO III

CITAÇÕES (TRADUÇÃO) | ANEXO IV



fig. 1. Quinta dos Alfinetes  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig. 2. Quinta do Pombeiro  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig.3. Palácio da Quinta das Fontes  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig. 4. Quinta do Alto das Conchas  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig.5. Quinta dos Padres  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig.6. Quinta da Salgada  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig.7. Palácio da Quinta do Lavrado  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>



fig.8. Quinta do Sargento  
fonte: <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>

## AS QUINTAS DE CHELAS

### ANEXO I

#### QUINTA DOS ALFINETES

O Palácio da Quinta dos Alfinetes passou de residência “Palácio do Condado” a fábrica de trefilaria da Quinta dos Alfinetes, e actualmente encontra-se em ruína. A Câmara Municipal de Lisboa (CML) concedeu a Oscar Niemeyer 16 000 m<sup>2</sup> de terreno da Quinta dos Alfinetes para que se fizesse, neste local, a sede da Fundação Luso-Brasileira, a quem a Câmara entregou a posse da quinta, para além de um anfiteatro, uma zona comercial e uma biblioteca<sup>1</sup>. Este projecto encontra-se parado desde 1999, por falta de verbas, embora tenha iniciado as obras de fundação e estruturação do terreno. Funcionou também neste local, entre 1910 e 1935, os escritórios das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, tendo sido nesse ano vendido à Caixa Geral de Depósitos.

“Eis o denominado Palácio da Quinta dos Alfinetes, em degradação contínua há décadas, eis um bom exemplar da arquitectura nobre de Lisboa, não aproveitado por incompetências várias. Fosse ele situado num bairro mais central ou mais turístico já teria sido alvo do apetite de privados ou da demagogia pública. Fosse a política da CML mais preocupada com o desenvolvimento equilibrado da cidade, procurasse a autarquia apostar em novas âncoras nos bairros mais desfavorecidos, seria este palácio uma Biblioteca Municipal, um Centro Cultural, uma incubadora de novas empresas. Mas Chelas parece estar reservado, na política de zonamento seguida pela CML e corroborada pela prática de cada executivo, de direita ou de esquerda, a ser bairro exclusivamente de realojados e habitação social.”<sup>2</sup>

#### QUINTA DO POMBEIRO

Construção que data anteriormente ao séc. XVIII. Está prevista a recuperação do edifício para um Centro de Acolhimento Temporário para Crianças Refugiadas, ao serviço do Conselho Português para os Refugiados, numa parceria com a Swatch.<sup>3</sup>

#### PALÁCIO DA QUINTA DAS FONTES

Este edifício pertenceu ao Duque de Palmela, no séc. XVII, adquirida posteriormente pela Câmara Municipal de Lisboa. De influências barrocas mas com linhas já do final da corrente, expostas nos seus azulejos e nas janelas de sacada.

#### QUINTA DOS PADRES

Embora conhecida por Quinta dos Padres, é na verdade uma vila operária. Embora não representando um edifício nobre, revela traços representativos de uma época “que deu um novo fulgor àquele bairro, em nome da cultura e da habitação.”<sup>4</sup>

#### QUINTA DAS CONCHAS

Do século XVIII, a Quinta das Conchas reflecte um estilo barroco, ornamentado, que mais tarde perdeu a sua essência quando foi agregada à fábrica de pólvora, instalada no Convento de Chelas, até à década de 80. Encontram-se vestígios geológicos nos seus terrenos, assim como de arqueologia industrial, da antiga Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Informação obtida no jornal o Público, edição de 23 de Julho de 2010

<sup>2</sup> Artigo “Alfinetes em Chelas”, disponível <http://www.viverlisboa.org/?p=7394>

<sup>3</sup> Informação disponível em <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/as-quintas-de-chelas.html>

<sup>4</sup> Artigo disponível em <http://ruinarte.blogspot.com/2010/02/quinta-dos-padres-chelas.html>

<sup>5</sup> Artigo disponível em <http://ruinarte.blogspot.com/2010/01/quinta-das-conchas-ou-alto-das-conchas.html>

## EVOLUÇÃO DOS PRIMEIROS ESTUDOS DE CHELAS (1963 A 1968)

ANEXO II

### 1963 – Desenvolvimento do Plano-Base de Chelas

Definição do esquema geral de ligações à cidade

Definição do esquema geral de estrutura interna

Estudo do nó central da malha

#### – Plano de Urbanização de Chelas

Traçado na fase de anteprojecto dos principais arruamentos como base para a execução dos projectos definitivos

Estudos preliminares para uma proposta de estrutura de população de Chelas

Elaboração de uma proposta para um inquérito de trânsito na zona oriental da cidade

Estudos de estrutura antiga da cidade – exemplos de implantação em encosta (conclusão)

### 1964 – Conclusão do Plano de Urbanização de Chelas

#### – Início do estudo da zona I (último trimestre)

### 1965 – Prosseguimento do estudo do Plano Geral

#### – Pormenorização das Zonas I, J e L

#### – Estudos de base

#### – Conclusão dos anteprojectos e desenvolvimento em curso dos projectos de 1920 fogos na Zona I de Chelas

### 1966 – Desenvolvimento do Plano da Zona I

Estudo da ocupação do solo e das massas edificadas

Coordenação das equipas encarregues dos projectos de habitação

Estudo dos espaços inter-edifícios, a sua caracterização e equipamento

#### – Zona J

Estudo da ocupação edificada

#### – Zona Central

Estudo da realização do núcleo principal de equipamento

#### – Infra-estruturas

Revisão do traçado da Via Central

#### – Estudos sobre custos de urbanização

Estudo da ocupação edificada

### 1967 – Conclusão do estudo da Zona I

#### – Revisão do sistema viário principal

### 1968 – Estudo do reajustamento do sistema viário, Zonamento e localização do equipamento geral e de interesse para a cidade da malha de Chelas

#### – Estudo do reajustamento do sistema viário da Zona I

#### – Apoio aos projectistas de habitação, equipamento e arruamentos da Zona I

#### – Plano Geral de Esgotos

#### – Estudo do enquadramento edificado da Via Central

## AS VÁRIAS FASES DE CONCRETIZAÇÃO DO PUC

### ANEXO III

A Zona I é alvo de operações de terraplanagem em 1967 e em 1972 arrancam as primeiras empreitadas de 1055 fogos, segundo as quatro categorias de habitação do DL nº 42454 (370 fogos da categoria I, 290 da categoria II, 245 da categoria III e 150 da categoria IV). Dois anos depois, apenas 979 fogos dos 2594 previstos para a Zona I estavam concluídos, 1287 encontravam-se em fase de construção e os restantes ainda não tinham sido iniciados. Nesse mesmo ano, 1974, são construídos 81 fogos para realojamento nesta Zona e mais 80 dessa categoria na zona periférica a Nascente da Zona J. No entanto, no início da década de 90, estes números inicialmente propostos pelo PUC apresentavam um desvio ligeiramente superior, existindo 2985 para uma população total da altura de 14.328 habitantes. O programa estabelecido no plano não foi cumprido na sua totalidade à excepção da componente habitacional, penalizando essencialmente a estrutura terciária que a serviria – os estabelecimentos de ensino pré-primário e o edifício religioso previsto não foram construídos.

É em 1975 que as zonas J, N2 e uma parte da Zona L são alvo de obras de infra-estruturação, começando a construção dos edifícios propostos para a zona N2 um ano mais tarde, assim como a construção de 240 fogos de realojamento na Zona L. É ainda lançado o concurso de concepção-construção para a primeira fase da Zona J, relativamente a 700 fogos habitacionais, cuja operação de arranque ficou condicionada pelo fraco apoio financeiro dado ao PUC, faseando-se assim em três empreitadas a sua concretização. A proposta inicial do plano previa a construção de 1750 fogos repartidos por cerca de 29 hectares da Zona J, mas em 1969 foram reavaliadas as potencialidades do plano e foram por isso definidos reajustamentos à capacidade habitacional e à rede de equipamentos, aumentando a área residencial para cerca de 37 hectares e o número de fogos para 2028.

A necessidade de construir um Hospital que servisse esta zona cidade levou à decisão de localiza-lo na Zona J, abrangido nos 37 hectares destinados à habitação, assim como a previsão da construção de três escolas primárias e de uma escola de ensino pré-primário. As duas primeiras fases da execução do plano nesta área correspondiam então ao núcleo central e a metade dos fogos previstos, enquanto na terceira fase se construiriam os núcleos mais afastados das ruas centrais. Em 1977 os trabalhos de terraplanagem e infra-estruturação da Zona NI avançam e é iniciada a fase de empreitada dos 700 fogos a concurso na Zona J, sendo lançadas um ano mais tarde as construções da segunda e terceira fase desta zona, 606 e 360 fogos. Também nesta zona a construção dos equipamentos de ensino foi adiada, assim como alterada a localização do espaço para a construção do hospital de Chelas, em 1993, para fora dos hectares previamente destinados. Os serviços de ensino iam sendo colocados nos pisos terços dos blocos de habitação – em 1996 os principais espaços colectivos públicos da zona ainda se encontravam inacabados ou sem função determinada, como a praça sul que era usada como estacionamento e a praça norte na qual fora instalado um campo de jogos.

Neste mesmo ano, em 1977, arrancam os primeiros fogos na Zona NI (junto ao vale central) mas só em 1984 é que uma nova empreitada de 120 fogos arranca em construção nesta zona, sendo dois anos mais tarde iniciadas as obras de construção dos novos blocos junto ao Parque da Bela Vista e em 1988 mais duas bandas de edifícios no topo norte (num total de 132 fogos). Em 1990 é dado início às obras de infra-estruturação da Zona M e às últimas empreitadas da zona NI (766 fogos), arrancando as primeiras construções da Zona M em 1992 (330 fogos) e a edificação de 175 fogos na Zona L – estes segundo uma tipologia de seis blocos de dez pisos que se desenvolvem ao plano da rua e funcionam como entidades independentes, embora incoerentes com o resto da malha edificada existente. Em 1996 são também iniciados os estudos para o Plano de Intervenção no Bairro Chinês.



p.133: “Modelos elegantes de vida urbana e oposições arriscadas aplicadas à sua construção podem oferecer bastante satisfação para os construtores-teóricos, mas oferecem ao mesmo tempo pouca orientação prática aos planeadores urbanos e ainda menos suporte aos cidadãos dos bairros sociais, que lutam contra os desafios da vida da cidade”.

BAUMAN, Zygmunt, “City Of Fears, City Of Hopes”, 2003, p.18

p.135: “A cidade da arquitectura moderna (também pode ser chamada de cidade moderna) ainda não foi construída. Apesar de toda a boa vontade e boas intenções dos seus protagonistas, tem permanecido ou um projecto ou uma operação abortada (...), e parece não haver razão convicta que alguma vez não será assim.”

ROWE, Collin, and Fred Koetter, “Collage City”, 1984, p.2

p.137: A literatura e a crítica da teoria moderna e pós-moderna apoia-se fundamentalmente na metáfora (...). Em “Collage City”, Colin Rowe e Fred Koetter resgatam muitas destas metáforas tradicionais ao mesmo tempo que absorvem as implicações de cada uma delas. (...) A cidade é concebida como uma colagem a duas dimensões e o desenho urbano como o artesão que formula a colagem de um kit diverso de objectos fragmentados que a arquitectura e a história deixaram para trás”.

KINNARD, Judith, artigo “Contexturing the City: the Bricoleur and the Weaver”, in The Harvard Architecture Review nº10: Civitas, 1998, p.18

p.139: Enquanto o engenheiro moderno aplica métodos científicos e materiais estandardizados, o artesão é criativo com o que quer que esteja à mão e com quaisquer resultados inesperados.”

KINNARD, Judith, “Contexturing the City: the Bricoleur and the Weaver”, artigo in “The Harvard Architecture Review” nº10: Civitas, 1998, p. 17

p.139: “O poder da Cidade Colagem é que nos mostrou, a nós jovens arquitectos dos anos 70, exactamente como é que as coisas que nos ensinaram, as pessoas que nos ensinaram, e as ideias em que fomos levados a acreditar eram complacentes na confusão que nos rodeava. As ideias arquitectónicas não eram nem de perto a história completa do debate da construção da cidade do pós-guerra, mas eram parte da história, e a Cidade Colagem ajudou-nos a entender qual era essa parte”.

SOLOMON, Daniel, “Global City Blues”, 2003, p. 87

p.143: “A simples novidade da velocidade da “revolução informática” solicitou o que muitos esperavam que fosse o desaparecimento da ‘cidade como a conhecemos e, também quer a sua substituição por uma forma espacial totalmente nova da convivência humana, ou o seu desaparecimento por completo.”

BAUMAN, Zygmunt, “City Of Fears, City Of Hopes”, Goldsmiths College Editora, 2003, p.4

p.149: “é o ambiente urbano que tem que ser ‘civilizado’, se os seus cidadãos devem aprender as capacidades difíceis do civismo”.

BAUMAN, Zygmunt, “Liquid Modernity”, Polity Press, 2000, p.95

p.153: “O mundo, noutras palavras, parece menos sólido do que costumava ser (ou do que pensávamos que era). Perdeu a sua unidade e continuidade (...). Apresenta o mundo como uma colecção de fragmentos e episódios, com uma imagem a substituir a anterior, apenas para ser ela própria substituída momentos mais tarde.”

BAUMAN, Zygmunt, “Alone Again: Ethics After Certainty”, 1996, p. 13

p.153: “A ideia de ‘trans-escala’: na qual cada projecto ou estratégia move-se por várias escalas diferentes: começando com a sua própria, mas tendo também impacto nas outras, escalas maiores ou mais pequenas.”

CHARLESWORTH, Esther Ruth, “City edge: case studies in contemporary urbanism”, 2005, p.47

p.159: "O lugar contemporâneo tem que formar uma encruzilhada, e o arquitecto contemporâneo tem que ter o talento para o apreender assim mesmo. O lugar não é um território (...). O lugar é antes uma fundação conjectural, um ritual no tempo, capaz de fixar um ponto de particular interesse no caos do universo da civilização metropolitana."

SOLÀ-MORALES, Ignasi de, "Differences: topographies of contemporary architecture", 1996, p.10

p.163: " A primeira necessidade no desenvolvimento da cidade do futuro: a abolição da rua-corredor. Não há mais espaço para a rua com o seu tráfego a correr entre as casas; não pode ser permitido que persista."

GIEDION, Siegfried, "Time and Architecture: The Growth of a New Tradition", 1967, p.832

p.163: "Uma importante consequência deste esquema moderna das coisas foi que os arquitectos dos edificios individuais foram libertos da obrigação de fazer tudo, apenas interessa o edificio que desenham."

SOLOMON, Daniel, "Global City Blues", 2003, p.90

p.163: " O argumento da cidade colagem é sobre o que o planeamento moderno urbano fez às cidades, e como e porquê os espaços da cidade do pós-guerra são deficientes, o que o 'feito' e a incoerência na realidade consistem, e como se faz uma mapa destes espaços. (...) A Cidade Colagem não deu todas as respostas (...) mas providenciou a estrutura de um argumento sobre o qual se pode desenhar tudo o que aprendemos sobre políticas urbanas."

SOLOMON, Daniel, "Global City Blues", 2003, p.88

p.167: "Não-lugar é um espaço livre das expressões simbólicas de identidade, relações e história: exemplos incluem aeroportos, auto-estradas, quartos de hotel anónimos, transportes públicos...Nunca na historia do mundo os não-lugares ocuparam tanto espaço."

BENKO, Georges, citado em BAUMAN, Zygmunt, *Liquid Modernity*, 2000, p.102

p.175: No confronto entre 'espaços de fluxos' e 'espaços de lugares', nenhum dos adversários pode reclamar prioridade e nenhum pode ser dispensado como estranho. (...) Nenhum destes dois espaços pode sobreviver sozinho. Ambos podem apenas viver em mútua relação. Espaços de fluxos precisam do seu adversário, os espaços dos lugares, para resolver as necessidades humanas. Espaços de lugares precisam do seu adversário, espaços dos fluxos, para absorver e reter o influxo contínuo das paixões humanas, o sumo das suas vidas."

BAUMAN, Zygmunt, "City Of Fears, City Of Hopes", 2003, p.22

p.181: "A Comunidade nos dias de hoje é a ultima reliquia das utopias dos tempos antigos da boa sociedade: representa o que ficou do sonho de uma melhor vida partilhada com os vizinhos, todos seguindo regras de coabitação."

BAUMAN, Zygmunt, "Liquid Modernity", 2000, p.92

#### CAPÍTULO IV

p.185: "Podemos dizer que se a palavra-chave do Modernismo era a Criação, a do nosso tempo é Reciclagem."

BAUMAN, Zygmunt, "Alone Again: Ethics After Certainty", 1996, p.15

p.191: "Muitos espaços vazios são, na realidade, não apenas desperdício inevitável como também, necessariamente, ingredientes de outro processo: o de mapear os espaço partilhado dos diferentes cidadãos."

BAUMAN, Zygmunt, "Liquid Modernity", 2000, p.103

p.193: " A vida dos homens e das mulheres dos nossos tempos é mais parecida com a dos turistas ao longo do tempo (...); o que eles sabem de certeza é que continuarão em movimento (...); prontos para se deslocarem outra vez assim que a satisfação diminuir ou quando a relva se tornar mais verde noutra lado".

BAUMAN, Zygmunt, "Alone Again: Ethics After Certainty", 1996, p.16